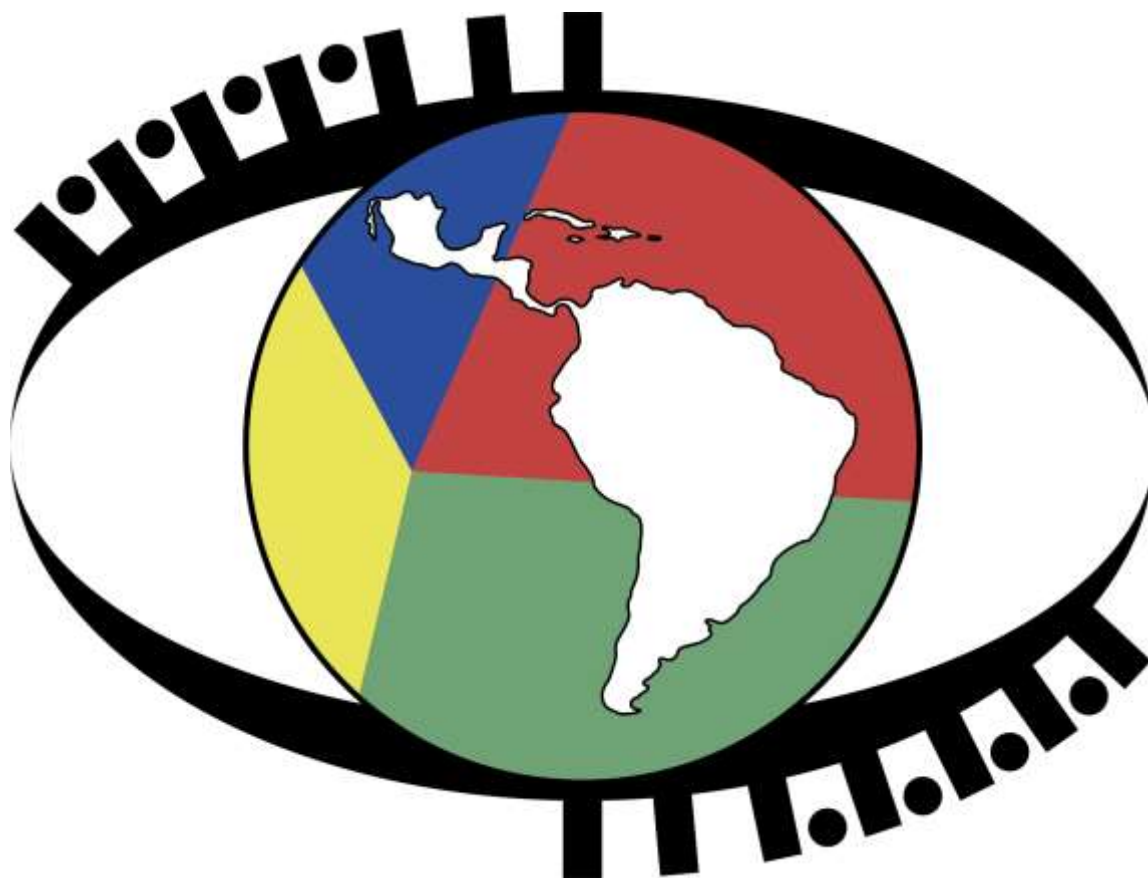




EDIÇÃO ESPECIAL

Grupo Internacional de Pesquisa Ação Participante / GIPAP

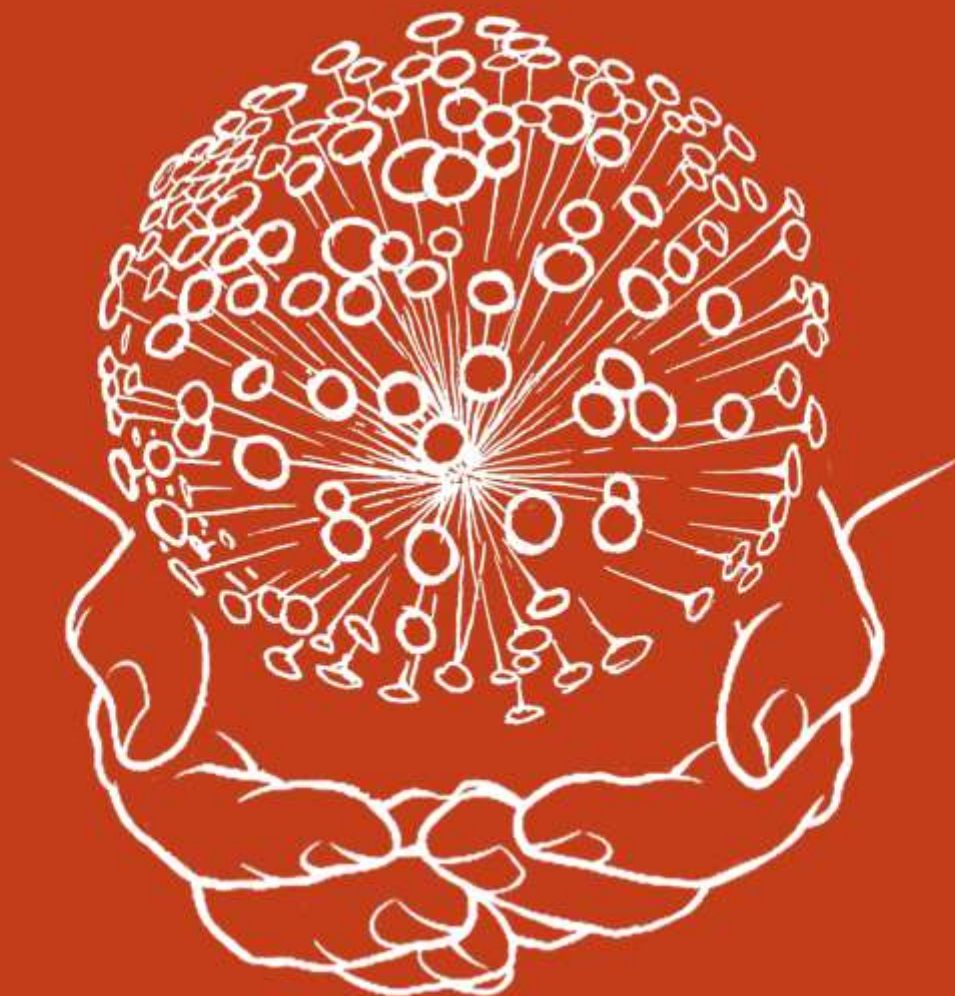
REVISTA
TERRITORIAL

PERIÓDICO ELETRÔNICO DE GEOGRAFIA
ISBN 2317 - 0360

REVISTA
TERRITORIAL

PERIÓDICO ELETRÔNICO DE GEOGRAFIA
ISBN 2317-0360

A revista Territorial é uma publicação on-line de periodicidade semestral da Universidade Estadual de Goiás que tem por objetivo divulgar produções atinentes aos estudos e reflexões sobre diversas temáticas relacionadas à Geografia e áreas afins.



EDIÇÃO ESPECIAL
Grupo Internacional de Pesquisa Ação Participante – GIPAP

Ano 2024

CORPO EDITORIAL

Editores

Dra. Lorraine Gomes da Silva - Universidade Estadual de Goiás - UEG

Dr. Alexsander Batista e Silva - Universidade Estadual de Goiás - UEG

Dr. Vinicius Polzin Druciaki - Universidade Estadual de Goiás - UEG

Conselho Editorial

Douglas Santos - Prof. Dr. aposentado pela PUC / SÃO PAULO

Eguimar Felício Chaveiro - Universidade Federal de Goiás - UFG

Edvaldo Cesar Moretti - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Júnior Miranda Scheuer - Universidad de la República / URUGUAI

Léia Aparecida Veiga - Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA /
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Nohora Inés Carvajal Sánchez - Universidad Pedagógica y Tecnológica / COLOMBIA

Marcos Aurélio Saquet - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Marti Boneta - Departament d'Educació Generalitat de Catalunya / ESPANHA

Manoel Calaça - Prof. Dr. Aposentado pela UFG / GOIÂNIA

Conselho Científico

Ana Ivania Alves Fonseca - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Caio Cezar Cunha - Universidade Estadual de Londrina - UEL

Cristina Maria Macêdo de Alencar - Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Débora Carol Luz da Porciuncula - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Doris Aleida Villamizar Sayago - Universidade de Brasília - UNB

Junior Miranda Scheuer - Universidade de la República/ UDELAR

Léia Aparecida Veiga - Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA /
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Lorraine Gomes da Silva - Universidade Estadual de Goiás - UEG

Luís Fabiano de Aguiar Silva - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/MA e
Secretaria Municipal De Educação – SEMED/CHAPADINHA-MA

Marcos Aurelio Saquet - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

María Cristina García Angel - Universidad Autónoma de Chiapas - MÉXICO

Nohora Inés Carvajal Sánchez - Universidad Pedagógica y Tecnológica / COLOMBIA

Vivian Mendes Hermano - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

SUMÁRIO

Editorial	07-11
------------------------	-------

Artigos

Participação e Habitação Social: o protagonismo dos moradores das ocupações irregulares nas Pré-Conferências da Habitação de Londrina em 2023 Sandra Maria Almeida Cordeiro Marcos Aurelio Saquet.....	12-38
A Capoeira como Estratégia Social para a Conservação da Natureza, na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, Salvador-BA (BR) Débora Carol Luz da Porciuncula Cristina Maria Macêdo de Alencar Everton Santana Santos.....	39-54
O protagonismo das mulheres agricultoras nas feiras e mercados do Norte de Minas Vivian Mendes Hermano Ana Ivânia Alves Fonseca.....	55-75
Territórios Vulneráveis e de Resistência na luta por uma habitação digna em Londrina/PR Ideni Terezinha Antonello Léia Aparecida Veiga Isabelle Teixeira Bertini.....	76-103
La Situación del Sistema Agroalimentario de los Agricultores Familiares de la Sociedad de Fomento Rural de Tapia, Canelones/Uruguay Junior Miranda Scheuer.....	104-128
Resgate das Memórias sobre Plantas/Hortaliças Medicinais: experiências vividas na horta comunitária Amarbem/Cimmad Luiz Carlos Flávio Pamela Cichoski.....	129-152

A Investigação-Ação-Participativa, instrumento de transformação social: contribuições de Orlando Fals Borda e Paulo Freire
Luís Fabiano de Aguiar Silva.....153-180

A Liderança Feminina e as Redes de Solidariedade na Favela Nossa Senhora Aparecida em Londrina/PR
Caroline Berger de Paula.....181-198

Cartilha Popular: uma Proposta de Gênero Discursivo a Partir da Ciência Popular
Melissa Salinas Ruiz
César Andrés Alzate Hoyos
Daniela Celuppi.....199-214

Repensando as Políticas Públicas e suas Territorialidades
Caio Cezar Cunha.....215-229

Desenho Universal para a aprendizagem metodologias inclusivas para pessoas com deficiência visual no Ensino de Geografia
Karoline Oliveira Santos
Eloiza Cristiane Torres.....230-247

Impactos da Pandemia no uso de Álcool e Drogas - CAPS ADIII de Janaúba, Minas Gerais
Ana Paula Ferreira Santos Mota
Cássio Alexandre da Silva.....248-270

Comunidade do Salgado em Quirinópolis-GO: lugar de memórias e do saber/fazer
Gladis Cabral Martins
Edevaldo Aparecido Souza
Lorraine Gomes da Silva.....271-303

Editorial

A presente edição especial da Revista Territorial de julho de 2024, abarca pesquisas de abordagem qualitativa produzidas por pesquisadores do Grupo Internacional de Pesquisa Ação Participativa/GIPAP. Trata-se de um grupo constituído em 2022 por pesquisadores/as de diferentes Institutos e Universidades de Ensino Superior do Brasil e também da Colômbia, Uruguai e do México, tendo como ponto convergente a elaboração de pesquisas qualitativas, articulando-se diferentes perspectivas teórico-metodológicas e empíricas, sujeitos e saberes a favor de uma ciência sempre mais útil para a sociedade.

Desse modo, os trabalhos aqui apresentados expressam uma construção coletiva de estudos e debates ocorridos nos momentos de diálogos internos do grupo bem como nos eventos realizados nos anos de 2023 e 2024, respectivamente na Universidade da República/UDELAR em Montevideu/Uruguai e na Universidade Estadual de Londrina/UEL no Paraná, Brasil.

Assim, essa edição traz uma diversidade de artigos/textos os quais versam sobre participação popular, habitação social, protagonismo de mulheres, memórias e práticas ancestrais, agricultura familiar, ciência popular, educação, políticas públicas, pandemia e impactos e comunidades camponesas.

O primeiro artigo intitulado ‘Participação e Habitação Social: o protagonismo dos moradores das ocupações irregulares nas Pré-Conferências da Habitação de Londrina em 2023’, autoria da professora Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro e do professor Dr. Marcos Aurélio Saquet (coordenador do GIPAP), teve como foco a participação popular nas Pré-Conferências, evento preparatório para 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina. Trata-se de uma pesquisa ação com destaque para o protagonismo social e busca do

aprofundando do olhar sobre os espaços de interlocução entre o poder público e a população, no processo coletivo de construção de propostas sentidas no cotidiano dessa população.

O segundo texto produzido por Débora Carol Luz da Porciuncula, Cristina Maria Macêdo de Alencar e Everton Santana Santos envolveu uma discussão sobre a prática da capoeira na APA da bacia do Cobre, em São Bartolomeu, no município de Salvador, como uma estratégia de conservação da natureza. Com metodologia qualitativa, essa pesquisa contribui ao pensar a prática da Capoeira articulada a ações voltadas à conservação da floresta, das águas e dos modos de vida rural que ali se realizam, a partir do reconhecimento dos vínculos, materiais e imateriais.

O terceiro artigo denominado ‘O Protagonismo das mulheres agricultoras nas feiras e mercados do Norte de Minas’ foi produzido por Vivian Mendes Hermano e Ana Ivânia Alves Fonseca, tratou da atuação da mulher do campo no comércio de produtos por elas cultivados e/ou transformados. É uma pesquisa que nos leva a refletir sobre a importância de dar visibilidade a atuação cotidiana dessas mulheres, que produzem saberes e fazeres.

O quarto artigo escrito por Ideni Terezinha Antonello, Léia aparecida Veiga e Isabelle Teixeira Bertini, contemplou as reflexões sobre o termo favela para as moradias precárias em cidades brasileiras, sinalizando as primeiras reflexões sobre a proposição de uma nomenclatura para as moradias precárias, a partir de ideias embasadas em territórios vulneráveis e de resistência no processo de direito a habitação em Londrina, no Paraná/Brasil.

O quinto texto intitulado La Situación del Sistema Agroalimentario de los Agricultores Familiares de la Sociedad De Fomento Rural de Tapia, Canelones/Uruguay, escrito por Junior Miranda Scheuer, docente e pesquisador na Universidade da República/UDELAR, no Uruguai, compreendeu um estudo de caso, tendo como base as etapas de produção, transformação e distribuição do sistema agroalimentar dos agricultores familiares vinculados à Sociedade de Fomento Rural de Tapia, Canelones, analisando a relação entre as famílias rurais e o sistema agroalimentar.

O sexto artigo produzido por Luiz Carlos Flávio e Pamela Cichoski, envolveu a temática de horta comunitária e o resgate das memórias sobre as plantas/hortaliças medicinais. Fruto de um projeto de extensão desenvolvido

junto a moradores que desenvolvem atividades na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad, no bairro Padre Ulrico, na cidade de Francisco Beltrão-PR, esse trabalho ao aproximar a universidade e território, contribui no debate voltado à produção de conhecimentos com enraizamento territorial ao valorizar os saberes e fazeres dos sujeitos sociais envolvido com a horta comunitária.

O sétimo texto escrito por Luís Fabiano de Aguiar Silva faz uma reflexão teórica sobre as contribuições de Orlando Fals Borda e Paulo Freire no campo da pesquisa qualitativa do tipo Investigação-Ação-Participativa/IAP. O autor estimula a produção de pesquisas IAP ao destacá-la como importante mecanismo de ação política ancorado no elo entre o saber popular e o saber científico, adotando o olhar sujeito-sujeito no lugar da ideia convencional de sujeito-objeto de pesquisa.

O oitavo texto intitulado 'A Liderança Feminina e as Redes de Solidariedade na Favela Nossa Senhora Aparecida em Londrina/PR', produzido por Caroline Berger de Paula, tratou da problemática vivenciada em uma favela de Londrina e do papel da mulher nesse contexto, que em sua maioria, assume a responsabilidade afetiva da casa e convive cotidianamente com os problemas relacionados pela falta de moradia, escolas, creches, áreas de lazer, postos de saúde. Tendo como base a pesquisa qualitativa, a autora buscou dar visibilidade a rede de solidariedade formada por um grupo de mulheres, que contribuem para a obtenção de recursos que possam garantir melhores condições de vida à existência das famílias em situação de vulnerabilidade social na favela Aparecidinha.

O nono artigo com recorte temático na ideia de ciência popular, envolveu a produção de cartilha popular embasada no gênero discursivo. As/Os autoras/es Melissa Salinas Ruiz, César Andrés Alzate Hoyos e Daniela Celuppi, buscaram por meio da pesquisa-ação-participativa praticada na interface universidade-território, estabelecer uma cooperação entre o programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação - NAPI Alimento e Território, e a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES-PR. Trata-se de uma pesquisa que prioriza o diálogo coletivo entre sujeitos da academia e sujeitos das cooperativas, na busca de ações que realmente atendam as necessidades cotidianas dos sujeitos envolvidos.

O décimo texto intitulado ‘Repensando as Políticas Públicas e suas Territorialidades’ e escrito por Caio Cezar Cunha, em uma discussão teórica, abarcou a importância de se pensar as políticas públicas para além das estruturas predefinidas. Para tanto, como caminho teórico-metodológico, o autor aponta para a necessidade de integração das concepções de desenvolvimento e território à discussão sobre políticas públicas, conceitos esses com forte potencial de sinalizar novos olhares inclusivos e sensíveis para políticas públicas alinhadas com as realidades locais.

O décimo primeiro artigo, produzido por Karoline Oliveira Santos e Eloiza Cristiane Torres, traz discussões no campo da educação inclusiva, ao contemplar o desenho universal para aprendizagem nas aulas de geografia junto às pessoas com deficiência visual. Trata-se de uma pesquisa teórica, na qual, as autoras sinalizam para a importância do Desenho Universal para Aprendizagem em Geografia com ênfase na diversidade dos recursos utilizados no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, atendendo assim as necessidades desses discentes e corroborando para a prática de um ensino inclusivo.

O décimo segundo texto, intitulado ‘Impactos da Pandemia no uso de Alcool e Drogas - CAPS ADIII de Janaúba, Minas Gerais’ e escrito por Ana Paula Ferreira Santos Mota e Cássio Alexandre da Silva, buscou explorar a interseção entre geografia e saúde, tendo como contexto os impactos da pandemia de 2020 a 2023, na cidade de Janaúba, Município da Serra Geral. Ao centrarem suas atenções nos padrões de uso de álcool e drogas bem como nos fatores geográficos, socioeconômicos e de saúde mental, destacando as desigualdades regionais, a pesquisa final contribui sinalizando as intervenções e políticas públicas necessárias ao entendimento das dinâmicas de saúde pós-pandemia.

E, por fim, o último artigo intitulado ‘Comunidade do Salgado em Quirinópolis-GO: lugar de memórias e do saber/fazer’ produzido por Gladis Martins Cabral, Edevaldo Aparecido Souza e Lorrane Gomes da Silva, finalizando essa edição especial traz uma contribuição aos estudos sobre comunidades camponesas, ao pesquisar um grupo com alto índice de parentesco, no município de Quirinópolis-GO. Essa pesquisa nos chama atenção para a preservação da identidade cultural em tempos de intenso processo de modernização no campo.

Léia Aparecida Veiga

Doutora em Geografia. Professora no Programa de Pos-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Pesquisadora do GIPAP.

E-mail: leia.veiga@uel.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9940086723504263>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7870-293X>

Lorrane Gomes da Silva

Doutora em Geografia. Professora do curso de Geografia e mestrado em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás-UEG / Câmpus Cora Coralina. Pesquisadora e vice coordenadora do GIPAP.

E-mail: lorrannegomes@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3130563394184110>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3760-3705>

Participação e Habitação Social: o protagonismo dos moradores das ocupações irregulares nas Pré-Conferências da Habitação de Londrina em 2023

Social Control and Social Housing in Londrina: the role of residents of irregular occupations in the Londrina Housing Pre-Conferences in 2023

Participación y Vivienda Social: el protagonismo de los residentes de ocupaciones irregulares en las Preconferencias de Vivienda de Londrina en 2023

Sandra Maria Almeida Cordeiro

Universidade Estadual de Londrina
sandracordeiro@uel.br

Marcos Aurelio Saquet

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
saquetmarcos@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como foco a participação popular nas Pré-Conferências, evento preparatório para 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina. Objetiva-se caracterizar e analisar o protagonismo social, aprofundando o olhar sobre os espaços de interlocução entre o poder público e a população que permearam a construção de propostas sentidas no cotidiano dessa população. É uma pesquisa ancorada no tipo pesquisa-ação, ao passo que a pesquisadora conduziu como coordenadora as Pré-Conferências Municipais de Habitação. trata-se de um relato de experiência, de cunho descritivo-reflexivo. Esses encontros revelaram ao mesmo tempo a pluralidade crescente da sociedade e dos interesses nela

presentes, entretanto três desses encontros que participaram moradores das ocupações irregulares se destacaram pela grande participação social desses e pelo número de propostas apresentadas. Percebe-se a amplitude dos espaços e canais de participação em relação a metodologia participativa proposta nas Pré-Conferências propondo o diálogo e a construção dos saberes técnico e popular.

Palavras-chave: Participação Social. Territórios Vulneráveis. Pré-Conferência Municipal de Habitação, Londrina.

Abstract: This article focuses on popular participation in the Pre-Conferences, a preparatory event for the 6th Londrina Municipal Housing Conference. The objective is to characterize and analyze social protagonism, deepening the look at the spaces of dialogue between public authorities and the population that permeated the construction of proposals felt in the daily lives of this population. It is a research anchored in the action research type, while the researcher led the Municipal Housing Pre-Conferences as coordinator. This is an experience report, of a descriptive-reflexive nature. These meetings revealed at the same time the growing plurality of society and the interests present in it, however three of these meetings in which residents of irregular occupations participated stood out for their great social participation and the number of proposals presented. The breadth of spaces and channels of participation can be seen in relation to the participatory methodology proposed in the Pre-Conferences, proposing dialogue and the construction of technical and popular knowledge.

Keywords: Social Participation. Vulnerable Territories. Pre-Municipal Housing Conference, Londrina.

Resumén: Este artículo se centra en la participación popular en las Pre-Conferencias, evento preparatorio de la 6ª Conferencia Municipal de Vivienda de Londrina. El objetivo es caracterizar y analizar el protagonismo social, profundizando la mirada sobre los espacios de diálogo entre poderes públicos y población que permearon la construcción de propuestas sentidas en el cotidiano de

esta población. Es una investigación anclada en el tipo investigación acción, mientras que la investigadora lideró las Pre Jornadas Municipales de Vivienda como coordinadora. Se trata de un relato de experiencia, de carácter descriptivo-reflexivo. Estos encuentros revelaron al mismo tiempo la creciente pluralidad de la sociedad y los intereses presentes en ella, sin embargo tres de estos encuentros en los que participaron vecinos de ocupaciones irregulares se destacaron por su gran participación social y la cantidad de propuestas presentadas. La amplitud de espacios y canales de participación se puede ver en relación a la metodología participativa propuesta en las Pre Jornadas, proponiendo el diálogo y la construcción de saberes técnicos y populares.

Palabras clave: Participación Social. Territorios vulnerables. Conferencia Pre-Municipal de Vivienda, Londrina.

Introdução

Quando morar é um privilégio ocupar é um direito¹...

Como essa frase faz sentido quando se afirma que, morar se torna um privilégio, na cidade capitalista, que exclui a população de baixa renda ao acesso à moradia digna. O direito à moradia que tem sido viabilizado pelos programas de habitação de interesse social não assegura tal direito, pelo contrário, causa frustrações e destruição do sonho da casa própria aos sujeitos.

Assim, os movimentos de luta por melhoria das condições de vida são fundamentais, nos quais parece cada vez mais evidente que há necessidade de estreitar a relação entre o Estado e a sociedade civil. E é justamente por isto que a autora se tornou membro titular do Conselho Municipal de Habitação², participando dos espaços de discussões sobre as questões urbanas e habitação de interesse social, vivenciando angústias e sofrimentos de pessoas sem teto, sem moradia, fato que resultou no aprofundamento das pesquisas há anos realizadas sobre esta temática, cursando mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Estudando o tema avaliação de políticas sociais, percebe-se o quanto distante da realidade estão, quando se referem à participação popular na formulação e avaliação dessas políticas. Foi então que decidiu-se iniciar um processo de mobilização e organização popular para participar dos eventos preparatórios que antecedem a Conferência.

No município de Londrina, ao acompanhar as discussões sobre o Plano Diretor, a formação do Conselho Municipal de Habitação e a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS (que têm reflexos diretos para a população-alvo da habitação de interesse social), percebe-se um distanciamento do poder público para com as necessidades e anseios da população que vive à margem da cidade (in)formal e que cria seus próprios mecanismos de sobrevivência em relação à moradia.

¹ Expressão estampada nos muros da cidade de Porto Alegre, inscrita pelos Movimentos Sociais que atuam nas questões afetas ao cotidiano da política de habitação, repetida pela Professora Dra. Betânia Alfonsin durante a palestra “Direito à Moradia e Movimentos Sociais”, proferida em 2012, na Universidade Estadual de Londrina.

² Conselheira titular representante do segmento da sociedade civil organizada- CRESS/Pr – Conselho Regional de Serviço Social.

Para tratar do direito à moradia precisamos compreender a urbanização das cidades brasileiras, associada ao processo de industrialização que, via de regra, gerou um padrão de desenvolvimento excludente e promotor de desigualdades regionais e segregação socioespacial em nosso país. Para exemplificar tal padrão, cumpre observar seus impactos na taxa de urbanização que, segundo o IBGE, no ano de 1940, 31% da população morava nas cidades, enquanto em Londrina, eram 36,90 % da população. Porém, no ano de 1990, já eram 75% da população brasileira nas áreas urbanas, e 95% em Londrina. No ano de 2000, nas cidades brasileiras esse percentual passou para 81% e, em 2010, para 84,35%. Em Londrina, para os mesmos períodos, esse percentual aumentou pouco mais de 1%, passando de 96,94% para 97,40%. (IBGE- 2010)

O Brasil é considerado um país predominantemente urbano e Londrina já apresentava essa tendência de forte urbanização, contrariando a sua formação inicial que foi a partir de um ambicioso projeto imobiliário voltado para a venda de lotes rurais atraindo compradores do país e do exterior para a região Norte do Paraná. Dentre os problemas urbanos acumulados, destacamos o déficit habitacional que, atualmente, não é apenas urbano, mas também rural; déficit este estimado para os anos de 2008 a 2019 entre 5,4 a 5,9 milhões de habitações, bem como um número significativo de assentamentos precários, ocupações irregulares onde se alojam cerca de 3,2 milhões de famílias distribuídas no território nacional.

Em Londrina, esse déficit é estimado por meio de um cadastro de espera por moradia, no qual há 58.620 inscritos (2022) na COHAB/LD, sendo que 3.200 famílias vivem em ocupações irregulares. O censo 2022 demonstra que 15.500 famílias de Londrina se encontram enquadradas na renda de até 1,5 salário mínimo mensal, sendo essa a população alvo das políticas de habitação de interesse social.

Todo o cenário de crise econômica causado pelo aumento da população, a crescente especulação imobiliária, o déficit habitacional exacerbado - tanto qualitativo como quantitativo-, engendraram problemas urbanos, socioambientais e habitacionais. Em decorrência, as ocupações irregulares foram criadas como alternativas para a população de baixa renda que não tem acesso a moradia.

Segundo dados apontados na Revista Perfil (Londrina, 2022) o número de ocupações no município de Londrina consistia em 65 e, nestas, residiam 10.289 pessoas em condições de vulnerabilidade e risco social.

Com base nos percentuais populacionais brasileiros, Maricato (2001), afirma que o reflexo do processo de urbanização, no cotidiano das cidades brasileiras, se conformou em pouquíssimo tempo, sem planejamento urbano, sendo dominado pelo favorecimento dos interesses dos agentes proprietários dos meios de produção, acaba por ocasionar altas taxas de segregação socioespacial.

Por outro lado, Wanderley (2009), afirma que as décadas de 1970, 1980 e 1990 foram significativas para a politização da questão urbana, pois foram organizados os movimentos sociais que lutam por moradia, regularização fundiária, políticas públicas, recursos para habitação, organizações profissionais e, com destaque, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana³, responsável pela mobilização de diversos setores populares, profissionais e acadêmicos pela aprovação da Emenda Popular da Reforma Urbana durante o período da Assembleia Constituinte.

Assim como obteve-se avanços, também houve retrocessos na gestão do governo federal⁴ (2018-2022) das instâncias participativas - IPs representadas pelos Conselhos, um esvaziamento da participação institucionalizada e diálogo com os movimentos sociais e outros atores coletivos. Em relação às instituições participativas, as mais significativas, na trajetória examinada, são os Conselhos Municipais de Habitação/CMHs, destacando-se as Conferências de Habitação, porém, ao longo das últimas gestões, estas apresentaram dificuldades para o adequado funcionamento, influenciando o esvaziamento dos processos

³ No contexto da Assembleia Nacional Constituinte, o MNRU apresenta a emenda popular de reforma urbana, assimilada parcialmente no capítulo inédito de política urbana na CF-88, correspondente aos artigos 182 e 183. O primeiro traz os princípios da função social da cidade e da propriedade; resignifica o instrumento do Plano Diretor como obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes e cria o instrumento de parcelamento e edificação compulsória. O segundo refere-se destaca-se outro avanço e reconhecimento, pelo art. 183, do direito à ocupação informal, por meio do usucapião urbano, inclusive coletivo, após cinco anos, remete ao princípio da função social da propriedade (Brasil; Carneiro, 2009)

⁴ Decreto 9759-<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/16/governo-bolsonaro-extingue-mais-um-espaco-de-discussao-de-politica-urbana>

participativos e o baixo envolvimento do público alvo da habitação de interesse social.

De forma geral, argumenta-se que a participação social institucionalizada por meio de instituições participativas, canalizando agendas de movimentos populares e associações ligadas à moradia em contextos de governos que privilegiem a gestão democrática, pode ser associada a avanços e inovações que pautam nas políticas habitacionais. O sucesso de uma Conferência de habitação depende da participação popular, a presença da população é fundamental para que os objetivos sejam alcançados.

Nesse contexto sucintamente descrito, esse estudo trata de um relato de experiência, de cunho descritivo-reflexivo, vivenciado em setembro de 2023. O cenário do estudo corresponde ao município de Londrina, localizado no Norte do Paraná e que abriga uma população, segundo censo IBGE 2022, de 555.937 habitantes, sendo por isso classificado como o segundo município mais populoso do estado (IBGE, 2022).

No tocante à habitação, o município de Londrina, conta com a Companhia Municipal de Habitação – Cohab-Ld, representando um braço do poder público na implementação da política de habitação de interesse social.

A questão da habitação em Londrina tem sido marcada, historicamente, pela ausência de ações continuadas e pela ausência de uma política pública voltada para a população vulnerável economicamente. Conforme diagnóstico retratado no Plano Local de Habitação de Interesse Social/PLHIS (2011), excetuando o curto período de 1993 a 1997, em que o problema da habitação foi enfrentado por meio de um processo participativo através de duas conferências municipais, a primeira em abril de 1993 e a segunda em abril de 1997, que levou à criação e instituição do conselho municipal da habitação, poucos foram os momentos nos quais esta questão foi abordada de modo sistemático. Desse período até o presente momento (1993-2023) foram realizadas 06 Conferências e diversas Pré-conferências evento preparatório para a conferência.

A experiência mais recente do CMH de Londrina na sua sexta edição da Conferência e em oito encontros das Pré-Conferências em 2023, evidenciou um grande número de moradores das ocupações irregulares, sendo esses os protagonistas desses encontros. Quando a comissão organizadora da 6ª

Conferência planejava as Pré-Conferências, a princípio demandava a realização de cinco distribuídas nas Zonas: Norte, Sul, Leste, Oeste e na central de Londrina. Analisando o contexto do número de ocupações e os conflitos que têm sido vivenciados entre poder público e moradores definiu-se pela realização de mais três Pré-Conferências nos territórios de ocupações irregulares. Com isso foram realizadas na Zona Norte duas Pré-Conferências, sendo uma no Conjunto Flores do Campo e a outra na ocupação Aparecidinha; uma na Zona Sul atendendo as ocupações do União da Vitória, Vila Feliz, Cristal que foram executadas e coordenadas por docentes e discentes da Universidade Estadual de Londrina no mês de setembro de 2023, sendo esse o foco desse estudo.

Como metodologia de abordagem qualitativa foi utilizada a pesquisa-ação que “é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la”. A proposta é que as mudanças levem a um “aprimoramento das práticas analisadas” (Severino, 2007, p. 120). Saquet (2019), ao aprofundar a discussão sobre metodologia participativa de pesquisa e/ou ação, assevera que é necessário que o/a pesquisador/a vá ao território não para estudar aquela realidade mantendo a dicotomia sujeito-objeto, mas sim movido pela relação sujeito-sujeito que visa produzir conhecimento junto com a população que vive o território, com cooperação entre os diferentes sujeitos que resulte em novas formas de conhecer e intervir naquela realidade.

Para o autor, trata-se do/a pesquisador/a assumir a postura de colocar-se lado a lado dos trabalhadores/as, consciente dos efeitos nocivos do poder do capital e do Estado burguês, inserindo-se nos movimentos sociais em uma luta contra-hegemônica.

Para tanto, como técnicas de pesquisa, utilizou-se revisão de literatura científica e levantamento documental analisando atas do CMHL referente à participação social nas Pré-conferências, eventos preparatórios para 6ª Conferência Municipal de Habitação. A análise documental se concentrou no processamento das informações das listas de presença dos encontros presenciais, bem como nas propostas elencadas a partir dos encontros. Dos oito encontros realizados, extraiu-se 03 para esse relato. Classificou-se um total de 717 registros individuais de participação nas oito Pré-Conferências, desse total destacamos 501 são moradores das ocupações irregulares e apresentaram 51 propostas encaminhadas à Conferência.

O texto final foi organizado em quatro partes. Inicialmente discutiu-se sobre participação social apontando as instâncias participativas institucionalizadas por meio do conselhos e os eventos, dentre os quais as conferências. A seguir apresenta-se o Conselho Municipal de Habitação de Londrina e as Pré-Conferências e o protagonismos dos participantes.

Participação social e as instâncias participativas

O Estatuto da Cidade de 2001 estabeleceu como uma das diretrizes gerais da política urbana com a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano⁵

[...] gestão democrática: deve ocorrer por meio da ação de conselhos avançar no planejamento e na gestão urbana de política urbana, da iniciativa popular de leis e da realização de debates, audiências e consultas públicas para a aprovação e a implementação dos planos diretores e das leis orçamentárias (Brasil, 2011, p.13-14)

Tatagiba (2002), alerta que o discurso da participação cidadã pregava a democratização do processo com eficácia dos resultados, visando à inversão de paradigmas de gestão. “A mudança seria possível porque a participação provocaria um tensionamento nas agências estatais, tornando-as mais transparentes, mais responsáveis, mais suscetíveis ao controle da sociedade”. (Tatagiba, 2002, p.47). Para a autora, era esperado que a sociedade ficasse mais ‘próxima’ do Governo e pudesse exercer um papel mais efetivo de fiscalização e controle.

A autora, entende que o que se esperava da participação era que ela “tivesse um efeito direto sobre os próprios atores que participavam, atuando como um fator educacional na promoção de cidadania” (Tatagiba, 2002, p.47).

⁵ Lei n.º 10.257/2001, artigo 2.º, inc. II.

Assim, quanto mais participativo fosse o indivíduo da esfera pública e política, maior seria sua capacidade cidadã.

Para Dagnino (2004) o número de conselhos municipais de políticas públicas no Brasil apresentou um crescimento intenso desde a década de 1990. Como resultado, pode-se observar um conjunto de variáveis que explicam o seu êxito ou não, dentre as quais se destacam o desenho institucional, a densidade associativa, a cultura política dos atores e seus recursos, quer individuais quer coletivos, e a vontade política das elites governantes e/ou elites políticas (Côrtes, 2009; Almeida, 2010; Cunha, 2012).

O conceito de instituições participativas - IPs surge a partir de uma crítica de Avritzer (2008), à forma como a ciência política, tradicionalmente, tem tratado o conceito de instituição política, tomando como parâmetro apenas aquelas “formais” da democracia representativa. A crítica do autor é de que tal abordagem não consegue captar instituições que não estão formalmente definidas. Uma segunda crítica é quanto à abrangência do conceito, ao não tratar das “práticas participativas, mas apenas com as instituições resultantes do processo de autorização da representação”. Por IPs o autor destaca formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre política. (Avritzer, 2008, p. 45).

As IPs são formas de participação política e consideradas como instituições por envolverem um conjunto de regras que regem a atividade social e política, tal qual instituições políticas mais tradicionais (casas legislativas, poder executivo, sistema legal, judiciário etc.). Além disso, essas por meio de suas instâncias representativas ou combinadas com forma diretas, proporcionam a vocalização de demandas, discussão pública e formação de acordos a partir de cidadãos e grupos organizados da sociedade (Pires; Lopez, 2010). A participação popular direta e o respeito à soberania popular nos processos de tomada de decisão sobre os espaços da cidade, se torna uma premissa.

Destacamos as conferências entendidas como processos participativos que reúnem, com certa periodicidade, representantes do Estado e da sociedade civil para a formulação de determinada política pública. Para o Instituto Pólis (2005) as finalidades de conferências são: Definir princípios e diretrizes das políticas setoriais; Avaliar programas em andamento, identificar problemas e

propor mudanças, para garantir o acesso universal aos direitos sociais; Dar voz e voto aos vários segmentos que compõem a sociedade e que pensam o tema em questão; Discutir e deliberar sobre os conselhos no que se refere às formas de participação, composição, proposição da natureza e de novas atribuições; Avaliar e propor instrumentos de participação popular na concretização de diretrizes e na discussão orçamentária.

Partindo destas intencionalidades, além do caráter de formulação e avaliação de ações estatais, percebe-se a intenção de trazer os diversos sujeitos políticos para a discussão no espaço público e de conectar esse mecanismo de participação com outros de um sistema participativo, como no caso dos conselhos. Importante ressaltar que as conferências se constituem como processos participativos, não são apenas atividades ou eventos, pois em geral desenvolvem-se ao longo do tempo e não pontualmente. Além disso, têm diversas ações conectadas e há a intenção, declarada, de encaminhar as decisões geradas no processo de discussão.

Assim, podem ser identificados alguns elementos caracterizadores de conferências, a saber: elas constituem-se como uma etapa da formulação de políticas públicas em uma determinada área temática; reúnem diversos sujeitos políticos; conectam-se com outros mecanismos de participação; e desenvolvem-se como um processo participativo.

As conferências, em geral, são convocadas com caráter consultivo ou deliberativo, o ato convocatório pode ser lei, decreto, portarias ou resolução do respectivo conselho. O órgão responsável pela convocação e realização do processo pode ser do Poder Executivo ou do Legislativo e também o próprio Conselho da área temática, os responsáveis publicam portarias que definem comissão organizadora, objetivos, período e forma de realização da conferência. É comum que na comissão organizadora já estejam representados os diversos segmentos a serem mobilizados.

Em geral, a comissão é um órgão colegiado temporário que discute as estratégias e o cronograma de ação que serão realizados por uma coordenação executiva, dedicada exclusivamente a tal tarefa; essa também discute o regulamento que estabelece as etapas do processo, a forma de escolha dos representantes e os temas em pauta.

Os eventos preparatórios podem ser realizados com públicos específicos – conferências setoriais – e podem ser municipais ou regionais, tendo múltiplas bases territoriais a depender da organização temática. Quando são processos nacionais, há etapas estaduais para a escolha de representantes e discussão prévia dos temas propostos. Para orientar a discussão são produzidos documentos de referência que podem provocar debate (texto orientador) ou apresentar propostas do governo para aquele tema (texto-base).

No evento final, ou seja, na conferência, o diálogo segue o modelo de assembleias e, quando é o caso, há momento para eleição de representantes para o respectivo conselho gestor. Nas conferências, têm direito a voz e voto os delegados vindos de etapas preparatórias e delegados natos – integrantes do conselho correlato, bem como é permitida a participação de observadores. As decisões dessa plenária são chamadas deliberações ou resoluções, e cabe ao órgão responsável pela conferência dar-lhes encaminhamentos.

Conselho Municipal de habitação de Londrina e as Pré-Conferências Municipais

Os conselhos municipais devem ser espaços democráticos e decisórios, locais de comunicação e expressão das discussões políticas de uma sociedade, das demandas sociais de uma comunidade. Podem ser locais de participação efetiva, uma vez que a maioria dos conselhos desempenham atribuições deliberativas e executórias, para definições de políticas públicas para efetivação de direitos sociais. Rocha (2008) enfatiza que quase a totalidade das políticas sociais brasileiras como saúde, educação, assistência social, habitação dentre outras,

[...] contam com espaços institucionalizados de participação social, denominados conselhos, que se configuram como órgãos administrativos colegiados com representantes da sociedade civil e do poder público. Muitos deles passaram a desenvolver também conferências nacionais, que são considerados espaços mais amplos de participação, onde representantes do poder público e da sociedade discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e a adequação das políticas públicas específicas (Rocha, 2008, p. 137).

É fundamental qualificar os conselhos de políticas públicas, e apontar diversas limitações, e aqui destaca-se o Conselho Municipal de Habitação de Londrina. No quesito da importância desse conselho, não se discute, porém, percebe-se limitações acerca de conhecimento e informações acerca da importância de sua atuação, além disso, por enfrentar outros problemas como ausência nas reuniões, dificuldades em relação aos horários das reuniões, falta de planejamento dentre outras impedem o cumprimento efetivo de seu papel.

Outro fator limitador é a falta de estrutura básica, como espaço físico, material, veículo, orçamento, secretaria e muitas vezes a ingerência do executivo local sobre as atividades do conselho, só se convoca reuniões quando há assuntos para serem deliberados. Observa-se, de modo geral, a falta de conhecimento sobre realidade local, o diagnóstico das questões habitacionais e principalmente da política urbana. Destaca-se a ausência de programas de capacitação dos membros do conselho, o que dificulta a fiscalização e a elaboração de propostas para a política pública de habitação. O desafio, portanto, é fortalecer os espaços de participação social, abrindo as reuniões para refletir e debater as questões afetas a moradia, promover discussões nos territórios vulneráveis e garantir autonomia às organizações da sociedade civil.

Outro desafio vivenciado em Londrina é a rotatividade entre os membros dos conselhos, pois esses são indicados pelas entidades e movimentos sociais (associações, sindicatos, dentre outros), dificultando a instalação de câmaras técnicas que poderiam dar suporte nas discussões e encaminhamentos de propostas. Outro centra na permanência de conselheiros só trocando entre o titular e suplente o que faz com que representantes permaneçam por várias gestões integrando o conselho, o que acaba por prejudicar a democracia participativa.

Importante destacar que os conselhos têm atribuições relevantes na definição, fiscalização e controle da execução das políticas públicas, mas, a participação dos cidadãos nestas duas instâncias (Conferência e Conselho) não é suficiente.

Há de se pensar em oportunizar maior participação popular ao definir políticas públicas, ao discutir a lei orçamentária anual e suas prioridades, através de audiências públicas descentralizadas, sendo essas imprescindíveis, entre

outros canais de comunicação, para que haja um diálogo entre governo e governados.

O cidadão precisa deixar de ser mero expectador das políticas públicas no Município para ser protagonista, o conselheiro tem importante função dentro de um conselho e precisa apropriar-se de suas responsabilidades de representar a população. Os conselhos não são meros órgãos consultivos, mas deliberativos e de controle da execução da política pública, portanto é necessária uma renovação nos conselhos a cada período de escolhas, para ampliar a participação de maior número de cidadão que represente a população.

Londrina conta, atualmente (2023), com o Conselho Municipal de Habitação formado por 28 conselheiros e, desses 13 são representantes do poder público indicados pelos órgãos públicos municipais, ou seja, 46% dos conselheiros tem vínculo com a gestão municipal. As demais vagas são ocupadas por 07 representantes da sociedade civil organizada e 08 representantes dos movimentos sociais e seus respectivos suplentes, com mandato por quatro anos.

Afirmamos que a existência de um Conselho Municipal de Habitação é a garantia formal da participação de pessoas de forma institucionalizada na organização, gestão, fiscalização e controle da política pública de habitação de interesse social, mas que nem sempre essa organização formal garante a efetiva participação. Essa composição eleita para próxima gestão (2024-2028), pouco se alterou, são praticamente os mesmos indivíduos que foram indicados pelas entidades, movimentos sociais e do governo municipal. Muitos são os desafios a serem vencidos, pois a participação social é fundamental para se construir uma democracia efetiva e de concretização dos direitos sociais.

Nos encontros de planejamento realizados, desde maio de 2023, os conselheiros do CMHL se dedicaram a viabilizar a 6ª Conferência Municipal de Habitação. Após várias reflexões e discussão a comissão organizadora⁶ decidiu pelo tema: Um novo olhar para habitação de Interesse Social de Londrina, considerando que o município não possui a política pública de habitação de interesse social e que não há uma gestão compartilhada nas instâncias

⁶ Comissão formada por sete conselheiros representantes dos segmentos. A autora desse artigo fez parte dessa comissão, bem como o representante do CEPAS, entidade que participou intensamente da mobilização e organização dos moradores das ocupações.

federativas, como nas demais políticas setoriais que possuiu um tema para as conferências municipais, estaduais e nacional. Desse tema foram criados três subtemas sendo esses: 1. Políticas Públicas, Metropolização e Projetos Habitacionais de Interesse Social; 2. Linhas de Financiamento e Programas Habitacionais de Interesse Social e o 3. Urbanização, Regularização Fundiária e Áreas Públicas para Habitação.

Souza (2012) destaca que as conferências podem ser convocadas para a formulação de propostas de políticas públicas, e assim foi definido para a 6ª Conferência Municipal de Londrina, momentos para refletir e pensar na construção de uma política pública de habitação para Londrina, propondo a realização de cinco (5) encontros preparatórios antes da Conferência, sendo nas Zonas: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. Tendo por base essa organização dos fóruns, os pesquisadores iniciaram uma discussão partindo do seguinte questionamento: até que ponto esses espaços representariam a população alvo para qual a política pública estaria sendo pensada? Muitos foram os desafios de se pensar nesses pré-encontros, foi então que assumiu-se a coordenação trazendo para a academia essa responsabilidade através de Projetos de Pesquisa⁷ coordenados por docentes da Universidade Estadual de Londrina.

Decidiu-se pela realização de mais três Pré-Conferências nos territórios das ocupações irregulares de Londrina, a partir dessa proposta voltou-se para academia para discutir e refletir estratégias para essa realização. Inicialmente, entre docentes e discentes, composta por 05 pessoas, elaborou a proposta das Pré-Conferências, construindo a metodologia, a criação de uma cartilha para subsidiar as discussões, a programação operativa com os temas a serem abordados, locais, horários, responsáveis, logística e divulgação.

Em seguida, foi apresentado e aprovado pela comissão da 6ª. Conferência Municipal de Habitação. Distribui-se as tarefas entre a comissão organizadora e a academia assumiu a coordenação e a realização das oito (8) Pré-Conferências, bem como da 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina, incluindo a arte final dos materiais de divulgação como cartazes que seria o

⁷ Projeto 13408 - Direito à Cidade; Habitação Social; Monitoramento e Avaliação de Políticas Territoriais Urbano/Rural em Países Da América Latina – coordenadora Prof Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro e discentes de graduação e pós-graduação do Serviço Social. Projeto 13629 - Atlas dos Territórios Vulneráveis: As Ocupações Irregulares de Londrina/Parana – coordenado pela Prof. Dra. Ideni Terezinha Antonello e discentes de graduação e pos graduação da geografia.

documento base para as discussões nas Pré e na Conferência. Aos demais conselheiros ficou a responsabilidade pela mobilização e organização dos moradores das ocupações, bem como dos espaços físicos para realização desses encontros e a Cohab-Ld o suporte físico, humano e financeiro para realização desses encontros.

A partir da confecção de material de divulgação oferecemos aos participantes da academia um evento preparatório, sendo esse uma capacitação intitulada: Participação Social e Autonomia: uma experiência para elaboração da Política Habitacional de Londrina⁸. O evento foi composto por dois momentos sendo módulo teórico, que culminou em quatro encontros e no prático a participação dos alunos nas Pré-Conferências e na 6ª Conferência Municipal de Habitação. Participaram discentes e docentes da graduação e pós-graduação da arquitetura e urbanismo, da Geografia e do Serviço Social da UEL, além de profissionais e representantes de movimentos sociais.

As Pré-Conferências de habitação, no município, apresenta-se como espaços que visam à divulgação da Conferência Municipal, além de estimular a participação da população, apresentando as questões de moradia, apontando propostas para serem discutidas e aprovadas na Conferência dando diretrizes para a elaboração da política de habitação de interesse social. Ainda, funciona como espaço para escolha dos delegados que representarão a população na Conferência Municipal. Sendo assim, seus participantes acabam compartilhando seus anseios e necessidades avaliando a real situação da habitação e elaborando propostas que irão desembocar na CMH.

As pré-Conferências ocorreram como planejadas e coordenadas pelas docentes e discentes da Universidade Estadual de Londrina, contando com a presença de 717 pessoas (grafico 1), distribuídas nos oito encontros, destacando como o maior número de participantes em evento dessa natureza e do segmento da habitação desde seu início. Desses encontros foram eleitos 96 delegados que participarão da 6 Conferência Municipal de Habitação de Londrina.

⁸ Contamos com a participação de 61 inscritos nesse evento. Foi ministrado no modulo teórico os temas: Espaços de controle social; Participação Social; Auto gestão na Habitação. Os módulos práticos consistiram na participação dos inscritos nas Pre conferencias e na 6. Conferencia Municipal de Habitação.

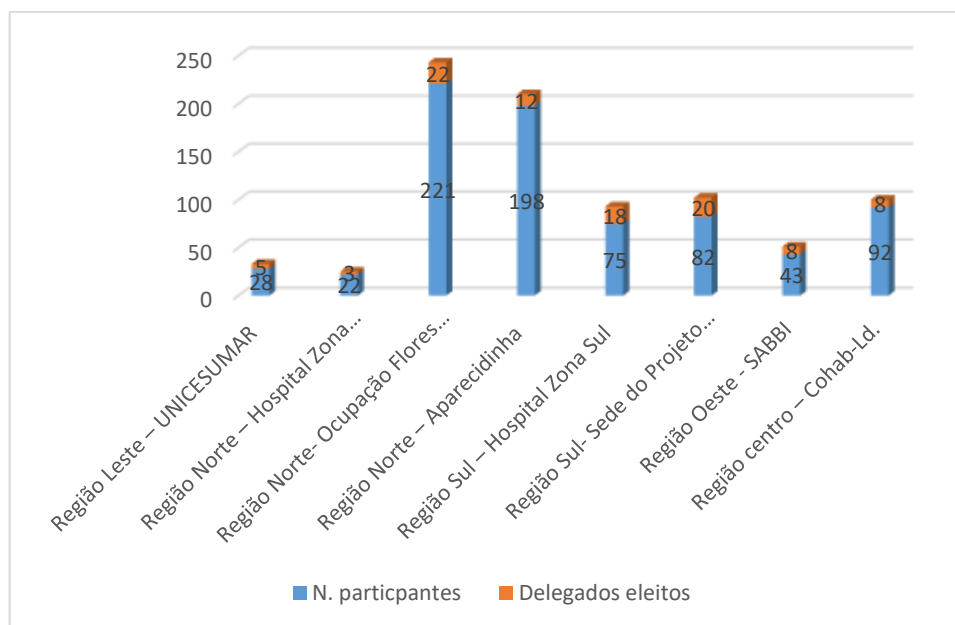


Gráfico 1: Número de participantes e delegados eleitos por Região.

Fonte: Grupo de Pesquisa Direito a Cidade, 2023.

Desse total de participantes, destaca-se a presença de 501 pessoas, moradores das ocupações irregulares, que participaram de forma intensa em 3 Pré-Conferências específicas de seus territórios, o que representa 69% do total de participantes (Gráfico 2).

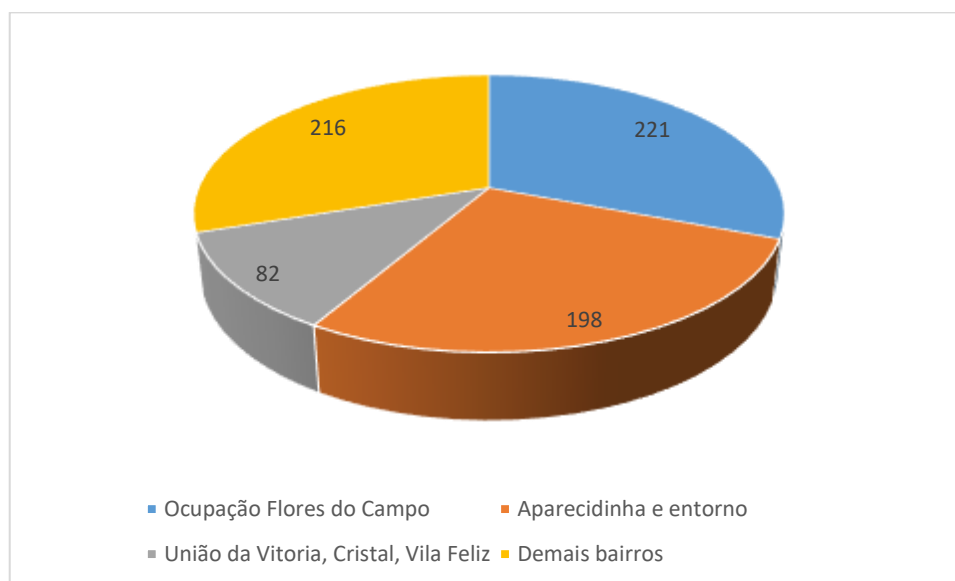


Gráfico 2: Participação nas Pré-Conferências dos moradores das ocupações (números absolutos)

Fonte: Grupo de Pesquisa Direito a Cidade, 2023.

Esses três encontros, que foram voltadas para atender as porções nas quais se encontram as ocupações irregulares, resultou na compilação de 51 propostas, posteriormente apresentadas junto a 6 Conferência Municipal de Habitação, bem como foram eleitos 54 delegados o que representa 56% do total de delegados eleitos que representarão esse segmento na CMHL.

O primeiro momento do evento apresentou-se a partir da cartilha - que continha o tema principal e três subtemas norteadores-, sendo produzida por acadêmicos e utilizada como disparadora da discussão nas Pré-Conferências, o que facilitou muito a compreensão e gerou discussão entre os participantes. Para Saquet, a participação popular em campos de sinergias tem sido fundamental para valorizar os sujeitos e seus saberes, pois instiga compromissos e integram conteúdos acadêmicos e populares, em uma gestão territorial dialógica e solidária (Saquet, 2021). Fals Borda (1981), quando se refere à metodologia da IAP, evidencia que se deve levar em conta o diferencial de comunicação, pois segundo ele é preciso respeitar o nível de desenvolvimento político e educativo da comunidade com a qual se está trabalhando, atitudes simples como a confecção de materiais ilustrados com linguagem informal fazem grande diferença.

A partir dessa abordagem foi criada a cartilha, considerando a linguagem para quem ela se destinava, além de partir da realidade desses moradores, buscou-se partir de suas vivências para retratar as situações cotidianas, para que se reconhecessem e se sentissem representados, destacados no índice como conversas no muro, conversas na construção e conversas nas ocupações.

Essa apresentação da cartilha através de audiovisual trouxe informações a esse público sobre o direito à moradia, regido pelo Constituição que estabelece a responsabilidade da provisão de moradias aos governos federal, estaduais, municipais. Destaca a Emenda Constitucional no 26/2000 que inclui a moradia entre os direitos sociais e reforça o papel fundamental da União na provisão dessas para as famílias de baixa renda, enraizado pelo processo de participação social, e participação da população de baixa renda que norteia a construção e transformação de políticas de habitação vigentes. Suscitou, também, a discussão do crescimento das ocupações irregulares demonstrando claramente que a produção informal de moradias precárias tem sido a forma hegemônica de “solução” adotada pela própria população nas faixas de baixa renda e revela o baixo alcance das políticas públicas que não foram

implementadas no município ao longo de décadas em que o déficit vem se avolumando.

Outro ponto desses encontros foi a participação e o engajamento dos docentes e discentes de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina nesse cenário. De fato, pode-se verificar a presença desses estudantes na plenária dessas Pré-Conferências que auxiliaram na condução das discussões e reflexões.

Logo após a explanação dos subtemas, ocorreu as discussões e reflexões entre público participante, elaborando as propostas que foram encaminhadas para aprovação na Conferência Municipal, destaca-se a oportunidade desse público de se apropriar de informações que permitiu compreender a cidade e suas leis, os processos de ocupações, espaços esses que produzem a exclusão da cidade mas também a oportunidade de exercer cidadania, participando da construção das políticas públicas de habitação social. Houve uma excelente resposta ao processo de mobilização executada por conselheiros ligados a entidade de terceiro setor CEPAS que atua no SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nesses territórios. Proporcionaram os deslocamentos desses com transporte, bem como a sede da entidade nesses territórios, são soluções importantes para uma população que não possuiu condições de estar nesses espaços por conta própria.

As pessoas vieram com a expectativa de resolver seus problemas particulares, o que se torna legítimo pelas condições de vulnerabilidade e riscos aos quais estão submetidas e com certeza atribuíram a esse espaço uma oportunidade de serem ouvidos. Segundo relato de um dos participantes, esse enfatiza a necessidade de serem ouvidos, “vamos demonstrar como estamos abandonados, necessitamos ser ouvido e temos expectativas e esperamos que respondam as nossas demandas”. (Moradora da Ocupação Aparecidinha, 2023)

Neste sentido, destacamos a presença de imigrantes venezuelanos que residem na ocupação Flores do Campo, porque eles sempre trouxeram o coletivo nas suas falas, como externou no diálogo com os técnicos, argumenta que precisa da participação da comunidade e é o que vem acontecendo nesses encontros.

....eu espero que daqui para frente se tenha mais reuniões, porém, uma a mais nível de conquista do que as outras, porque essa reunião não se parece com as outras que tivemos tempo atrás, nessa reunião de hoje já estamos com uma tranquilidade no coração porque na reunião de ontem conquistamos o fato de que não seremos despejados, na reunião de amanhã vamos conquistar o fato de que teremos representantes em cada uma das comunidades e assim iremos avançando nas conquistas. (Morador venezuelano da Ocupação Flores do Campo, 2023)

Oliveira e Antonello (2022), diz que é na valorização do conhecimento popular e nas estratégias para recuperá-lo, que envolvendo as camadas populares nos mais diferentes debates que se assenta a relevância da metodologia participativa, e nesse caso o contato direto com os moradores das ocupações foi possível compreender suas demandas vivenciadas no seu cotidiano, bem como assegurar que tivessem vez e voz nos espaços das Pré-Conferências. O desenrolar desses encontros, ocorreu de forma organizada e sistematizada, na medida em que o tempo alocado para esses momentos foi favorável e oportuno para discussões e reflexões, as quais foram marcadas pela intensa participação dos presentes.

Considerando a demanda por moradia e espaço urbano, de acordo com Maricato (2003), as ocupações, de maneira geral, são fruto de exclusão social, caracterizada por indicadores como informalidade, irregularidade, ilegalidade, a ausência de cidadania, a população acaba ocupando áreas impróprias para o uso, muitas vezes, encontradas em lugares de preservação ou risco, as quais apresentam algum grau de risco à segurança e à saúde da população, assim, formando um dos maiores problemas vivenciados pelas cidades brasileiras.

As propostas apresentadas nesses encontros retratam os conflitos fundiários, tornando visíveis as lutas por moradia, destacamos as reivindicações para a regularização fundiária, através da proposta: terrenos desocupados, prédios abandonados que cumpram sua função social.

De forma geral, argumenta-se que a participação social, por meio de instituições participativas, canalizando agendas de reivindicações ligadas à moradia e que privilegiem a gestão democrática pode ser associada a avanços e inovações que pautam nas políticas habitacionais. O sucesso de encontros como esse, depende da participação popular, representada nesse caso por seus moradores que pautam suas reivindicações, que serão apresentadas na

Conferência, que age como interlocutor das propostas aprovadas em plenárias, ampliando a participação e o controle social.

Analizamos nesses encontros o sentimento forte de pertença que essa população tem com o seu território, que segundo Santos é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, o território é fundamento do trabalho, o lugar da residência, de trocas materiais e espirituais, e do exercício da vida". (Santos, 2012, p. 14)

E mais ainda quando esses nos relatam que esse território sempre será o lugar da resistência, da defesa, da luta pela sobrevivência do poder que se institui. Não é um lugar qualquer, segundo moradora "aqui estou há mais de trinta anos ninguém me tira daqui e só saio daqui morta" (moradora do União da Vitória I, 2023).

Percebe-se, esse lugar cheio de significados para aqueles que o constroem, pois ela diz cada tijolo, cimento e pedra colocados nesse lugar para ter minha casa, foi com muito suor, lágrima e muitas vezes deixando de comer. Ressalta outra participante aqui nasceram meus filhos e estou aqui sem respostas há muitos anos. Como fica essa situação? Retomamos a partir das falas que aquele era o lugar de construir as propostas que viessem de encontro com tantas necessidades e com tanto abandono por parte do poder público. Observou-se a partir dessas falas que o significado dos territórios sofre determinações principalmente de seu histórico de constituição (Figura 1).

Esses encontros foram marcados por narrativas tão profundas e significativas que foram adicionadas nas propostas, pois a coordenação tinha um papel importante de colocar em propostas essas angústias permeadas por anos de espera por respostas.

Observou-se que a realização das Pré-Conferências nos territórios das ocupações possibilitou a participação da população alvo da política, ao mesmo tempo em que foram trazidas por esses moradores a falta de moradia, a precariedade, o acesso a cidade e as condições que estão submetidos. Outro ponto a destacar é que se cria uma cultura política para a participação social desse segmento na maioria das vezes excluídos desses espaços. Desta forma, trata-se de um espaço democrático de todos e para todos participarem.



Figura 1: Vista parcial da Pré-Conferência Flores do Campo

Fonte: Grupo de Pesquisa Direito a Cidade, 2023.

Por isso, o destaque às pré-conferências, podendo afirmar que essa população alvo da política de habitação de interesse social ocupou e ocupa o protagonismo e o papel fundamental no fornecimento de informações de seu cotidiano, que devem orientar na tomada de decisões políticas, considerando os seus respectivos resultados.

Considerações finais

A luta dos moradores das ocupações para conquistar e garantir o direito à moradia é fundamental pressionando o Estado a cumprir o seu papel previsto em lei e para gerir os recursos públicos, priorizando o essencial para a população de baixa renda. No entanto, para que as necessidades desses moradores estejam na pauta de prioridade do governo, faz-se necessária a mobilização desses moradores, por isso estar nas instancias participativas que foram as Pré-Conferências se torna um grande avanço e preparação para essas cobranças. Pois foram momentos de discussões e dos anseios do público

representando pelos moradores das ocupações, que resultou em número expressivo, qualidade e abrangência de propostas nunca vistas nas anteriores.

A valorização desse processo, e ousadia em realizar as Pré-Conferências de Habitação para os territórios das ocupações, destaca-se pela primeira vez em Londrina, tendo como fatores limitantes a disponibilidade de orçamento financeiro e, principalmente, o curto espaço de tempo para o planejamento destas e da própria 6. Conferência Municipal Habitação. Essa forma de organização da participação nas Pré Conferências, eventos preparatórios para a Conferência, pode ser considerada um avanço para o município quanto ao controle social, ao tempo em que se estabelece o desafio da continuidade desse processo nas próximas. O papel da academia nesse processo é de aproximação como ressalva Saquet (2022) que a práxis territorial popular pode e deve ocorrer dentro e fora do território, sendo papel das Universidades um papel essencial de recriarem uma revolução político-cultural-ambiental em favor da população de baixa renda, consubstanciando uma práxis territorial ligada aos diferentes sujeitos de cada território e lugar, no tempo e no espaço.

As políticas públicas por meio da implementação dos programas habitacionais no município de Londrina, não têm garantido o direito à moradia, tal política, que deveria instituir esse direito ao cidadão, estaria na contramão desse processo, pois desconsidera os aspectos culturais e identitários que permeiam o território urbano e a participação dos cidadãos enquanto sujeitos desse processo em construção.

A participação se constitui em um instrumento de controle do Estado pela sociedade e desta forma se apresenta como potencialidade dos cidadãos serem autores dos critérios e parâmetros relacionados às decisões no âmbito das políticas públicas. Nessa perspectiva, cidadãos podem ser responsáveis pela conquista de novos direitos e de promover a diminuição das desigualdades e iniquidades tão presentes na sociedade brasileira.

Entende-se que as pré-conferências de habitação realizadas contribuíram para democratizar o espaço da 6 Conferência Municipal de Habitação, na medida em que ampliaram a base da participação dos moradores das ocupações irregulares de Londrina. Destacam-se as discussões de propostas originadas nas necessidades locais desses territórios a partir das vivências de seus moradores, portanto esses são os protagonistas desses eventos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, D. C. R. Metamorfose da representação política: lições práticas dos conselhos de saúde no Brasil. In: AVRITZER, L. (Org.). *A dinâmica da participação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 129-174

AVRITZER L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n.1, junho, p.43-64, 2008.

CORTES, S. M. V. Conselhos e conferências de saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade. In: FLEURY, S. & LOBATO, L. V. C. (Orgs.) *Participação, Democracia e Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2009. p. 102-128.

BORBA, Julian. Participação política como resultado de instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. 1 ed. Brasília: IPEA, v. 7, p. 65-76, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, D.F. 11 jul. 2001 e retificado em 17 jul 2001.

BRASIL, SR/PR, 2011. *Democracia participativa: nova relação do Estado com a Sociedade – 2003-2010*. Brasília. SR/PR (2ª edição).

COHAB/LD. *Companhia Habitação de Londrina*. PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Londrina. COHAB-LD, 2011.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul Editores, 1981. p. 19-47.

IBGE, 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Sistema IBGE de Recuperação Automática. *Censo demográfico 1991-2000-2010*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em novembro de 2023.

IBGE, 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Sistema IBGE de Recuperação Automática. *Censo demográfico 2022*. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em dezembro de 2023.

INSTITUTO PÓLIS. Conferências Municipais. *Boletim Dicas*, n. 230, 2005. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/conferencias-municipais>. Acesso em: novembro de 2023.

LONDRINA. Prefeitura de Londrina. *Perfil de Londrina 2022 (Ano base 2021)*. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-planejamento/gpi/perfil-de-londrina-2022/53984-perfil-2022/file> Acesso em: novembro de 2023.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003.

OLIVEIRA, A.P.S; ANTONELLO. A Utopia de Transformação Socioterritorial pela Luz que Irradia da Participação Popular: Abordagens Latino-Americanas de Planejamento Urbano – *Anais [...] XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*- Blumenau. 2022.

ROCHA, E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. *20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social*. Flávio Tonelli Vaz, Juliano

Sander Musse, Rodolfo Fonseca dos Santos (Coords). Brasília: ANFIP, 2008, p. 131-148.

SAQUET, M. A. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, 144.

SAQUET, M. A. Territoriología en/de la praxis? *Mercator*, Fortaleza, v.21, e 21031, 2022. ISSN:1984-2021.p.1-13.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C. H. L. A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010. *Texto para Discussão 1718*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

WANDERLEY, L. E; RAICHELIS. R. (Org.). *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo: Educ, 2009.

Sandra Maria Almeida Cordeiro

Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina/PR, no Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Possui graduação em Serviço Social, mestrado e doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Realizou o estágio de Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Foz do Iguaçu. Tem experiência profissional na área do Serviço Social, atuando nos temas: Direito à Cidade, Direito à Moradia; Território; Habitação de Interesse Social.

E-mail: sandracordeiro@uel.br

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/4499153992012945>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2064-4068>

Marcos Aurelio Saquet

Possui graduação em Geografia pela UNIJUÍ, RS (1990), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Fez doutorado sanduíche na Università Ca Foscari de Veneza e Pós-Doutorado no Politecnico e Università de Turim- Itália. Atualmente é professor Associado C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde ensina nos cursos de graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Mestrado e Doutorado).

E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5464297116879647>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

A Capoeira como Estratégia Social para a Conservação da Natureza, na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, Salvador-BA (BR)

*Capoeira as a Social Strategy for Nature
Conservation, in the APA Cobre Basin/São
Bartolomeu, Salvador-BA (BR)*

*Capoeira como Estrategia Social para la
Conservación de la Naturaleza, en la Cuenca del
APA Cobre/São Bartolomeu, Salvador-BA (BR)*

Débora Carol Luz da Porciuncula

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
debora.porciuncula@ufrb.edu.br

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Universidade Católica do Salvador
cristina.alencar@pro.ucsal.br

Everton Santana Santos

Universidade Católica do Salvador
everton.santos@ucsal.edu.br

Resumo: O objetivo deste estudo é apresentar os resultados parciais obtidos com a execução do Projeto Capoeira como estratégia social para a conservação da natureza. Este Projeto visa articular a prática da Capoeira à realização de ações voltadas à conservação da floresta, das águas e dos modos de vida rural que ali se realizam, a partir do reconhecimento dos vínculos, materiais e imateriais, que articulam à prática da Capoeira à natureza. As noções de território, ruralidade metropolitana e ecologismos dos pobres nos deram o aporte

conceitual para construção deste trabalho. Metodologicamente, a pesquisa-ação participativa nos permitiu construir coletivamente o Projeto, vinculando-o a uma demanda real da comunidade e dos movimentos sociais na luta em defesa da natureza. Os resultados obtidos refletem o envolvimento e interesse da comunidade, movimentos sociais e universidade no trabalho colaborativo voltado para resolução de questões endógenas do território; demonstrando ser possível a articulação entre diferentes saberes.

Palavras-chave: Capoeira. Conservação da natureza. Relação rural-urbana. Práxis territorial popular. Mata Atlântica.

Abstract: The objective of this study is to present the partial results obtained with the execution of the Capoeira Project as a social strategy for nature conservation. This Project aims to link the practice of Capoeira to carrying out actions aimed at conserving the forest, waters and rural ways of life that take place there, based on the recognition of the links, material and immaterial, that link the practice of Capoeira to nature. The notions of territory, metropolitan rurality and ecologisms of the poor gave us the conceptual support for the construction of this work. Methodologically, participatory action research allowed us to collectively build the Project, linking it to a real demand from the community and social movements in the fight to defend nature. The results obtained reflect the involvement and interest of the community, social movements and universities in collaborative work aimed at resolving endogenous issues in the territory; demonstrating that articulation between different knowledge is possible.

Keywords: Capoeira. Nature conservation. Rural-urban relationship. Popular territorial praxis. Atlantic forest.

Resumén: El objetivo de este estudio es presentar los resultados parciales obtenidos con la ejecución del Proyecto Capoeira como estrategia social para la conservación de la naturaleza. Este Proyecto pretende vincular la práctica de la Capoeira con la realización de acciones encaminadas a conservar el bosque, las aguas y los modos

de vida rurales que allí se desarrollan, a partir del reconocimiento de los vínculos, materiales e inmateriales, que vinculan la práctica de la Capoeira con la naturaleza. Las nociones de territorio, ruralidad metropolitana y ecologismos de los pobres nos dieron el sustento conceptual para la construcción de este trabajo. Metodológicamente, la investigación acción participativa nos permitió construir colectivamente el Proyecto, vinculándolo a una demanda real de la comunidad y los movimientos sociales en la lucha por la defensa de la naturaleza. Los resultados obtenidos reflejan el involucramiento e interés de la comunidad, los movimientos sociales y las universidades en el trabajo colaborativo encaminado a resolver problemáticas endógenas del territorio; demostrando que la articulación entre diferentes conocimientos es posible.

Palabras clave: Capoeira. Conservación natural. Relación rural-urbana. Praxis territorial popular. Bosque Atlántico.

Introdução

Ao refletirmos sobre a relação rural-urbana no espaço metropolitano, possível de ser compreendida através da noção de ruralidade metropolitana (Alencar, 2017), constata-se que a ação da urbanização não se realiza plenamente no plano da realidade vivida (Porciuncula, 2017). Logo, é possível identificar expressões diversas de modos de vida não inteiramente urbanos, no ambiente metropolitano, produzindo, reproduzindo e organizando o espaço como resistência contra hegemônica ao modelo urbano-industrial.

Essas resistências podem ser percebidas, objetivamente, através da presença de atividades agrícolas, que caracterizariam o mundo rural. E, também, através da permanência de relações sociais baseadas em costumes, tradições e nas relações de compadrio típicas do mundo rural, sendo que algumas delas são de natureza espiritual, nas relações mais diretas com a natureza.

Neste sentido, se destaca na metrópole soteropolitana a presença de hortas, o extrativismo de frutas, folhas, ervas e plantas do Axé, medicinais e utilizadas para confecção de instrumentos utilizados na prática da Capoeira; a pesca e a mariscagem; a criação de aves, equinos e bovinos; atividades culturais, como as cavalgadas; o lazer e rituais do Axé nos lagos, rios e florestas.

São dinâmicas sócio-espaciais¹ que expressam evidências empíricas de um rural que resiste imerso em ambiente metropolitano que, embora socialmente invisibilizado pelo modelo de desenvolvimento urbano-industrial vigente, expressam sinais de um novo padrão civilizatório (Alencar, 2017), que reclama pelo reconhecimento e valorização das dimensões culturais, simbólicas e espirituais que exteriorizam a consciência de pertencer a aquilo que lhes pertence, o território (Santos, 2007).

Indicando, com isto, a posição dos sujeitos sociais na ruralidade metropolitana, que deveria ser operacionalizada por Políticas Públicas e não são. Entretanto, tal posição manifestará as condições para o desenvolvimento

¹ Sócio-espacial é tratado, neste estudo, como categoria de análise que expressa o nosso interesse em compreender o fenômeno estudado a partir da interrelação, indissociável, entre as relações sociais e espaciais. Neste sentido, como nos orienta Souza (2013) “o ‘sócio’, longe de apenas qualificar o ‘espacial’, é, (...) um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais.” (Souza, 2013, p.16).

humano e para a afirmação de uma identidade territorial em relação direta com a natureza e diversa daquela que caracteriza o modo de vida urbano-industrial.

A natureza, na metrópole soteropolitana, figura como elemento da disputa entre diferentes modos de vida, aqui reconhecidos como rural e urbano. Essa disputa expressará, também, a concepção de natureza² que orienta a forma como a urbanização se movimentará na metrópole, conferindo um lugar de subalternidade à natureza e, por extensão, aos sujeitos que a ela se vinculam diretamente, pautada na exclusão e/ou homogeneização da diversidade de modos de vida e na dissolução de territórios sócio-historicamente constituídos (Porciuncula, 2017).

Desta forma, a urbanização sob o capitalismo deve ser percebida como um fenômeno que conduz a uma série de mudanças intensas no ambiente natural e social, produzindo ambientes cada vez mais artificializados e descaracterizados da sua identidade original, no qual a relação sociedade-natureza se dará através de rupturas e mediações que, não obstante, são responsáveis pela alienação do sujeito social na civilidade metropolitana com relação ao metabolismo e ao funcionamento ecossistêmico, com a produção incessante de resíduos na forma de matéria degradada e energia que não serão assimilados pelos diferentes ecossistemas. Tornando-os, assim, cada vez mais vulneráveis ao ritmo e intensidade com que o urbano/industrial se desenvolve: hostil a natureza e ao metabolismo energético e material, imanente as trocas metabólicas estabelecidas entre sociedade e natureza.

No Brasil, a urbanização tem se efetivado a partir da transformação impositiva de espaços rurais em espaços urbanos, segundo critérios quantitativos (populacional e demográfico), como base estatística, principalmente, mas também de ordem político administrativa dos municípios. Isto coloca em questão a condição cidadã dos sujeitos rurais, porque este processo exclui o mundo rural como existência própria e como integrante da dinâmica de desenvolvimento regional metropolitano, chegando a ser negado e invisibilizado pela industrialização associada à urbanização hegemônica. (Porciuncula, Gonçalves et. al., p. 04, 2021).

² A noção de alienação apropriada por nós é aquela para qual Hegel (2001) considerava se tratar da ausência (cognitiva) do homem em relação a realidade que lhe cerca.

É neste contexto, que emergem as tensões territoriais que expressam, em última instância, a diversidade das lutas empreendidas pelos movimentos sociais pela permanência em seus territórios e pela conservação da natureza a estes associada, em todo espaço metropolitano.

Será nesse sentido, que a noção interpretativa de ruralidade metropolitana possibilita apreendermos o fenômeno da presença do rural na metrópole em coexistência tensionada com o urbano/industrial, a partir do reconhecimento de que diferentes modos de vida caracterizam a identidade cultural metropolitana e orientam a forma como os sujeitos rurais e urbanos se apropriam da natureza nos espaços continentais e costeiros.

Os espaços continentais são aqueles que abrigam os últimos remanescentes de floresta do bioma Mata Atlântica, ainda existentes em Salvador, alguns destes transformados em Parques ao longo do século XX, que integram ou não Áreas de Proteção Ambiental (APA). E, os espaços costeiros são aqueles que compreendem toda a orla marítima Atlântica e da Baía de Todos os Santos, onde a atividade da pesca, mariscagem e de tratar o pescado³ acontecem intensamente, não apenas, mas, sobretudo, na orla marítima do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

É neste espaço, do Subúrbio Ferroviário de Salvador, que a pesquisa principal da qual deriva este e outros estudos⁴ vem sendo desenvolvida. Integrando o maior fragmento de floresta do bioma Mata Atlântica se encontra o Complexo Florestal e das Águas do São Bartolomeu, inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Bacia do Cobre/São Bartolomeu (BCSB). Este Complexo contém três Parques: o Lagoa da Paixão, no alto curso da bacia; o Florestal da Represa do Cobre, no médio curso da bacia e; o São Bartolomeu, no baixo curso, na foz do rio do Cobre e em interação com o ambiente marinho, na Enseada do

³ A atividade de tratar o pescado, sobretudo a sardinha, na Porto das Sardinhas, no bairro de Plataforma, é tão intensa que as tratadoras de peixe é profissão reconhecida pelos moradores do Subúrbio.

⁴ A pesquisa principal aqui referida é a de pós doutorado, intitulada Complexo Florestal e das Águas do São Bartolomeu, Salvador – BA: onde a anterioridade sócio histórica resiste à provisoriade planejada pela civilidade metropolitana (2019-2024; PPG TAS/UCSAL; PNPD/CAPE), da qual vinculam-se os seguintes projetos: Projeto de Sinalização da unidade de conservação de usos sustentável APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, Salvador-BA; Projeto Ojú Odê: Implantação de cerca viva para conservação da Natureza do bioma Mata Atlântica na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu; Projeto Compostagem como tecnologia social para horta comunitária numa APA em Salvador-BA e Projeto Capoeira como estratégia social para a conservação da natureza da APA BCSB.

Cabrito. Com 653 hectares de floresta ombrófila densa, em diferentes estágios de regeneração, destacamos a presença do único sistema de cachoeiras existentes em Salvador e o único rio, o do Cobre, que ainda sobrevive na metrópole (Santos et. al., 2010).

A biodiversidade presente neste Complexo refletirá, também, a diversidade de modos de vida em interação com a natureza, aqui reconhecida como condição de existência, base da sobrevivência de centenas de famílias que estão em interrelação com a floresta provedora de alimentos e de água, na perspectiva do ecologismo dos pobres (Martínez-Alier, 2007). Contudo, apesar das evidências concretas da presença do rural no urbano metropolitano, presencia-se em Salvador, e nas primeiras décadas do século XXI no Subúrbio, a intensificação da urbanização que impulsiona a dinâmica imobiliária, a grilagem de terras públicas, a degradação ambiental, a poluição das águas continentais e costeiras, as remoções involuntárias, a perda de territórios e, com isto, o comprometimento dos modos de vida e de práticas culturais e espirituais que têm suporte na relação mais direta com a natureza.

Diante do exposto, desenvolvemos coletivamente o “Projeto Capoeira como estratégia social para a conservação da natureza na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu”, com o objetivo de desenvolver competências e habilidades vinculadas a prática da Capoeira na interrelação com ações voltadas para a conservação da natureza. Adicionalmente, almejamos alcançar os seguintes objetivos específicos: (i) Desenvolver a prática da Capoeira voltada para crianças, jovens e adultos do Conjunto Residencial Paraguari II/ Quilombo do Paraíso; (ii) Articular através de uma abordagem construtivista a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação ações voltadas para a conservação da natureza, tendo como elemento nuclear a Capoeira, alinhando o saber popular, a organização social e ao conhecimento técnico científico.

Com base no exposto, o objetivo deste estudo é o de apresentar os resultados parciais obtidos desde o início da execução do projeto, em julho de 2023. A estratégia metodológica que orienta o desenvolvimento deste projeto é a pesquisa-ação-participativa (Thiollent, 1985), que devido ao seu caráter contra hegemônico, integrador e solidário foi possível ser acolhida como método principal.

Destacamos que a pesquisa-ação-participativa se articula bem com a escolha do grupo de pesquisadores de fazer pesquisa engajada e articulada com os movimentos sociais que atuam na APA BCSB na luta pelo território e pela natureza. Além disto, se trata de uma metodologia que tornou possível a troca e a articulação entre os saberes locais, os técnicos e os científicos, onde se consolida a função social da universidade na relação com a sociedade, sobretudo com os mais vulneráveis.

Nesta perspectiva, a pesquisa-ação-participativa vem se consolidando como um método que, pautado na práxis territorial popular (Saquet, 2021), nos orienta a ouvir, a compreender e a acolher os problemas reais identificados por aqueles que os vivenciam em seu cotidiano, tornando possível a construção dialogada de estratégias e ações com vistas às transformações endógenas e de interesse coletivo, de forma solidária e colaborativa.

A Capoeira: Breve Relato Histórico

A Capoeira nasceu num contexto sócio-histórico brasileiro, marcado pela escravidão de pessoas negras traficadas de diferentes regiões do continente Africano e trazidas à força para o Brasil Colônia. Destinadas, em sua maioria, para o trabalho forçado nos engenhos e em suas lavouras de cana-de-açúcar (Silva, 2006), eram amontoadas em cativerios, denominados de “senzala”, que ao longo dos tempos se constituíram em espaços onde diversas “experiências” foram desenvolvidas (Silva, 2006. p.32).

Segundo a pesquisadora Fabíola A.J. da Silva (2006), o constante isolamento a que foram submetidos os escravizados frente a realidade cultural pré-existente, parece ter inibido a possibilidade de reconhecê-los como manipuladores de uma “gramática do espaço” não inteiramente alheia às suas condições, mas totalmente conscientes delas (Silva, 2006, p.32-33). É, neste sentido, que a Capoeira pode ser apreendida, em alguma instância, como uma das representações desta “manipulação da gramática do espaço”, como tratada pela autora, que a considera como sendo uma “linguagem” que nasceu marcada pela violência da escravidão.

Uma linguagem que construiu os seus signos, que adquiram significados próprios através da inter-relação com o espaço vivido e entre aqueles que, sem

poder se expressar através da fala, se expressaram através do corpo. Como linguagem, os movimentos e códigos da Capoeira só poderiam fazer sentido para aqueles que compartilhavam entre si dessa mesma construção.

Assim, os movimentos da Capoeira “falavam” para os de dentro da senzala o que poderia ser entendido de diferentes formas, com assinalam Fontoura e Guimarães (2002). Os movimentos da Capoeira, poderiam ser compreendidos como resistência, uma luta marcial que condicionava o corpo que deveria estar preparado para defesa e para o ataque. Ou como interação social, na medida em que havia uma recíproca na comunicação entre os indivíduos, que foi capaz de reduzir as distâncias culturais entre os diferentes grupos étnicos que, aglomerados na senzala, eram tratados como “iguais” aos serem reduzidos em igualdade apenas pela cor da pele preta. E, como expressão artística ao ser percebida como uma dança, embalada por um estilo próprio de música, que expressava as saudades da terra ancestral e as dores físicas, emocionais e espirituais a que foram submetidos. Para Falcão (2004), as pesquisas históricas a respeito da Capoeira demonstram que ela pode se caracterizar como uma manifestação de uma diversidade de grupos étnicos.

Segundo Vieira (2004), a primeira menção feita a palavra “capoeira” (o mato) veio através do Padre Fernão Cardin (1540-1625), na obra “Do Clima e Terra do Brasil e do Princípio e Origem dos índios do Brasil”, publicada pela primeira vez em Londres, em 1625. Em outra obra, escrita por jesuítas a palavra “capoeira” foi usado para nomear a vegetação. Essa imprecisão conduziu algumas explicações sobre a origem da palavra, sendo que a mais difundida é aquela que a associa as matas rasteiras que serviam de refúgio para os negros que fugiram da escravidão. Outra hipótese é a de que a palavra capoeira vem da língua Tupycaá-puera (caá= mato; puera=que já foi), que segundo Adorno (1985) foi se modificando e se tornou capuíra, capoêra e capoeira, na atualidade.

Cabe mencionar, que várias circunstâncias históricas fizeram com que Capoeira estivesse associada, no passado, a criminalidade. A sua prática esteve tipificada como crime, no Código penal brasileiro, entre os anos de 1890 a 1937, estando a sua prática passível de severas punições (Vieria, 2004; Souza, 2024).

Contudo, o interesse das elites locais pela Capoeira e o apoio político a elas vinculado, contribuíram para que Capoeira se transformasse numa manifestação folclórica, passando a ser vista positivamente pela sociedade. Este

movimento conferiu à Capoeira uma nova condição, passando a ser exibida para os turistas em praças públicas, mercados e festas de largo (Oliveira e Leal, 2009). A sua presença marcante na cultura nacional através das obras literárias de Jorge Amado (1912-2001), das pinturas e esculturas de Carybée (1911-1997) e nas fotografias de Pierre Verger (1902-1996), foram importantes instrumentos de divulgação e mudança de concepção sobre a Capoeira, agora tida como um arte-luta (Oliveira e Leal, 2009).

Com o referencial da Capoeira centrada na Bahia, já no século XX, foi criada a Capoeira Regional, na década de 1930 e, logo em seguida, foi elaborada a Capoeira Angola. Por vários anos a Capoeira foi dividida entre Regional e Angola, atualmente muitos defendem a prática única, sem divisões e, deste pensamento, surge a Capoeira Contemporânea.

Após séculos de resistência o povo negro pôde se manifestar e se expressar culturalmente, na atualidade, através da Capoeira, como ressaltam Cordeiro e Carvalho (2013), e a sua importância a transformou em patrimônio cultural imaterial do Brasil, em 2008, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, em 2014, a roda de Capoeira, foi transformada em patrimônio cultural da humanidade, pela Unesco.

A Capoeira e o Desafio para a Conservação do Complexo Florestal e das Águas do São Bartolomeu

A inter-relação da Capoeira com o Complexo Florestal e das Águas do São Bartolomeu, na APA Bacia do Cobre /São Bartolomeu, é reconhecida cultural, social e historicamente pelas comunidades do seu entorno, por capoeiristas e Mestres de Capoeira do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Estes sujeitos sociais adentram a Floresta para retirar dela os elementos indispensáveis que são utilizados para construção do principal instrumento utilizado na Capoeira: o Berimbau. As principais espécies de árvores utilizadas para a confecção do Berimbau, plantas endêmicas do bioma Mata Atlântica, quais sejam: Biriba (a preferida dos Capoeiristas), o Guatambú, a Taipoca e a Cabaça, nativas do bioma.

Contudo, o processo de degradação da natureza, intimamente vinculado ao modelo de urbanização, é responsável pela significativa perda de biodiversidade e progressiva redução das espécies utilizadas pela Capoeira. Este fenômeno impacta diretamente a interrelação entre a Capoeira e o Complexo Florestal e na forma como essa prática, cultural e esportiva, vem sendo construída sociohistoricamente no Subúrbio Ferroviário.

Será neste contexto que se articularam pesquisadores do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza (DSN/UCSAL), alguns deles moradores do Subúrbio Ferroviário; do Coletivo Guardiões da APA BCSB, do Grupo Cultural de Capoeira TFC, do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e do Movimento dos Sem Teto da Bahia, que fundaram o Quilombo do Paraíso e articularam a construção do Residencial Paraguari 2, instalado nas bordas do Complexo Florestal.

Num contexto de cooperação mútua, estes grupos sociais se uniram com vistas à efetivação dos direitos constitucionais e fundamentais onde se articulam intimamente os direitos pela moradia, pela água, pelo alimento, pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado e pela proteção das águas.

O Projeto teve início em julho de 2023, com aulas regulares de Capoeira duas vezes na semana, as terças e quintas-feiras, das 16h às 18h, recebendo crianças a partir dos três anos de idade. E, as quartas-feiras, as aulas são de instrumentos, música e dança tradicional (puxada de rede, maculelê e samba de roda). A adesão da comunidade foi muito positiva e isto se deve ao fato deles próprios terem nos provocado a usar o espaço comunitário para aulas de Capoeira, cabendo a nós, pesquisadores, a tarefa de articular à prática com a conservação da Floresta.

As aulas são ministradas por dois professores de Capoeira e pela pesquisadora, que também é praticante, todos integrantes do Grupo Cultural de Capoeira TFC; contamos com a cooperação voluntária de uma moradora, integrante do MSTB, que assumiu as atividades de auxiliar na organização das aulas e demais atividades. Atualmente, temos 40 crianças, jovens e adultos participando das aulas. Destacamos também a adesão das mães, que se aproximaram ainda mais da rotina do Projeto e têm demonstrado interesse com as atividades desenvolvidas, participando ativamente das reuniões e

incentivando a presença dos filhos/as nas tarefas vinculadas aos outros projetos desenvolvidos no território.

As aulas de Capoeira são acompanhadas de aulas de instrumento, dança e de música tradicionais; grupo de leitura; oficinas de confecção de berimbaus, a partir da extração, na própria Floresta, da biriba e da cabaça; rodas de diálogo, onde discutimos sobre a importância da Floresta para a permanência no território e sobre outros assuntos relacionados a rotina de cada aluno no território. Coletivamente acordamos que a contrapartida para a permanência nas aulas de Capoeira e nas atividades a ela vinculadas, dependeria da participação efetiva do grupo nos demais Projetos desenvolvidos na APA BCSB.

Buscamos também aproximar as crianças da Universidade, levando-as para visitá-la durante a 26ª Semana de Mobilização Científica, da UCSAL. Na ocasião, em outubro de 2023, uma das crianças foi escolhida pelo grupo para integrar a Mesa Redonda "Tempo, tempo, tempo: O passado, o presente e o futuro do complexo florestal e das águas do São Bartolomeu", onde refletiu, a partir da sua experiência no território, sobre a importância da floresta, narrando como se relaciona com ela e como a percebe em sua vida.

Destacamos também a participação das crianças nas oficinas de compostagem, com a implantação e manutenção de três composteiras. Por iniciativa delas, dois grupos foram criados: o grupo Futuro Florestal e o Grupo Colheita; produção de mudas de espécies comestíveis e preparação de uma área, para implantação de uma horta comunitária. Os recursos financeiros investidos no Projeto até o momento foram angariados em campanhas organizadas para comprarmos os abadás⁵ e lanche; "Natal Solidário", onde conseguimos doações de roupas e sapatos para todos os integrantes do Projeto. Com a divulgação do Projeto, nas redes sociais, conseguimos também uma doação de instrumentos musicais: atabaque, agogô, triângulo, cuica e pandeiro.

Considerações finais

A Capoeira é a herança sociocultural de Africanos e dos seus descendentes no Brasil e na Bahia. Por isto, é importante reconhecermos a sua

⁵ Abadá é o traje ou uniforme tradicional do capoeirista.

trajetória sócio-histórica, cultural e ambiental, valorizando a força da resistência contra a escravidão e, na contemporaneidade, contra o racismo, as desigualdades sociais e a degradação ambiental. Estamos convencidos de que o espaço comunitário, onde se dá a prática da Capoeira, no Quilombo do Paraíso/Paraguari 2, deve ser um lugar de educação ambiental, de formação ecopolítica, de criação de mais estratégias para conservação da natureza e de permanência no território. Mas, também, deve ser um lugar de acolhimento, de afetos, de esperança e de valorização da história e da cultura do povo Negro.

Os desafios e limitações encontrados até o momento são muitos e coletivamente entendemos a necessidade de integrarmos ao Projeto outros pesquisadores, de outras áreas do conhecimento e com habilidades e competências que possam nos ajudar a acolher e a lidar, por exemplo, com crianças neurodiversas; com questões de violências (doméstica, policial, de gênero etc.); drogas, desemprego e insegurança alimentar. Compreendemos que isto se deve a escolha metodológica, pois enquanto pesquisa social com base empírica, a pesquisa-ação-participativa nos conecta com a complexidade da realidade social e nos impele a buscar saídas para além das nossas competências, sinalizando a interdisciplinaridade como um horizonte a ser alcançado.

Referências bibliográficas

ALENCAR, C. M. M. *Campo e Rural na Metrópole: Sinais de um padrão civilizatório*. Curitiba: CRV, 2017.

FALCÃO, Jose Luiz Cerqueira. *O Jogo da Capoeira em jogo e a construção das práxis Capoeiranas*. Tese de Doutorado em Educação. UFBA, Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/10203/1/Jose%20Falcao.pdf>>. Acesso em: 02 de jan. de 2020.

FONTOURA, A. R. R; GUIMARÃES, A. C. A. HISTÓRIA DA CAPOEIRA. *Revista da Educação Física/UEM*. Maringá, v. 13, n. 2. 2002. Disponível em: <periodicos.uem.br>. Acesso em: 17 de jan. de 2024.

LIMA, Luís Eduardo dos Santos. *Direito à Conservação Ambiental e o Direito ao Desenvolvimento: o Caso da Área de Proteção Ambiental – APA Bacia Do Cobre / São Bartolomeu-BA*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental, UCSAL, 2019. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/biblioteca/bibliotecadigital-de-teses-e-dissertacoes-bdtd>

MARTÍNEZ-ALIER, J. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINHA, Neudson C. C. L. *Participação popular no Conselho Gestor Da APA Bacia Do Cobre/São Bartolomeu*. Dissertação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSAL. Salvador-BA, 2016.

OLIVEIRA, J. P.; LEAL, L. A. P. Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil. In: *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PORCIUNCULA, D. *O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana de Salvador: usos, alterações e abandono*. Salvador, Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - UCSAL, 2017.

PORCIUNCULA, D. C. L da; ALENCAR, Cristina M. M. Tensões territoriais no uso das águas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), Bahia. *Revista Política e Planejamento Regional*, 6, 150-163, 2019.

PORCIUNCULA, D. C. L da; GONÇALVES, M.V.P.; ALENCAR, Cristina M. M. Indicador qualitativo de tensões no uso das águas em identidades territoriais de vida rural e urbana: evidências empíricas na Região Metropolitana de Salvador, Bahia (Brasil). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Vol. 58, p. 105-125, jul./dez. 2021. DOI: 10.5380/dma.v58i0.69907 e-ISSN 2176-9109. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/69907> Acesso em: 14/08/2024.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (Org.). *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. – Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486p.:il.;.- (Coleção Gestão Social).

SANTOS, M. O dinheiro e o Território. In: Santos, M. (Orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina; p. 13-21, 2007.

SAQUET, M. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. *REVISTA NERA (UNESP)*, v. 24, p. 54-78, 2021.

SILVA, F. A. J. *O cativo rural colonial: reconstituição arqueológica da senzala da fazenda de São Bento de Jaguaribe – Município de Abreu e Lima, Pernambuco*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Recife, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/584/1/arquivo2325_1.pdf Acesso em: 20 de mar de 2023.

SOUZA, Walber Gonçalves de. Capoeira: de tipo penal à prática socioeducativa no Brasil – ensaio teórico. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 09, Ed. 01, Vol. 02, pp. 80-88. Janeiro de 2024. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/pratica-socioeducativa>

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo; Ed. Cortez; 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

VIEIRA, L. S. *Da Capoeira: Como Patrimônio Cultural*. Tese de Doutorado-PUC/SP. 2004. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/educacao_fisica_artigos/capoeira_origem_historia.pdf>. Acesso em: 19 dez.2023.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Débora Carol Luz da Porciuncula

Pós-doutorado (PNPD/CAPES), Doutora e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL) Bacharel (CREA-BA 64290) e Licenciada em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professora Visitante do Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR/UFRB) e Professora Colaboradora do PPG Território, Ambiente e Sociedade (UCSAL). Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN) e membro do Grupo de Pesquisa Territórios em Resistência. Membro fundador do Coletivo Guardiões da Natureza da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, do Instituto Suburbano de Ciência, Tecnologia e Inovação (ISCTI) e do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, em Salvador-BA.

E-mail: debora.porciuncula@ufrb.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1801383100333154>

ORCID: 0000-0002-2723-4873

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Docente em cursos de graduação, do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (Mestrado e Doutorado) e do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador. Foi pesquisadora visitante do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do PPG em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Lidera o grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza e integra as redes: Rede de Estudos Rurais, Rede de Ciências Sociais e Barragens.

E-mail: cristina.alencar@pro.ucsal.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2257876241055037>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1463-6224>

Everton Santana Santos

Possui Graduação em Licenciatura em Educação Física (Centro Universitário Jorge Amado/2014) e Bacharelado em Educação Física (UCSAL/2020). É membro fundador do Coletivo Guardiões da Natureza da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu (SSA-BA).

E-mail: everton.santos@ucsal.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3246690767244710>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

O Protagonismo das Mulheres Agricultoras nas Feiras e Mercados do Norte de Minas

*The leading role of women farmers in fairs and
markets in the North of Minas*

*El protagonismo de las Mujeres agricultoras en
ferias y mercados del Norte de Minas*

Vivian Mendes Hermano

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
hermanovivian@gmail.com

Ana Ivânia Alves Fonseca

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
anaivania@gmail.com

Resumo: As mulheres rurais vêm ganhando espaço nos diferentes ambientes sociais, ampliando seu papel no fortalecimento da agricultura. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o protagonismo das mulheres nas feiras e mercados do Norte de Minas, buscando identificar a importância desses espaços na renda e na qualidade de vida dessa população. A metodologia adotada parte da experiência das mulheres que atuam nesses locais e suas condições de existência na dinâmica familiar e produtiva. Para o levantamento dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas conjuntamente com o apoio de uma revisão bibliográfica sobre a temática. De acordo com os resultados, foi possível perceber o protagonismo das mulheres rurais, por meio da sua participação, desde o processo de plantio na lavoura, até as atividades de comercialização dos produtos. Foi identificado nas diversas afirmativas a satisfação ao atuar nesses espaços, em diferentes aspectos (econômica, cultural e político).

Palavras-chave: Gênero. Protagonismo. Norte de Minas.

Abstract: Rural women have gained space in different social environments, extending their role in strengthening agriculture, contributing to rural development. Thus, this article aims to analyze the protagonism of women in fairs and markets in the North of Minas Gerais, seeking to identify the importance of these spaces in the income and quality of life of this population. The methodology followed is based on the experience of women who work in these places and their conditions of existence in family and productive dynamics. To collect data, semi-structured interviews were carried out with the support of a bibliographic review on the topic. The results made it possible to perceive the leading role of rural women in fairs and markets in the North of Minas through their participation, from the planting process in the fields, to the product marketing activities. In the various statements, satisfaction was identified in working in these spaces, in different aspects (economic, cultural and political), among others, highlighting the protagonism of these women in the regional context.

Keywords: Gender. Protagonism. North of Minas Gerais.

Resumén: Las mujeres rurales han ganado espacio en diferentes entornos sociales, ampliando su papel en el fortalecimiento de la agricultura, contribuyendo al desarrollo rural. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar el protagonismo de las mujeres en ferias y mercados del Norte de Minas Gerais, buscando identificar la importancia de estos espacios en los ingresos y la calidad de vida de esta población. La metodología seguida se basa en la experiencia de las mujeres que trabajan en estos lugares y sus condiciones de existencia en la dinámica familiar y productiva. Para la recolección de datos se realizaron entrevistas semiestructuradas con apoyo de una revisión bibliográfica sobre el tema. Los resultados permitieron percibir el protagonismo de las mujeres rurales en ferias y mercados del Norte de Minas a través de su participación, desde el proceso de siembra en el campo, hasta las actividades de comercialización de

los productos. En las diversas declaraciones se identificó satisfacción por trabajar en estos espacios, en diferentes aspectos (económico, cultural y político), entre otros, destacando el protagonismo de estas mujeres en el contexto regional.

Palabras clave: Género. Protagonismo. Norte de Minas Gerais.

Introdução

Os estudos de gênero e ruralidade envolvem um olhar para as novas reflexões da sociedade. A presença da globalização, a utilização de tecnologias, as mudanças no processo de trabalho, o fortalecimento da agricultura familiar e da pluriatividade e a migração são alguns dos fenômenos que merecem atenção no âmbito da discussão acadêmica.

Nesse contexto, existem poucas pesquisas sobre o protagonismo das mulheres rurais, que são vistas comumente apenas como provedoras das atividades domésticas, tendo invisibilidade em relação a sua contribuição nas unidades familiares. É um tema relevante ao desenvolvimento rural, já que traz à baila a problemática da intersecção de gênero e as relações familiares e de trabalho, as condições socioeconômicas e até mesmo a saúde mental.

No Brasil, é relativamente recente a inclusão de agricultoras nos espaços de análises acadêmicas. A demanda das mulheres trabalhadoras rurais pelos direitos ao acesso a direitos parte da justificativa de que sua situação de invisibilidade social, consequência da cultura patriarcal, foi que definiu a inferioridade do papel feminino.

Para reconhecermos o protagonismo dessas mulheres, é necessário um maior conhecimento sobre suas contribuições nas propriedades rurais e nos canais de comercialização, o que foi proposto neste trabalho. Com esta pesquisa, pretende-se analisar o protagonismo das mulheres rurais nas feiras e mercados da região do Norte de Minas, buscando identificar a importância desses espaços na renda e na qualidade de vida dessa população.

O questionamento específico que irá nortear nossa pesquisa é: como o protagonismo no comércio de produtos rurais tem contribuído para redefinir as relações de gênero e criar as condições para o protagonismo das mulheres no Norte de Minas? A pesquisa justifica-se pela importância das questões rurais, sobretudo o trabalho da mulher na agricultura e na manutenção das famílias, temática que vêm ocupando os debates acadêmicos, as instituições governamentais e não governamentais nas últimas décadas.

Materiais e métodos

No intuito de atingir o objetivo proposto, torna-se necessária uma metodologia que abarque a complexidade existente nas relações sociais que constroem a realidade. Para compreendermos como se estabelece a percepção dos atores sociais, analisamos que a percepção é uma ação subjetiva, não podendo ser medida e compreendida por meio de experimentos unicamente quantitativos.

Assim, cada tipo de investigação possui um desenho metodológico específico, adequado à realidade a ser pesquisada. Nesse sentido, escolhemos como aporte metodológico a abordagem quanti-qualitativa, configurada principalmente pela compreensão e interpretação da realidade social e das relações que se estabelecem nesse universo de significados.

As técnicas quantitativas foram utilizadas na descrição geral das entrevistadas, em análise de dados como idade, número de filhos, nível de escolaridade e tipos de produtos comercializados. Utilizou-se do cálculo da média simples e de *softwares* como o *Excel* e o *Paint*, na edição das fotos.

Sendo o principal método, a abordagem qualitativa possibilitou a construção de esquemas que consigam responder às percepções e ações do grupo social estudado. De acordo com Turato (2003) e Gil (2007), a pesquisa qualitativa aprofunda a compreensão sobre o objeto estudado de uma maneira específica, e não necessita de processos estatísticos de amostragem e nem mesmo de um grande número de entrevistas para garantir a representatividade.

Godoy (2015) a define como aquela ação e efeito de perceber algo ou alguma coisa por meio de um de nossos sentidos, coletando assim informações e processando essas em forma de uma ideia sobre o objeto e o seu significado. Dessa forma, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e as perguntas constantes no roteiro estavam relacionadas ao universo socioeconômico e à vivência nos espaços da feira livre e mercado.

O desenvolvimento analítico teve como base a experiência das mulheres em relação à sua atuação nos mercados e nas feiras, bem como as mudanças ocorridas nos últimos anos. Foram realizadas 20 entrevistas com observação participativa em 6 localidades diferentes (Mercado Central de Montes Claros, Feira do São José, Feira do Major Prates, Mercado de Janaúba e Mercado de

Porteirinha, Feira de Glaucilândia) além da interação constante com as mulheres atuantes. A seguir mapa de localização da área de estudo.

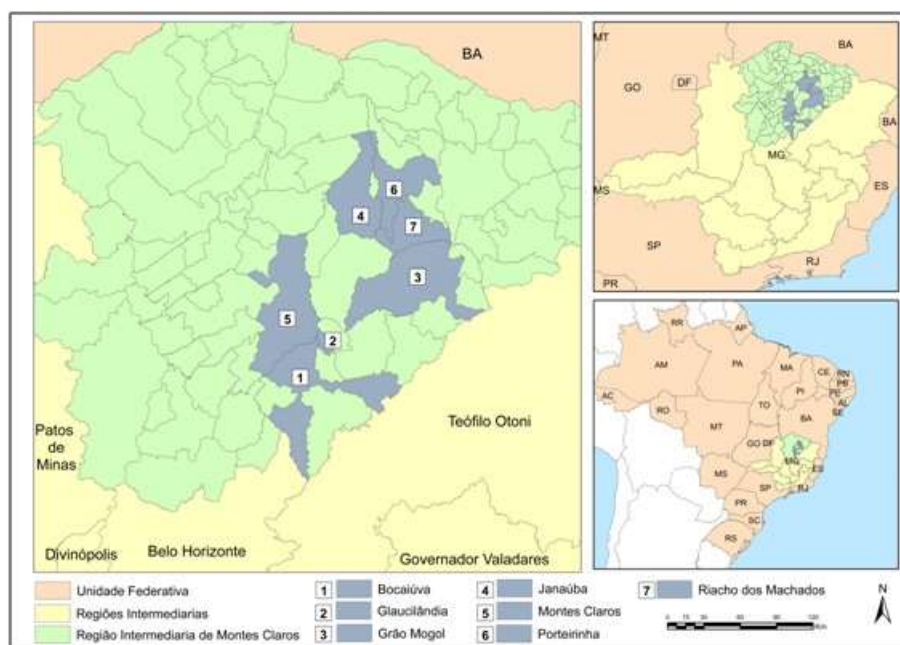


Figura 1: Mapa de Localização das feiras no Norte de Minas

Fonte: Dados da pesquisa.

Na interpretação das diversas entrevistas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, proposta por Fonseca *et al.* (2011, p. 1007), destacando que “essa é uma das mais usadas na pesquisa qualitativa e visa identificar e selecionar categorias que possam constituir-se em temas e subtemas”. Para essa seleção, deve ocorrer uma ordenação dos dados, a realização de pré-análise, mediante leituras compreensivas em que se busca o dito e o não dito, e a instituição de categorias temáticas.

Dessa forma, para as análises das respostas, foram seguidos e estruturados os seguintes tópicos: descrição socioeconômica geral, vivência nos espaços da feira e mercado, e o protagonismo da mulher. Cabe salientar que as respostas analisadas dizem respeito às percepções dos entrevistados, validando essa compreensão para o público que participou da pesquisa e não expandindo para os agricultores familiares em geral, já que cada comunidade e região apresenta uma realidade distinta.

Resultados e discussões

Contextualizando a área de estudo: as feiras e os mercados do Norte de Minas

Geograficamente, o Norte de Minas se limita com o estado da Bahia e com as Mesorregiões Noroeste de Minas, Central Mineira e Jequitinhonha. A formação dos municípios surgiu distante da forte economia do ciclo do ouro, ao longo do tempo, e foi sendo esquecida pelos governantes, configurando-se mais como espaço de problema do que de potencialidades. As disparidades históricas persistiram, reflexo direto das intervenções governamentais, representadas, quase sempre, pela elite regional. (Pereira, 2007).

Até o início da década de 1960, não haviam políticas específicas e deliberadas de desenvolvimento que contemplassem a região. Somente a partir de sua incorporação à área do “Polígono das Secas” e sua consequente inclusão nas ações da SUDENE, em 1963, foi que ela passou a ser alvo de tais políticas públicas desenvolvimentistas (Rodrigues, 2000).

Atualmente, o Norte de Minas apresenta extensas áreas cobertas por pastagens destinadas à criação de gado, sendo um setor importante para a região. Há também plantações de florestas para produção de carvão vegetal, além de projetos de irrigação, polo de produção de frutas no Rio São Francisco, e tem-se destacado empreendimentos voltados para a produção de energia renovável fotovoltaica.

Ao analisarem especificamente o contexto rural, Araújo e Theophilo (2022 p. 165) consideram aspectos plurais, observando que a maioria dos municípios tem apresentado decrescimento da população rural, esta tem renda predominantemente menor que a população urbana. Para estes autores, “na região, de certa maneira, prevalecem as características rurais, e a maioria dos municípios apresentou algum tipo de degradação ambiental”.

Desta forma, é possível afirmar que o Norte de Minas possui características específicas, como a predominância de paisagens próximas ao semiárido, trajetória histórica voltada à exploração de grandes monoculturas. Na atualidade, abriga cidades que exercem forte atração como Montes

Claros/MG, e com presença marcante da ruralidade em termos populacionais e econômicos.

Neste contexto, em que a ruralidade é marcante e presente, as feiras livres e os mercados são espaços estratégicos tanto para a população rural quanto para a urbana. Pintaudi (2006) e Marcos (2007) corroboram que a feira e mercado são um espaço econômico e de sociabilidade, havendo formas intercambiais de produtos dialogando com outras formas mais modernas de comércio. São espaços de comercialização criados pelos próprios agricultores, por isso, além de serem espaços educativos de integração entre consumidores e de relações de complementaridade, são também espaços de trocas materiais e imateriais.

As feiras livres têm esse caráter diversificado, onde circulam por elas vendedores, compradores, transeuntes, personagens e outros participantes variados. Esses espaços abarcam vários tipos de mercadorias, pessoas que vendem e compram, causos contados e recontados pelos visitantes da feira, é uma pechincha aqui outra pechincha ali, fregueses amigos dos vendedores, ou seja, uma afetividade pelo lugar.

As pessoas circulam muito, examinam pechincham, ou simplesmente estão à procura do que desejam, sendo que outras já têm seus feirantes preferidos, conhecem estes de longas datas, e às vezes criam laços de afetividades mais profundos. (Boechat; Santos, 2016 p. 7).

As feiras e os mercados são locais onde se realizam e manifestam as relações culturais, ocorrendo um entrelaçamento entre o urbano e o rural por meio dos produtos comercializados e do contato entre os agricultores e agricultoras familiares e a população urbana. Portanto, são locais de socialização de saberes, lazeres, compra e venda, é indubitavelmente uma identidade comercial, cultural que beneficia todos os atores envolvidos no seu processo de formação e organização.

A pesquisa revelou que, em relação ao Norte de Minas, existem poucas informações a respeito da importância das feiras no cotidiano das pessoas. São poucas as investigações que abarquem o consumo de hortaliças, e os fatores

que estreitam o relacionamento entre a feira, o mercado e os consumidores na região.

Silvestre *et al.* (2011) ressalta que, no semiárido de Minas Gerais, as feiras livres representam mercados cujos custos de entrada para a produção local são reduzidos. Participam produtores que são também vendedores e, por estarem ligados ao abastecimento, inserem parcela da população rural e urbana nos circuitos de trocas, o que possibilita o desenvolvimento local a partir da inserção da agricultura familiar nesse mercado. A seguir, fotos das feiras e mercados regionais:



Figura 2: Fotos das feiras regionais

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Brandão *et al.* (2015) destacam que, para a região do Norte de Minas, a feira livre é um canal que permite o relacionamento direto entre o produtor e o consumidor final. Isso torna possível identificar mais facilmente as necessidades e desejos do consumidor e melhorar os aspectos tanto da produção quanto da comercialização.

No Norte de Minas, mercados e feiras são pontos de encontro de extrema relevância cultural e econômica para os cidadãos locais. São espaços que guardam consigo grandes tradições da cozinha mineira, preservando e mantendo nossa memória afetiva e sabores locais. Fonseca *et al.* (2017, p. 101) identificam que,

[...] para o Norte de Minas, esses espaços são lugares de interação e integração social. A feira e o mercado constituem um local no qual vão sendo escritas várias histórias, tanto do agricultor e agricultora familiar que utiliza, quanto da sociedade que mantém na feira e no mercado, além de relações comerciais, laços de sociabilidade e de convivência.

Feiras e mercados remetem a uma soma de coisas peculiares, que se misturam em cores, sabores, cheiros, e que durante séculos vêm se repetindo e se aperfeiçoando como um ritual quase que sagrado feito pelo homem e por mulheres. No Norte de Minas, região com presença marcante da ruralidade, a relevância se intensifica, especialmente com a possibilidade desses espaços serem promotores do protagonismo da família rural e em especial das mulheres.

Trabalho rural e protagonismo feminino: alguns apontamentos

As discussões de gênero demarcam um caráter interseccional ao reconhecerem a pluralidade das manifestações singulares e coletivas dos saberes locais. No intuito de contribuir com tais reflexões, o presente artigo sistematizou as produções sobre gênero e ruralidade, de modo a contemplar as diferentes realidades que envolvem a vida das mulheres nestes espaços.

Maciazeki-Gomes *et al.* (2016) destacam que as discussões de gênero ganham destaque nos contextos rurais por se tratar de um território em constante disputa. Para as autoras, a produção da relação gênero e ruralidade necessariamente demanda um enfoque interseccional.

As especificidades locais traduzem mudanças no “jeito de ser mulher” em contextos rurais, nas mais diversas partes do globo. Torna-se essencial levar em conta as questões socioculturais e elementos como classe, raça/etnia e renda, além de saúde, corpo e sexualidades.

Ao retratar dimensões singulares e locais da vida das mulheres, rompe-se com a ideia de que seja possível universalizar as discussões, uma vez que as dimensões socioculturais são fundamentais para a compreensão das dinâmicas que transversalizam as discussões. (Maciazeki-Gomes et al, 2016, p. 122)

A singularidade e transversalidade fazem parte das discussões de gênero, por ser a mulher subordinada e excluída em várias formas de direito durante muito tempo, como a falta de reconhecimento de sua força de trabalho. Nesse contexto, o empoderamento poderia significar a capacidade de fazer representar sua visão de mundo dentro de espaços democráticos e participativos como, por exemplo, sua participação nas associações de produtores rurais locais.

O empoderamento traduzido como protagonismo implica na alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher e pode ser percebido nas dimensões econômica, social e política. Pode representar perspectivas como aumento de renda, melhoria na qualidade de vida, capacidade de questionamento de sua posição de submissão e ampliação na sua participação no poder.

A partir do momento em que a mulher desafia relações familiares patriarcais, criando espaço para novas abordagens e perspectivas através do empoderamento, está implicando em mudanças não só em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e de sua família e na construção de uma nova identidade. Muitas mulheres desempenham em suas unidades familiares protagonismo na função econômica, acumulando as funções reprodutivas e produtivas.

María Adelaida Quijano (2011) destaca que o entendimento do significado do feminino no espaço rural passa pela compreensão de que as mulheres possuem interesses ligados aos contextos a que estão inseridas. Além das

dimensões histórica, social, geográfica e cultural, preconiza-se o estudo das dimensões políticas e discursivas. A autora enfatiza que as análises de gênero em territórios rurais envolvem a intersecção de três espaços institucionais: a casa, a comunidade e o mercado de trabalho.

Em propriedades familiares rurais, é praticamente indissociável o trabalho doméstico do trabalho produtivo. Assim, a resistência à exploração e a expropriação a qual estão submetidas às mulheres rurais se traduz na busca de novos caminhos e identidades que influenciam na construção social da identidade feminina e no processo político pela conquista dos direitos da mulher rural como trabalhadora.

Como essas atividades não têm reflexo na acumulação financeira da família, elas não são consideradas trabalho e não são contabilizadas nos gastos e ganhos da economia doméstica. Para a mulher rural em regime de economia familiar, “o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas” (Herédia; Cintrão, 2006, p.8).

Para Schneider *et al.* (2020, p. 249) “muitas vezes o trabalho da mulher rural se torna invisível, assim como sua contribuição econômica, pois sua atuação é tida apenas como auxílio ou complemento dentro da organização familiar”. Dessa forma, é comum ocorrerem subdivisões e designações para a realização das atividades e, em muitos casos, essa divisão está fortemente marcada pela divisão sexual do trabalho, havendo distinções sobre o que é o trabalho do homem, da mulher e dos filhos e das filhas.

Além de cuidar da casa, no modelo de agricultura familiar, as mulheres são responsáveis pelo trato dos pequenos animais (geralmente aves e suínos) criados no quintal, pelo cultivo de hortaliças, ajudam nos roçados próximos das casas, pela transformação de alimentos (doces, queijos, quitandas), geralmente destinados para o consumo externo, devido ao melhor valor agregado ao produto final. (Ramos, 2014 p.42).

A consolidação da presença da mulher rural em aparelhos produtivos reflete diretamente no melhoramento da renda familiar, oportuniza a compra de bens de consumo que antes não eram acessíveis às famílias e otimiza a

qualidade de vida do grupo familiar. Trata-se do engajamento feminino que recentemente vem sendo notado na sociedade.

As mulheres deslocaram-se do espaço interior ao circularem pelo espaço exterior a partir da diversidade de demandas de trabalho, fato que pode ser visto como uma possibilidade concreta de empoderamento delas. Contextualizada na realidade da mulher da região Nordeste, França e Alves (2020 p. 477) observam que os espaços das feiras são importantes elementos no processo emancipador das mulheres, possibilitando maior autonomia, maior contato com o empoderamento e maior participação feminina nos espaços públicos.

As mulheres vêm configurando um novo processo de movimento de apropriação e empoderamento econômico. Aos poucos se confirma o poder de articulação e implementação da mulher rural nos meios produtivos e reprodutivos da vida conjunta, uma maior consciência em relação aos efeitos nocivos da utilização de agrotóxicos e à importância da agroecologia para a sociedade em geral.

Schneider *et al.* (2020, p. 253), em relação ao protagonismo, afirmam que, atualmente, é possível “verificar algumas transformações na reorganização das atividades em relação ao gênero, isso se deve pelo direito ao trabalho remunerado e o acesso ao estudo adquirido pelas mulheres”. No entanto, para os pesquisadores, no meio rural, ainda prevalecem algumas das concepções relacionadas ao trabalho reprodutivo e ao trabalho produtivo, um associado ao gênero feminino e outro ao masculino.

De forma geral, a revisão bibliográfica indicou que as discussões sobre gênero e trabalho no espaço rural são relativamente recentes, e que a participação feminina é de extrema relevância à unidade familiar, estendendo-se do âmbito doméstico ao produtivo, mas durante muito tempo, essa atuação ficou sob a invisibilidade. Devido ao movimento de reconhecimento, a mulher rural vem conquistando seu espaço político e fomentando seu protagonismo.

O protagonismo das mulheres rurais nas feiras e mercados do Norte de Minas

Após a realização das entrevistas com as mulheres rurais, que atuam nas feiras e mercados do Norte de Minas, obteve-se os seguintes resultados:

em relação à realidade socioeconômica, 70% possuem a idade acima de 45 anos e 80% possuem de dois a três filhos; 75% são casadas e 10% viúvas. Em geral, apresentam-se mulheres em idade adulta, associadas a famílias de diferentes gerações (pais, filhos e netos) com a renda média mensal de dois a três salários mínimos.

No que se refere à divisão do trabalho, que é a forma como as tarefas são distribuídas na família, todas as entrevistadas declararam que as tarefas são divididas. Homens e mulheres exercem as mesmas funções dentro e fora de casa. No intuito de reforçar a investigação, questionou-se novamente sobre as tarefas domésticas, de exclusividade do interior da casa, e as afirmativas foram: *“É tudo dividido, lá em casa todo mundo ajuda”*. Outra destacou *“Mexo mais com as folhas e as verduras, meu menino pega no pesado, xuxu e pimentão, tudo dividido dentro de casa, chegou não tem comida ele faz”*.

No que tange à organização do trabalho e renda, todas afirmaram serem produtoras e comerciantes, e apenas uma parte dos produtos que são revendidos não fazem parte da autoprodução. Os tipos de produtos comercializados são demonstrados no gráfico 01:

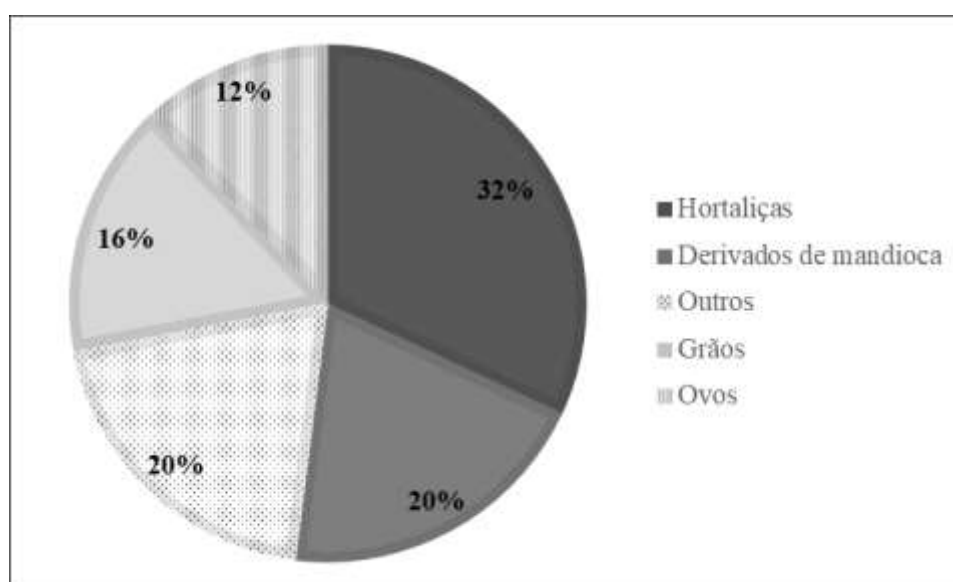


Gráfico 1: Tipos de produtos comercializados nas feiras e mercados

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Mais da metade dos produtos são as hortaliças e as frutas, seguido dos derivados de mandioca (farinhas) e grãos. As principais são frutas e hortaliças como banana, laranja, manga, cebola, batata, goiaba, maracujá, além de itens como biscoito, tamarindo, leite, alho-poró. Alguns produtos são do extrativismo do cerrado, como a canela de perdiz, castanha do catulé, carqueja, além das mudas de plantas. Em conjunto, uma característica marcante da organização produtiva é a presença da diversidade, tanto na produção como na comercialização.

Em relação à presença de cursos de aperfeiçoamento, muitas entrevistadas citaram a assistência técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), por meio de cursos e palestras. Houve uma declaração em que a entrevistada relatou a participação em curso de nível superior: *“Eu faço graduação em Ciências Sociais na Unimontes, eu dei uma atrasada, o semestre passado eu fiz o estágio, e agora 2024 vou concluir o TCC”*.

Em relação à experiência das mulheres nos espaços das feiras e mercados, destacou-se a relevância para o protagonismo feminino em vários aspectos da vivência. Essa participação estratégica se insere no sustento da família, na promoção da socialização, no bem-estar e na inserção na luta política.

Uma entrevistada afirmou: *“A feira é muito diverso, lá na roça é um pouco, na feira tem um pouco de tudo. Pessoas de vários lugares, tem artesanato, brinquedos, volta e meia tem grupo de danças, o que você não produz compra do outro.”* *“Antigamente não tinha direito a nada, foi no grito, a gente conseguiu auxílio maternidade, direito a férias foi na raça”*. Cada qual tem que ter a sua parte”, ao referir-se à luta da mulher agricultora.

Referindo-se ao tempo gasto, destaca a seguinte declaração: *“A gente fica um tempo preparando durante a semana”*, outra entrevistada destacou *“Tem 25 anos que eu participo da feira”*. Uma afirmativa relevante é a questão financeira *“Minha renda é das feiras e mercados, é daqui que eu tiro meu sustento”*.

Com relação à evolução da mulher na feira e no mercado, uma participante ressaltou *“Nos tempos de antigamente era mais difícil, a feira é demais, feira é terapia, lazer.”* *“De primeiro era horrível, melhorou bastante.”* Em outra entrevista foi destacado: *“Melhorou muito, porque no mercado temos*

o contato com outras pessoas, os clientes, e a comunicação faz a amizade". "A feira é maravilhosa, tudo que traz vende".

Identificou-se que existe uma diversidade de significados na participação da mulher nesses espaços, não apenas no âmbito econômico, em especial na socialização, participação, promovendo o protagonismo. A seguir tem-se o quadro 1 com a síntese das afirmativas:

Significado	Econômico	Familiar	Qualidade de vida
Exemplos	"A produção própria é muito mais rentável do que as que são compradas para vender na feira, como batatinha".	"Tenho oito filhos, todos criados da feira, a família toda trabalha"	"A Feira é maravilhosa, tudo que leva vende. É um lugar de comunicação e lazer, existe muita diversão"
	"A mulher tem jeito mais meigo, o homem atende de qualquer jeito"	"A feira mostra a qualidade das coisas a feira ensina."	"A alimentação é importante comer comida quente feito na hora".

Quadro 1: Síntese da opinião das mulheres sobre as feiras e os mercados

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

As mulheres que vivem e trabalham nas áreas rurais encontram nesses espaços o local de escoamento de mercadoria a partir da venda e compra de produtos; e é visto também como um lugar de lazer, onde as relações de sociabilidade se aprofundam. Todavia, existem pontos a serem melhorados, como a questão da infraestrutura que muitas vezes não atende às necessidades específicas, em especial nas feiras, como afirmou uma entrevistada: *"Atende em parte, falta um banheiro pra gente usar"*. Outra participante destacou: *"Falta muita coisa, não tem um banheiro pra usar"*.

O protagonismo da mulher em relação a esses espaços se mostrou evidente, como nos seguintes relatos: *"A mulher na feira evoluiu muito"*. *"A mulher mudou muito, ela consegue, está entendendo que é capaz, dá conta de estudar e trabalhar"*. Refletindo sobre a trajetória da mulher rural, uma

participante destacou: “Fez com que a mulher evoluísse, o conhecimento *emancipa*”.

Considerações finais

Apesar das conquistas adquiridas pelas mulheres nas últimas décadas, ainda é possível verificar no meio rural sua invisibilidade no que refere ao trabalho e à gestão, visto que elas são importantes protagonistas na efetivação de diversas atividades da propriedade e na manutenção da família. Nesse sentido, é necessário avançarmos no debate sobre a participação das mulheres nas propriedades rurais, e não apenas como coadjuvantes de seus maridos e/ou pais.

O protagonismo das mulheres rurais se inscreve num cenário que busca, não somente por meio de leis, a igualdade entre homens e mulheres, mas que almeja uma mudança na cultura da igualdade de gênero dentro da população. Para isso, ressalta-se o respeito pelas diversidades culturais, étnicas, de gênero, de religião e de modos de vida, num contexto social de igualdade de oportunidades em matéria de alimentação, saúde, educação, moradia, emprego e de acesso à informação, entre outros.

Assim, a partir da pesquisa, foi possível perceber o protagonismo das mulheres rurais nas feiras e nos mercados do Norte de Minas. Sua relevância e participação foi identificada desde o processo de plantio na lavoura até as atividades de comercialização dos produtos. Diversos apontamentos ressaltaram a satisfação ao atuar nesses espaços, passando pela perspectiva econômica, cultural e política, entre outros. Tais relatos evidenciam o protagonismo dessas mulheres no contexto regional, em especial o rural.

Referências bibliográficas

ARAUJO, C. A. L. de; THEOPHILO, Renato C. Análise dos indicadores de desenvolvimento rural do Norte de Minas. In: *Revista Desenvolvimento Social*, Montes Claros v. 27, n. 2, p. 148-169, 2022, p 148-169. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/458>

1. Acesso em: 26 jan. 2024.

BOECHAT, Patricia Teresa Vaz; SANTOS, Jaqueline Lima dos. Feira Livre: Dinâmicas Espaciais e Relações Identitárias. In: *Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, 2016.p. 653 - 665. 2016. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/download/512/486/> Acesso em: 15 dez. 2022.

BRANDÃO A. A; COSTA CA; GALIZONI FM; CAVALCANTE TFM; NEVES AC. 2015. Perfil socioeconômico dos consumidores de hortaliças em feiras livres na microrregião de Januária. In: *Horticultura Brasileira*, Brasília, v 33, 2015, p.119-124. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-053620150000100019>. Acesso em: 19 nov. 2023.

FONSECA, A. I. A.; COSTA, S. G.; VIEIRA, G. do R. A. L.; & GALDINO, S. M. G. (2017). Feiras e mercados municipais em Bocaiúva (MG) e Montes Claros (MG): o empoderamento das mulheres agricultoras. In: *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo 33, 2017. p.97-105. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rdg.v33i0.129166>. Acesso em: 26 ago. 2015.

FONSECA, Isabel Carmen; SILVA, Celia Nunes; FERNANDES, Luis Fernando. Pesquisa qualitativa em saúde: um olhar inovador sobre a produção do conhecimento científico. In: *Revista Baiana de Saúde Pública*. Salvador, v.35, n.4, 2011p.1001-1012. Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/270/pdf_83. Acesso em: 14 ago. 2021.

FRANÇA, Ana Livia de Lima; ALVES, Arilde Franco. Protagonismo feminino nos processos agroecológicos: o caso das mulheres camponesas da Associação EcoVárzea, Paraíba. In: *Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB*, João Pessoa, v. 59, n. 2, 2020 p. 467-479. ISSN 2447-9187. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/5000>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. – 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. 208 p.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto. *A emergência da identidade ambiental territorial na agricultura familiar nos municípios de Santa Rosa e Novo Machado*, RS. 2015. 113f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3820>. Acesso em: 27 set. 2024

HEREDIA, B.M.A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 9, nº 8, 2006.p 1-28. Disponível em :<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420>. Acesso em: 21 de fev. 2021.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. In: *Psicologia & Sociedade*, v. 28, 2016. 115-124. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/pqP4MDkBx4VLR5Lqf5DLHys/>. Acesso: 26 set. 2022

MARCOS, V. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. In: *Agrária*, São Paulo, n. 7, p. 182-210, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-> Acesso em: 13 mar. 2022.

PEREIRA, A. M. *Cidade média e região*: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PINTAUDI, S. M. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. In: *Revista Cidades*, Chapecó, v. 3, n. 5, pp. 81-100, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12783/8352> Acesso em: 07 mar. 2014.

QUIJANO, Farah M. A. Cambios en las relaciones de género en los territorios rurales: aportes teóricos para su análisis y algunas hipótesis. In: *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, v. 5, n. 61, 2011. p. 20, p. 20, Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1200> Acesso em: 03 out. 2024.

RAMOS, Crystiane Pontes. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. In: *Gênero*, Niterói, v.15, 2014, p. 29-46. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31200>. Acesso em: 14 out. 2023.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos F. M. & RODRIGUES, Luciene (orgs). *Formação social e econômica do Norte de Minas*, Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000, p.105-170.

SCHNEIDER, Clair Odete; TONETTO, Cristiane Maria Godoy; WEDIG, Josiane Carine; VARGAS, Thiago de Oliveira. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. In: *Interações*, Campo Grande, v. 21, n. 2, 2020. p. 245-258. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/qMfbPhJpKYMfjmWsSsMLZWq/>. Acesso em: 09 out 2023.

SILVESTRE, L. H. A.; RIBEIRO, Áureo E. M.; FREITAS, C. da S. Subsídios para a construção de um programa público de apoio à feira livre no vale do São Francisco/MG. In: *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 13, n. 2, p. 186-200, 2011. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/346>. Acesso em: 5 fev. 2024.

TURATO, Egberto Ribeiro. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 688p.

Vivian Mendes Hermano

Doutora em Geografia. Professora no Departamento de Geociências da UNIMONTES. Faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural-NEPGER. Tem experiência técnica e científica na área de Geografia, com ênfase nos seguintes temas: população, meio ambiente, mobilidade e desenvolvimento.

E-mail: hermanovivian@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6716517336098039>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3642-6762>

Ana Ivânia Alves Fonseca

Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, UNESP/RIO CLARO); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). É Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia e dos cursos de Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

E-mail: anaivania@gmail.com

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/4494210387984708>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7873-750X>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

Territórios Vulneráveis e de Resistência na luta por uma habitação digna em Londrina/PR

*Vulnerable Territories and Resistance in the
struggle for decent housing in Londrina/PR*

*Territorios Vulnerables y Resistentes en la lucha
por una vivienda digna en Londrina/PR*

Ideni Terezinha Antonello

Universidade Estadual de Londrina
antonello@uel.br

Léia Aparecida Veiga

Universidade Estadual de Londrina
leia.veiga@uel.br

Isabelle Teixeira Bertini

Universidade Estadual de Londrina
Isabelle.bertini@uel.br

Resumo: Em Londrina a falta de políticas de habitação social e de acesso às infraestruturas básicas faz com que parte da população busque de maneira informal e precária o acesso à cidade. Objetiva-se analisar o conceito de favela, utilizado de forma corriqueira para fazer referência ao espaço vivido pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, nesse sentido, neste estudo defende-se o conceito de território vulnerável e de resistência como expressão do espaço vivenciado por essas famílias na luta pela sobrevivência. É uma pesquisa com abordagem qualitativa, pautada em levantamentos de informações secundárias (bibliográficas e documentais) e de estudo de campo no espaço urbano de Londrina.

Conclui-se que apesar dos esforços teóricos e empíricos realizados até o momento, se faz necessário se pensar junto com a população que vive nesses territórios o termo que os representa ou se há outros caminhos possíveis de avançar na busca de um conceito que os representem.

Palavras-chave: Território. Moradias Precárias. Definição. Londrina/PR.

Abstract: In Londrina, the inexistence of social housing programmes and lack of access to basic infrastructure means that part of the population seeks informal and precarious access to the city. The aim is to analyse the concept of favela, commonly used to refer to the space lived in by families in situations of social vulnerability. In this sense, this study defends the concept of vulnerable territory and resistance as an expression of the space experienced by these families in the struggle for survival. The research has a qualitative approach, based on a survey of secondary information (bibliographical and documentary) and a field study in the urban area of Londrina. It concludes that despite the theoretical and empirical efforts made to date, it is necessary to think together with the people who live in these territories about the term that represents them or whether there are other possible ways forward in the search for a concept that represents them.

Keywords: Territory. Precarious Housing. Definition. Londrina/PR.

Resumén. En Londrina, la falta de políticas de vivienda social y de acceso a infraestructura básica hace que parte de la población busque acceso a la ciudad de manera informal y precaria. El objetivo es analizar el concepto de favela, comúnmente utilizado para referirse al espacio vivido por familias en situación de vulnerabilidad social, en este sentido, este estudio defiende el concepto de territorio vulnerable y de resistencia como expresión del espacio vivido por estas familias en la lucha por la supervivencia. La investigación tiene un enfoque cualitativo, basado en levantamientos de información secundaria (bibliográfica y documental) y estudios de

campo en el espacio urbano de Londrina. Se concluye que a pesar de los esfuerzos teóricos y empíricos realizados hasta el momento, es necesario pensar junto con la población que habita en estos territorios, qué término los representa o si existen otras formas posibles de avanzar en la búsqueda de un concepto que represente a ellos.

Palabras clave: Territorio. Vivienda Precaria. Definición. Londrina/PR.

Introdução

O aumento de aglomerados humanos em habitações precárias nas cidades brasileiras tem ocorrido desde o início do século XX, particularmente após a década de 1930, tendo relação direta com o intenso e desigual processo de urbanização indissociável ao processo de industrialização.

Embora o fenômeno não seja exclusividade do período sinalizado acima, pois as favelas são anteriores a instauração da sociedade urbano-industrial no Brasil, podendo ser verificadas habitações urbanas precárias já no período colonial (Queiroz Filho, 2011), as referências ao termo favela encontram-se associadas na historiografia e estudos de diversas áreas – incluso os geográficos –, em textos jornalísticos e nas obras da literatura brasileira, associadas ao contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. E a consolidação do termo favela oficialmente para esse tipo de habitação nas demais cidades brasileiras ocorreu a partir do Censo de 1950 quando o IBGE adotou essa definição para fazer menção ao fenômeno nas cidades brasileiras, época na qual a população de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro já havia adotado no cotidiano essa definição para as moradias precárias.

Na cidade de Londrina, localizada no Norte do Paraná, as favelas com origem no final de 1950, aumentaram nas décadas seguintes frente às transformações na agropecuária e a migração de grande parte da população rural no sentido da cidade.

Ao se pensar nas condições precárias de habitações que uma parte da população de Londrina tem que sobreviver no seu dia a dia, se tem como intuito deste artigo analisar o conceito utilizado para expressar a realidade do espaço vivido destas famílias sem acesso ao mínimo de serviços básicos e de uma moradia com padrões construtivos que contribuam para a segurança de suas vidas, comumente entendido de forma pejorativa (Mattos, 2020) pela sociedade e denominado de favela. Sendo que esse objetivo converge para outro percurso de análise que é traçar uma reflexão sobre conceito de espaço vivido na perspectiva adentrar na discussão sobre a dinâmica segregacionista vivenciada pelas famílias que necessitam de uma habitação para sobreviver que tem que lançar mão da estratégia de resistência perante uma estrutura fundiária urbana concentrada que não possibilita o acesso a cidade formal, que gera a cidade informal (Maricato, 2012).

Fruto desta dinâmica tem-se os territórios vulneráveis, os quais segundo Antonello (2022, p. 278) têm como características: “[...] a falta de infraestrutura técnica (saneamento básico, energia, coleta de lixo etc.) e social (saúde, educação), além da precariedade das moradias, geralmente, localizadas em áreas impróprias (margens de rios urbanos, antigos lixões, áreas com declividade acentuada)”. Bem como de resistência, pois é uma forma de luta pelo direito a cidade, nesse sentido se pautam em Antonello (2023, p. 1086) ao defender que os conflitos e as contradições da produção social do espaço urbano, “[...] geram, ao mesmo tempo, o sofrimento da dominação opressiva do espaço abstrato (lógica do capital) e da apropriação do espaço percebido, vivido da favela (território de resistência)”. Portanto, se considera neste estudo que os territoriais vulneráveis (favela) se cristalizam em território de resistência “[...] no sentido que as famílias que produzem esse espaço vivido têm que lançar mão da estratégia de resistência perante uma estrutura fundiária urbana concentrada” (Antonello, 2023, p. 1087).

Assim, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar o conceito de favela, utilizado de forma corriqueira para fazer referência ao espaço vivido pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, nesse sentido, neste estudo defende-se o conceito de território vulnerável e de resistência como expressão do espaço vivenciado por essas famílias na luta pela sobrevivência.

O procedimento metodológico da pesquisa pautou-se no arcabouço teórico-metodológico assentado no pensamento de Henri Lefebvre (2006, 2016), tendo como base as concepções a respeito da produção social do espaço urbano e o método regressivo-progressivo, utilizando de forma investigativa e interpretativa a tríade espacial, a saber: espaço percebido, vivido e concebido. Essas dimensões do espaço propostas pelo autor se relacionam de forma dialética, em um entrelaçamento caótico, sendo a decodificação unitária um desafio (Lefebvre, 2006).

Essa decodificação tem como ponto de partida o cotidiano, que é essencial ao se estudar os territórios foco desta pesquisa, pois a discussão sobre o cotidiano de Lefebvre remete a base de seu método para se adentrar nos fenômenos espaciais. Ao reconhecer que a complexidade da realidade social vai se apresentar de forma horizontal (inserido no contexto de sua época) e vertical (resultado de diferentes momentos históricos), dessa forma o intuito é identificar o presente para recuperar o passado. Uma vez que o regressivo

subentende-se partir do hoje, diretamente para o passado. A volta ao passado tem o escopo definido, entender os processos em curso. Logo é progressivo, pois no caminhar do passado para o presente, pode fomentar descobertas ao longo do processo investigativo que tem potencial de criar caminhos para se pensar a produção social do espaço.

Ao se ancorar nesta perspectiva lefebvriana as técnicas de pesquisa se pautaram em três fases: 1) o levantamento teórico e metodológico sobre a problemática da pesquisa, com destaque para a discussão do conceito de favela; 2) arrolamento de dados juntos aos órgãos municipais, tais como: COHAB- LD (Companhia de Habitação de Londrina), Prefeitura, IPPUL (Instituto de Planejamento e Pesquisa urbana de Londrina) e de outras fontes de informações estatísticas e de documentos históricos, como a acervo da NDPH - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica/Uel, essa última fase de levantamento dos documentos históricos, proporcionou a volta ao passado mediante a análise destes documentos via a apreensão da produção social do espaço urbano de Londrina nas temporalidades trabalhadas via as imagens presentes nas fotografias selecionadas; 3) realização de estudos de campo (trabalho de campo), no qual se optou pela técnica da observação e o registro fotográfico, visando dar continuidade na análise empreendida via fotografias obtidas nos documentos históricos.

Esclarece-se que os dados estáticos, que compuseram a segunda fase da investigação, foram utilizados para se traçar o cenário geral das ocupações urbanas de Londrina, na perspectiva de apreender a dinâmica segregacionista vivenciada pelas famílias na temporalidade presente, que necessitam de uma habitação para sobreviver que tem que lançar mão da estratégia de resistência perante uma estrutura fundiária urbana concentrada que não possibilita o acesso a cidade formal, que gera a cidade informal que se desdobra o que entende-se neste estudo de territórios vulneráveis, ao mesmo tempo de resistências, sendo uma forma de luta pelo direito a cidade.

O artigo encontra-se estruturado de forma a abarcar os objetivos propostos, o primeiro tópico é dedicado a realizar uma análise de como luta pela sobrevivência de parcela de famílias brasileiras em uma moradia precária, em áreas informais, vem sendo definida para apreender essa realidade ao longo do tempo, comumente conhecida como favela e outras definições para habitação precária. O segundo volta-se a reflexão sobre o espaço vivido- como

território de resistência, com intuito de aprofundar a discussão sobre o conceito de espaço vivido expressão dos territórios vulneráveis e de resistências, dessa forma assenta-se a reflexão sobre um arcabouço teórico-metodológico de Lefebvre (2006; 2016). Na terceira parte apresenta-se um percurso visual – das paisagens das favelas em Londrina, expressão dos territórios vulneráveis e de resistências ao longo do tempo histórico da produção social do espaço urbano de Londrina.

Favela e Outras Definições para Habitação Precária no Brasil

O termo favela, segundo Leite (2010, p. 166) é “[...] exclusivamente e originalmente brasileiro, pois essa denominação vem de uma planta leguminosa, chamada Favela, típica do nordeste brasileira”. Trata-se de uma planta com o nome científico *Cnidoscolus Quercifolius* abundante em ambientes com condições climáticas extremas, apresentando grande capacidade de tolerância a seca e condições adversas (Elvir, 2018).

E o marco dessa correlação entre a planta favela e moradias precárias no Brasil ocorreu a partir do final do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, na época capital do país. Conforme a explicação mais divulgada no âmbito acadêmico por diferentes pesquisadores, essa correlação ocorreu a partir do momento que ex-combatentes da guerra de Canudos, ao regressarem para a capital brasileira, na época Rio de Janeiro, souberam que o governo da república não cumpriria a promessa de indenização prometida no início do conflito.

Esses soldados sem condições financeiras para sobreviverem na cidade do Rio de Janeiro, ocuparam uma área de morro atrás da sede do governo (figura 1), denominada Livramento que já abrigava famílias despejadas do cortiço denominado Cabeça de Porco (Gonçalves, 2013) em meio ao processo de higienização da área central da cidade em curso naquele momento histórico, que a partir de então, passou a ser chamado popularmente de morro da Favela (atualmente morro da Providência). Encontra-se localizado na porção portuária do Rio de Janeiro, na zona central da cidade no bairro da Gamboa, localizado

entre a estação Central do Brasil (avenida Presidente Vargas) e a Cidade do Samba (avenida Oscar Niemeyer).

É importante ressaltar que embora o processo de erradicação dos cortiços tenha sido iniciado ainda no período imperial por serem vistos pelas autoridades e elite como ambientes insalubres, propagadores de epidemias e da violência, a higienização foi intensificada no período republicano (final do século XIX e início do XX). Trata-se de um momento de ampla divulgação de um discurso higienista autoritário que associava as classes populares e seus espaços de moradia ao perigo e a marginalidade. A legislação urbanística teve papel importante no planejamento urbano da cidade no referido período ao legitimar a política de demolição de cortiços, estimulando, ao mesmo tempo, a ocupação dos subúrbios e dos morros da cidade (Gonçalves, 2013).

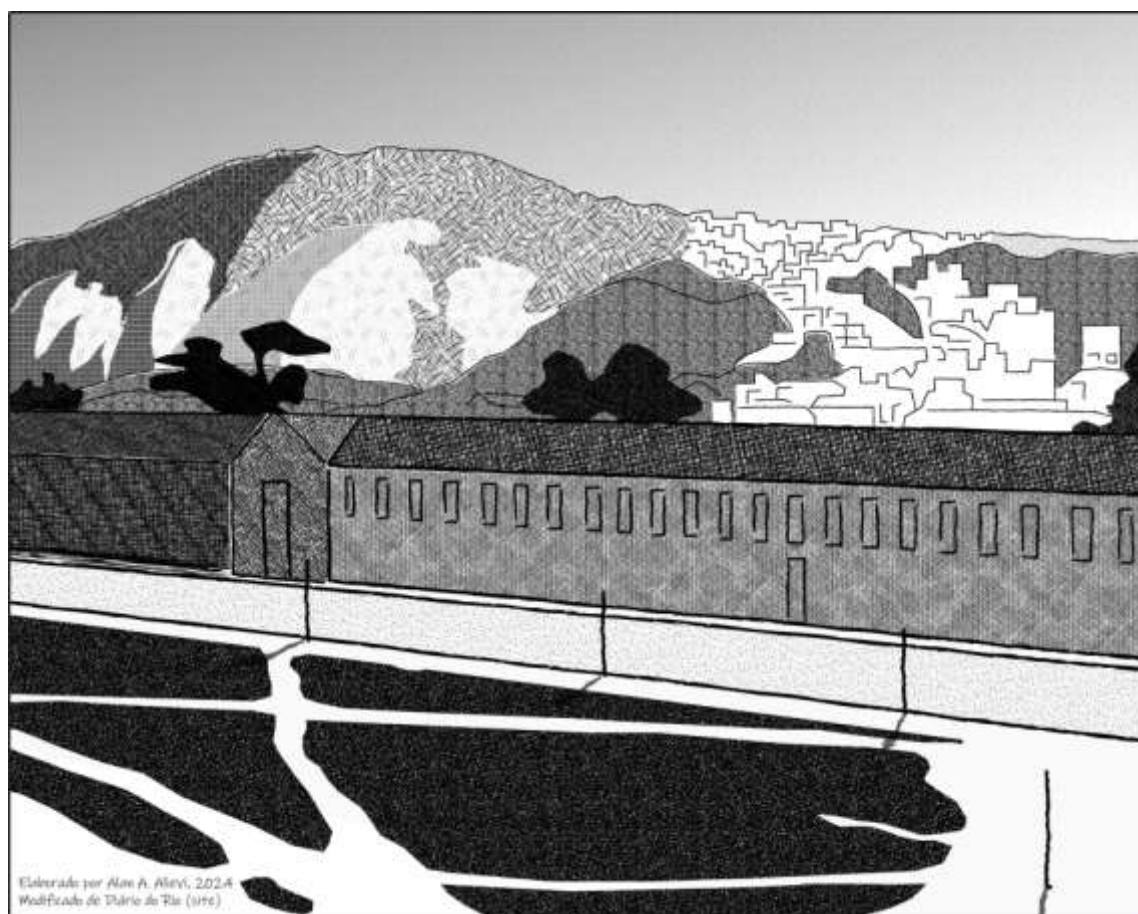


Figura 1. Desenho da porção na qual se tem representado o Quartel General do Exército, localizado próximo ao sopé do Morro da Providência no ano de 1900 no Rio de Janeiro.

Fonte: *Diário do Rio*. Disponível em: https://diariodorio.com/dia-da-favela-a-historia-do-morro-da-providencia/#google_vignette. Elaborado por Alan Alves Alievi, 2024.

Ao analisar esse contexto Queiroz Filho (2011, p. 46) afirma que a “origem da palavra favela é muito mais complexa do que a do cortiço”. Essa origem da definição genérica de favelas para moradias precárias é uma das três explicações encontradas na literatura acadêmica, havendo outras duas formas de justificar como ocorreu essa associação do termo favela às moradias sem infraestrutura e vulnerável.

Segundo Rodrigues (2017) a gênese da favela por se referir a uma das formas espaciais da segregação socioespacial das cidades brasileiras, não há consenso entre os pesquisadores, ao mesmo tempo, em que gera um vazio na historiografia nacional e tornando este tema como um campo marginal destinado aos estudos de habitação popular precária (Elvir, 2018).

No levantamento historiográfico da origem do termo genérico favelas para moradias precárias no Brasil, nas três versões há consenso apenas no recorte espacial, no caso cidade do Rio de Janeiro (Abreu, 2010; Brum, 2012; Valladares, 2005; Vaz, 1994, Rodrigues, 2017; Elvir, 2018; Hahner, 1993).

Tendo por base essas três explicações para a formação das primeiras favelas no Rio de Janeiro, pode-se dizer que ambas as possibilidades explicativas carregam consigo o fato de morros serem locais de moradias para sujeitos sociais da classe trabalhadora em condições precárias economicamente e com negação do direito à cidade assim como foram fortemente caracterizados a partir das duas últimas décadas do século XIX seja pelos meios de comunicação e autoridades políticas, seja por escritores diversos como espaços de “[...] ilegalidade, insalubridade, desordem, autoconstrução e falta de serviços e infraestrutura urbana” (Vaz, 1994, p. 48), contribuindo para o “[...] desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre o microcosmo da favela e seus moradores” (Valladares, 2000, p.8) que foi sendo estendido a outras cidades brasileiras, que assim como o Rio de Janeiro passaram (principalmente após a década de 1930) pelo processo de urbanização e negação do direito a moradia digna aos grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Esse termo foi oficializado na escala nacional por ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE quando na metodologia do Censo Demográfico para o Distrito Federal do Rio de Janeiro (Ibge, 1953), como forma de definir aglomerados humanos como favelas foram considerados aspectos marcantes na configuração territorial, estando em área de morro ou não, mas

que apresentassem total ou parcialmente o número de agrupamento de moradias geralmente superior a 50, com predominância de barracos construídos com restos de materiais, com famílias sem a posse legal de terra, estando essas áreas desprovidas de melhoramentos públicos e de urbanização (Ibge, 1953).

Assim, ao reconhecer oficialmente as características das favelas no Rio de Janeiro, o IBGE acabou por consolidar no território brasileiro de forma oficial de se pensar uma favela. Com o passar das décadas, o IBGE, passou a revisar a nomenclatura desses agrupamentos humanos, que passou a ser chamado nos censos demográficos realizados de 10 em 10 anos de: Aglomerado Urbano Excepcional, em 1970, na base territorial e tabulação de dados; de Setores Especiais de Aglomerado urbano, em 1980, na base territorial e de Favelas na tabulação de dados; de Aglomerados Subnormais, em 1991/2000/2010, na base territorial e na tabulação de dados (Ibge, 2023).

Em 2023, a partir de pressão da sociedade civil organizada e inúmeras discussões, o IBGE retomou oficialmente a nomenclatura favela e acrescentou comunidades urbanas. Passou então a partir da nota metodológica 1 a utilizar oficialmente o termo Favela e Comunidades urbanas para os aglomerados de pessoas até então nomeados de Aglomerados Subnormais pelo IBGE (figura 2).

Isso porque ao rever o conceito de Aglomerados Subnormais, verificou que o mesmo da forma como se encontrava, além de não abarcar as diferentes formas de concretização do fenômeno socioespacial em tela, seja no tocante ao conteúdo seja na nomenclatura utilizada em diferentes porções do país, também não atendia a demanda represada da sociedade nos últimos anos (Ibge, 2023, p. 23). E o que mudou em termos de elementos que caracterizam o conceito de Favela em comparativo aos Aglomerados subnormais? Segundo o texto da Nota Metodológica 1 do IBGE (2023), o critério elegeu-se como critério predominante o grau de insegurança jurídica da posse da terra, somado a pelo menos um dos seguintes critérios expressos (figura 2).

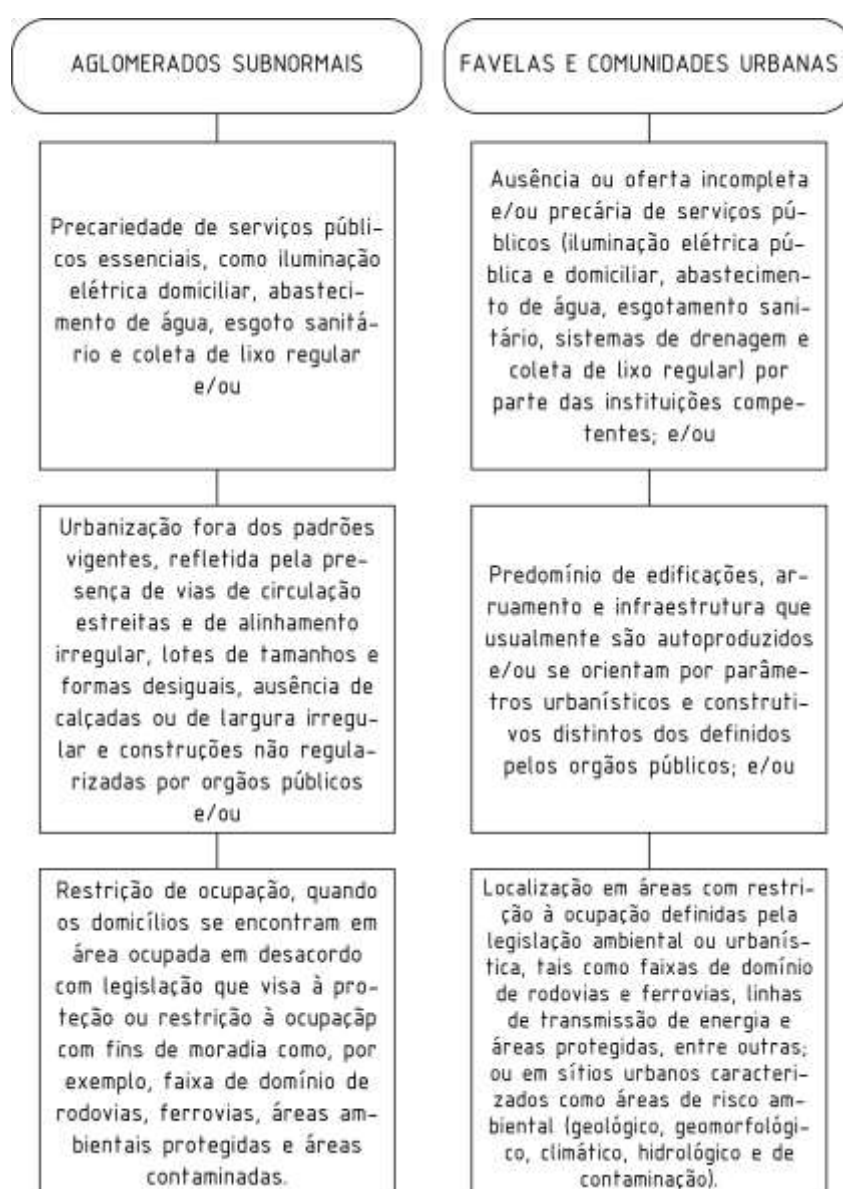


Figura 2. Critérios para conceituar Aglomerados subnormais e Favelas e Comunidades Urbanas segundo IBGE, 2023

Fonte: IBGE, 2023.

Voltando nosso olhar para o conceito utilizado na cidade de Londrina oficialmente, verifica-se que nas últimas décadas, o termo mais utilizado pelos canais oficiais (COHAB, Órgãos da Prefeitura Municipal) e por pesquisadores tem sido: Ocupação Irregular para designar as favelas. E em meio à população, conversas informais indicam o uso corrente dos termos favelas e a invasão para nomear esse tipo de aglomerado urbano. E dentre esses dois, favela é utilizado

pela maioria dos habitantes londrinenses, o que nos levou a refletir sobre esse fenômeno em outra perspectiva, conforme discutido no próximo tópico.

A favela na perspectiva de território vulnerável: O espaço vivido como resistência - a luta por uma moradia digna

A urbanização brasileira remete ao desenvolvimento geograficamente desigual que marca o território nacional, uma vez que as contradições do espaço são engendradas na prática social fruto da apropriação- domínio desigual do solo urbano que produz o espaço no ritmo da lógica do capital, levando o conflito entre o espaço abstrato (concebido) e concreto (percebido), esse último o espaço vivido, como diz Lefebvre (2016) “despedaçado e vendido”. Essa dinamicidade do espaço é movida pela tríade, a saber: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação. A triplicidade espacial se cristaliza no espaço percebido, que perpassa a prática social na sua totalidade, decorrente da experiência vivida no cotidiano do espaço vivido, que se insere e está inserido no espaço social que contém o espaço abstrato. O espaço concebido (abstrato) se vincula ao domínio do valor de troca, seguindo as diretrizes do capital e as suas relações sociais de produção.

A prática espacial gera espaço social, tanto concebido como o percebido, sendo a expressão das representações do espaço e os espaços de representação. No espaço social que irá se manifestar os conflitos e contradições, nas palavras de Lefebvre:

Contradições do espaço procedem, em parte, de antigas contradições, oriundas do tempo histórico, modificando-as: ora agravando-as, ora atenuando-as. Entre essas antigas contradições nascem novas, que eventualmente conduzem o espaço abstrato em direção a seu fim. No seio desse espaço, a reprodução das relações sociais de produção não se consuma sem um duplo movimento: dissolução de relações, nascimento de novas relações. (2006, p. 84)

Nesse perpetuo movimento de transformação do espaço, ele é ao mesmo tempo produto e produtor, uma vez que o espaço não é condição e resultado – ele “contém e é contido”, isto é, “[...] o espaço social é obra e produto” (Lefebvre, 2006, p. 150). Na dinâmica do espaço concebido que visa a homogeneização do espaço conforme a sua lógica abstrata, isto é, com o escopo de transformar tudo em valor de troca.

Dessa forma, busca dominar o espaço percebido conforme os seus interesses, mediante o pressuposto de acabar com os conflitos e diferenças, dissimulado no discurso técnico. Esse discurso é o que propaga as representações do espaço, visando ocultar as contradições e conflitos fruto da própria configuração espacial abstrata, que ao contrário produz novas diferenças, portanto, as contradições do espaço se mantêm e se aprofundam, sendo que as diferenças/desigualdades são concretizadas nas áreas segregadas do urbano. Tal fato é a gênese dos territórios vulneráveis e de resistências no urbano, que se pode adentrar no espaço diferencial, defendido por Lefebvre (2006, p. 59).

Os territórios de resistências emanam da luta para a superação do tempo e espaço como mercadoria, marcado pelo valor de troca, que se materializa na estrutura fundiária urbana concentrada, envolta na representação do espaço, que negligencia e subjuga o espaço como valor de uso, os espaços de representação. Por conseguinte, o direito a habitação se vincula ao valor de mercado, o que forja a resistência, expressa nas ocupações irregulares, que demonstra a possibilidade de rompimento/luta contra a homogeneização do espaço abstrato, desdobrando-se no espaço diferencial, via a instauração de um espaço vivido. Na sobreposição dos espaços advinda da luta dos contrários entre o espaço de dominação e de apropriação, ocorre a vitória opressiva da dominação do espaço concebido, todavia sem a morte do espaço de apropriação, mesmo na luta desigual, sofrida, das famílias que fazem da favela o seu espaço vivido, sentido na sua experiência de vida de sobrevivência, de luta, de resistência. Como diz Lefebvre,

Desta forma então, o espaço social “incorpora” atos sociais, os de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem,

se dizem e encontram os interditos; depois caem e seu espaço contém sua queda. (2006, p. 59)

O espaço concreto/empírico urbano revela e é revelado pela presença das favelas, neste estudo entendida com a cristalização dos territórios vulneráveis/resistência, as diferenças, dentro do espaço da homogeneização da padronização requerido pelo capital e pelo discurso dominante, pois constroem análises do urbano mediante a racionalidade imposta pelos esquemas e padrões que dominam a visão técnica de planejamento urbano. Dessa forma, “Esses procedimentos analíticos apenas se atêm aos esquemas uniformes, às homologias. Eles conduzem às lógicas (a da troca, a da planificação etc.), ao invés de pôr o acento nas diferenças” (Lefebvre, 2016, p.82, grifo nosso).

Nessa questão essencial – nas diferenças – nos espaços diferenciais – representados pelos territórios vulneráveis/resistência presentes na cidade de Londrina/ PR (Figura 3), que se tornam opacas perante as luzes da cidade, que essa investigação se justifica, no sentido, de trazer para a análise esses espaços vividos fruto da segregação socioterritorial imposta pela lógica do espaço abstrato. Esses territórios identificados e apresentados na investigação tem o escopo de aflorar as diferenças do e no espaço, na perspectiva de fazer brilhar os conflitos e as contradições na luta dos contrários, que gera ao mesmo tempo, o sofrimento da dominação opressiva do espaço abstrato e da apropriação do espaço percebido, vivido nesses territórios de ocupação informal.

Assim, os territórios vulneráveis e de resistência são a expressão do confronto direto com o espaço ordenado, uma vez que “É o espaço onde a conexão coercitiva se efetua por meio de um sistema de acessos às partes deslocadas: o espaço, ao mesmo tempo informe e duramente constrangedor das periferias e dos subúrbios, onde os cortiços, as favelas, as cidades de urgência completam os subúrbios residenciais” (Lefebvre, 2016, p.48).

Os territórios vulneráveis/resistência em Londrina eram vividos até 2018, por 4709 famílias que sobreviviam em moradias precárias, em um total de 69 (Cohab-LD, 2018), as quais se constituem no espaço vivido por elas, na luta por uma moradia digna (figura 3).

Esses territórios estão espacialmente concentradas na Zona Leste (67,47%) e na Zona Sul (66,48%), áreas estas de menor poder aquisitivo da

cidade, sendo que grande parte está localizada nas margens dos rios urbanos, que corresponde na maioria dos casos às áreas de preservação permanente/APPs.

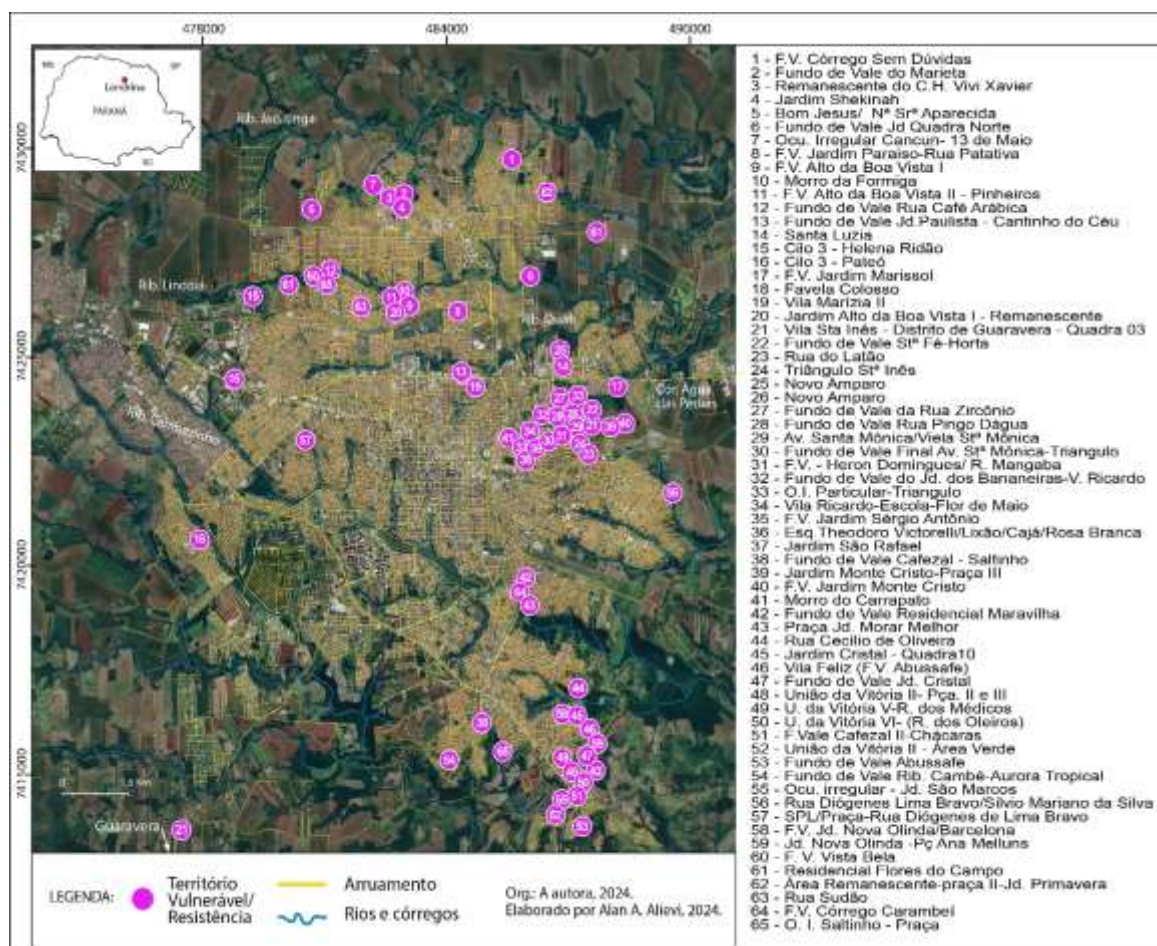


Figura 3. Localização dos territórios vulneráveis de resistência em Londrina/PR

Fonte: Londrina – Revista Perfil, 2022

A concentração espacial dos territórios vulneráveis de resistência (figura 3) se encontra nas bordas da malha urbana, principalmente em porções marcadas pela desigualdade socioeconômica em Londrina. Trata-se da periferia da Zona Sul, na qual a pobreza é revelada não apenas pela baixa renda obtida pelos chefes de família, mas pela falta de oportunidades de emprego e pelos índices de criminalidade, por conseguinte sofrem com a precariedade de infraestrutura urbana, particularmente com a deficiência de equipamentos

urbanos relacionados à saúde, educação e os meios de transportes. Assim sendo, a espacialização das dessas áreas expressa a segregação socioterritorial destas famílias, já que em função dos baixos rendimentos ou sem rendimentos tem com alternativa de sobrevivência viver nesses territórios.

A seguir, apresentam-se os territórios vulneráveis e de resistência de Londrina via a paisagem mediante fotografias, sendo que as imagens revelam a realidade do espaço vivido por essas famílias, ao longo do tempo, na produção social desigual do espaço urbano.

Percurso ao longo do tempo dos territórios vulneráveis e de resistência em Londrina

Londrina, fundada em 1929, já apresentava desde sua gênese indícios da segregação socioterritorial. Arias Neto (2008) destaca que para organizar a cidade, que até então crescia de forma bastante desordenada, entre em 1951 a 1955, foram desenvolvidas um conjunto de leis que passaram a organizar o município, como a Lei 133, que permitia a Prefeitura intervir no ordenamento territorial e expansão da cidade a partir de regras de loteamento e zoneamento “[...] essas práticas evidenciam a vontade e intencionalidade segregacionistas, resguardando às classes dominantes os melhores espaços da cidade, bem como prescrevendo para estas o maior número de benfeitorias urbanísticas” (Arias Neto, 2008, p. 107).

Nesse contexto, grande parte da população migrante do campo para a cidade possuía um baixo poder aquisitivo, sem condições financeiras de arcar com os custos de moradia em locais adequados, o que teve como consequência a manutenção e agravamento da segregação socioterritorial e a produção dos espaços de resistência, como as ocupações irregulares (Antonello; Veiga; Bertini, 2023).

Advindas deste espaço vivido repleto de incertezas, na década de 1950, já constava na paisagem londrinense a luta pela moradia digna, cristalizada nas primeiras favelas da cidade. Dentre elas podemos citar: Pito Aceso (1953), Vila do Grilo (1955), Vila Esperança (1958), Caixa Econômica, também conhecida

como “Grilinho” (1959), ocupações que estavam localizadas em áreas periféricas da cidade de Londrina (Cohab, 2011; Martins, 2007).

A favela da Caixa Econômica recebia este nome, pois estava localizada em um terreno pertencente ao banco no Jardim Shangri-lá, na área urbana da cidade (Gavetti, 1998). Como tentativa de reintegrar a posse do terreno, a partir de solicitação à justiça, a CEF solicitou auxílio de tropas do 5º Batalhão da Polícia Militar para realizar o despejo de 400 famílias, como pode ser visto em manchete publicada no Jornal de Londrina do dia 10 de julho de 1969 (Figura 4).



Figura 4. Manchete do dia 10 de julho de 1969.

Fonte: Jornal de Londrina, (1969).

Para evitar esta ação que teria grandes consequências sociais, o então presidente da Cohab-LD Nelson Gavetti sob o governo de Dalton Paranaíba (1969-1973) decidiu que a situação foi resolvida a partir da desapropriação do imóvel “[...] em caráter amigável com valor simbólico”, transferindo a área para a Cohab-LD (Gavetti, 1998, p. 40).

Entretanto, percebe-se que neste momento não houve ações concretas por parte do Estado que visassem auxiliar esta população a terem o acesso a moradia digna, colaborando para que a manutenção ou o surgimento de novos territórios de resistência se concretizasse. Nesse sentido, Arias Neto (2008, p.

105) destaca que “[...] tratava-se de organizar a cidade colocando cada grupo social em seu devido lugar e espaço, e, ao mesmo tempo, alimentar a esperança de que o progresso beneficiaria a todos de modo justo [...]”.

Atitudes que visassem a solução desta questão foram tomadas apenas na década de 1970, quando se iniciou uma ação com a união da Cohab-LD e Banco Nacional da Habitação (BNH) para ser realizado o que ficou chamado como “desfavelamento” a partir da construção de conjuntos habitacionais que atenderiam as famílias ocupantes das favelas, ou seja, a ideia seria a erradicação de todas as favelas da cidade (Gavetti, 1998).



Figura 5. Reportagem Folha de Londrina: 18 de agosto de 1971.

Fonte: Folha de Londrina, (1971).

Segundo a notícia, a erradicação das favelas de Londrina, aconteceria até o final do mandato do então prefeito Dalton Paranaguá (1969-1973), a partir do financiamento “[...] do Banco Nacional da Habitação na liberação de recursos e inclusive de financiamento à Prefeitura para a aquisição de terrenos e sua urbanização” (Folha de Londrina, 1971). É importante mencionar que, as casas não seriam doadas para as famílias, os novos moradores passariam a ser incorporados no sistema financeiro atrelado ao BNH, assumindo assim a dívida para a aquisição do imóvel (Zanon, 2022).

Sob este plano, por possuir o menor número de ocupantes, estar em uma área particular onde o proprietário cobrava aluguel dos barracos, sem água potável e saneamento básico, a primeira favela a passar por este processo foi a do Bom Retiro em 1971. Os moradores foram realocados no Conjunto Habitacional Barravento construído com recursos do BNH na Vila Portuguesa - região leste da cidade, aparentemente, de forma amigável (Gavetti, 1998).

Destaca-se que foram construídas no Barravento 34 unidades habitacionais. Esperava-se não construir apenas moradias e sim proporcionar aos realocados as infraestruturas básicas e também realizar o acompanhamento social durante e após a construção das moradias (Ippul, 1996). Neste processo, as famílias passavam por exames médicos, recebiam orientações sobre como cuidar de suas novas casas e da higiene pessoal. Fato que fica evidente no trecho, no qual Gavetti (1998, p. 60) menciona que “[...] membros da comunidade orientavam na colocação dos pertences e auxiliavam na arrumação da casa. Ao mesmo tempo os estudantes de medicina (Faculdade de Medicina e outros) davam as primeiras orientações relativas ao uso do banheiro, pia, etc.”.

Pelos relatos, aparentemente, a gestão pública acreditava que estas pessoas não sabiam se portar dentro de uma residência, demonstrando um comportamento discriminatório e que reforça a situação de desigualdade e segregação em que estas pessoas viviam, fomentando a visão depreciativa desses lugares denominados de favela. Corroborando a análise, Arias Neto (2008, p. 105 - grifo nosso) destaca que “[...] a intervenção do poder público se legitima, por um lado, ao apoiar-se (...) nos modernos métodos e técnicas urbanísticos e higienistas, e por outro, atender às reivindicações populares - a opinião pública expressa pela imprensa local”.

É importante frisar que a construção de um espaço vivido saudável em uma área urbana vai além de orientações de higiene pessoal, as ações advindas do espaço percebido devem abarcar infraestruturas urbanas e sociais que auxiliem esta população na inclusão e no direito de viver a cidade, não apenas a estrutura física da casa.

Ações similares com a remoção das famílias de ocupações irregulares para que ocorresse o desfavelamento aconteceram na favela Esperança localizada próxima a linha férrea, na favela Pito Aceso localizada na zona Sul nas proximidades do Córrego Água Fresca e na favela do Grilo (Vila

Fraternidade) localizada na zona Leste, nas margens do Córrego Londrina ao lado do Marco Zero (Figura 6).

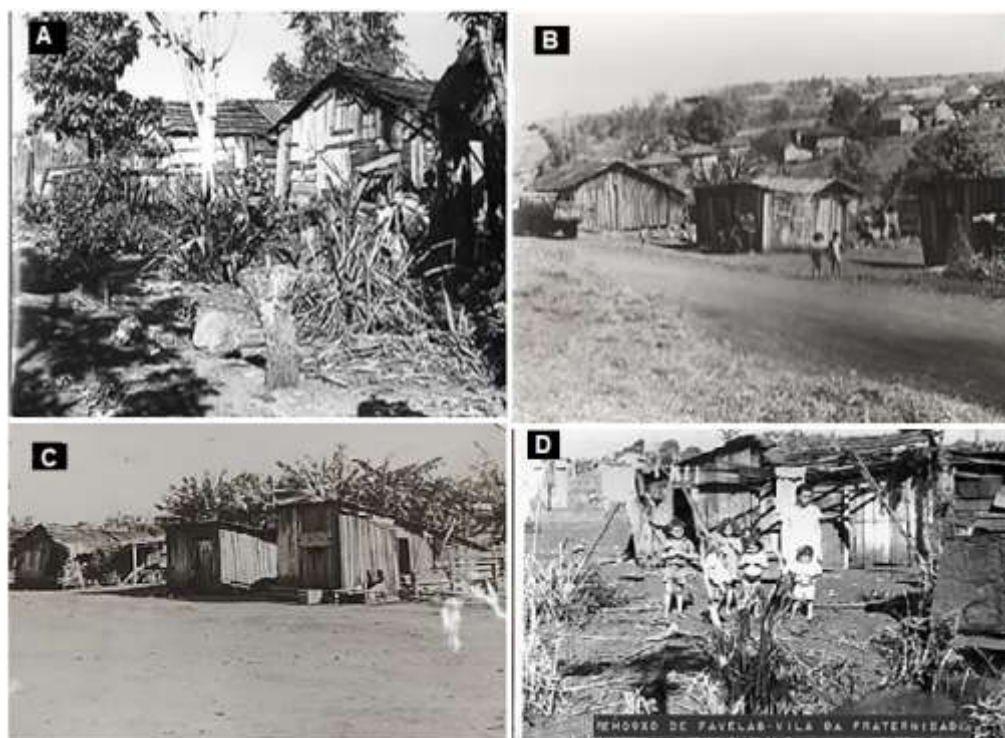


Figura 6. Vista parcial do processo de desfavelamento na Favela Esperança em 1969 (A), na favela do Grilo em 1972 (B), na Favela Pito Aceso em 1972 (C) e Vila Fraternidade (D).

Fonte: Desfavelamento Vila Fraternidade e outros- Coleção José Divino Gonzaga. NDPH - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica/UUEL

Destaca-se que as famílias das três ocupações foram realocadas onde estava localizada a favela do Grilo, onde em 1972 foi construído com recursos advindos do BNH na zona leste da cidade, o Conjunto Habitacional Pindorama, com 116 unidades habitacionais e neste caso, há relatos de que também houve a construção de um centro comunitário. Os moradores receberam tratamento semelhante aos moradores do Conjunto Habitacional Barravento, com acompanhamento social antes e após a construção das moradias (Gavetti, 1998; Ippul, 1996).

Apesar de toda a ambição apresentada, o plano de “desfavelamento”, ele não conseguiu atingir a meta de erradicar os territórios vulneráveis e de resistência em Londrina. Pensando que no momento havia um número reduzido

de ocupações irregulares, o que propiciaria atacar diretamente a “raiz” do problema, na prática o problema habitacional na cidade de Londrina não foi resolvido, muito pelo contrário, se intensificou. Fresca et al (2008) destacam que a partir da década de 1990, o número de ocupações irregulares aumentou significativamente, passando de 15 para mais de 50 e como visto anteriormente e apresentado anteriormente na figura 3, a cidade de Londrina possui 69 territórios vulneráveis e de resistências. Fica evidente que as ações não foram suficientes. A lógica de produção e reprodução do espaço urbano continua visando a maior rentabilidade possível, o que tem como consequência direta a manutenção da segregação territorial.

Esta realidade pode ser visualizada a partir das fotografias obtidas em levantamentos de campo em diferentes pontos da cidade, entre 2020 e 2021, apresentando os territórios vulneráveis e de resistências em diferentes áreas da cidade (Figura 7) nas Zonas Leste, Sul e Norte.

Apesar de existir a aproximadamente 50 anos entre as fotos dos primeiros territórios (1969-1972) e as atuais (2020-2021), é perceptível um padrão similar no que diz respeito a precariedade das moradias, construídas com materiais improvisados, sem acesso a equipamentos urbanos técnicos (como ruas pavimentadas, energia elétrica, saneamento básico, entre outros) e sociais (saúde, educação, lazer). Além disso, também se torna visível a localização imprópria das ocupações, em áreas próximas às margens de cursos d’água e fundos de vale.

É possível estabelecer o domínio do espaço concebido em relação ao percebido, onde se evidencia a repetição na reprodução do espaço urbano a partir de uma lógica segregacionista, repleto de desigualdades, na qual a acumulação de capital se destaca em detrimento dos espaços de representação, ou seja, o bem-estar e a realidade da vida cotidiana da população foram colocados em segundo plano.

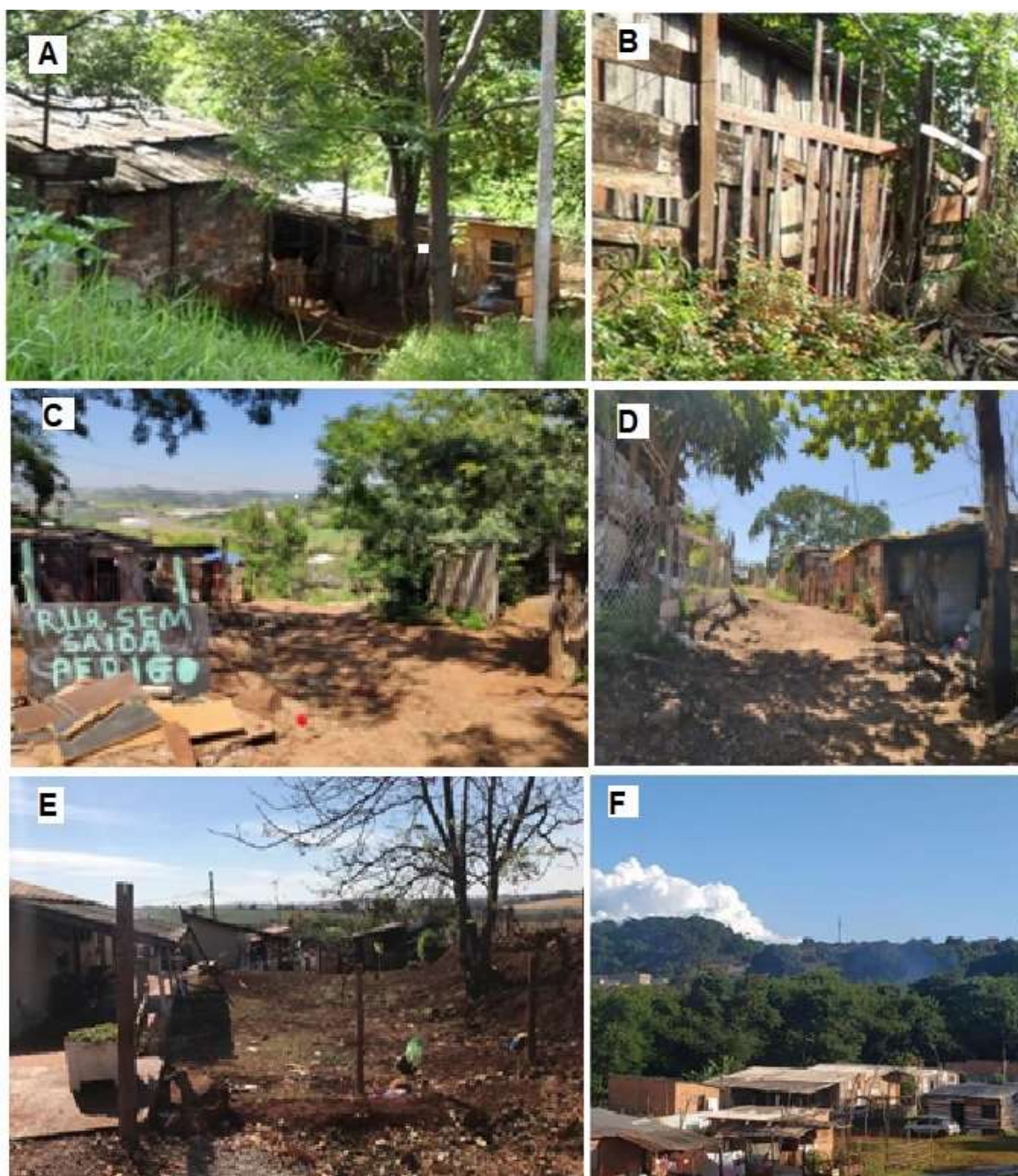


Figura 7. O espaço vivido dos territórios vulneráveis e de resistências nas zonas Leste (A, B), Sul (C, D) e Norte (E, F) de Londrina-Pr, 2020/21

Fonte: Levantamentos de campo, 2020/2021. Fotografias Antonello, I. T. (2020/2021).

Apesar de ser visível a deterioração do espaço, esta parcela da população continua vivendo na invisibilidade, sem nenhuma perspectiva de mudanças. Dessa forma, os programas habitacionais desenvolvidos ao longo dos anos e que poderiam contemplar mais moradores das ocupações irregulares, têm como

prerrogativa a comprovação de renda, o que automaticamente dificulta o acesso a moradia desta parcela da população, pois grande parte possui suas relações de trabalho pautadas na informalidade e como “[...] o acesso a condições adequadas de habitação está vinculado à renda (...) a população de baixa renda é premida pelas alternativas (...) de ocupar parcela do território em condições inadequadas [...]” (Cohab, 2011, p. 51)

Nesse contexto, infelizmente, o que resta para grande parcela da população que vive na informalidade é manutenção e construção de espaços de resistência, se submetendo a viver em locais de extrema vulnerabilidade. Se faz necessário romper com esse ciclo de alienação que transforma o mundo cada vez mais homogêneo - nos moldes do sistema capitalista - caminhe em direção ao direito à diferença. É na vivência do cotidiano aonde podemos mudar o mundo em que vivemos.

Considerações finais

As ações que ocorreram no início da década de 1970 - que pelo menos no discurso apresentado -, visavam a erradicação das favelas, foram marcadas pela lógica do sistema capitalista, pois, com práticas higienistas, trataram a parcela da população que vivia em territórios de resistência de forma invisibilizada. As ações não foram suficientes e ao longo dos anos, agravou as desigualdades sociais e conseqüentemente, o surgimento de novos territórios vulneráveis e de resistência. Infelizmente, até o presente momento, esta população continua sendo tratada da mesma forma, e devido aos interesses do sistema ainda vigente, onde o foco é colocar em movimento a acumulação de capital e a concentração de terras, estas pessoas, sem o auxílio do Estado não possuem condições de acessarem a cidade formal.

Ressalta-se a necessidade de se prosseguir na investigação mediante um diálogo com essa população que vive nesses territórios, para que se possa apreender o saber e os anseios destes atores sociais, tendo como meta a transformação do território, já que ao se trabalhar com a população local, ouvindo suas demandas e dando vez e voz nos espaços de decisão é fundamental para se pensar na intervenção no território, via ações vinculadas ao planejamento e gestão urbanos pautadas nos problemas do espaço vivido, que precisam ser

superados. Bem como, se pensar junto com a população que vive nesses territórios, qual é o termo que os representa ou se há outros caminhos possíveis de avançar na busca de um conceito que os representem.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio. Jorge Zahar, 2010.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: invenção histórica de um espaço*. Tese de Doutorado em Geografia, UFRJ, 2016 (Capítulo 1, pp. 25-70).

ANTONELLO, I. T. Ampliação dos territórios vulneráveis no Brasil: o desafio do planejamento urbano para atingir a agenda das cidades inclusivas e saudáveis. In: COSTA, E.M da; LOURO, Ana (organizadores). In: *Desigualdades em saúde, desigualdades no território: desafios para os países de língua portuguesa em contexto de pós pandemia*. 1 ed., Lisboa: Centro de Estudos Geográficos -Universidade de Lisboa, 2022, v.1, p. 277-284.

ANTONELLO, I. T. Paradoxo da produção social do espaço urbano: sustentabilidade ambiental e os territórios vulneráveis em Londrina/PR/Brasil. *Scientific Journal ANAP*, v.1, p.1084 - 1096, 2023.

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A.; BERTINI, I. T. Ordenamento do território urbano atrelado a política habitacional segregacionista em Londrina/Pr. *Geo UERJ*. Rio de Janeiro, v.50, p.1-27, 2023.

ARIAS NETO, J. M. *O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*. 2ed. Londrina: Eduel, 2008.

BRUM, Mário. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

COHAB. *Plano Local de Habitação de Interesse Social de Londrina*. Disponível em: PLHIS-PLANO-LOCAL-DE-HABITACAO-DE-INTERESSE-SOCIAL.pdf Acesso 15 jul. 2022.

ELVIR, A, G. O estigma do favelado: ressignificando o conceito de favela nas dinâmicas urbanas internas na Areinha (Comunidade do Coque – Recife). *Revista Rural & Urbano*. Recife. v. 03, n. 02, 2018.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul Editores, 1981. p. 19-47.

FALS, BORDA, O. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FRESCA, T. *et al. Ocupações irregulares*. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/OCUPACOES.htm>. Acesso em 30 jul. 2022.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. *Déficit habitacional é problema comum a todas as regiões*. 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13227?show=full>. Acesso em 20 de novembro de 2019

GAVETTI, N. *A dignidade política administrativa: por que tem que ser assim?*. Londrina, Cotação, 1998.

GONÇALVES, R. S. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. da PUC, 2013.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Edunb, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*. Documentos Censitários, série C, número 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Nota Metodológica n. 01*. 2023.

IPPUL. *Habitação de baixa renda no âmbito municipal em cidades médias – o caso de Londrina*. Londrina: IPPUL, 1996.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 476 p. 2006. Título original: *La production de l'espace*.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. O direito à cidade II. Belo Horizonte:Editora UFMG, 2016.

LEITE, M. E. *Favelas em cidades médias: algumas considerações*. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 11, n. 34, jul. 2010.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor Municipal de Londrina Revisão 2018-2028: Relatório Etapa 2 – Avaliação Temática Integrada*. Londrina: IPPUL, 2018.

MARICATO, E. *Nossas cidades estão ficando inviáveis*. Brasília: IPEA, ano 9, nº 75, 2012.

MARTINS, V. H. T. *Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina-PR*. 2007. 175 p. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

MATTOS, R. “O Morro da favela como território das classes perigosas na Primeira República”. In: GONÇALVES, Rafael et alli, *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas*, Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2020 (pp. 31-55).

QUEIROZ FILHO, A. P. de. Sobre As Origens da Favela. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33 a 48, nov. 2011.

RODRIGUES, L. G. *O estigma do Favelado: O caso do conjunto habitacional Mucajá na cidade de Macapá-AP*. Dissertação (mestrado) – Universidade

Federal de Pernambuco. CAC. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 2017.

ROLNIK, R. *Segregação urbana aceita na ditadura segue sendo o padrão*. 2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/raquel-rolnik-segregacao-urbana-adotada-na-ditadura-militar-segue-sendo-o-padraonobrasil.html>. Acesso em: 05 de maio 2017.

VALLADARES, L. P. *A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências Sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 15, no. 44, p.5-34, 2000.

VALLADARES, L. do P. *A invenção da favela*. Do mito de origem a favela.com, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. (pp. 22-73).

VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise social*. vol. XXIX (127), 1994 (3º), p. 581-597.

VAZ, L. F. Novas questões sobre a habitação no Rio de Janeiro: o esvaziamento da cidade formal e o adensamento da cidade informal. In *Anais do XXI International Congress Latin American Studies Association*, Chicago, 1998.

ZANON, E. *Segregação social e desigualdade espacial: o início das ocupações irregulares em Londrina*. 2022. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT2_SEM_10_22_308_20211216223056.pdf. Acesso em 06 abril 2024.

Ideni Terezinha Antonello

Atualmente é Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina/PR, no Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia e Pesquisadora CNPq (Bolsista PQ 2). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS, mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Realizou aperfeiçoamento no L'institut Des Hautes Études de L'amerique Latine Université de La Sorbonne, IHELA, França, mediante a categoria de doutorado "sanduíche"(bolsista/CNPq). Executou o estágio de Pós-doutoramento no IGOT- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/Universidade de Lisboa/Portugal (bolsista/CAPES).

E-mail: antonello@uel.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4011164128230924>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6147-4731>

Léia Aparecida Veiga

Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado) da Universidade Estadual de Londrina/Uel. Professora Visitante no curso de Geografia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana/UNILA e Docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado profissional) da UNILA. Realizou Estágio de Pós-Doutoramento em Geografia na UEL. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá/Uem.

E-mail: leia.veiga@uel.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9940086723504263>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7870-293X>

Isabelle Teixeira Bertini

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, sendo bolsista CNPq. Possui Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Também possui especialização em Ensino de Geografia e graduação em Geografia: Licenciatura e Bacharelado pela mesma Universidade.

E-mail: Isabelle.bertini@uel.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6347100211040052>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1419-7655>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

La Situación del Sistema Agroalimentario de los Agricultores Familiares de la Sociedad de Fomento Rural de Tapia, Canelones/Uruguay

*The Situation of the Agri-Food System of Family
Farmers From the Sociedad de Fomento Rural de
Tapia, Canelones/Uruguay*

*A Situação do Sistema Agroalimentar dos
Agricultores Familiares da Sociedade de Fomento
Rural de Tapia, Canelones/Uruguai*

Junior Miranda Scheuer

Universidad de la República - Uruguay
jscheuer@fagro.edu.uy

Resumen: El objetivo del artículo es caracterizar las etapas de producción, transformación y distribución del sistema agroalimentario de los agricultores familiares vinculados a la Sociedad de Fomento Rural de Tapia, Canelones, bajo el análisis de la relación de la población objetivo con el sistema agroalimentario. Los métodos de investigación fueron diseñados desde un estudio de caso con ocho agricultores de distintos rangos etarios, utilizándose de entrevistas semiestructuradas, con posterior análisis de contenido. Los agricultores de 1ª generación estaban más sumisos a la dinámica agroindustrial, con producción, transformación y distribución definidas. Los agricultores de 2ª generación dependían de intermediarios, cambiando a un rumbo más “independiente”. Los agricultores no convencionales poseen mayor autonomía, con una

conexión estrecha entre la producción y consumo, con distribución directa a los consumidores. Entre los entrevistados, los agricultores no convencionales son los que más se aproximan a un sistema alimentar sostenible.

Palabras clave: Alimentos. Sostenible. Producción. Transformación. Distribución.

Abstract: The objective of the article is to characterize the stages of production, transformation and distribution of the agro-food system of family farmers linked to the Sociedad de Fomento Rural de Tapia, Canelones, under the analysis of the relationship between the objective population (different periods) and the agro-food system. The research methods were designed from a case study with eight farmers of different age ranges, using semi-structured interviews, with subsequent content analysis. First-generation farmers were more submissive to agro-industrial dynamics, with defined production, transformation and distribution. Second generation farmers depended on intermediaries, moving towards a more “independent” direction. Non-conventional farmers have greater autonomy, with a close connection between production and consumption, with direct distribution to consumers. Among those interviewed, non-conventional farmers are the closest to a sustainable food system.

Keywords: Food. Sustainable. Production. Transformation. Distribution.

Resumo: O objetivo do artigo é caracterizar as etapas de produção, transformação e distribuição do sistema agroalimentar dos agricultores familiares vinculados à Sociedade de Fomento Rural de Tapia, Canelones, com base na análise da relação da população objetivo (distintos períodos) com o sistema agroalimentar. Os métodos de investigação foram concebidos a partir de um estudo de caso com agricultores de diversos níveis etários, utilizando entrevistas semiestruturadas, com posterior análise de conteúdo. Os agricultores de 1ª geração estabeleceram-se mais sumariamente à dinâmica agroindustrial, com produção, transformação e

distribuição definidas. Os agricultores de 2ª geração dependiam de intermediários, mudando para um rumo mais “independente”. Os agricultores não convencionais possuem maior autonomia, com uma conexão estreita entre a produção e o consumo, com distribuição direta aos consumidores. Entre os entrevistados, os agricultores não convencionais são os que mais se aproximam de um sistema alimentar sustentável.

Palavras-chave: Alimentos. Sustentável. Produção. Transformação. Distribuição.

Introdução

Los sistemas agroalimentarios se definen por distintos elementos, acciones y actores que se involucran, directa o indirectamente, en la producción de alimentos (Fao, 2017). En síntesis, se presentan en cuatro etapas: (i) producción, relacionada con la etapa primaria de la agropecuaria; (ii) transformación, vinculada al procesamiento de los productos agropecuarios; (iii) distribución, formas de comercialización de las etapas de producción y/o transformación; y (iv) consumo, utilidad biológica de los alimentos obtenidos por la etapa de producción/transformación (Scheuer; Courdin, 2023).

De esa forma, el sistema agroalimentario puede asumir características que llevan a un modelo conservador, o con tendencias sostenibles. La conformación de esos sistemas asume características intrínsecas del territorio, bajo influencia de la dinámica económica mundial, representada por una concentración de fuerzas que dictan las transformaciones socioeconómicas (Niederle; Wesz Junior, 2018). Tanto es así que se predominan los regímenes alimenticios industrializados, conectados y de alcance mundial (Balmaceda; Deon, 2023), sustituyendo las culturas alimentarias locales (Rastoin, 2008) por el artificialismo alimentar.

El paradigma productivo agroindustrial ha introducido un modelo de producción industrial (capitalismo globalizador) con la estandarización de los procesos de producción (primario, secundario y terciario), fabricación en larga escala y, consecuentemente, el consumo masivo (Balmaceda; Deon, 2023) y desterritorial.

A su vez, se observa un uso intensivo del suelo, concentración de su tenencia, demandante de altas inversiones, dependencia de maquinarias y agroquímicos (paquetes tecnológicos de la Revolución Verde - Gazzano et al., 2021), y con una visión de aumento de la eficiencia productiva ante la conservación de la biodiversidad. Además, eso implica en la desterritorialización de los agricultores familiares, ganancias desproporcionales, éxodo rural, problemas de salud, reducción del tiempo familiar en la preparación y consumo de alimentos, etc. (Butinof et al., 2019).

El sistema agroalimentario con matices sostenibles involucra una visión disruptiva de la producción de commodities y alimentos ultraprocesados, hacia

una interpretación biótica y humana de la producción de alimentos nutritivos con respeto a la capacidad de uso de los recursos naturales (Scheuer; Courdin, 2023).

La sostenibilidad del sistema agroalimentario se desplaza hacia al desarrollo económico y social, generación de puestos de trabajo, diversificación productiva sostenible, reducción de la pobreza, soberanía y seguridad alimentaria, servicios ecosistémicos, entre otros factores fundamentales para afrontar el cambio climático (Morris et al., 2020).

El modelo actual del sistema agroalimentario es hegemónico, y la agricultura familiar no cuenta con “poder de mando” en las reglas del juego. Está sometida a una gobernanza alimentaria que direccionan el sistema productivo de acuerdo con las demandas de mercado, influyendo en la forma de producir y consumir (Gazzano et al., 2021).

A partir de esos conceptos, ¿cómo se constituye el sistema agroalimentario de la agricultura familiar organizada desde la Sociedad de Fomento Rural de Tapia, interior de Uruguay? ¿Cómo se da la relación entre los agricultores con el sistema alimentario?

Por lo tanto, el objetivo del artículo es caracterizar las etapas de producción, transformación y distribución del sistema agroalimentario de los agricultores familiares vinculados a la Sociedad de Fomento Rural de Tapia, Canelones, bajo el análisis de la relación de la población objetivo (distintos períodos) con el sistema agroalimentario.

Metodología

La investigación, cualitativa, fue desarrollada desde un estudio de caso con los agricultores familiares (AF) organizados a partir de la Sociedad de Fomento Rural de Tapia (SFR-T), Estación Tapia, departamento de Canelones, Uruguay (Figura 1). De acuerdo con Yin (2009), el método de estudio de caso permite ampliar la problematización sobre las distintas formas que se presentan en el contexto de análisis, direccionando a un tema específico.



Figura 1. Localización de la Estación Tapia, departamento de Canelones, Uruguay

Fuente: El Uruguayo (2024).

Para el estudio, se empleó las técnicas de investigación exploratoria y descriptiva (Batthyány; Cabrera, 2011) ante la caracterización y comprensión de los factores relacionados con la producción, transformación y distribución del sistema agroalimentario de los entrevistados.

Los temas explorados en la investigación fueron: datos generales (edad, escolaridad, estado civil, descendencia), sistemas de cultivo, procesamiento y comercialización agropecuaria. No obstante, las variables investigadas abarcaron rasgos del pasado y presente (o último período en actividad) de los entrevistados, permitiendo una mayor comprensión de los sistemas alimentarios de los establecimientos investigados.

Con este fin, se realizaron entrevistas semiestructuradas (esquema previamente definido, pero con libre fluidez) a ocho agricultores (proporcional entre hombres y mujeres), ejecutadas con preguntas abiertas (flexibilidad en las respuestas) y observación participante (interacción cercana con el objeto de

estudio) (Batthyány; Cabrera, 2011), puesta en práctica en los meses de enero y febrero de 2024.

La selección de los entrevistados se basó en el muestreo por juicio (Davidovics; Mayol, 2009), en que se consideró algunos criterios a modo del investigador y acordados de antemano con la SFR-T. En ese juicio, se llevó en cuenta la (i) longevidad de los entrevistados, ante la acumulación de experiencias, posteriormente se amplió a los distintos rangos etarios, (ii) conocimientos sobre el sistema productivo, (iii) facilidad de contacto y de diálogo, (iv) movilidad hacia la SFR-T, local en donde fueron realizadas algunas entrevistas y, (v) disponibilidad y voluntad en participar de las discusiones.

A continuación de las entrevistas, los datos fueron procesados en planillas e interpretados a partir del análisis de contenido. La referida técnica consiste en la comprensión, descripción y síntesis de los conocimientos transmitidos por el público objetivo (Hecker et al., 2019).

Se complementó el análisis con discusiones teóricas desde el estado de arte sobre agricultura familiar y sistemas agroalimentarios, además de trabajos académicos específicos del área de análisis. La conciliación de datos primarios y revisión académica posibilitó profundizar las interpretaciones alrededor del objeto de estudio.

En la conducción de las entrevistas con los agricultores familiares se respetó el libre arbitrio frente las preguntas, quedando a su disposición formular o no alguna respuesta. En el artículo se adoptó el género neutro como forma de representación indiferenciada entre los géneros.

Resultados y discusión

El perfil etario de los AF entrevistados varía de 34 a 88 años, con un promedio de 57 años. Según los entrevistados, y de la observación en campo, la zona rural investigada se encuentra más envejecida (Childe et al., 2022), sin muchas expectativas de revertir ese escenario, ya que los hijos van en busca de empleos no necesariamente formales en centros urbanos o peri-urbanos, pero con ingresos más estables que aquellos de origen del campo (Cuadro 1).

Durante el recorrido por la zona, se constató una situación inusual y no prevista en los estudios preliminares: dos de los entrevistados (una pareja), con edad promedio de 34 años, no tienen histórico familiar con rasgos del campo, es decir, migraron de la ciudad hacia la zona rural en búsqueda de una realización personal (descrito en secuencia). A esos entrevistados se denominan agricultores no convencionales ante su procedencia de la urbe (AF 5 y 6 – a partir de la década del 2010).

AF	Edad	Escolaridad	Estado civil	Descendencia	Área (ha)
AF 1	53	Media superior incompleta	Divorciado	Dos, sin vínculo con el campo (adultos)	1
AF 2	74	Primaria incompleta	Casado	Dos, uno con vínculo en el campo, otro no (adultos)	22
AF 3	88	Primaria incompleta	Casado	Tres, sin vínculo con el campo (adultos)	35
AF 4	76	Analfabeto funcional	Viudo	Dos, uno con vínculo en el campo, otro no (adultos)	12
AF 5	34	Media superior	Casado	Dos (niños)	40
AF 6	34	Media superior	Casado	Dos (niños)	40
AF 7	52	Primaria completa	Casado	Tres, dos sin vínculo con el campo (adulto) y un niño	23
AF 8	48	Primaria completa	Casado	Tres, dos sin vínculo con el campo (adulto) y un niño	23

Cuadro 1 - características básicas (edad, escolaridad, estado civil, descendencia y área) de los agricultores familiares entrevistados

Fuente: trabajo de campo (2024).

Luego están los de 2ª generación, descendientes con perfil familiar en la agricultura, con pose de tierra heredada y/o adquirida desde pequeñas fracciones (AF 1, 7 y 8 – a partir de las décadas de 1990/2000). Por fin, están los agricultores de 1ª generación (AF 2, 3 y 4 – entre las décadas de 1960 a 1990/2000), ya jubilados y su supervivencia es independiente del medio rural, con excepción del AF 4 que aún no ha solicitado la jubilación rural (según él, la burocracia es demasiada).

En cuanto al nivel de escolaridad, los AF jubilados o en proceso de jubilación se caracterizan por pocos años destinados a la educación formal (bajos niveles (Childe et al., 2022)), ya que se requería su mano de obra en las más distintas actividades desarrolladas en el campo. En los AF de 2ª generación, se observó que tuvieron un poco más de oportunidades para realizar los estudios, rumbo que se identificó en los agricultores no convencionales, alcanzando un nivel de formación superior a los demás.

Otro dato recolectado, bases para el análisis principal, se refiere al área del establecimiento productivo. Entre los entrevistados, el promedio es de 27 ha, abajo del promedio nacional de 68 ha (Uruguay, 2020). Vale explicar que esos datos se basan en la media general que incluye distintos sistemas de producción, por ejemplo, ganadería, lechería, horticultura, fruticultura, etc. Como los entrevistados no están especializados en un rubro en específico, no se puede establecer un nivel de comparación directa desde los rubros productivos (Cuadro 2).

AF	Rubro	Producción	Transformación	Distribución
1ª generación	Remolacha azucarera	Integración agroindustrial con alto uso de paquetes tecnológicos	Agroindustrial – fabricación de azúcar	Comercios locales
	Tomate industria	Relaciones comerciales y apoyo técnico de la industria y cooperativa	Agroindustrial – pulpa de tomate	Comercios locales
1ª y 2ª generación/ agricultores no convencionales	Tomate de mesa	Estímulos desde cooperativas y políticas públicas	Etapas ausentes	Intermediarios y comercios locales/directa al consumidor
1ª generación	Paja de escoba	Relación comercial	Agroindustrial – escobas de paja	Comercios locales
1ª y 2ª generación/ agricultores no convencionales	Hortifrutícolas*	Apoyos puntuales de organizaciones y políticas públicas/producción orgánica	Etapas ausentes	Intermediarios, ventas directas a los comercios locales; mercado institucional/directa al consumidor

Cuadro 2 - síntesis de las etapas de producción, transformación y distribución

Fuente: trabajo de campo (2024).

Pasando la discusión hacia el sistema alimentar, en las tres generaciones identificadas se encontraron puntos que guardan relación entre sí, sin embargo, hay otros que se fueron diluyéndose a lo largo de los años (Cuadro 2).

Para los entrevistados de la 1ª generación, se constató al menos tres productos de importancia económica: remolacha azucarera (específica para producción de azúcar), tomate industria (variedades con aptitudes industriales) y paja de escoba (ramos del sorgo). Obviamente, otras formas de producción también eran relevantes, a saber, hortícola (morrón, cebolla, papa...), maíz, trigo, porotos, ganado, cerdos (chorizo), aves (huevos), oveja (lana), etc. Sin embargo, la memoria afectiva en cuanto a trabajo demandado y recompensa económica pesaron sobre la elección, ya que eran productos destinados casi que exclusivamente a comercialización.

Por mucho tiempo, la remolacha azucarera fue el cultivo predominante en la región, generando ingresos relativamente fijos y, por consiguiente, dependencia económica (Reyes, 2012). Su producción se destinaba al complejo agroindustrial azucarero Remolacheras y Azucareras del Uruguay S.A. (RAUSA), con el objetivo de producir azúcar, distribuido en los comercios locales (mayoristas y minoristas). Según Cuello (2009), la empresa era responsable por buena parte de la producción de azúcar que se consumía en los hogares.

Para Pecharrón y Vadell (2009), RAUSA fue un elemento dinamizador en la economía de la región pues actuaba, más allá de los sectores productivo, industrial y comercial, en la diversificación productiva (carne, lechería, granos, forestal, etc.), investigación agropecuaria y desarrollo social (salud, deporte, vivienda, educación) (Cuello, 2009; Olivero, 2009).

Los agricultores citaron que destinaban las mejores tierras para sembrar la remolacha, además que ocupaba gran parte del área productiva. Ese razonamiento fue acompañado por la introducción paulatina de nuevas tecnologías, que generaron transformaciones en el sentido productivo, mientras otros agricultores quedaban rezagados ante limitaciones económicas.

Las nuevas tecnologías hacían referencia al uso más continuo de insumos agroquímicos (paquetes de la Revolución Verde (Gazzano et al., 2021)), introducción de sembradoras en sustitución del trabajo manual, adopción de tracción mecánica ante la tracción a sangre (Reyes, 2012), que permitió ampliar la capacidad de preparo del suelo, siembra, mantenimiento y cosecha. La

logística del campo hacia la planta industrial prácticamente no sufrió alteraciones, en efecto, los relatos enfatizan el trabajo penoso que era cargar el camión (aparte de la etapa productiva), principal medio de transporte de la remolacha.

En ese tiempo, RAUSA no aportada asistencia técnica hacia los agricultores entrevistados, pero intermediaba el proceso productivo desde la venta de insumos, y acompañaba la parte de cosecha para mantener operante la planta industrial. Esa información es contradictoria al documentado por Cuello (2009), que considera RAUSA como un complejo ante su fuerte interrelación entre los eslabones de la cadena (primario, secundario y terciario).

Reyes (2012) ha destacado que la integración de los agricultores con la agroindustria hizo aumentar la dependencia de los paquetes tecnológicos hacia una producción más intensiva sobre los recursos naturales. En ese sentido, Olivero (2009) ha retratado el proceso erosivo al monocultivo continuo de la remolacha azucarera, rubro que ocupaba la mayor parte de los establecimientos agropecuarios de la época.

La prosperidad de RAUSA llega al fin en 1988 y, de acuerdo con el AF 2, “dejó de plantar porque el gobierno, según cuento, la fábrica no era viable plantar remolacha para hacer azúcar”. La interpretación del entrevistado se deriva de la crisis política y económica que vivía Uruguay en ese momento, agravado aún más con la introducción de las políticas neoliberales (a partir de la década de 1980) que el gobierno estaba ejecutando como forma de revertir el panorama del deterioro de la economía nacional (Pecharrón; Vadell, 2009).

Hasta entonces, RAUSA se beneficiaba de la fuerte intervención y regulación del Estado, modelo económico representado por la Industria Sustitutiva de Importaciones, que “garantizaba” la competitividad de la industria nacional (Brin; Bentancur, 2006; Oddone; Cal, 2008). Con las políticas neoliberales, el Estado deja de intervenir en la economía, produciendo rupturas en el sector, consecuentemente los efectos se trasladan hacia la vida de los agricultores, inclusive con su migración a ciudad (Childe et al., 2022).

Del mismo modo, tornó el “... territorio deprimido desde el punto de vista productivo...” (Mainardi, 2014, p. 91), más allá de un “... estancamiento social y cultural [...], lo que ha provocado la desarticulación del tejido social que imperaba en la época dorada” (Olivero, 2009, p. 7).

El cierre de las actividades industriales de RAUSA obligó a los agricultores a buscar alternativas productivas, ya que había una estrecha dependencia económica por la remolacha (Reyes, 2012). Ese factor acarretó en una reconversión hacia otros cultivos, por ejemplo, lechería, horticultura e inclusive en la sustitución de variedades de tomate (araña/perita), descrito en secuencia.

Desde las entrevistas y por el estado de arte, la reconversión se llevó a cabo a partir de la inversión en otros rubros de producción estimulado por el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP), y por los planes de producción tomateros de la Cooperativa Agropecuaria Limitada de Sociedades de Fomento Rural (CALFORU), que recorría el fruto tomate y lo destinaba hacia las industrias (comercialización asegurada) (Reyes, 2012).

Se subraya que la producción de tomate, en especial el araña (nombre popular), ya era cultivado en paralelo a remolacha, pero con el fin de RAUSA el fruto rojo se ve fortalecido, con una tendencia mayor hacia el perita (nombre popular). Ese período fue marcado con una articulación más fuerte con la industria (Mainardi, 2014; Balmaceda; Deon, 2023), cuyo principal destino era para las plantas industriales del grupo Pancini y granja Pitzer. La comercialización se encaminaba a los centros mayoristas y minoristas como pulpa de tomate (mayor parte), y otra fracción hacia el consumo fresco.

No obstante, las inestabilidades económicas y la apertura del mercado (1980/1990) confluyen a una pérdida de competitividad, en el escenario regional, de la industria nacional, y la producción local es desplazada por el tomate procesado, elaborado o semi elaborado (Berrueta, 2008) importado de Brasil, Chile, entre otros. De igual forma, la presencia de CALFORU se fragiliza, cesando su actuación ya en los años de 1990 (Brin; Bentancur, 2006).

Con el estallido económico de los años de 1980 y 1990 (Oddone; Cal, 2008), las industrias que procesaban el tomate pasan a diversificar su matriz productiva, incorporando una amplia gama de productos, por ejemplo, dulces y mermeladas, frutas confitadas y en almíbar, etc. Al contrario de RAUSA, que no encontró una forma de mantenerse activa en la zona, las “tomateras” se reinventaron, pero dejaron una memoria negativa en las familias rurales, dependientes de la dinámica agroindustrial de la remolacha azucarera y del tomate industria (Pecharrón; Vadell, 2009).

A partir de esos contratiempos, la producción de tomate se vuelve de forma importante hacia el consumo fresco (perita), encaminándose en mayor parte al Mercado Modelo (1937 a 2021), actual Unidad Agroalimentaria Metropolitana (UAM – centro logístico y comercio mayorista de alimentos (Uam, 2024)).

A partir de los años 2000 surgieron distintos mecanismos que buscaban estimular la producción, como la composición de un Fondo de Reconstrucción y Fomento de la Granja, creación en 2006 de la Cooperativa de Productores del Noreste de Canelones (COPRONEC) con el Plan Tomate Industria, mirando estimular la comercialización, industrialización e insumos productivos, más allá de asistencia técnica desde el Proyecto Uruguay Rural del MGAP, entre otras acciones (Gargiulo, 2010).

Mismo con el nuevo rumbo diseñado, algunos entrevistados afirmaron que no producen más tomates y son escasos los agricultores que aún sigan en el rubro (de la zona), que venden a las verdulerías de la zona u otras formas de comercialización local. Un ejemplo son los agricultores no convencionales, que mantienen una pequeña producción de tomate tipo cherry (nombre popular) y lo hacen llegar directamente al consumidor.

Presente en el sistema productivo, pero no relacionado propiamente con la producción de alimentos, el sorgo para la producción de escoba era cultivado con fines exclusivamente comerciales. Así, se destinaba la paja a las escoberías de la zona (Gargiulo, 2010), que comercializaban en mercados mayoristas y minoristas. En su momento, se generó una diversificación económica del campo hacia la agroindustria, pero la bonanza fue interrumpida con la llegada de las escobas de plástico (Mancassola, 2010), innovación que aparentemente no ha agradado el AF 2: “el veneno más grande que hay es el plástico... y no se han dado cuenta de eso”.

Otro cultivo que merece destaque es el maíz. El grano, por más que no estuvo asociado a una fuente de ingreso inmediato para los entrevistados, se destinaba al consumo doméstico (Gargiulo, 2010) como ración y granos a los animales (cerdo, vacuno, aves), consumo humano y algo era vendido entre los agricultores, en los almacenes o por consignatarios.

Lo que se subraya del maíz era su versatilidad de uso (Neves et al., 2021), principalmente al consumo humano. De los cultivos se obtenía el gofio, alimento

típico resultado del molido del grano en las tahonas de la zona (molino de piedra), muchos en desuso (Olivero, 2009), harina de maíz crudo, polenta y mazamorra. Los entrevistados comentaron que dejaron el cultivo por la facilidad en comprar sus derivados en los supermercados, así como el descontrol de las plagas sobre las plantaciones.

Según las entrevistas y por lo encontrado en trabajos académicos, el modelo de producción familiar de la época era muy similar, con la dominancia de algunos rubros (remolacha azucarera, tomate industria y paja escoba) que generaban mayores ingresos, intercalado con maíz, ganado (carne y tracción a sangre), cerdo, gallinas y horticolas, que complementaban el ingreso familiar (Mancassola, 2010; Gargiulo, 2010). Con el tiempo, lo que era secundario en el pasado (de sus papás), particularmente los cultivos hortofrutícolas, pasan a ser la principal fuente de ingreso para la 2ª generación y para los agricultores no convencionales.

Los cultivos de destaque de los agricultores de 2ª generación son la cebolla, boniato, morrón, melón, puerro, zapallo y remolacha, comercializados mayormente en el Mercado Modelo/UAM, y también en las verdulerías de la zona. Los lechones se vendían, por lo general, directamente al consumidor (fundamentalmente por los AF 2, 3 y 4) pues aún no existían los controles sanitarios. Por otro lado, también había ganado tanto para carne como tracción a sangre, y gallinas para carne y/o huevos.

Los AF 7 y 8, luego de casarse (años 2000), tenían un área reducida (7 ha) que inviabilizaba el sustento familiar exclusivamente del agro, más allá de los relatos de falta de apoyo desde las políticas públicas, en particular del Instituto Nacional de Colonización (INC) (área con origen en los proyectos de colonización).

En Uruguay, una de las formas de colonización agraria ocurre desde el “alquiler” de las tierras del INC hacia las familias rurales. Las mismas acceden a llamados específicos del INC y se comprometen a trabajar y generar ingresos agropecuarios a partir de un Plan de Trabajo, además de residir en el área asignada (Inc, 2024). Por su vez, el INC cobra una renta (semestral, anual, zafral) por el uso de la tierra, calculada por una canasta de productos obtenidos en el establecimiento (García; Vassallo, 2006).

Teniendo como bases esa condición, los ingresos resultantes del campo de los AF 7 y 8 alcanzaban para pagar la renta de la tierra, no mucho más que eso. De esa forma, desarrollaban en paralelo actividades en la construcción civil (el señor) y la señora con servicios de costura, permitiendo alcanzar una mejor remuneración y perspectiva de vida más estable. Con el fallecimiento del papa del AF 7 a final de la década de 2010, se heredó 16 ha (23 ha en el total), lo que hizo cambiar de contexto e invertir más tiempo en la agricultura y menos en la construcción.

Los AF 7 y 8 también acentuaron que cuando comenzaron su jornada en la agricultura, el trabajo era muy sacrificado, por ejemplo, “arrancar boniato adentro del barro” (AF 8), o “antes más que trabajar se pasaba trabajo” (AF 7). Con el avance tecnológico, el laburo en el campo se tornó más fácil comparado al desgaste físico de antes (una junta de bueyes por un tractor). Además, anteriormente no había la posibilidad de riego por la ausencia de represa o equipamientos necesarios (y capital), inclusive por la falta de energía eléctrica, y “hoy sien el riego no se produce nada” (AF 7). Actualmente, en el sistema productivo se predomina las verduras chicas, con ganadería como complemento.

Los entrevistados AF 7 y 8 citaron que se benefician de la comercialización hacia el Estado a través de la Ley de Compras Públicas (Ley n° 19.292) (Uruguay, 2014). El acceso a la reserva de mercado, previsto por Ley, es viabilizado por la SFR-T, que participa en los llamados públicos del Estado para el suministro de productos alimenticios de la agricultura familiar.

Básicamente, la Ley de Compras Públicas tiene como cometido fortalecer la agricultura familiar y pescadores artesanales desde la reserva de mercado de distintos productos (en el caso alimentos) hacia el Estado, más allá de fomentar la producción, la planificación productiva y la organización social (Scheuer, 2022).

En general, la comercialización de los alimentos producidos por los agricultores bajo la SFR-T (más allá de los entrevistados) se daba desde algunos intermediarios (Niederle; Wesz Junior, 2018) que recogían y repartían los productos hacia distintos centros comerciales. Los relatos de hoy en día indican un proceso disímil, en que “se sacó una parte de la importancia del intermediario que pasaba de camión por la casa de los productores levantando la producción”

(AF 1), en donde los propios agricultores asumen la logística de llevar su mercancía a UAM, verdulerías, supermercados cercanos y a los consumidores.

Según el AF 1, hubo un intento, desde los productores de la SFR, de comprar un puesto en la UAM para comercialización de los alimentos de los agricultores, pero se inviabilizó delante el alto costo de inversión (para la compra), logística, personal para trabajo diario y, lo más importante, la constante disminución de agricultores de la zona (éxodo rural (Childe et al., 2022)), abreviando la capacidad de producción y oferta de productos.

Siguiendo la discusión hacia los agricultores no convencionales (AF 5 y 6), su situación es impar, pues dejaron para tras la ciudad y migraron para el campo en búsqueda de mejores condiciones de vida personal y familiar. El casal tenía empleos formales en Montevideo: el señor en un estudio contable, y la señora como auxiliar administrativa.

De acuerdo con los relatos del AF 6, él se sentía frustrado con la vida urbana limitada a cuatro paredes, y de ese modo decidió hacer una tecnicatura agraria para formación personal, decisión que lo llevó al campo mismo sin tener un histórico familiar arraigado en la agricultura (vida en el urbano).

En las palabras del AF 6, “agarré la asada y salí a plantar la tierra... empecé a plantar de a poquito y vender a poquito”, simultáneamente iba constituyendo familia con su pareja, que también abdicó de lo urbano. Conviene destacar que el acceso a la tierra de esos entrevistados no se dio por medio de la sucesión rural, pero sí, por la lucha y movilización social ante el derecho a tierra (Gazzano et al., 2021), garantizado a partir de los proyectos de colonización rural del INC.

Hace 10 años que el deseo se tornó realidad desde los campos del INC y pudieron dedicarse exclusivamente a quinta (hortifruticultura), inicialmente con la producción de gallinas, ovejas, chanco, hidroponía, pero algunas frustraciones los llevaron a concentrarse en la hortifruticultura (boniato, papa, zapallo, lechuga, cebolla, rúcula, melón), gallinas y ganado de carne, ya en un área un poco mayor que en la inicial.

Los agricultores no convencionales también se destacan en dos aspectos: tipo de producción y comercialización. El sistema productivo de los AF 5 y 6 es orgánico bajo certificación del MGAP, en que toda la producción no lleva

agrotóxicos, pero sí, productos naturales y/o certificados para el sistema productivo (Figura 2).

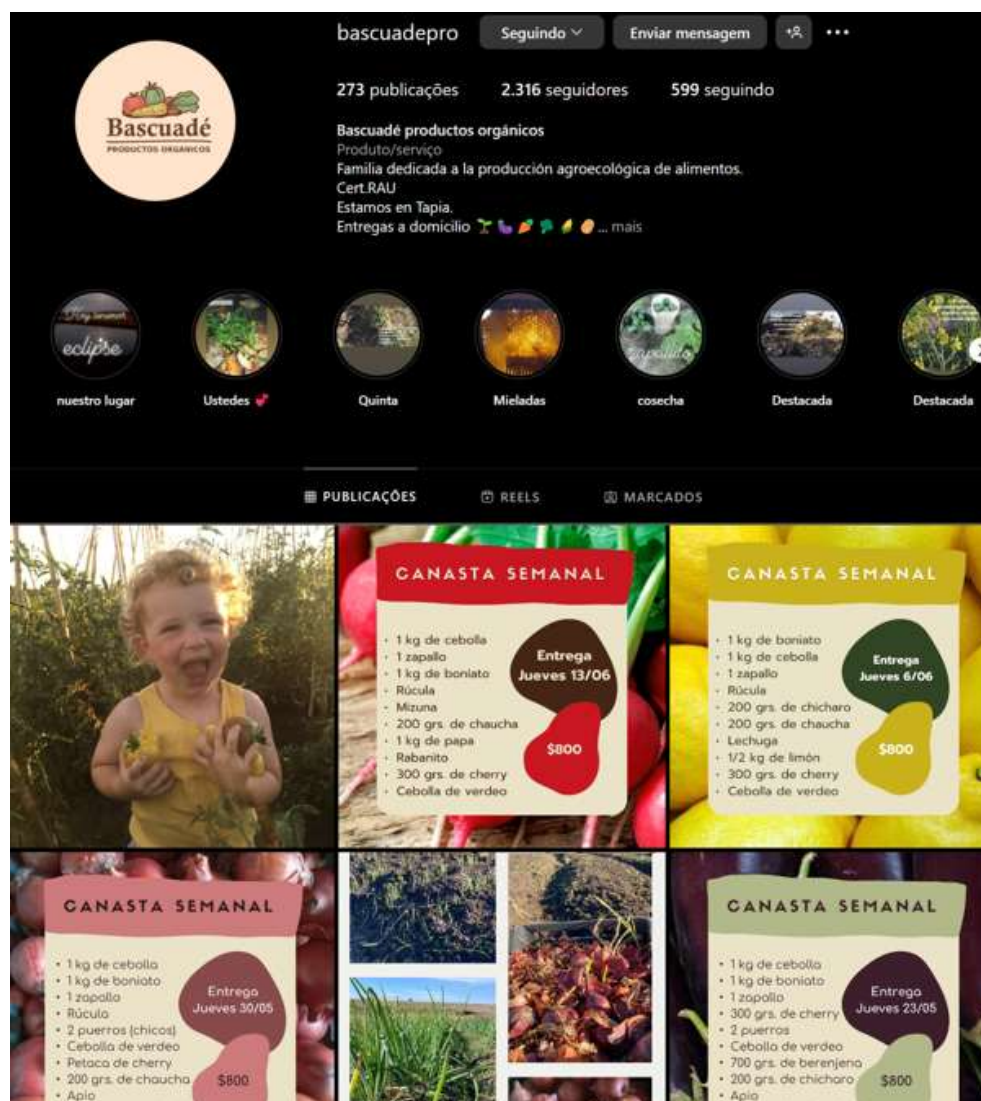


Figura 2 - perfil en Instagram de la producción y comercialización de los AF 5 y 6

Fuente: BASCUADÉ (2024).

Entre los entrevistados, solamente los AF 5 y 6 realizan la comercialización directa al consumidor, sin interlocutores o atravesadores (MORRIS et al., 2020). Durante la semana se efectúa la manutención de la quinta y cosecha, ya los miércoles se organizan los canastos conforme disponibilidad/demanda de productos y, frente la incapacidad de suministro

Los entrevistados afirmaron que, en época de pandemia por la Covid-19, llegaron a suministrar alimentos para más de 100 familias, actualmente son alrededor de 50, reducción que no retrae el aliento por el campo, ya que anteriormente las jornadas de trabajo eran muy intensas. Citaron, también, que poseen un mercado garantizado delante las relaciones de confianza que se establece con el tipo de producción orgánica y comercial/consumo (Balmaceda; Deon, 2023).

La producción orgánica y comercialización sin intermediarios es una manifestación sociocultural contrahegemónica que enfrenta el régimen alimentar dominante (Niederle; Wesz Junior, 2018). Además, los circuitos cortos organizados por los agricultores permiten un vínculo más estrecho con los consumidores y una mayor posibilidad de control de todo el proceso (Gazzano et al., 2021), es decir, del sistema alimentario.

Consideraciones finales

El sistema agroalimentario de la agricultura familiar entrevistada se constituye por tres generaciones de agricultores que guardan matices similares entre sí, y algunas son más nostálgicas. Los AF de 1ª generación tenían una producción vinculada con las etapas de transformación/distribución, unas con una fuerte relación, inclusive considerada como un complejo, en el caso de la remolacha para la elaboración de azúcar, una con un vínculo no tan estable, a ejemplo del tomate industria destinado principalmente a pulpa de tomate y, otra más que nada comercial, en donde las escoberías solamente adquirirían la paja de sorgo para la confección de escobas.

La edad dorada, representada por la bonanza de la remolacha azucarera, marca una transición hasta un período infortunio. Los agricultores familiares entrevistados de 1ª/2ª generación concentraron su producción en el tomate, pero sus pretensiones fueron abreviadas por la situación económica y política del país. Los agricultores familiares de 2ª generación también pasaron por una mudanza a nivel de la etapa de transformación del sistema agroalimentario: la producción de tomate, que antes se sujetaba a las tomateras, va diluyéndose con la introducción de las políticas neoliberales que miraban hacia una economía abierta y de menor intervención del Estado. Eso trajo asociado el cierre

de agroindustrias (remolacha y tomate) por la pérdida de competitividad ante la economía regional e internacional.

Es importante destacar que todos los entrevistados mantenían/mantienen una producción diversificada, esto es, granos (maíz, trigo – menor importancia en los de 2ª generación y agricultores no convencionales), ganadería (ganado, cerdos, aves) y hortofrutícolas. No obstante, los AF de 1ª generación tenían cultivos dominantes, en cuanto a área e ingreso, que se aproximaban a un monocultivo, como ejemplo la remolacha azucarera. Esos rasgos no se evidenciaron para los demás, pues poseen cultivos predominantes bajo distintas formas de producción.

Entre las características similares de los entrevistados, los cultivos hortofrutícolas estuvieron/están presentes en todos los sistemas de producción, mientras tanto, asumen un rol más predominante con el declive de la remolacha y percances del tomate (de la industria al consumo fresco). Se subraya que los hortofrutícolas (los de estudio) no se vinculan con la etapa de transformación, es decir, la producción se conecta directamente con la distribución (y posterior consumo) desde intermediarios, consignatarios, organización entre los agricultores o venta directa a los centros de distribución (UAM, verdulerías, supermercados) y/o al consumidor.

Sin desconsiderar los demás entrevistados, parece que el futuro rural se hace presente por los agricultores no convencionales, que hicieron una apuesta muy alta al principio, migrando de la ciudad al campo y constituyendo familia, con un camino económicamente justo, socialmente responsable y ambientalmente sostenible. Adoptaron un estilo productivo y de vida orgánica y comercialmente cercano a los consumidores, con una interacción entre los deseos de consumo de lo urbano y la capacidad productiva del rural (viceversa).

En cuanto la forma de vínculo de los entrevistados con los sistemas agroalimentarios, los agricultores de 1ª generación estaban más sumisos a la dinámica agroindustrial del azúcar, pulpa de tomate y escoba, con producción, transformación y distribución bien definidas. Los agricultores de 2ª generación presentaron inicialmente una forma tradicional de relacionamiento, particularmente por intermediarios, paulatinamente cambiando a un rumbo más “independiente” (venta directa) bajo las condiciones de mercado. Por fin, los agricultores no convencionales poseen mayor autonomía en el sistema

agroalimentario, con una conexión estrecha entre la producción y consumo, salteando la transformación (ante el tipo de productos) y realizando la distribución directa con los consumidores. Entre los entrevistados, los agricultores no convencionales son los que más se aproximan a un sistema alimentar sostenible.

En consideración a las limitaciones de la investigación, se pondera el abreviado número de entrevistados ante condiciones particulares. Una oportunidad de mejora es la ampliación de la población objetivo más allá de los agricultores nucleados en la SFR-T, ya que progresivamente viene disminuyendo los integrantes. También, se podría explorar las relaciones de apropiacionismo y sustitucionismo, potencializando las interpretaciones alrededor de los sistemas alimentarios.

Referências bibliográficas

BALMACEDA, N. A.; DEON, J. U. Sistemas alimentario-nutricionales agroecológicos en Argentina ¿desterritorializando al agronegocio en la provincia Córdoba? *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 32, n. 1, p. 158-176, 2023.

BASCUADÉ. *Bascuadé productos orgânicos*. Estación Tapia/Canelones. 29 fev. 2024. Instagram: @bascuadepro. Acesso em: 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/bascuadepro?igsh=MWQ5dmhhYno4YmE5CW==>.

BATTHYÁNY, K.; CABRERA, M. *Metodología de la investigación en Ciencias Sociales: apuntes para un curso inicial*. Montevideo: Udelar, 2011.

BERRUETA, M. C. *Análisis de los principales factores que afectaron el rendimiento en tomate para industria en la zafra 2007-2008*. 2008. Graduação (grado en Ingeniería Agronómica) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo, 2008.

BRIN, J.; BENTANCUR, A. *Las organizaciones de productores y el desarrollo de la granja: Oportunidades y desafíos*. Montevideo: IICA, 2006.

BUTINOF, M. et al. Biomonitorio en exposición a plaguicidas y su aporte en vigilancia epidemiológica en agroaplicadores en Córdoba, Argentina. *Gaceta Sanitaria*, v. 33, p. 216-221, 2019.

CHILDE, R.; ACHKAR, M.; FREITAS, G. La producción familiar en la región noreste del Uruguay: una mirada desde el territorio rural. *Agrociencia Uruguay*, v. 26, n. 3, 2022.

CUELLO, L. *Desarrollo local: el caso de Montes*. 2009. Graduação (Licenciatura en Sociología) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, 2009.

DAVIDOVICS, G. M.; MAYOL, A. M. *Introducción al Uso de Muestras para la Realización de Encuestas en la Investigación Social*. In: Paulina Salinas Meruane e Manuel Cárdenas Castro (Org.). *Métodos de investigación social*. Quito: Ediciones Universidad Católica del Norte, 2009. p. 99-139.

El Uruguayo. *Mapas digitales del Uruguay*. Acesso em: 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/Montevideo+Montevideo%3%A9u/91600+Estaci%C3%B3n+Tapia,+Canelones/@-34.7357419,-56.1328304,11z/data=!3m1!4b1!4m1!4m1!3!1m5!1m1!1s0x959f80ffc63bf7d3:0x6b321b2e355bec99!2m2!1d-56.1851147!2d-34.9055016!1m5!1m1!1s0x95a01a9053d14c81:0x50d2283ec57cbaa7!2m2!1d-55.7509149!2d-34.5668036!3e0?entry=ttu>

FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura). *Reflexiones sobre el sistema alimentario en América Latina y el Caribe y perspectivas para alcanzar su sostenibilidad*. Santiago: Programa Estratégico Sistemas Alimentarios Inclusivos y Eficientes, 2017.

GARCÍA, F. S.; VASSALLO, M. Estudio del sistema de canasta para la determinación de la renta en el instituto nacional de colonización. *Agrociencia Uruguay*, v. 10, n. 2, p. 27-38, 2006.

GARGIULO, M. P. *Diseño y evaluación de sistemas de producción hortícolas sostenibles en la zona sur de Uruguay. Establecimiento de la familia Molina – Sierra*. 2010. Graduação (grado en Ingeniería Agronómica) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo, 2010.

GAZZANO, I. et al. Ambiente y crisis en Uruguay. La agroecología como construcción contrahegemónica. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 34, n. 48, p. 13-40, 2021.

HECKER, S. et al. How Does Policy Conceptualise Citizen Science? A Qualitative Content Analysis of International Policy Documents. *Citizen Science: Theory and Practice*, v. 4, n. 1, p. 1-16, dez. 2019.

INC (Instituto Nacional de Colonización). *Las familias colonas en tierras del INC*. Acesso em 14 fev. 2024. Disponível em: <https://www.colonizacion.com.uy/que-significa-ser-familia-colona>

MAINARDI, W. *El medio rural: una alternativa para el desarrollo del departamento de Canelones. La Microrregión agropecuaria-agroindustrial*. 2014. Mestrado (Maestría en Ordenamiento Territorial y Desarrollo Urbano) – Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Universidad de la República, Montevideo, 2014.

MANCASSOLA, M, V. S. *Diseño y evaluación de sistemas de producción hortícolas Sostenibles en la zona sur de Uruguay. Establecimiento de la familia Blanco Camejo*. 2010. Graduação (grado en Ingeniería Agronómica) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo, 2010.

MORRIS, M. et al. *Panoramas alimentarios futuros: reimaginando la agricultura en América Latina y el Caribe*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2020.

NEVES, J. F. et al. Green maize grown in family farms in Cáceres County-MT: Challenges and perspectives for rural development. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 3, p. 424-437, 2021.

NEVES, S. M. A. S., TORTORELLI, H. S., SCHEUER, J. M. Práticas socioeconômicas e ambientais das mulheres rurais da Associação de Hortifrutigranjeiros de Mirassol D'Oeste/MT. *Geosul*, v. 38, n. 87, p. 215-232, 2023.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, W. J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

ODDONE, G.; CAL, I. El largo declive de Uruguay durante el siglo XX. *América Latina en la historia económica*, n. 30, p. 5-65, 2008.

OLIVERO, V. *Pensando en clave de desarrollo: pluriturismo en el noreste canario. Estrategia de desarrollo local*. 2009. Mestrado (Maestría en Desarrollo Rural Sustentable) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo, 2009.

PECHARRÓN, J. P.; VADELL, A. *COPRONEC: uma experiencia de cadeia agroindustrial promovendo a justiça social em el campo*. In: MGAP. Anuario 2009 OPYPA. Montevideo: MGAP, 2009 .

RASTOIN, J.-L. *Perspectivas estratégicas del sistema alimentario mundial: el modelo agroindustrial frente al modelo de proximidad*. In: Henry Regnault et al. (Coord.). *Agriculturas andinas, TLC y globalización agroalimentaria ¿oportunidades, reconversiones, vulnerabilidades*, 2008. p. 17-50.

REYES, N. A. A. *Con las manos en la tierra. La experiencia de la cooperativa de agricultoras CALMAÑA del Noreste de Canelones*. 2012. Graduação (Licenciatura en Sociología) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, 2012.

SCHEUER, J. M. *Public procurement from Uruguayan family producers and fishers and cross-cutting rural development policies*. In: Le Coq, J. F., Grisa, C., Guéneau, S., Niederle, P. (Orgs.). *Public policies and food*

systems in Latin America. Editorial: Éditions Quæ, Versailles Cedex, 2022. p. 399-418.

SCHEUER, J. M.; COURDIN, V. Los sistemas agroalimentarios en Uruguay: un análisis desde las políticas públicas. *Revista de Fomento Social*, v. 78, n. 3, p. 297-317, 2023.

UAM (Unidad Agroalimentaria Metropolitana). *Acerca de la UAM*. Acesso em: 14 febr. 2024. Disponível em: <https://www.uam.com.uy/>

URUGUAI. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP). *Estado de situación de los Registros de la Agricultura Familiar en Uruguay*. Montevideo: MGAP, 2020.

URUGUAY. Centro de Información Oficial. *Ley n.º 19.292, del 16 de diciembre de 2014*. Montevideu: IMPO. 2014. Acesso em: 3 mar. 2024. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19292-2014>

YIN, R. K. *Case study research: design and methods*. 5. ed. California: Sage, 2009.

Junior Miranda Scheuer

Docente en la Universidad de la República, Facultad de Agronomía, Departamento de Ciencias Sociales, Montevideo, Uruguay. Tecnólogo en Producción de Azúcar y Alcohol (URI, Brasil). MSc. en Ambiente y Sistemas de Producción Agrícola (UNEMAT, Brasil). Dr. en Ciencias Agrarias (Udelar). Nivel I en el Sistema Nacional de Investigadores de Uruguay. Actuación en políticas públicas, desarrollo rural, agricultura familiar y sistemas agroalimentarios

E-mail: jscheuer@fagro.edu.uy

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3353968942012379>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1190-422X>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

Resgate das Memórias sobre Plantas/Hortaliças Medicinais: Experiências Vividas na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad

*Retrieving memories about medicinal
plants/greentables: experiences lived in the
Amarbem/Cimmad community garden*

*Rescate de las memorias sobre
plantas/hortalizas medicinales: experiencias
vividas en la huerta comunitaria
Amarbem/Cimmad*

Luiz Carlos Flávio

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

lucaflavio@gmail.com

Pamela Cichoski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

pamelatraducao@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a experiência do “Projeto das Plantas Medicinais” que vem trabalhando no resgate das memórias do cultivo e uso de plantas/hortaliças medicinais na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad, no bairro Padre Ulrico, na cidade de Francisco Beltrão-PR. Nesse sentido, a relação universidade e território, ganha centralidade no debate voltado à produção de conhecimentos com enraizamento territorial,

objetivando imprimir ações no lugar, a partir dos sujeitos envolvidos no projeto. Desse modo, a configuração de movimentos em favor da valorização dos saberes e fazeres das guardiãs e guardiões das plantas medicinais é um dos aspectos que orientam nossas práticas e reflexões acerca do território e da produção de conhecimentos no contexto da horta comunitária Amarbem/Cimmad.

Palavras-chave: Horta comunitária. Plantas medicinais. Extensão. Território.

Abstract: This article aims to reflect on the experience of the “Medicinal Plants Project” which has been working to rescue memories of the cultivation and use of medicinal plants/vegetables in the Amarbem/Cimmad Community Garden, in the Padre Ulrico neighborhood, in the city of Francisco Beltrão. –PR. In this sense, the relationship between university and territory gains centrality in the debate focused on the production of knowledge with territorial roots, aiming to print actions in place, based on the subjects involved in the project. In this way, the configuration of movements in favor of valuing the knowledge and practices of the guardians of medicinal plants is one of the aspects that guide our practices and reflections about the territory and the production of knowledge in the context of the Amarbem/Cimmad community garden.

Keywords: Community garden. Medicinal plants. Extension. Territory.

Resumén: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la experiencia del “Proyecto Plantas Medicinales” que viene trabajando en el rescate de memorias sobre el cultivo y uso de plantas/hortalizas medicinales en la Huerta Comunitaria Amarbem/Cimmad, en el barrio Padre Ulrico, en la ciudad de Francisco Beltrão. En este sentido, la relación entre universidad y territorio gana centralidad en el debate centrado en la producción de conocimiento con raíces territoriales, con el objetivo de imprimir acciones in situ, a partir de los sujetos involucrados en el proyecto. De esta manera, la configuración de movimientos a favor de la valorización de los conocimientos y prácticas de los guardianes de

las plantas medicinales es uno de los aspectos que guían nuestras prácticas y reflexiones sobre el territorio y la producción de conocimientos en el contexto de la huerta comunitaria Amarbem/Cimmad.

Palabras clave: huerta comunitaria. Plantas medicinales. Extensión. Territorio.

Introdução

Para Darcy Ribeiro (1995), dentre as principais marcas históricas da formação do “Povo brasileiro” e seu território estão heranças da dizimação indígena (e de sua cultura); da escravização e marginalização da gente negra/mestiça/pobre (e de sua cultura); da concentração fundiária da terra em poucas mãos nos campos, expulsando enormes fileiras de camponeses para as cidades. Tal dinâmica patrocinou um movimento de mercantilização da vida vinculado à expropriação e a violência, enquanto processo de fomento da sociedade de consumo dentro da lógica capitalista.

A terra no Brasil, desde o tempo colonial, tem servido à agricultura heteronômica, à produção de “commodities” destinadas ao mercado externo. Este paradigma de “civilização” fundou a exclusão social que se imprimiu fortemente nos traços da urbanização brasileira. As cidades brasileiras, entregues a investimentos corporativos, apresentam abundantes cenários sociais com problemas de: o desemprego, a falta de moradias e de transporte público/coletivo, as carências de lazer, de água, esgoto, educação e de infraestruturas urbanas (SANTOS, 2009), além de questões ambientais/ecológicas.

Dentre as maiores carências vividas pelas populações urbanas há sérias questões ligadas à saúde, à insegurança alimentar e à fome, que afetam, sobretudo, os extratos de populações mais empobrecidos que habitam as cidades. Nesse contexto, sobretudo a partir da abertura democrática, nos anos 1980, brotaram importantes lutas/movimentos sociais, inclusive aqueles envolvendo as universidades brasileiras, via projetos de extensão universitária, que buscam imprimir ações para amenizar os problemas urbanos, dentre os quais, os vinculados à saúde e à insegurança alimentar que afetam as populações nas cidades.

Tal preâmbulo histórico se faz pertinente para apresentarmos algumas ações ligadas a um projeto do qual fazemos parte: o “Projeto das Plantas Medicinais”, efetivado em 2013/2014 no Parque Ambiental Irmão Cirilo, pertencente à prefeitura de Francisco Beltrão-PR. E a partir de 2017, o projeto passou a ser realizado na Horta Comunitária da ONG denominada Associação Marrecas do Bem-Estar ao Menor (AMARBEM),

instituição sustentada pela Mitra Diocesana da Igreja Católica, localizada também em Francisco Beltrão. Desde 2021 a denominação da instituição passou a ser Centro de Integração Madre Maria Domênica (CIMMAD), cuja história e significados identificaremos adiante.

Assim, o presente artigo busca descrever, brevemente, algumas experiências vividas no projeto, que vem trabalhando no resgate das memórias do cultivo e uso de plantas/hortaliças medicinais na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad, em Francisco Beltrão-PR. Trata-se de um projeto de extensão universitária da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)¹, com a colaboração de uma integrante do Doutorado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Pato Branco. Ambos os/as autores/as participamos do projeto.

Em termos metodológicos, destacamos que nossas práticas são orientadas pela metodologia de Investigação-Ação-Participativa (IAP) com ênfase na escola latino-americana, a partir de Orlando Fals Borda (Cichoski, 2021). Pautados nos princípios da IAP, buscamos pesquisar e agir aprendendo, ensinando e participando ativamente no território da Horta Comunitária, orientados pelo compromisso político e social com os grupos envolvidos, construindo relações sujeito-sujeito, numa comunicação contínua, adequada e simples, com a comunidade. Bem como, fazemos uso de técnicas de ensino-aprendizagem contextualizadas, valorizando interações com os sujeitos que integram o projeto, a partir do diálogo de saberes, respeitando os níveis de formação e letramento das pessoas envolvidas no processo de ação-reflexão (Cichoski, 2021).

Nesse sentido, o texto foi organizado em três momentos de reflexão, para melhor compreensão dos leitores, sendo: no primeiro, discutimos a importância da universidade no movimento de diálogos com o povo, através da extensão. Na sequência, apresentamos o histórico da Horta Comunitária Amarbem/Cimmad. A experiência busca garantir saúde e segurança alimentar

¹ O projeto também envolveu em tempos diferentes, ou ainda envolve, outros sujeitos da Unioeste, tais como a docente Roseli Alves dos Santos; e bolsistas Pibex/Fundação Araucária/Unioeste, tais como: Aline Motter Schmitz, Nathalia Marcon Toller, Tamires Guimarães da Silva, Luiz Carlos da Silva, Edinéia Dotti Mooz, Ana Carolina de Bonfim, Alice Machado, Carolina Bossei e Luca Carrijo Candiottto, dentre outros/as acadêmicos/as e voluntários/as que participaram de várias fases do projeto. Porém, observamos que o texto presente é da lavra destes autores que aqui descrevem as experiências de que participaram/participam.

para as famílias das 12 pessoas envolvidas no projeto e, também, contribui para alimentação do público atendido pelo Centro de Integração Madre Maria Domênica (CIMMAD).

E por fim, no terceiro momento, buscamos descrever algumas práticas do projeto: ofertas de cursos/oficinas e apresentações da horta comunitária para moradores do próprio bairro Padre Ulrico; para o público do Cimmad e de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs); e para estudantes (de universidades/escolas) e entidades de Francisco Beltrão e região.

As universidades e o diálogo com as demandas das comunidades e movimentos sociais

No contexto de redemocratização da sociedade brasileira, expressando a necessidade de avançar na democratização da educação universitária no país, pensadores como Darcy Ribeiro (1986) e Moacir Gadotti (2017) debateram o importante papel das universidades, em trabalhar produzindo conhecimentos que, em diálogo com a sociedade brasileira, trabalhassem na direção de transformações nas realidades vividas pelas populações mais vulneráveis, nas dimensões econômicas, políticas, culturais.

Conforme Silva e Mendoza (2020), tal como consagra a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 207, é papel das universidades (sobretudo as públicas) envolverem-se com as necessidades e anseios das populações, promovendo uma sociedade do conhecimento, que ajude a pensar a realidade. Nesse sentido, o ensino, a pesquisa e a extensão devem formar um tripé, em que os conhecimentos produzidos contribuam com a sociedade, abraçando um papel solidário, social e cultural.

Conforme Cichoski e Rubin-Oliveira (2022, p. 34), a universidade pode ser um lugar que possibilita a “configuração de novos arranjos e desenhos sociais, por meio do reconhecimento e da reivindicação dos marcos históricos”, orientando-se para a autonomia, a criatividade, a democracia e o compromisso com as sociedades locais. Esse movimento exige, no entanto, práxis territoriais voltadas para a produção de conhecimentos com enraizamento e diálogo com o local.

Nesse contexto, conforme Vásquez (2011) a relação conhecimento e práxis, pode ocorrer quando criamos uma consciência que busca agir no mundo. Nessa linha, as universidades podem exercer um papel fundamental de mediar a produção de conhecimentos, comprometidos com a transformação social por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Para Martins (2012) as universidades, desse modo, podem produzir pensamento crítico, formando “sujeitos práticos” com consciência social criativa. De modo que, a educação possa ser capaz de “levar à criação de uma nova vida e de uma nova sociedade” (Faundez, 1993, p. 48-9), um pouco mais humana, justa e solidária.

Os conhecimentos produzidos nas universidades (junto das comunidades) podem contribuir para fortalecer a cidadania, autonomia e a auto-organização, possibilitando experiências de intervenções na realidade. Assim, a universidade pode promover movimentos de disseminação e valorização de “saberes críticos, propositivos e prospectivos” (Rubin-Oliveira e Dal Pai Franco, 2015, p. 22) que estejam conectados com as realidades locais e regionais, em favor da transformação social.

Para isso, o ensino, a pesquisa e a extensão construídos na universidade precisam estar voltados para uma práxis que incorpore e valorize os saberes e fazeres populares, para atuar na sociedade. Tais saberes e fazeres, trabalhados e em conjunto com os conhecimentos científicos acadêmicos, podem ser forças ativas na organização e mobilização dos sujeitos, que buscam transformar as realidades, a fim de criar melhores condições de vida.

Nesse sentido, a produção de saberes e fazeres comunitários, exige diálogos e movimentos de trocas culturais, cosmológicas guiando as práticas entre os sujeitos e destes com a natureza em diferentes escalas (Leff, 2021), potencializando aprendizagem coletivas voltadas para a transformação social. Outrossim, a perspectiva que orienta nosso trabalho, na pesquisa reflexiva e na ação extensionista, na horta comunitária, nos auxilia no movimento de valorização do território e a tessitura das relações sujeito-lugar.

Assim, em nossas ações buscamos tecer relações horizontais, envolvendo universidade e território, num processo de práticas enraizadas no lugar, considerando os sentimentos da comunidade, seus saberes e fazeres, instigando a participação ativa dos sujeitos, valorizando o crescimento solidário

que produz e transforma o território. A partir dessa leitura apresentaremos, na sequência, um breve histórico da Horta Comunitária da Amarbem/Cimmad.

A horta comunitária amarbem/cimmad: uma breve contextualização²

A inserção de nosso trabalho junto à Horta Comunitária Amarbem/Cimmad tem uma história ligada ao projeto de extensão universitária da Unioeste, denominado “Coletivo de Mulheres do Campo e da cidade”³. O projeto realiza, desde 2013, experiências que objetivam efetivar ações de desenvolvimento territorial, num trabalho com grupos de mulheres rurais e urbanas e suas famílias, na região Sudoeste do Paraná.

No âmbito do mencionado projeto (maior), iniciamos os trabalhos do Projeto das Plantas Medicinais, que hoje é denominado “Projeto da Horta Comunitária Amarbem/Cimmad”. A denominação se deu em respeito ao local onde é efetivado hoje, no Centro de Integração Madre Maria Domenica (Cimmad), mas que anteriormente - até inícios de 2021 - se denominava Associação Marrecas do Bem-Estar ao Menor (AMARBEM). A instituição se localiza no bairro Padre Ulrico, na cidade de Francisco Beltrão-PR, *locus* habitado por populações economicamente vulneráveis.

Antes de ser realizada no espaço pertencente Amarbem/Cimmad, entre 2014-2015 até 2017 a horta comunitária foi instalada no “Parque Ambiental Irmão Cirilo”, pertencente à prefeitura de Francisco Beltrão-PR. Além da participação da Unioeste, o projeto se constituiu em parceria com alguns apoiadores: Associação de Moradores, Grupo de Jovens, Clube de Mães, Idosos, representantes de pastorais da Igreja Católica, Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e prefeitura de Francisco Beltrão.

² As informações presentes neste item foram extraídas, com alterações, de nosso projeto “Continuidade das ações de extensão para o desenvolvimento da comunidade via Horta Comunitária Urbana em Francisco Beltrão (2023-2024).” O projeto de extensão universitária concorreu a um bolsista no Edital 028/20023, PROEX-PIBEX-UNIOESTE-FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.

³ Referido projeto foi iniciado e coordenado na maior parte do tempo pela professora Roseli Alves dos Santos. A docente teve/tem um envolvimento e uma ação fundamentais na estruturação e manutenção do “Projeto das Plantas/hortaliças Medicinais”, hoje realizado na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad, o qual será aqui apresentado.

Nessa organização coletiva, criamos o projeto da Horta das Plantas Medicinais. Neste momento não contávamos ainda com a parceria da Amarbem, atual Cimmad. Trabalhávamos, então, o cultivo de plantas medicinais e aromáticas (voltadas ao uso da comunidade local) ainda no “Parque Ambiental Irmão Cirilo”.

No ano 2015 foram encaminhados em editais públicos (e aprovados) projetos que buscavam financiamento de atividades ligadas ao cultivo e uso de plantas medicinais. Os projetos envolviam ações tais como: realização de cursos (de técnicas de cultivo, manejos, usos) de plantas medicinais; visitas técnicas e de estudo a várias experiências em fitoterapia e ervas medicinais existentes no Paraná. Dentre as visitas propostas e realizadas no projeto estavam as seguintes: ao Refúgio Biológico Bela Vista, na Itaipu; às Cataratas (Foz do Iguaçu-PR); ao Centro Popular de Saúde e Laboratório do Yanten (Medianeira-PR); ao Horto Medicinal da Universidade Paranaense (Umuarama-PR); e às experiências com hortas comunitárias em Maringá-PR.

Na visita ao Refúgio Biológico Bela Vista, na Itaipu Binacional, ganhamos cerca de 60 espécies de plantas medicinais. A estas se somaram outras plantas doadas à horta, por pessoas da comunidade. As mudas recebidas foram plantadas na então Horta Comunitária Medicinal no “Parque Ambiental Irmão Cirilo”. Dentre as espécies cultivadas estavam: alecrim, alecrim pimenta, alfavaca (pimenta/cravo), alfazema, amora (branca/ preta), arnica, arruda, cana do brejo, canela de perdiz, carqueja (doce/amarga), cavalinha, chambá, cidreirinha, cidró, cipó insulina, cipó mil homens, citronela, estêvia, figatil, folha de fortuna, ginseng (roxo/branco), guaco, guiné, hortelã pimenta, infalivina, lavanda, malvarisco, maracujá, melhoral, melissa, mil em rama, moringa, ora-pro-nobis, orégano (graúdo/miúdo), panaceia, pariparoba, penicilina, poejo, sabugueiro, salsaparrilha, sálvia, salva cidreira, sete sangrias, vassourinha doce, entre outras.

E nos dedicamos, também, à pesquisa sobre os usos populares e científicos das plantas medicinais. Desse trabalho, resultaram: uma cartilha denominada “Resgatando saberes: cultivo e uso de plantas medicinais: uma experiência no bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão/PR (Flávio et al., 2016); e o livro “Plantas medicinais: o resgate de um patrimônio cultural” (Flávio e Santos, 2018).

Na cartilha “Resgatando saberes: cultivo e uso de plantas medicinais: uma experiência no bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão/PR (Flávio et al, 2016), apresentamos os objetivos e ações do projeto à população. No qual, evidenciamos os cursos realizados junto à comunidade, nos quais foram abordados temas sobre: i- cultivo, preparo e uso de plantas medicinais; produção de receitas culinárias; elaboração de pomadas, xaropes, extratos, tinturas, chás, infusões, inalações; ii- cursos sobre manejo dos solos e adubação; consorciação de espécies; aplicações de plantas contra pragas e doenças; formas de utilização de defensivos e repelentes naturais; iii- informações sobre coleta, secagem e armazenamento de plantas, abordando inclusive aspectos da legislação brasileira sobre a fitoterapia no Brasil, dentre outros pontos; e, também: iv- realizamos atividades junto à Escola Estadual Leo Flach, localizada no bairro Padre Ulrico, ensinando às crianças sobre o cultivo e uso de plantas medicinais.

Já no livro que publicamos, intitulado “Plantas medicinais: o resgate de um patrimônio cultural” (Flávio e Santos, 2018), além de apresentarmos e atualizarmos as ações realizadas pelo projeto, divulgamos vários artigos de autores/professores parceiros, que trabalharam a importância da universidade (ensino, pesquisa e extensão universitária) atuando lado a lado, com os saberes populares e no resgate dos patrimônios culturais, ligados às plantas medicinais. Os artigos enfatizam, que os projetos de extensão universitária podem ativar ações solidárias, em favor da saúde das comunidades e da sociedade.

Outras contribuições presentes no livro, abordaram o resgate das ações do nosso Projeto das Plantas Medicinais, desde 2013; e debateram aspectos da legislação envolvendo fitoterapia e práticas integrativas de saúde pública: legislação nacional (Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde, de 2006; e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos - 2008); e as normatizações existentes no Município de Francisco Beltrão (Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde, lei nº 4.391 de 2016). Assim, evidenciamos a importância da formulação e ativação de políticas públicas para a introdução da fitoterapia nos postos de saúde, para serem ofertadas ao público em geral.

Desde 2017 até início de 2021 a experiência do projeto das plantas medicinais foi ampliada com a parceria firmada junto à ONG denominada Associação Marrecas do Bem-Estar ao Menor (AMARBEM), pertencente à Igreja

Católica. Esta trabalhava no atendimento às crianças e adolescentes oriundos de famílias reconhecidas em situação de vulnerabilidade econômica (populações de baixa renda) do bairro Padre Ulrico.

Neste momento, sustentados no trabalho de um grupo de mulheres (e, por vezes, também de homens da comunidade), além de cultivarmos plantas medicinais, passamos a plantar também hortaliças (alface, couve, repolho, cebolinha, espinafre, salsa etc.) para servirem ao uso das pessoas que cuidavam da horta (e de suas famílias), bem como para o uso do público atendido pela Amarbem.

A partir de 2021, devido a uma mudança nas regras administrativas, ligadas à Cáritas Diocesana de Palmas (mantenedora da instituição), a *Amarbem* passou a se denominar *Centro de Integração Madre Maria Domênica (Cimmad)*. Se antes a Amarbem era gerida por leigos da Igreja Católica, a partir da transformação em Cimmad, passou a ser coordenada pela Congregação das Pequenas Irmãs da Sagrada Família, as quais acolhem em regime de contraturno escolar, aproximadamente 160 crianças residentes no bairro Padre Ulrico.

A passagem da Amarbem ao Cimmad não interferiu na continuidade do projeto e das ações realizadas na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad que conta, atualmente, com 12 integrantes (10 mulheres e 2 homens) da comunidade local. Com o apoio do projeto de extensão (Unioeste), de forma individual ou coletiva, o grupo trabalha no plantio, rega, cuidados contra pragas, tanto nos canteiros de hortaliças quanto na manutenção dos espaços extensivos da horta ou nas mandalas, as quais foram construídas para abrigar o cultivo de diversas ervas/plantas medicinais. Os/as integrantes do projeto se reúnem periodicamente em mutirões, para a limpeza e demais cuidados com a horta.

No projeto há, também, a participação de estudantes da Unioeste, que ajudam nos mutirões e contribuem para os trabalhos junto à comunidade. No trabalho extensionista, buscamos auxiliar na interlocução do grupo da horta com parceiros, que foram sendo articulados para a realização das ações. Dentre as entidades parceiras estão: i- a Prefeitura Municipal (de Francisco Beltrão), cujo papel é adquirir e fornecer mudas e sementes à horta; e ii- a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), que dá aporte em termos de assistência técnica e oferece cursos de formação voltados ao cultivo e trato de plantas medicinais e hortaliças.

A Assesoar também organiza dinâmicas e místicas de sociabilidade, espiritualidade, interação e animação do grupo de mulheres da horta. Há outras colaborações da Assesoar com o coletivo da horta na mediação dos/das integrantes do projeto na participação de eventos importantes dentre os quais: as “Festas regionais das sementes crioulas”; eventos de entidades da agricultura familiar; e na realização de feiras para comercialização de mudas; no contato com associações de bairro, envolvendo o cultivo de plantas/hortaliças medicinais, etc.

No dia 20 de setembro de 2023, por exemplo, a Assesoar convidou o grupo da Horta Comunitária para ir ao evento “Encontro de Saberes tradicionais: práticas populares de cura com participação em palestra e oficinas”, realizado na UTFPR, campus de Dois Vizinhos-PR. Na viagem, 18 pessoas integraram o grupo. Todas/os puderam participar da palestra “Movimento de Benzedadeiras da região centro Sul do estado do Paraná- MASA” e das oficinas: “Uso das ervas medicinais para práticas de autocuidado”; e “PANC - saberes e sabores”.

Recentemente, atuando junto à Assessoria a Serviço de Projetos de Tecnologias Alternativas (AS PTA), a Assesoar também mediou a aquisição de uma estufa (carinhosamente chamada de “berçário”) destinada à produção de mudas. Servidores da entidade conduziram, junto com a comunidade, a construção do “berçário”, o qual já serve atualmente como local para a produção de mudas.

Além de ajudar na produção de alimentos (plantas/hortaliças medicinais) para as famílias envolvidas no projeto e para o CIMMAD (e mesmo de pessoas da comunidade que vêm pedir plantas para chás), os trabalhos na horta trazem outros benefícios à saúde das pessoas integradas ao projeto. Muitas mulheres que ali trabalham, narram a atividade como um “bálsamo contra o estresse”. Além de proporcionar contato com a terra, as tarefas demandam exercícios físicos que contribuem para a saúde mental e garantir o controle da glicose (no caso de diabéticos), atuando contra a obesidade.

Outra observação importante é que os trabalhos e cursos de formação voltados à horta comunitária se orientam pela concepção e prática do não uso de *agrotóxicos* nos cultivos, utilizamos adubos e repelentes naturais. Nesse sentido, consideramos que essa escolha é importante para o cuidado da saúde e bem-estar da população envolvida no projeto. Portanto, abraçamos uma práxis

baseada no desenvolvimento territorial, cujas orientações teóricas têm rica sustentação nas ciências sociais, da saúde e da terra, tais como: Geografia, Sociologia, Economia, Agronomia, Nutrição, Medicina etc.

Em termos de forma organizativa dos trabalhos (construção de ações, diretrizes e orientações de avaliação das atividades), o projeto articula reuniões envolvendo os diferentes sujeitos: da universidade (professores/bolsistas), as mulheres e/ou homens e os/as representantes das entidades parceiras: Cimmad, Assesoar, Prefeitura de Francisco Beltrão. As reuniões são realizadas de acordo com as demandas dos/as integrantes da horta.

Além dos trabalhos realizados na horta comunitária, o projeto oferta - com o apoio de bolsistas - a oficina de Meio Ambiente, jardinagem e plantas medicinais, a qual é partícipe do currículo da instituição. As oficinas produzidas objetivam trabalhar aprendizados de educação, saúde e meio ambiente saudáveis envolvendo o cultivo de hortaliças e plantas medicinais e noções de jardinagem e agricultura orgânica. Na sequência apresentamos um pouco dessa experiência das oficinas e a participação das mulheres guardiãs das plantas medicinais que integram o projeto.

Outras experiências e ações vividas na horta comunitária Amarbem/Cimmad

Entre as ações realizadas pelo projeto em parceria com as guardiãs das plantas medicinais e os bolsistas (de iniciação científica, da Unioeste; e do Napi-Alimento e Território⁴), consta a oferta de oficinas voltadas à troca de saberes-fazeres socioambientais e à valorização das plantas medicinais. As oficinas foram realizadas na horta comunitária e em espaços do Cimmad, vislumbrando a produção de conhecimentos, com base nos saberes comunitários. As ações realizadas estão ligadas a oficina permanente denominada “Meio Ambiente,

⁴ O NAPI Alimento Território (Programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação) é financiado pela Fundação Araucária e pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) (NAPI). Atua no litoral e no Sudoeste do Paraná em parceria com universidades da região, difundindo ações da ciência voltadas ao desenvolvimento social das comunidades (SOARES, 2024).

jardinagem e Plantas medicinais”, atividade aprovada e acompanhada pela equipe pedagógica e pelas educadoras da instituição (Cimmad).

Nesse sentido, cabe destacar que as atividades foram realizadas no primeiro semestre de 2023. Tendo por objetivo valorizar os saberes-fazeres das guardiãs das plantas medicinais, que integram a horta comunitária Amarbem/Cimmad. As oficinas oferecidas ao público do Cimmad foram trabalhadas em conjunto com as mulheres guardiãs, que atuam na horta. Somaram-se cinco encontros de 60 minutos cada, sendo realizados em diferentes espaços da instituição: na horta comunitária, na sala de oficinas e nos espaços escolhidos para realizarmos determinados plantios.

No primeiro encontro (do conjunto de oficinas) ocorreu uma visita guiada na horta comunitária. Nele, as guardiãs apresentaram às crianças plantas medicinais, considerando as variedades, tipos de cultivos e disposição no espaço da horta. As crianças envolvidas fizeram perguntas, colheram algumas plantas, sentiram seus cheiros, entraram em contato com o ecossistema da horta.

No segundo encontro, realizamos uma roda de conversa, no qual retomando o passeio anterior, propomos um momento de escuta sobre o que os sujeitos já sabiam sobre o tema. A pergunta orientadora foi: *o que são plantas medicinais?* Então, desenhemos um quadro de relatos, sobre os tipos de plantas que são comuns nos quintais familiares, dos participantes da oficina; e indagamos, o que consomem cotidianamente e quais gostos e preferências têm em relação às plantas. Nas respostas dadas pelas crianças compareceram as plantas: alecrim, hortelã, hortelã-pimenta, poejo, manjerona, salsinha, cebolinha, espinheira-santa, penicilina, pronto-alívio, laranja, limão e cidrô.

No terceiro dia de trabalho, considerando as informações do encontro anterior, as guardiãs selecionaram as plantas que seriam reproduzidas pelo grupo: hortelã, hortelã-pimenta, alecrim, poejo, manjerona e couve-amarela. Bem como, organizaram o espaço da horta para demonstrar ludicamente, as formas de plantio das plantas escolhidas, fazendo uma reflexão sobre as diferenças entre elas, no que tange aos tipos de cultivo e preparo da terra.

O quarto encontro (figura 1) aconteceu na sala de oficina. Nele registramos os resultados das atividades anteriores e se organizamos um espaço de escuta sobre as impressões das crianças, sobre suas experiências vividas com plantas

medicinais. A atividade deu origem a um quadro integrativo de desenhos, em que as crianças expressaram suas percepções sobre o tema, aprofundando o diálogo de saberes-fazer sobre as plantas medicinais.

Cabe destacar, nas aprendizagens dessa experiência, a produção e troca dos conhecimentos enraizados, oriundos da comunidade, tendo como ponto de partida os saberes-fazer das guardiãs das plantas medicinais. Fruto desse trabalho, observamos na figura 2 os registros realizados por meio de desenhos, que foram organizados para a montagem do quadro de registro, o qual representam as percepções dos sujeitos da oficina.

Nas representações, podem ser observados múltiplos aspectos que conectam a oficina à horta comunitária. Assim, podemos perceber o exercício das crianças, em representar a horta ressaltando aspectos do cotidiano, interligados aos seus modos de vida e às interrelações socioambientais, por eles percebidas.

Nesse sentido, podemos ver a presença dos elementos naturais, tais como: água, sol, árvores, nuvens, plantas diversas e animais; e de elementos sociais: a figura humana, as casas, os vasos com plantas, a estrutura da água encanada. Todos os elementos (traduzidos na figura 1) se voltam para o registro das territorialidades cotidianas materializadas no lugar.

Cabe destacar que nossa opção pelo quadro de registro (desenhos) e pela oralidade se liga aos princípios orientados pela metodologia IAP. Qual destacamos anteriormente, esta metodologia ensina a importância da comunicação adequada e simples, bem como a configuração de relações sujeito-sujeito, que respeitam os níveis de formação e letramento dos sujeitos envolvidos nos processos de pesquisa-ação (Cichoski, 2021).

No quinto encontro realizamos uma nova visita à horta comunitária, com o objetivo de observar as plantas que foram reproduzidas no terceiro encontro. Buscamos entender a importância do solo, da água, da temperatura e dos cuidados necessários para a reprodução da vida. As mudas de plantas medicinais produzidas foram doadas aos sujeitos, para que pudessem ser utilizadas por eles, junto com suas famílias.



Figura 1: Quadro de registros - Plantas medicinais

Fonte: fotografia dos autores (2024).

Outras oficinas, organizadas em conjunto com as guardiãs das plantas medicinais ocorreram fora do contexto da horta. Uma delas ocorreu em novembro de 2022, junto à Escola Estadual do Campo Marechal Deodoro da Fonseca, localizada no município de Verê-PR, envolvendo professoras/es e estudantes do colégio. E em agosto de 2023 participamos da “II festa das Sementes Crioulas, na Escola Estadual do Campo Barra do Lontra”, situada em Salto do Lontra-PR. Ambas atividades foram efetivadas por intermédio e por convite da Assesoar. Essas experiências possibilitaram espaços para diálogos de saberes-fazer entre diferentes sujeitos, estando voltadas para as territorialidades e as identidades dos mesmos, na direção da valorização das plantas medicinais.

Outrossim, destacamos outras ações realizadas junto a Horta comunitária Amarbem/Cimmad, sendo a recepção de grupos de Francisco Beltrão e região, composto por pessoas/entidades que vão à horta conhecer as atividades do projeto. Nestes momentos mostramos aos/às visitantes o acervo de plantas/hortaliças medicinais presentes na horta. E trocamos saberes sobre as indicações científicas e populares das plantas em termos das doenças que ajudam a combater.

Assim, as guardiãs/guardiões e integrantes do projeto atenderam as seguintes visitas:

- i) Em novembro de 2022 a horta recebeu um grupo de agricultoras/agricultores ligados aos sindicatos rurais da região Sudoeste do Paraná, por intermédio da Assesoar (figura 2). A visita possibilitou experiências de troca de saberes-fazeres sobre usos e cultivos das plantas medicinais.



Figura 2: Recepção de agricultores/as na horta Amarbem/Cimmad

Fonte: fotografia dos autores (2022).

- ii) Em março de 2023, recebemos um grupo de estudantes do curso de graduação em Serviço Social da Unioeste. A visita possibilitou espaços de diálogos entre conhecimentos acadêmicos e saberes populares das guardiãs e dos visitantes, sobre o cultivo e uso das plantas medicinais. Alguns registros referentes a este encontro podem ser visto na figura 3.
- iii) Em junho de 2023 o projeto recebeu o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Zelir Vetorello, do Jardim Floresta (Francisco Beltrão). Na primeira parte da visita o grupo conversou com as crianças e, na sequência, realizamos uma visita guiada, pelas guardiãs na horta. Disponibilizamos às crianças: folhas de hortelã, manjericão, alfavaca e arruda, para sentirem o cheiro e pegá-las nas mãos, numa experiência muito rica. Depois, em pequenos grupos acompanhados pelas professoras regentes, as crianças foram até um dos canteiros, caminharam e perguntaram sobre as hortaliças (alfaces etc.) ali plantadas. Plantaram algumas sementes de hortaliças. E, por fim, o projeto doou várias mudas para serem plantadas na horta que a escola infantil estava construindo em seu próprio espaço.



Figura 3: Recepção de estudantes na horta Amarbem/Cimmad

Fonte: fotografia dos autores (2023).

Nesse contexto, entendemos que a auto-organização envolvendo ações da universidade, juntamente com outros sujeitos, que atuam na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad, produz movimentos que fortalecem formas de resistências cotidianas, que valorizam e estão voltadas para a sustentabilidade da vida. Segundo Svampa (2019, p. 80): “[...] as novas resistências se manifestam por meio do surgimento de espaços comunitários e de formas de sociabilidade”, cujas experiências coletivas de cooperação se voltam ao cuidado do bem comum, contrariando as lógicas de reprodução do capital. A interconexão entre sociedade e natureza, identidade e território, lugar e comunidade reforçam práticas socioambientais localizadas fora da lógica hegemônica do lucro e da competitividade.

Esse movimento envolve, portanto, um “[...] conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos” (Carlos, 1996, p.25). Nesse processo, busca-se valorizar a lógica própria de cada lugar, com suas singularidades, territorialidades, saberes e fazeres plurais (Escobar, 2016; Saquet, 2019).

Na dimensão do lugar podemos “pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno” (Carlos, 1996, p. 26). Assim, estão conectadas diferentes justaposições de espaços sociais, políticos, culturais e econômicos, que se entrelaçam no cotidiano, ora apresentando complementariedades ora conflitos e afastamentos. O lugar, portanto, representa a dimensão vivida, as relações de

produção da existência humana e os desdobramentos dessa dinâmica social (Carlos, 1996; Castro e Sodré, 2022).

A relação universidade-território, a partir dessa compreensão do lugar e do território, vem sendo tecida pelo projeto das Plantas Medicinais na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad, tem se construindo com reciprocidade, respeito, compromisso social e solidariedade. Assim, buscamos valorizar os sujeitos, seus modos de vida e saberes-fazeres, sem desprezo aos saberes acadêmicos. Bem como, buscamos construir relações dialógicas e participativas voltadas para as realidades e problemas próprios.

Com essa compreensão, estamos agindo, pesquisando e refletindo na e com a Horta comunitária da Amarbem/Cimmad, trabalhando em favor da segurança alimentar, da manutenção das plantas medicinais e da valorização dos saberes-fazeres das guardiãs e guardiões das plantas medicinais, e em favor de uma educação popular que respeite os saberes plurais, sobre a natureza e sobre a importância das plantas medicinais (resgate, cultivo etc.).

Nesse sentido, buscamos trabalhar na direção de uma abordagem que implique a participação e a transformação social a partir de uma práxis dialógica, numa ação de abertura e construção de outras possibilidades, conforme orienta Fals Borda (2006 [1981]). Outrossim, para Sandoval-Forero (2021), os diferentes sujeitos considerados subalternos (indígenas, camponeses, artesãos, artistas populares, movimentos sociais e outros) contrários à lógica capitalista, contribuem com suas lutas cotidianas e experiências para a sustentabilidade da vida e da natureza. Suas práticas incluem importantes cosmologias, identidades, culturas, compreensões de mundo e de naturezas, que extrapolam a lógica moderna.

Nesse movimento, os saberes e fazeres comunitários, podem contribuir com formas de humanização da vida social e enriquecer práticas e processos educativos ligados ao ensinar-aprender com solidariedade. Bem como, podem produzir dinâmicas voltadas à justiça social e à participação dos sujeitos e coletivos populares, em processos de melhorias das condições de vida, num movimento que se alia a práticas de respeito e zelo com a mãe terra.

Considerações finais

As experiências em torno da horta comunitária Amarbem/Cimmad tem possibilitado espaços de reflexão acerca da relação universidade e território, bem como contribuído para um movimento de ressignificação das formas de produção de conhecimentos, em que há a valorização dos conhecimentos científicos num diálogo com os saberes populares das guardiãs e guardiões das plantas medicinais.

Ao trabalharmos a valorização dos saberes e fazeres comunitários das guardiãs e guardiões, no que tange ao uso e cultivo das plantas medicinais no bairro Padre Ulrico, fomos tecendo, ao longo desses 10 anos de pesquisa-ação, relações de confiança, cooperação, solidariedade e respeito mútuo.

Para além de evidenciarmos a importância das viagens realizadas, eventos, cursos, mutirões, oficinas ofertadas e a participação em feiras e festas das sementes, vale destacar a tessitura de relações horizontais voltadas para a produção de conhecimentos, que objetivam a construção de uma práxis social produzida nas relações entre os sujeitos. Isso amparados num movimento respeitoso de diálogo de saberes-fazeres, em torno das plantas medicinais, buscando fortalecer as relações de confiança e as sensibilidades em relação aos modos de vida.

Por fim, entendemos que a extensão universitária, via projetos de Investigação-ação-participativa, pode contribuir para configurar caminhos de transformação social e em prol da sustentabilidade da vida. Pode ajudar a edificar outras compreensões/ações numa relação universidade-território-sociedade-natureza-lugar-comunidade, enquanto formas de resistência cotidianas que respeitem as territorialidades e modos de vida das populações, de lugares vulneráveis economicamente, tais como o bairro Padre Ulrico, em Francisco Beltrão.

Diferentemente das práticas hegemônicas que valorizam a reprodução e o acúmulo de capital pelas grandes corporações (via negócios da saúde, de alimentos), as universidades podem contribuir para que as comunidades organizem lutas contra a fome e em favor da saúde coletiva, pautadas em ações solidárias. Assim, acreditamos que trabalhando de forma dialógica, com os sujeitos/comunidades/entidades, as universidades podem potencializar e promover processos de resistência ao modelo capitalista. Um caminho, são os

projetos de extensão universitária, voltados para o ensino e a pesquisa-ação, com compromisso social e político, orientados em contribuir efetivamente para criar ações de melhoria nas condições de vida das/nas comunidades, em que atuam.

Referências bibliográficas

BOHM, David. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. São Paulo: Palas Athena, 2005 [1996].

CARLOS, Ana Fani A. *O Lugar no/do mundo*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

CASTRO, Claudio E., SODRÉ, Ronaldo B. Do território múltiplo ao lugar comunitário. In: CASTRO, C. et.al (org). *Geografias fora do eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais*. Londrina: Editora Liberdade/EDUEMA, 2022, p. 51-76.

CASTRO-GOMES, Santiago. Descolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: PALERMO, Zulma et al (comp). *Des/decolonizar la universidad*. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015, p. 69- 84.

CICHOSKI, Pamela. *A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa: contribuições de Orlando Fals Borda*. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

CICHOSKI, Pamela; RUBIM-OLIVEIRA, Marlize. Investigación-Acción-Participativa y Cooperacion entre Sujetos Territoriales. *Posición*, n. 6, p. s/n, 2021.

CICHOSKI, Pamela.; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Universidade, território e participação social. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 17, n. 45, p. 24-53, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66003>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ESCOBAR, Arturo. Ecología Política de la globalidade y la diferencia. In: ALIMONDA, H. (org). *La Naturaleza colonizada*. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 61-92.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur*. *Revista de Antropología Iberoamericana*, V 11, N 1, 2016, p. 11 – 32.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos R. (org). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed, 2006 [1981], p. 42- 62.

FALS BORDA, Orlando. El conflicto, la violencia y la estructura social colombiana. In: MONCAYO, V. M. *Orlando Fals Borda: una Sociología Sentipensante para América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, ed. Século XXI, 2015 [1962]. p. 137-164.

FAUNDEZ, Antonio. *O poder da participação*. São Paulo: Cortez, 1993.

FLÁVIO, L. C. (coord.) et al. *Resgatando saberes: cultivo e uso de plantas medicinais (uma experiência no bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão-PR)*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2016.

FLÁVIO, Luiz Carlos, SANTOS, Roselí Alves dos (Orgs). *Plantas medicinais: o resgate de um patrimônio cultural*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do compromisso*. América Latina e educação popular. In: FREIRE, Ana Maria Araujo (org). 1 edição. Paz & Terra, RJ/SP, (2018 [1968]).

GADOTTI, Moacir. *Extensão Universitária: Para quê?* Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf . Acesso em: 15.05.2022.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. *Revista Olhar de Professor*, v. 12, n. 2, 2011, p. 309-335.

MARTINS, Lígia Márcia. *Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade*. São Paulo: Unesp, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Miriam/Downloads/Martins_-_Ensino_-_Pesquisa_-_Extensa771o%20(1).pdf>Acesso em: 10.07.2023.

MORA-OSEJO, Luis E. e FALS BORDA, Orlando. A superação do eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*, São Paulo: Cortez, 2006, p. 711- 720.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

RUBIN-OLIVEIRA, M.; DAL PAI FRANCO, M. E. Produção de conhecimento interdisciplinar: contextos e pretextos em programas de Pós-Graduação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 12, n. 27, 21 out. 2015.

SANDOVAL-FORERO, Eduardo A. *Sentipensar intercultural y metodologías para la sustentabilidad de desarrollos otros*. Ediciones de la Universidad Autonoma Indigena de México. 2021.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009.

SAQUET, Marcos, MEIRA, Raquel. Territorialidades agroecológicas em comunidades rurais do Sudoeste do Paraná. In: *Geographia Opportuno Tempore*, vol. 5, n. 1, 2019, p. 27-51.

SILVA, Miriam Ferreira da. MENDOZA, Cynthia Carolina González. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do Ensino Superior. In: *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 06, Vol. 08, pp. 119-133, junho de 2020.

SOARES, Bruna. *UFPR Litoral: Programa Napi Alimento e Território*. 14.03.2024. Disponível em: [https://ufpr.br/ufpr-litoral-programa-napi-alimento-e-territorio/#:~:text=O%20programa%20de%20pesquisa%2Da%C3%A7%C3%A3o,Pesquisa%20e%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20\(NAPI\)](https://ufpr.br/ufpr-litoral-programa-napi-alimento-e-territorio/#:~:text=O%20programa%20de%20pesquisa%2Da%C3%A7%C3%A3o,Pesquisa%20e%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20(NAPI).). Acesso em: 05.04.2024.

SVAMPA Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Universidade de Guadalajara. São Paulo: Elefante, 2019.

Agradecimentos: Este trabalho contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E, em tempos diversos, o projeto de extensão recebeu o auxílio de bolsas para acadêmicos/as da Unioeste via: Pibex, Fundação Araucária, Universidade Sem Fronteiras, Proext, Mec-Sesu.

Luiz Carlos Flávio

Pós-doutorado (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (linha de pesquisa Educação e desenvolvimento) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011). Professor Associado C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisa os seguintes temas geográficos: território, lugar, memória, história, patrimônio e cultura; espaço, território e relações/metamorfoses cidade/campo: produção do território e participação popular; Geografia cultural. Ensino de Geografia com canção e poesia. Coordenou o Projeto de Extensão: "Resgatando saberes: cultivo e uso das plantas medicinais no bairro Pe Ulrico, Francisco Beltrão-PR (2014 - SETI/USF/PR) e o projeto "Resgate de um patrimônio cultural: os saberes referentes ao cultivo e uso das plantas medicinais no bairro Padre Ulrico", (2015/, Programa de Extensão Universitária - Proext - MEC). Integrante do Grupo de Estudos Territoriais (Geterr). E-mail: lucaflavio@gmail.com

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/9923654061410923>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6287-1002>

Pamela Cichoski

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2012) e mestrado em Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável pela mesma instituição (2020), cursando o doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, bolsista CAPES. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, espaço geográfico, território, questões socioambientais e metodologia de Pesquisa-Ação-Participativa

E-mail: pamelacichoski@hotmail.com

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/9923654061410923>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5890-4518>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

A Investigação-Ação-Participativa, instrumento de transformação social: contribuições de Orlando Fals Borda e Paulo Freire

*La Investigación-Acción-Participativa, una
herramienta para la transformación social:
aportaciones de Orlando Fals Borda y Paulo
Freire*

*Action-Research, a tool for social transformation:
contributions from Orlando Fals Borda and Paulo
Freire*

Luís Fabiano de Aguiar Silva

Docente da Rede Estadual de Educação do Maranhão

lfgeo@hotmail.com

Resumo: O artigo intitulado A investigação-ação-participativa, instrumento de transformação social: contribuições de Orlando Fals Borda e Paulo Freire, foi inicialmente apresentado como capítulo da tese de doutorado intitulada Práxis territorial e contra-hegemônica: uma experiência em investigação-ação-participativa no Quilombo Bom Sucesso dos Negros – Mata Roma-MA, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Na mesma, tomamos por marco teórico-metodológico a Investigación-Acción-Participativa (IAP), das obras de Fals Borda e Paulo Freire, precursores do pensamento social

crítico na América Latina. Realizamos uma leitura sistemática, mediante revisão bibliográfica dos autores e comentadores mais importantes, ressaltando os pontos pertinentes e convergentes presentes nas obras. Nesse sentido, temos por objetivo apresentar a IAP como importante mecanismo de ação política ancorado no elo entre o saber popular e o saber científico, de valorização da sabedoria popular e avessa aos métodos e técnicas convencionais, que tornam o grupo investigado apenas como objeto de pesquisa.

Palavras-Chave: Investigação-Ação-Participativa. Orlando Fals Borda. Paulo Freire. Transformação Social. Saber Popular.

Abstract: The article entitled Investigación-acción-participativa, instrumento de transformação social: contribuições de Orlando Fals Borda e Paulo Freire, was initially presented as a chapter of the doctoral thesis entitled Práxis territorial e contra-hegemônica: uma experiência em investigação-acción-participativa no Quilombo Bom Sucesso dos Negros – Mata Roma-MA, at the Postgraduate Program in Geography of the State University of the Midwest (UNICENTRO). Our theoretical and methodological framework was Investigación-Acción-Participativa (IAP), based on the works of Fals Borda and Paulo Freire, precursors of critical social thinking in Latin America. We carried out a systematic reading, through a bibliographical review of the most important authors and commentators, highlighting the pertinent and convergent points present in the works. In this sense, we aim to present the IAP as an important mechanism for political action anchored in the link between popular and scientific knowledge, valuing popular wisdom and averse to conventional methods and techniques, which make the group investigated merely an object of research.

Keywords: Participatory-Action-Research. Orlando Fals Borda. Paulo Freire. Social Transformation. Popular Knowledge

Resumén: O artigo intitulado Investigación-acción-participativa, instrumento de transformação social: contribuições de Orlando Fals Borda e Paulo Freire, foi inicialmente apresentado como um capítulo da tesina doctoral intitulada Práxis territorial e contra-hegemônica:

uma experiência em investigação–acción–participativa no Quilombo Bom Sucesso dos Negros – Mata Roma–MA, no Programa de Post-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro–Oeste (UNICENTRO). Utilizamos el marco teórico–metodológico de la Investigación–Acción–Participativa (IAP) a partir de los trabajos de Fals Borda y Paulo Freire, precursores del pensamiento social crítico en América Latina. Realizamos una lectura sistemática a través de una revisión bibliográfica de los autores y comentaristas más importantes, destacando los puntos pertinentes y convergentes presentes en las obras. En este sentido, pretendemos presentar a la IAP como un importante mecanismo de acción política anclado en el vínculo entre saber popular y conocimiento científico, valorizando la sabiduría popular y reacio a los métodos y técnicas convencionales, que hacen del grupo investigado un mero objeto de investigación.

Palabras clave: Investigación–Acción–Participativa. Orlando Fals Borda. Paulo Freire. Transformación Social. Conocimiento Popular

Introdução

A Investigação-Ação-Participativa (IAP) é um método de pesquisa sociopolítica que busca promover a transformação social por meio da participação ativa das pessoas envolvidas na problemática estudada. Essa abordagem foi desenvolvida por dois renomados pensadores latino-americanos: Orlando Fals Borda e Paulo Freire.

Orlando Fals Borda, sociólogo colombiano, é considerado um dos fundadores da IAP. Ele defendia uma perspectiva crítica da ciência, afirmando que ela deveria estar a serviço do povo e das lutas sociais. Fals Borda propôs o conceito de "investigação colaborativa", diferenciando-a da pesquisa tradicional que tende a ser imposta de cima para baixo. Ele enfatizava a necessidade de diálogo entre pesquisadores e comunidades, de forma a construir um conhecimento compartilhado e relevante para a transformação social.

Paulo Freire, educador brasileiro, também deixou importantes contribuições para a IAP. Ele desenvolveu o conceito de "educação popular" como forma de conscientização e empoderamento das classes oprimidas. Freire acreditava que o conhecimento deveria ser construído de forma coletiva, a partir das experiências e saberes dos participantes, em um processo dialógico. Ele defendia ainda a importância de uma pedagogia crítica, que promovesse a superação das desigualdades sociais e estimulasse o engajamento político dos sujeitos.

Essas contribuições de Fals Borda e Freire estão intrinsecamente ligadas, pois ambos defendiam uma forma de pesquisa comprometida com a emancipação dos oprimidos. Eles afirmavam que a IAP era um instrumento de transformação social, capaz de romper com estruturas de poder e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

A IAP possui várias etapas, que vão desde a identificação de problemas e coleta de dados, até a reflexão crítica e a ação coletiva para transformação social. Ela busca envolver todas as pessoas interessadas na problemática em questão, valorizando seus saberes e experiências, para que juntas possam identificar soluções e implementar ações que promovam mudanças concretas.

Portanto, a investigação-ação-participativa, desenvolvida por Orlando Fals Borda e Paulo Freire, é um instrumento de transformação social que busca o

envolvimento ativo das pessoas na resolução de seus próprios problemas. Essa abordagem valoriza o conhecimento compartilhado, o diálogo e a reflexão crítica, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, temos por objetivo apresentar a IAP como importante mecanismo de ação política ancorado no elo entre o saber popular e o saber científico, de valorização da sabedoria popular e avessa aos métodos e técnicas convencionais, que tornam o grupo investigado apenas como objeto de pesquisa. E, para este fim, realizamos uma leitura sistemática, mediante uma revisão bibliográfica dos dois autores citados e seus comentadores mais importantes, ressaltando os pontos pertinentes e convergentes presentes em suas obras.

Fals Borda e a Investigação-Ação-Participativa como instrumento de transformação social

A IAP é um importante mecanismo de ação política ancorado no elo entre o saber popular e o saber científico, de valorização da sabedoria popular e avessa aos métodos e técnicas convencionais, que tornam o grupo investigado tão-somente objeto de pesquisa.

Em Fals Borda, ao contrário, a construção de vínculos participativos e afetivos com as comunidades pesquisadas, supõe uma recusa e uma subversão ao modelo de relação vertical e autoritária que, de acordo com a tradição, tem caracterizado o trabalho de cientistas e educadores. Nessa ótica, a pesquisa-ação-participativa ressignifica as técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas, ressaltando que o propósito do conhecimento não é apenas acadêmico, mas tem uma finalidade prática, um instrumento de transformação social.

A potencialidade da IAP está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e

trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos (Fals Borda, 1999, p. 60).

Para tanto, antes de “bebermos na fonte” das contribuições mais substantivas de Fals Borda, consideramos fundamental abordar, ainda que sucintamente, sua biografia, revelando que este não somente defendeu seus ideais, como foi testemunho da sua possibilidade, lançando raízes do campo sociológico latino-americano.

Nascido em Barranquilla no dia 11 de julho de 1925, e falecido em Bogotá, na Colômbia, em 12 de agosto de 2008, Orlando Fals Borda foi um homem a frente de seu tempo, muito criativo, de talento intelectual e artístico, fruto das suas raízes familiares ligadas ao ensino, ao jornalismo e à ação social em Barranquilla, características que foram responsáveis por seu desenvolvimento intelectual e pela sensibilidade às causas sociais.

Como registra em seu texto autobiográfico, *algunos recuerdos de mis primeros años*, presente em Fals Borda (2009, p. 28):

[...] Guardo desde os primeiros anos uma sensação de fluidez e de amplos horizontes com muita tolerância. As atividades de meus pais também contribuíram para isso. [...] Assim, cresci entre livros e cadernos, discos, dramas e concertos, o que não para de explicar minha posterior inclinação intelectual (tradução livre).

A respeito da sua trajetória prévia até a formalização da sua obra inspiradora, consideramos importante assinalar alguns momentos desse percurso que, quiçá seja a semente que o inspira. Acreditamos que essa construção se inicia na sua juventude e ganha nitidez quando se torna sociólogo e militante de esquerda, sobretudo a partir da década de 1970, período da construção teórico-metodológica da pesquisa-ação-participativa e seu envolvimento em ações de educação popular.

No Colégio Americano da Igreja Presbiteriana, em Barranquilla, estuda o primário e o secundário, onde teve acesso ao ensino e aprendizagem da língua inglesa, que será tão relevante a sua carreira. Na adolescência, mantém uma íntima relação com a igreja, onde desenvolve atividades com

jovens, como campanhas culturais e ações sociais, revelando o seu interesse pelo campo social comunitário.

A sua família era de origem protestante, de orientação calvinista, o que incentivou que ele, um homem muito religioso, mantivesse durante toda a sua vida, uma íntima relação com a primeira igreja Presbiteriana de Barranquilla, na qual foi batizado e reuniu os valores básicos e essenciais que formaram sua personalidade (Cendales; Torres; Torres, 2006).

As questões sociais, de modo mais claro, chegam-lhe posteriormente, mas também pelo curso da fé. As experiências ecumênicas em contato com o sacerdócio católico e protestante, especialmente com Camilo Torres Restrepo e Richard Shaull, respectivamente, padre e pastor, servem de inspiração política e teórica.

Muito influenciado pelo padre Camilo Restrepo e suas propostas de libertação latino-americana, Fals Borda defende um “olhar sensível tanto às expressões econômicas e reivindicativas como as culturais e sociais, pois os cruzamentos étnicos, raciais, de gênero e de classe devem ser lidos com sensibilidade histórica e geográfica”, afirmam (Bringel; Maldonado, 2016, p. 407).

Quando foi diretor de um Centro Juvenil Presbiteriano, conhece o pastor Richard Shaull que, mais tarde, seria um dos precursores da Teologia da Libertação, corrente teórico-intelectual que marca sua vida e obra. Em entrevista concedida a Cendales; Torres; Torres (2006, p. 57), Fals Borda explica as atividades realizadas e a dimensão social e juvenil deste centro.

Esse Centro Presbiteriano tinha atividades culturais e desportivas. Eram encenadas obras do teatro clássico espanhol, promoviam-se exposições de pintura com a ajuda de Alejandro Obregón, atividades literárias com Álvaro Cepeda Samudio [...] Todos desse grupo costinho que atuava em torno do Centro Presbiteriano Juvenil (Cendales; Torres; Torres, 2006, p. 57).

Fals Borda estava muito vinculado à igreja, tão vinculado que realizou atividades religiosas e não-religiosas, ao ponto da Igreja Presbiteriana se tornar um espaço formativo, tolerante e aberto, reconhecido pela sociedade

de Barranquilla. Na fase adulta, após rápida passagem pela Escola Militar de Cadetes, em Bogotá, Orlando Fals Borda, já decidido em seguir nas forças armadas, em meados do segundo ano, recebe uma carta da sua mãe “salvando-o” – como ele afirma – pois este teria a possibilidade de cursar uma graduação nos Estados Unidos, por meio de uma bolsa de estudos (Cendales; Torres; Torres, 2006).

Neste país, escolhe por estudar literatura e música na *University of Dubuque*, Iowa, concluindo o curso em 1947. Ele não conhecia a sociologia, nem sabia de sua existência – como comenta em entrevista concedida a Cendales; Torres; Torres (2006) – vindo a ter contato com esta ciência por intermédio de um curso realizado no penúltimo ano da universidade.

Quando regressa à Colômbia, cidade de Barranquilla, após concluir a graduação no EUA, o esperavam com a direção do coral do Colégio Americano e da Igreja Presbiteriana, em meados da década de 1948. Uma década conturbada e violenta no país, que culminou com o assassinato do líder político e candidato a Presidência da República Jorge Eliécer Gaitán, estopim de uma reação popular em cadeia que afetaria todo o país (Cendales; Torres; Torres, 2006).

Esse cenário inspirou Fals Borda a escrever uma canção intitulada de “Mensagem a Colômbia”, segundo a qual conclama a paz e união da nação colombiana. De acordo com Cichoski e Alves (2019), no continente latino-americano, as discussões e lutas frente à reforma agrária ganhavam força, ao mesmo tempo em que as ciências sociais, com viés da teologia e da filosofia da libertação, sob influência de Camilo Restrepo, cooperavam à emergência de uma ciência latino-americana autônoma e autêntica.

Fals Borda fundamenta seus estudos tendo por base esse quadro de lutas e insatisfação popular, considerando a necessidade de estudos conscientes e responsáveis, “inseridos nos processos de transformação social e aberta à participação dos setores populares”, como explicita Gajardo (1986, p. 16).

Em 1949, Fals Borda retorna à cidade de Bogotá para ensinar inglês no Colégio Americano, todavia, contrariado com a ideia, traz a memória o conhecimento que havia adquirido com o professor de sociologia nos Estados Unidos e, mesmo sem formação, mas já expressando disposição a

esta ciência, apresenta-se como sociólogo ao Ministro da Educação (Mota Neto, 2015).

Assim, assume um cargo administrativo neste ministério, ao tempo que estavam desenvolvendo um projeto sob acompanhamento das Nações Unidas, intitulado “O Município Piloto”, na cidade de Vianí, departamento de Cudinamarca. Nomeado a esta atividade, duas exigências foram feitas: a primeira, que deveria residir na cidade em questão e a segunda, que em hipótese nenhuma deveria manter relações com a população local (Cendales; Torres; Torres, 2006)

Imediatamente após sua apresentação no lugarejo, Fals Borda, estabelece uma relação de amizade com o pároco e o presidente da câmara municipal. Esta rede de relações não é muito bem aceita e culmina com a sua demissão “do primeiro posto de sociólogo aos vinte dias, porque tinha estabelecido contato com as pessoas: foi o começo realmente de minha carreira sociológica”, conforme informou em entrevista a Cendales; Torres; Torres (2006, p. 60).

No mesmo período, Fals Borda descobre um livro publicado por dois advogados do Ministério de Economia, que tinham sido orientados por um sociólogo norte-americano, o professor Lynn Smith, que lecionava Sociologia em Minnesota. Por meio desta obra, Fals Borda tem o primeiro contato com uma técnica de investigação sociológica, o questionário. “Tenho, para mim, que esse foi o estudo que me iluminou em relação ao trabalho que iria seguir em toda a minha vida”, declara a Cendales; Torres; Torres (2006, p. 60) em entrevista.

Desempregado, Fals Borda aplica suas habilidades e domínio da língua inglesa e consegue um emprego na companhia norte-americana *Winston Brothers Company*, como secretário bilíngue, na área de construção de represas. Na oportunidade, ao contrário do ofício anterior, amplia e aprofunda suas relações de amizade com camponeses e operários, o que culmina, como o próprio afirma, em um vínculo familiar, na vereda de Saucío, área rural do município de Chocontá, conforme relata Fals Borda a Cendales; Torres; Torres (2006).

[...] uma família me adotou como filho e passei a viver ali, numa casa humilde, sobre a terra, teto de palha, praticamente sem portas, uma família típica, o pai e a mãe, e ambos já mais ou menos velhos; dois irmãos, o operário que estava em *Sisga* e um neto e eu. Essa chegou a ser minha família. Aprendi tudo o que é a vida: ensinaram-me desde como tirar o leite até como guiar bois, o uso da foice...tornei-me um camponês com *ruana* e com sombreiro, igualzinho a um camponês dali. Comecei a falar com eles e a dançar: aprendi a dançar *torbellino* e *bambuco*, a tocar tiple e cantar com eles (Cendales; Torres; Torres, 2006, p. 61).

Esse momento é oportuno para Fals Borda, que de origem citadina e litorânea, passa a conhecer os costumes locais, a descobrir as riquezas da sabedoria popular, a essência das experiências de vida e a reunir dados sobre a vereda de Saucío. Em 1951, a companhia convida-o a transferir-se para o escritório principal em Mineápolis, Minnesota, Estados Unidos, para ser coordenador de projetos da Colômbia. E, contando com o apoio financeiro e flexibilidade da empresa, apresenta seus estudos de sociologia na Universidade de Minnesota para iniciar seu mestrado.

Os dados coletados (retratos, mapas e análise das entrevistas) em Saucío resultam em texto de sua dissertação, que a posteriori seria publicado em 1955, com o título de *Campesinos de los Andes*, dois anos após sua titulação de mestre. O texto de Fals Borda, segundo Cataño (2008), reúne o melhor da sociologia rural de sua época, revelando sua maestria no tratamento dos dados demográficos, históricos e etnográficos, que culminam na elaboração de um quadro do estilo de vida do camponês *cundiboyacense*, fruto do estreitamento interdisciplinar e das relações entre pesquisador-comunidade e comunidade-pesquisador (Cichoski; Alves, 2019).

Para Cataño (2008), além das habilidades teóricas e analíticas presentes em seu texto, o “trunfo” de sua obra está no estudo permanente de temas socialmente relevantes. No momento em que o debate acerca da reforma agrária estava a “flor da pele” na América Latina, Fals Borda, diante da situação, focaliza seus estudos na pobreza rural, conflitos de terras e resistência latifundiária.

Nesse sentido, entendemos que *Campesinos de los Andes*, resulta do esforço de Fals Borda para além da descrição da realidade, mas constitui-se em uma inovação metodológica, a gênese de uma ciência popular ou ciência do homem comum (Silva, 1991a; Saquet, 2019). Nesta lógica, corroboram Cichoski; Alves (2019, p. 66), sobre esta obra.

[...] o objetivo principal está voltado para a análise crítica do camponês e do seu modo de vida, a partir de uma investigação histórica do campesinato e dos movimentos sociais, [...] traz consigo um importante exercício de análise e descrição dos problemas rurais de Saucío, uma nova perspectiva de camponês, e um novo jeito de entendê-lo a partir da pesquisa participante.

Em 1953, Orlando Fals Borda recebe o grau de mestre, período em que conhece o professor Lynn Smith que estava lecionando na Flórida, o qual o leva para fazer doutorado em sociologia na *University of Florida*, financiado pela Fundação Guggenheim, de Nova York, com a tese sobre *El hombre y la tierra em Boyacá* (Mota Neto, 2015; Cendales, Torres; Torres, 2006).

Logo após a conclusão do mestrado e doutorado nos Estados Unidos, munido das ricas experiências de pesquisa, Fals Borda decide retornar às suas raízes e dar sua contribuição à pesquisa sociológica colombiana. De acordo com os estudos de Cataño (2008), Mota Neto (2015) e mais recentemente Cichoski; Alves (2019), a obra de Fals Borda está dividida em três períodos, a saber: i) o primeiro, que temporalmente abrange a década de 1950 e início da década posterior, marcado por sua formação acadêmica nos Estados Unidos e a criação da Faculdade de Sociologia na *Universidad Nacional de Colombia*; ii) o segundo período, que começa em meados da década de 1960 e se estende ao início da década de 1970, quando se estrutura sua proposta por uma “sociologia comprometida”, direcionada aos estudos das tensões políticas e dos processos de mudança social; iii) e o terceiro período, que cronologicamente compreende dos primeiros anos da década de 1970 ao fim da sua vida, estes dedicados a uma estratégia teórica e metodológica de transformação social, a pesquisa-ação-participativa.

Nesse texto, não propomos passar em revista todas as fases, obras e contribuições de Orlando Fals Borda, como já o fizeram os autores supracitados. Mas, decidimos abordar em forma de síntese *La Investigación-Acción-Participativa*, ao nosso ver, a menina-dos-olhos de Orlando Fals Borda.

Nesse sentido, Fals Borda (1978), denuncia os paradigmas sociológicos então concebidos, importados dos EUA e Europa, como insuficientes e ideologicamente falhos ao defender os interesses da burguesia dominante, e incoerentes para compreender a natureza dos fenômenos na realidade.

Fals Borda explica que se fazia necessário a mudança no marco de referência, exato, neutro, cartesiano e ideal científico, orientado pela escola positivista e funcionalista.

Mas chegou o momento em que a aplicação desse marco, que provém de uma análise funcionalista de uma sociedade mais ou menos estável, como a norte-americana, um modelo de equilíbrio social, de ordem na sociedade, não de desordem; o conflito fica por fora, como algo prejudicial, algo marginal, inconveniente ou disfuncional; como se dizia então, não era funcional para a sociedade. Se se aplica a essa sociedade conflitiva, em plena violência, um modelo que se desenhava para entender o equilíbrio social – não a mudança social e menos ainda o conflito –, então havia ali uma clara falha, um desajuste na explicação e na análise (Cendales; Torres; Torres, 2006, p. 72).

Por esse ângulo, Fals Borda enxerga que os conceitos, as definições e leis, apesar de indispensáveis para compreender a realidade, possuem limitações diante a determinados contextos específicos, conforme descrito em Fals Borda (1978, p. 87):

Assim como não era conveniente esperar para trabalhar com conceitos estáveis ou permanentes que sempre davam uma descrição “correta, completa e objetiva” dos acontecimentos, foi necessário buscar soluções teóricas alternativas que nos permitissem abordar melhor a realidade para compreender e transformá-la.

Assim, nas contribuições do padre Camilo Restrepo, a semente germina pelo compromisso com as lutas populares e a necessidade da transformação social, mas regadas, como afirma Mota Neto (2015), fora da universidade, onde Fals Borda encontra oportunidade de desenvolver sua sociologia crítica e estabelecer uma relação orgânica com os movimentos sociais colombianos, especialmente camponeses, fundamentais para o surgimento da *Investigación-Acción-Participativa*.

O processo de consolidação da IAP tem íntima relação com a criação da *Fundación La Rosca de Investigación y Acción Social*, gestada em Genebra, Suíça, em 1968, por Fals Borda em conjunto com antropólogos, sociólogos e economistas colombianos. Após completar dois anos como diretor de investigações do Instituto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, regressa à Colômbia para pôr em prática a *Investigación-Acción-Participativa*.

O regresso a Bogotá, em 1969, é cercado de expectativas e, mediante a formalização da *La Rosca*, começava-se a materialização da metodologia esboçada em Genebra, que foi [...] “desenvolvendo-se por essa decisão de sair outra vez a campo, agora sem os lastros da instituição acadêmica, sem o reduto protetor da academia” (Cendales; Torres; Torres, 2006, p. 78) e com dois importantes fomentadores, essenciais para a realização do projeto, a Igreja Presbiteriana do Estados Unidos e o governo da Holanda.

Para Mota Neto (2015), gradualmente a IAP vai ganhando espaço e ampliando as fronteiras metodológicas, através do diálogo com outras propostas, principalmente nos países capitalista periféricos, como Índia, Egito, México e Brasil. E, como forma de ampliar esse intercâmbio intelectual, Fals Borda coordena a organização do Simpósio Mundial de Pesquisa Ativa, em 1977, na cidade de Cartagena.

Gajardo (1986, p. 18), acerca do simpósio, esclarece que:

Até a metade dos anos setenta, já se havia acumulado uma massa crítica de conhecimentos que merecia uma comparação internacional. O Simpósio Mundial de Cartagena, em 1977, consegue avançar na sistematização do

conhecimento acumulado e contribui para o esclarecimento das vertentes de pensamento, enfoques e alternativas metodológicas que coexistem nesse campo. Também deu conta da crise existente não só no interior das ciências sociais, mas também dos problemas presentes no âmago da própria ótica da pesquisa ativa.

A partir desse simpósio, a IAP ganha dimensões universais, não apenas como uma metodologia de pesquisa, mas também como uma filosofia de vida, ao que apresenta Fals Borda (2008, p. 7).

A investigação-ação-participativa foi então definida como uma experiência necessária para progredir na democracia, como um complexo de atitudes e valores, e como um método de trabalho que dá sentido à práxis em campo. A partir desse Simpósio, IAP passou a ser visto não apenas como uma metodologia de pesquisa, mas ao mesmo tempo como uma filosofia de vida que transforma seus praticantes em pessoas sensíveis (tradução livre).

Dessa maneira, a IAP reúne pensamento e ação, “filosofia de vida”, que tem como alvo a melhoria das condições de vida das classes populares, a partir do conhecimento produzido na convivência com as comunidades, na (inter) e (trans) multidisciplinaridade e no envolvimento dos sujeitos na pesquisa e na ação.

A pesquisa-ação-participativa, refere-se, portanto, antes, a uma resposta

[...] às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores, indígenas e quilombolas – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa dependência do exterior (Fals Borda, 1999, p. 43).

Nesse sentido, a intenção com a IAP, volta-se para alcançar as metas de uma sociedade mais justa, colocando, ainda, a possibilidade de construção de uma ciência popular que, como tal, não é menos científica do que a ciência dominante

(Silva, 1991). Quanto a pesquisa-ação-participativa, corroboram as palavras de Saquet (2019, p. 13):

A IAP é, portanto, uma práxis de ciência popular, no tempo e no espaço, possibilitando tanto a análise territorial crítica e contra-hegemônica como a transformação territorial também contra-hegemônica, direcionada para a conquista de autonomia decisória por parte do povo. [...] As pessoas têm talento e criatividade, distintas culturas, identidades e diferenças, podendo potencializá-las por meio da relação entre saber popular e conhecimento acadêmico, cooperando para melhorar o nível de vida das pessoas.

Deste modo, entendemos que a IAP e a ciência são colocadas a serviço das camadas populares, não se esgotam em conhecer a realidade, mas visam transformá-la, contribuindo para criar uma consciência comprometida, de resistência à exploração e dominação hegemônica, valorizando os saberes, como quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, pantaneiros, caiçaras e faxinais, formando um saber popular.

Para Fals Borda (1999), tradição e sabedoria popular oferecem as pistas e respostas para a crise social atual, a essa fonte denomina de “ciência popular” ou “ciência do homem”.

Entendemos por ciência popular – ou folclore, conhecimento popular, sabedoria popular – o conhecimento empírico, ou fundado no senso comum, que tem sido uma característica ancestral, cultural e ideológica dos que se acham na base da sociedade. Este conhecimento lhes tem possibilitado criar, trabalhar, predominantemente com os recursos naturais diretos oferecidos ao homem. [...] não é codificado segundo padrões da forma dominante e, por esta razão, é menosprezado como se tivesse o direito de articular-se e expressar-se em seus próprios termos. Mas este conhecimento possui sua própria racionalidade e sua própria estrutura de causalidade, isto é, pode-se demonstrar que tem mérito e validade científica *per se*. [...] Muito naturalmente permanece fora da estrutura científica formal construída pela minoria intelectual do sistema dominante, por representar uma infração a suas regras (Fals Borda, 1999, p. 45).

Jodelet (2001) reforça que esse saber natural, ingênuo e do senso comum, difere do conhecimento científico, entretanto, é tão legítimo quanto este último, devido à sua importância na vida social e explicações próprias. “Quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, nós estamos estudando algo que liga a sociedade, ou indivíduos, à sua cultura, sua linguagem, seu mundo familiar” (Moscovici, 2009, p. 322).

Para Fals Borda (1978), a ciência popular é um conhecimento de ação política, a partir e com as comunidades, capaz de sistematizar e influenciar uns aos outros para aumentar a eficácia da ação e compreensão da realidade. Uma forma de fazer ciência do social, inclusiva, de participação efetiva dos sujeitos envolvidos nas decisões que afetam sua vida diária.

Esse saber popular não está codificado da maneira predominante, por isso é desprezado e relegado como se não tivesse decreto para se articular e se expressar em seus próprios termos. Mas o saber popular ou folclórico também tem sua própria racionalidade e sua própria estrutura de causalidade, isto é, pode-se demonstrar mérito e validade científicos em si mesmo. É naturalmente fora do edifício científico formal que a minoria intelectual do sistema dominante construiu, porque quebra suas regras, daí o potencial subversivo que possui (Fals Borda, 1999, p. 22).

Portanto, Fals Borda (1999) discorre, a partir da premissa da ciência ou folclore popular, apresentando seis princípios metodológicos da pesquisa-ação-participativa, a saber:

1. **Autenticidade e compromisso:** dirigida ao papel dos intelectuais, técnicos e cientistas, que devem demonstrar honestamente seu compromisso com os fins perseguidos pelos movimentos populares, mediante contribuição fidedigna da sua disciplina, sem o disfarce camponês ou operário.
2. **Antidogmatismo:** por definição, um inimigo do método científico, barreira ao avanço da luta popular, adequado ao colonialismo intelectual de direita assim como de esquerda, ou seja, sem levar em conta o meio cultural.

3. **Restituição sistemática:** essa técnica desalienadora, objetiva romper com os valores e crenças próprias do sistema de dominação, a partir da organização e sistematização do pensamento, que almeja um novo saber popular, enriquecido pela crítica da realidade, por meio de quatro regras:

- a) **Comunicação diferencial:** esta corresponde à necessidade de valorizar o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos de base, restituindo os materiais históricos (e outros) de maneira adequada.
- b) **Simplicidade de comunicação:** na apresentação dos resultados dos estudos é necessário a utilização de uma linguagem acessível a todos.
- c) **Auto investigação e controle:** o controle da investigação compete aos movimentos ou grupos de base, bem como o estímulo à auto investigação, por meio de técnicas dialógicas conforme proposta de Paulo Freire.
- d) **Popularização técnica:** consiste em estender as técnicas de pesquisa mais simples e torná-las acessíveis aos movimentos populares.

4. **Feedback** para intelectuais orgânicos: parte importante do princípio metodológico de aprendizagem mútua, de modo que se pode formar uma visão integrada de todo o conhecimento.

5. **Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão:** responsabilidade dos pesquisadores, que devem articular o conhecimento concreto com o conhecimento geral, o regional com o nacional, a formação social com o modo de produção, e vice-versa, observando no campo as aplicações concretas dos princípios, diretrizes e tarefas, possíveis com adoção de um ritmo específico no tempo e no espaço, que vai da ação à reflexão, e da reflexão à ação.

6. **Ciência modesta e técnicas dialógicas:** fundamentado em duas ideias:

- a) A tarefa científica pode ser realizada mesmo nas situações mais insatisfatório, por meio de recursos locais e modéstia no manuseio do aparelho científico, o que não implica em uma ciência de segunda classe ou carência de ambição.
- b) O pesquisador deveria ceder a tradicional arrogância do erudito e, aprender a ouvir discursos idealizados em diferentes sintaxes

culturais, aderindo a humildade daqueles que verdadeiramente buscam aprender e descobrir. Rompendo com a assimetria das relações sociais impostas entre entrevistador e entrevistado, e incorporar pessoas das bases sociais como indivíduos ativos e pensantes nos esforços de pesquisa.

Os princípios revelam uma postura avessa aos padrões academicistas e tornando a IAP um caminho de ruptura a esse modelo que, por meio da reflexão-ação, se mostra um instrumento de compreensão da realidade, resistência e transformação social. Isso não quer dizer uma negação aos avanços científicos e tecnológicos de nações “desenvolvidas”, norte-americanas e europeias (Cichoski; Alves, 2019).

Nesse sentido, entendemos que somente pensando a partir da nossa realidade, com novos paradigmas, torna-se possível contribuir para solucionar os problemas sociais contemporâneos. Portanto, o “ponto” de partida é o lugar e a valorização dos saberes, valores e culturas presentes nestes, isto é, vinculados “a cada território e lugar, no tempo e no espaço” (Saquet, 2019, p. 100).

Por estas razões, chegamos a declarar que as pessoas comuns merecem saber mais sobre suas próprias condições vitais para defender seus interesses, do que aquelas outras classes sociais que monopolizaram o conhecimento, os recursos, as técnicas e o poder em si, ou seja, devemos emprestar à produção de conhecimento tanto mais ou mais atenção do que à produção material. Assim, poderíamos inclinar a balança em favor da justiça para os grupos desprotegidos da sociedade (Fals Borda, 2008, p. 6).

Nessa perspectiva, o propósito da ciência, segundo Fals Borda (1999), é uma intencionalidade política explícita, a fim de favorecer a construção coletiva do conhecimento, propício para influenciar a realidade, sua organização e capacidade de participação nas decisões que afetam sua vida diária, e assumir a condição de protagonistas.

De tal modo, a IAP apresenta-se como instrumento de transformação social, como uma alternativa solidária, popular e emancipatória, uma metodologia de participação na pesquisa feita com e para a comunidade, homens e mulheres comuns, cuja presença ativa e crítica atribui sentido a pesquisa, ou seja, uma relação mais proveitosa sujeito-sujeito. “É uma opção metodológica que possibilita a geração de novos conhecimentos e que ao mesmo tempo visa gerar respostas para problemas concretos” (Canevari, 2018).

Paulo Freire e a natureza educativa da Investigação-Ação-Participativa

Entre as ações realizadas pelo projeto em parceria com as guardiãs das O pensamento freiriano, em diferentes países do mundo, merecidamente, tem sido objeto de muitos estudos e reflexões, em vários campos do saber e em diálogo com um amplo conjunto de correntes de pensamento e perspectivas teóricas.

Nesse sentido, não propomos passar em revista todas as fases, obras e contribuições de Paulo Freire, tarefa difícil e árdua, já suficientemente cumprida no meio acadêmico, mas de destacar iniciativas de metodologias participativas tributárias do seu pensamento.

A amplitude e profundidade da produção teórica freiriana, constitui-se ao nosso entender, uma teoria da educação, em que a alfabetização de jovens e adultos representa tão somente um “capítulo” à sua proposta de educação libertadora, cujo núcleo central é o papel ativo do educando, o que leva Freire a propor uma pesquisa também numa perspectiva libertadora, compreendendo que a pesquisa tem um cunho educativo, ou seja, “fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares” (Freire, 1999, p. 36). Nesse sentido, pesquisar e educar convergem em um permanente e dinâmico movimento.

No início da década de 1960, Paulo Freire é considerado o pioneiro da pesquisa participante no país, e na sua proposta pedagógica, concebe a pesquisa de cunho participativo como um momento do processo educativo

denominado pesquisa temática. Atribuindo estas duas características básicas à pesquisa: a relação de reciprocidade entre sujeitos e objeto e a relação dialética entre teoria e prática. Dessa maneira, Freire (1999, p. 35) declara:

Se [...] a minha opção é libertadora [...] não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de pesquisa. [...] não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares, estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo.

Nesse sentido, diferente das etnografias mais tradicionais, em que as comunidades estudadas permanecem como “objetos” das pesquisas, na investigação temática, tanto os intelectuais orgânicos, como as comunidades, são sujeitos do processo (Mota Neto, 2015).

Freire (1999, p. 36), declara que “na perspectiva libertadora de pesquisa em que me situo, pelo contrário, a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscente, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta”. Portanto, defende a superação da dicotomia entre sujeito e objeto na investigação, que assume um caráter dialógico, participativo e democrático (Mota Neto, 2015; Saquet, 2019).

Na sua crítica, coloca a questão da invasão cultural, verificando que o invasor reduz as pessoas, no espaço invadido, a simples objetivos de sua ação, estabelecendo-se relações autoritárias entre invasor e invadido ao se situarem em posições antagônicas, sendo que “o primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro” (Freire, 1983, p. 27).

E, se a opção é revolucionária, é impossível considerar o povo como objeto do ato libertador, pois “quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se aproximam dela (Freire, 1987, p. 63).

Percebemos, dessa forma, que não se resume apenas ao “descobrimento” da realidade, mas também de “desenvolvimento crítico” da consciência, uma estratégia político-pedagógica conscientizadora, mobilizadora e reflexiva, como fundamento da transformação social (Mota Neto, 2015; Saquet, 2019).

Assim sendo, as “teorias elaboradas no cerne das pesquisas e operações teórico-conceituais devem se pôr em favor de uma práxis sócio-político-cultural, colocando-se em favor do desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações” (Saquet, Pacífico; Flávio, 2005, p. 69).

Nessa perspectiva, investigadores e o povo são ambos sujeitos do processo investigativo, sendo que o objeto é a realidade vista criticamente, isto é, na busca de uma compreensão que ultrapasse seu caráter imediatamente autoritário. Essa combinação mobiliza os sujeitos, valoriza seus saberes, suas técnicas e identidades, em consonância com as singularidades de cada grupo social e lugar (Saquet, 2019).

Freire (1983, p. 65), entende que:

[...] A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele como sujeito de seu pensar. [...] Não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros. [...] Sua tendência é refletir sobre sua própria situacionalidade, na medida em que, desapoiados por ela, agem sobre ela. [...] Quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando.

Admitindo essa combinação dialética entre teoria e prática, enquanto característica de sua proposta pedagógica e especificamente de pesquisa, para Freire (1983, p. 26), a prática se apresenta como uma das exigências fundamentais de seu pensamento, já que conhecer é interferir na realidade conhecida, e afirma que “teoria e prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira”. A prática, por seu lado, ganha novo significado à luz de uma teoria onde o sujeito que atua se apropria lucidamente.

A essa junção entre teoria e prática, Paulo Freire nomeia de práxis, e admite que a esta práxis implica uma unidade dialética entre “subjetividade e objetividade, prática e teoria [...], sendo que a consciência de ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação” (Freire, 1981, p. 54). A práxis, portanto, “tem o essencial significado da unidade teoria-prática, empiria-dedução, pensar-fazer, juntamente com a politização, no nível da consciência e da vida cotidiana feita de ações e reações, concretudes e abstrações (Saquet, 2019, p. 97).

Consciência é práxis ancorada no esforço crítico de despir a realidade, que envolve, necessariamente, uma participação sociopolítica (Saquet; Pacífico; Flávio, 2005; Saquet, 2019; Mota Neto, 2015; Freire, 1981). A práxis, por sua vez, “é reflexão e ação dos homens e mulheres sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (Freire, 1987, p. 25).

Por meio da consciência, a práxis se transforma, não em pura ação, mas em ação e reflexão. “Daí, a unidade entre prática e teoria, em que ambas se vão constituindo, fazendo-se e refazendo-se num movimento permanente no qual vamos da prática à teoria e desta a uma nova prática” (Freire, 1981, p. 88). Logo, a práxis significa ação política para mudar reflexivamente a sociedade (Saquet, 2019).

Freire, baseado no seu enfoque educativo sobre pesquisa, apresenta uma nova pedagogia, uma proposta metodológica, que além de ressaltar o papel ativo dos pesquisadores e pesquisados, a unidade teoria e prática, destaca o caráter político da atividade científica (Silva, 1991).

Por conseguinte, seu pensamento introduz uma nova ótica renovada e de acentuada conotação sociopolítica no campo da pesquisa, visando estabelecer uma relação mais estreita entre pensamento e ação. O pensamento freiriano inspirou novas modalidades de pesquisa, entre elas a pesquisa ativa. A pesquisa na ação e a pesquisa participante são tributárias das ideias de Paulo Freire (Gajardo, 1986).

Confluência sentipensante

Tanto em Fals Borda, quanto em Paulo Freire, encontramos a ideia indissolúvel de que não é possível separar a subjetividade, da objetividade, o criador da criatura, o pensar do fazer, a teoria da prática, o indivíduo da sociedade. Isto é, não podemos construir uma práxis popular reproduzindo o *modus operandi* da opressão, do autoritarismo, do individual e hegemônico. Afinal, a práxis dominadora não se expressa apenas no plano do pensamento, mas também no das práticas e das relações sociais.

A práxis de libertação requer uma pedagogia subversiva, no sentido falsbordiano, enraizada a um projeto de cooperação, emancipador, dialógico, fraternal e coletivo de reconstrução da sociedade. Requer, em termos freirianos, pesquisadores democráticos, críticos, que desenvolvam estratégias de trabalho que possibilitem aos oprimidos revelarem sua situação de opressão e se engajarem efetivamente na luta por transformação social.

As contribuições de Paulo Freire e Fals Borda são autônomas, mas respondem a problemas comuns e convergem em soluções. O pano de fundo que os envolve é o da miséria das populações rurais e urbanas, de intensos conflitos no campo de luta social, da luta dos camponeses rurais por um salário digno, contra a violência e repressão do latifúndio e do papel do Estado (Santos, 2019).

As propostas teóricas desses pilares revolucionários são distintas, mas se encontram quando concebem a educação e o conhecimento como duas dimensões inseparáveis da política de libertação. “Tanto Paulo Freire como Fals Borda procuram soluções que fortaleçam a resistência dos camponeses e das populações urbanas pobres e ambos entendem que tais soluções passam pela promoção da educação e pela produção do conhecimento” (Santos, 2019, p. 356).

Importante legado dos projetos de Freire e Fals Borda, reside na centralidade da relação opressor e oprimido, no forte componente epistemológico dessa relação e no objetivo de fortalecer as lutas contra a opressão através de articulações que constroem um paradigma contra-hegemônico (Saquet, 2019; Santos, 2019).

Fals Borda e Freire, seja em suas assinaturas, seja em suas trajetórias, descrevem o perfil de um pesquisador contra-hegemônico. Trata-se de alguém comprometido politicamente com as classes populares, os grupos oprimidos, os despossuídos, os esquecidos; de escuta sensível e ética para lidar com a dor e o sofrimento do outro; que tenha capacidade dialógica e colaborativa, valorizando a autonomia, a criatividade, as identidades; mediando projetos coletivos com e para as necessidades das pessoas carentes; que possua respeito pelos saberes populares e conhecimentos ancestrais; a favor dos movimentos de resistência e da artesanaria das práticas libertação.

A relação, IAP e Educação Popular, visa gerar novos conhecimentos não apenas a partir do saber, mas também do reconhecimento das práticas socioculturais que permitem promover uma identificação com as ações estratégicas a serem adotadas para traçar caminhos de transformação. Não há como, nessa perspectiva, as iniciativas de ação não envolverem a comunidade como protagonista (Canevari, 2021, p. 7).

A IAP é uma metodologia prática de pesquisa e colaboração, sistematização de experiências em suas práticas democráticas, importante instrumento na construção de autonomias dialógicas, sem renunciar ao rigor metodológico. Suas características mais marcantes são o compromisso com a democratização e desmistificação da pesquisa e a utilização de resultados para melhorar a vida dos colaboradores da comunidade.

Assim, esta corresponde a uma ciência social ativa que requer unidade teórica e prática que, a partir das trocas dialógicas entre pesquisadores e os *praticiens* (participantes práticos), com vistas a realizar uma mudança social centrada em problemas reais, útil ao povo, que lhes permita mudar sua situação através da ação.

O princípio básico e distintivo é o diálogo sustentado entre pesquisadores e a comunidade, no qual, conhecimento acadêmico e saberes populares estão vinculados à transformação social debatida e definida no âmbito da comunidade.

Nesse sentido, nos nutrimos da convergência dos pensamentos de Fals Borda e Paulo Freire, praticados na IAP e na educação popular,

respectivamente, destinadas a atender as especificidades daqueles que historicamente foram explorados e oprimidos, o que reforça nosso desejo de lutar nessas duas vertentes, da pesquisa e da educação popular. Fals Borda e Freire são, de fato, dois expoentes aqui considerados para pesquisar e colaborar em processos de transformação social (Silva, 2023).

Considerações finais

Para além do debate metodológico, a relação da IAP com a Geografia, caminha na direção de uma postura científica comprometida com as pessoas, sejam do campo ou da cidade, uma filosofia do olhar para o outro e negar o discurso, o núcleo central de nossos valores, desprovidos de práticas.

Desse modo, essa relação requer de nós pesquisadores uma transformação e/ou mudança, a saber, de resistir ao confinamento científico, proporcionando a abertura e interação com atores externos, favorecendo a soma de saberes, o compromisso social e político, ativando o movimento de ação-reflexão-ação com e para os atores-autores dos contextos sociais-populares envolvidos.

Assim, a práxis começa na superação dos discursos sem práticas, ou seja, na valorização da criatividade, baseada na reflexão-ação-ação e elaboração de um saber transformador, atualizado e de valorização popular. Comprometido com a transformação e/ou mudança coletiva de atitudes, de práticas, de situações, de condições contra uma ordem de um sistema de valores pré-estabelecido. Uma investigação participe, pedagógica e politicamente de momentos de vida, resistência e luta contra-hegemônica e emancipadora de mulheres e homens do campo e da cidade.

Nesse sentido, pensamos que a contribuição da Geografia, como ciência, para o exercício da cidadania popular, por meio de uma práxis centrada na construção de projetos de pesquisa-ação participativa, ainda é um grande desafio aos pesquisadores. Desse modo, a investigação-ação-participativa pode reduzir a distância entre teoria e prática, não com o propósito de dar conta da distância que se criou, na Geografia, mas de introduzir uma reflexão teórica com prática profissional.

Paulo Freire e Orlando Fals-Borda tornam real o imaginário do “inédito viável”, e também o desdobramento de uma ciência sentipensante, não apenas emancipadora de pessoas e povos, mas ousadamente apontada para um horizonte aberto à criação de ideários de seres livres da opressão e de imaginário finalmente libertados de qualquer colonização e dispostos a voos da mente e do coração que até agora apenas começamos a desenhar os seus esboços (Brandão, 1985, p. 23).

Assim, a contribuição deste texto, para a Geografia pode se resumir numa fonte de inspiração, pois esperamos que o leitor deste texto se sensibilize, que lhe caiam as “vendas academicistas” dos olhos e façam enxergar as pessoas marcadas pelo sofrimento, com história, com dores, com trajetórias sócio-étnico-raciais, com memórias e saberes, necessidades e desejos, lutando diariamente pela vida, no campo e na cidade.

Referências

BRANDÃO, C. R.; FALS BORDA, O. *Investigación Partipante*. CETRULLO, Ricardo (editor) 1985, Instituto del Hombre, Montevideo.

BRINGEL, B.; MALDONADO, E. E. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 389-413, 2016.

CANEVARI, T. ¿Qué ciencia y qué praxis? El caso de una mesa multisectorial con base científica. *Actas de Periodismo y Comunicación*, Argentina, v. 4, n. 2, p. 01-07, 2018.

CANEVARI, T. ¿Cómo co-construir y ejecutar agendas participativas hacia territorios más justos y sustentables? Procesos de investigación-acción en el Gran La Plata. *+E: revista de extensión universitaria*, Argentina, v. 11, n. 14, p. 01-18, 2021.

CATAÑO, G. Orlando Fals Borda sociólogo del compromiso. *Revista de economia institucional*, Colômbia, v. 10, n. 19, 2008, p. 79-98.

CENDALES, L.; TORRES, F.; TORRES, A. A semente tem sua própria dinâmica: sobre as origens e os rumos da Investigación-Acción-Participante (IAP). In: BRANDÃO, C. R. STRECK, D. R. (Org.). *Pesquisa Participante: o saber da partilha*. 2 ed. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

CICHOSKI, P.; ALVES, A. F. A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 14, n. 34, p. 61-85, dez., 2019.

FALS BORDA, O. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. In: FALS BORDA, Orlando et al. *Crítica y Política en Ciencias Sociales: el debate sobre teoría y práctica*. Bogotá: Punta de Lanza, 1978.

FALS BORDA, O. Aspectos Teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. Rodrigues. (Org.). *Pesquisa Participante*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. *Análisis Político*. n. 38, 2008, p. 73-90.

FALS BORDA, O. Algunos recuerdos de mis primeros años. In: MONCAYO, V. M. (Org.). *Uma sociologia sentipensantes para América Latina: Antología Orlando Fals Borda*. Bogotá/Buenos Aires: Siglo del Hombre Editores; CLASS, 2009.

FREIRE, P. *Ação cultural para liberdade e outros escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GAJARDO, M. *Pesquisa Participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JODELET, D. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. EDUERJ, 2001.

MOTA NETO, J. Colares da. *Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. 2015. 370 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará, 2015.

SANTOS, B. de S. *O fim do império: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SAQUET, M. A. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, L. F. de A. *A construção participativa de novas territorialidades e temporalidades para e com o Quilombo Bom Sucesso – Mata Roma – MA*. Revista *Territorial* – Goiás, v.12, n.2, p.224-239, nov./dez. 2023.

SILVA, M. O. da S. *Refletindo a pesquisa participante*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991a.

Luís Fabiano de Aguiar Silva

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná-UNICENTRO (2019-2022). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI, biênio (2015-2017). Especialista em Ensino da Geografia-UFMA (2008). Graduado em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA (2007). Atualmente é professor na Rede Pública Estadual - SEEDUC-MA e Municipal - SEMED em Chapadinha-MA. Membro do MEIO-NORTE - Grupo de Estudos e Pesquisas Geográficas e Interdisciplinares (UFMA). Coordenador de Educação Ambiental da SEMED em Chapadinha-MA. Desenvolve pesquisas relacionadas a Geografia Humana e Ensino de Geografia. Ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos-EJA e Representações Sociais, Ensino de Geografia e Gestão de Recursos Hídricos, Metodologia para o Ensino de Geografia e Formação de Professores, Geografia Colaborativa e Investigação-Ação-Participativa (IAP). Abordagem Territorial na Geografia Escolar e Educação Ambiental.

E-mail: lfgeo@hotmail.com

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/0172006132268062>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4201-3435>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

A Liderança Feminina e as Redes de Solidariedade na Favela Nossa Senhora Aparecida em Londrina/PR

*Female Leadership and Solidarity Networks in the
Favela Nossa Senhora Aparecida in Londrina/PR*

*Liderazgo Femenino y Redes de Solidaridad en el
Chabola Nossa Senhora Aparecida en
Londrina/PR*

Caroline Berger de Paula

Universidade Estadual de Londrina-UEL

caroline.berger@uel.br

Resumo: O acelerado processo da urbanização brasileira acarretou alguns problemas como o déficit habitacional que, em 2019, atingiu 5,9 milhões de moradias, intensificando assim as desigualdades. Destaca-se que a segregação das moradias tende atingir de forma diferente as mulheres, visto que são elas que assumem a responsabilidade afetiva da casa e convivem cotidianamente com os problemas relacionados a falta de moradia, escolas, creches, áreas de lazer, postos de saúde. Objetivou-se refletir sobre a rede de solidariedade Amigas do São Jorge, projeto social composto por dez mulheres que realizam ações em âmbito educacional, alimentício, de segurança física e emocional junto a população da favela Nossa Senhora Aparecida, em Londrina, Brasil. Os procedimentos metodológicos foram estabelecidos a partir de trabalho de campo com observação simples e entrevistas semi-estruturadas. Conclui-se, que tecer redes de solidariedade para obtenção de recursos e assim garantir melhores condições de vida à existência dessas

famílias, se torna fundamental.

Palavras-chave: Periferia Urbana. Segregação socioespacial. Gênero. Londrina.

Abstract: The accelerated process of Brazilian urbanization has led to some problems such as the housing deficit, which, in 2019, reached 5.9 million homes, thus intensifying inequalities. It is noteworthy that housing segregation tends to affect women differently, as they are the ones who assume emotional responsibility for the home and live daily with problems related to lack of housing, schools, daycare centers, leisure areas, health centers. The objective was to reflect on the Amigas do São Jorge solidarity network, a social project made up of ten women who carry out educational, food, physical and emotional security actions among the population of the Nossa Senhora Aparecida favela, in Londrina, Brazil. The methodological procedures were established through fieldwork with simple observation and semi-structured interviews. It is concluded that weaving solidarity networks to obtain resources and thus guarantee better living conditions for the existence of these families becomes fundamental.

Keywords: Urban Periphery. Socio-spatial segregation. Gender. Londrina.

Resumén: El acelerado proceso de urbanización brasileño, ha provocado algunos problemas, entre esos está el déficit habitacional, que en el año 2019, alcanzó los 5,9 millones de viviendas, intensificando las desigualdades. Es importante resaltar que la segregación habitacional, tiende a afectar de manera diferente a las mujeres, ya que son ellas quienes asumen la responsabilidad emocional del hogar. Las mujeres enfrentan en el día a día, problemas para mantener a sus familias buenas condiciones de vida, entre esos podemos destacar: la falta de vivienda, escuelas, guarderías, lugares de recreación, centros de salud. Por lo antes mencionado queremos presentar ante ustedes, la red solidaria Amigas do São Jorge, un proyecto social integrado por diez mujeres

que realizan acciones educativas, alimentarias, de seguridad física y emocional entre la población de el chabola Nossa Senhora Aparecida, en la ciudad de Londrina, Brasil. Los procedimientos metodológicos se establecieron mediante trabajo de campo con observación simple y entrevistas. Se concluye que tejer redes solidarias para obtener recursos que garanticen, mejores condiciones de vida para la existencia de estas familias se vuelve fundamental.

Palabras clave: Periferia urbana. Segregación socioespacial. Género. Londrina.

Introdução

A crescente urbanização brasileira nos últimos 50 anos intensificou a exclusão social nas cidades, ou seja, frente à atuação de agentes produtores do espaço urbano, o processo de segregação socioespacial tem sido materializado em áreas de maior e menor poder aquisitivo nos centros urbanos, ainda que com expressões bastante diferentes, visto que o espaço urbano “[...] nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. O urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições” (Lefebvre, 2004, p. 160).

Sendo o espaço urbano uma construção social o mesmo encontra-se apropriado segundo a ação de agentes produtores do espaço urbano. Tais agentes, segundo Corrêa (1989, p. 44), com práticas espaciais cotidianas “[...] materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano”. Sendo esse último, com foco na periferia urbana, o pano de fundo dessa pesquisa.

Desta forma, a segregação socioespacial, como essa adjetivação já explícita, possui uma dimensão social, pois, é o espaço social que condiciona a sociedade ao determinar a localização dos grupos sociais na área urbana, devido a valorização diferenciada do solo urbano, que determina quem vai (ou pode do ponto de vista econômico) ocupar/consumir determinada porção da cidade (Villaça, 2001).

O processo de segregação e a periferização das moradias tende a afetar as mulheres de forma diferente em comparativo aos homens (de modo geral), pois são elas as que convivem e precisam lidar de modo mais direto, com a falta de creches, escolas, postos de saúde, hospitais e transporte ao assumirem o papel social determinado historicamente e carregarem pra si a responsabilidade afetiva da casa, dos filhos, de manter a família nos padrões do patriarcado, somado a isso, tem se, em alguns casos, a violência de gênero, que é um fenômeno, predominantemente, familiar (Davis, 2016).

Importante ressaltar que ao se apropriar deste espaço reflexo do sistema (e condicionante), esses sujeitos buscam formas de resistir, criam mecanismos de sobrevivência e de convivência coletiva como as redes de solidariedade, para que os que convivem nas mesmas condições de vulnerabilidade consigam

permanecer nesses locais de forma um pouco mais digna do que o sistema oferta.

Diante disto, objetiva-se compreender de que forma o protagonismo da liderança feminina por meio da rede de solidariedade do Projeto Social Amigas do São Jorge da favela Aparecidinha na Zona Norte de Londrina/PR se torna um movimento de luta e resistência frente a interseccionalidade gênero e o direito à moradia e a cidade dos moradores desta favela.

Para compreender como as mulheres estudadas aprendem e convivem umas com as outras no cotidiano adotou-se enquanto caminho teórico-metodológico a etnometodologia para a compreensão da realidade. Perspectiva essa na qual a pesquisadora parte da compreensão de que os fatos devem ser vistos como produtos dos sujeitos/as e realizados pelos/as sujeitos/as em sua prática cotidiana (Gherardi, 2006).

Essa pesquisa de abordagem qualitativa, ainda pode ser caracterizada como do tipo investigação-ação-participativa, por primar pela soma e troca de saberes (científicos e populares), na perspectiva discutida por Fals Borda (2008) e Saquet (2019), almejando a transformação social para além da academia, com justiça, equidade e respeito.

A Investigação-Ação-Participativa tem por base de sua construção adotar uma postura de conhecimento da realidade vivida dos/as sujeitos/as estudados/as para que se consiga realizar uma transformação social, estar aberta para aprender no dia a dia da pesquisa com as experiências que lhes surgirão, ter compromisso sociopolítico, estar inserida e interagir na realidade estudada de forma respeitosa e que contribua com a vivência de todos os sujeitos (Fals Borda, 2008). Para tanto, a pesquisadora tem participado com certa frequência das atividades realizadas pelo grupo de mulheres do projeto mencionado anteriormente bem como tem auxiliado em ações na quais a líder do projeto encontra dificuldade ora imposta pela burocracia ora pelo gestor municipal ou pela ausência de verbas para realizar determinadas ações voluntárias junto às famílias da favela Aparecidinha.

Nesses momentos de interação com as sujeitas do projeto e famílias da favela, a pesquisadora tem utilizado como técnicas entrevistas semiestruturadas, a observação simples, com registro fotográfico e anotação em caderno de campo (Gil, 2012) bem como a escuta ativa. A opção pela escuta

ativa se deve ao fato desta exigir que a pesquisadora vá além de regras de interação com os entrevistados, pois “[...] envolve e exercita a escuta em experiências concretas e particulares de interação” (Scribano; Sena, 2020, p. 127). Acredita-se assim que a entrevista não se resume a um mero procedimento de pesquisa, pois conforme apontado por Scribano e Sena (2020, p. 12), fazer entrevistas “[...] implica não apenas prestar atenção para nossas habilidades metodológicas, mas também (e fundamentalmente) um ato político em favor da pesquisa social comprometida com os sujeitos que compartilham nossas pesquisas”.

A Favela Nossa Senhora Aparecida em Londrina/PR

A expansão urbana da cidade de Londrina ocorreu de forma acelerada e de certa forma, desordenada. Planejada para abarcar pouco mais de 20 mil habitantes em 1929 passou a concentrar em 2021 quase 600 mil habitantes. Tal fato evidencia um ordenamento físico territorial pautado em um planejamento urbano que não foi pensado para atender a população trabalhadora, de baixo poder aquisitivo, fazendo com que essas favelas fossem criadas frente a falta de moradias, uma característica marcante das cidades brasileiras, produzidas no sistema capitalista de produção, tendo a desigualdade como sua marca principal. Para Maricato (1999, p.14), “[...] o direito a invasão é até admitido, mas não o direito a cidade”.

A maior tolerância e condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano têm ocorrido por parte dos governos municipais, aos quais cabe a maior parte da competência constitucional de controlar o uso e a ocupação do solo. A lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, demandária de serviços públicos. Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político. (Maricato, 2006, p. 157).

A partir de 1990 a formação de favelas na cidade de Londrina/PR foi intensificada, passando de 15 para mais de 50 aglomerados de residências precárias. Isso devido a fatores ocorridos na escala nacional como o processo

de abertura econômica, queda da produção industrial, falta de investimento no campo da habitação social, altos índices inflacionários (Veiga, 2014) e, por outro lado, na escala local havia às dívidas da COHAB/LD junto a Caixa Econômica Federal que suspendeu grande parte dos financiamentos do setor habitacional na cidade. Fresca (Fresca, 2002), assinala esses dois fatores como impulsionadores da ação de criar moradias em áreas irregulares na cidade.

A favela Nossa Senhora Aparecida localizada na Zona Norte da cidade de Londrina/PR (figura 1) é uma das 68 áreas existentes até o ano de 2018 (COHAB-LD, 2018).

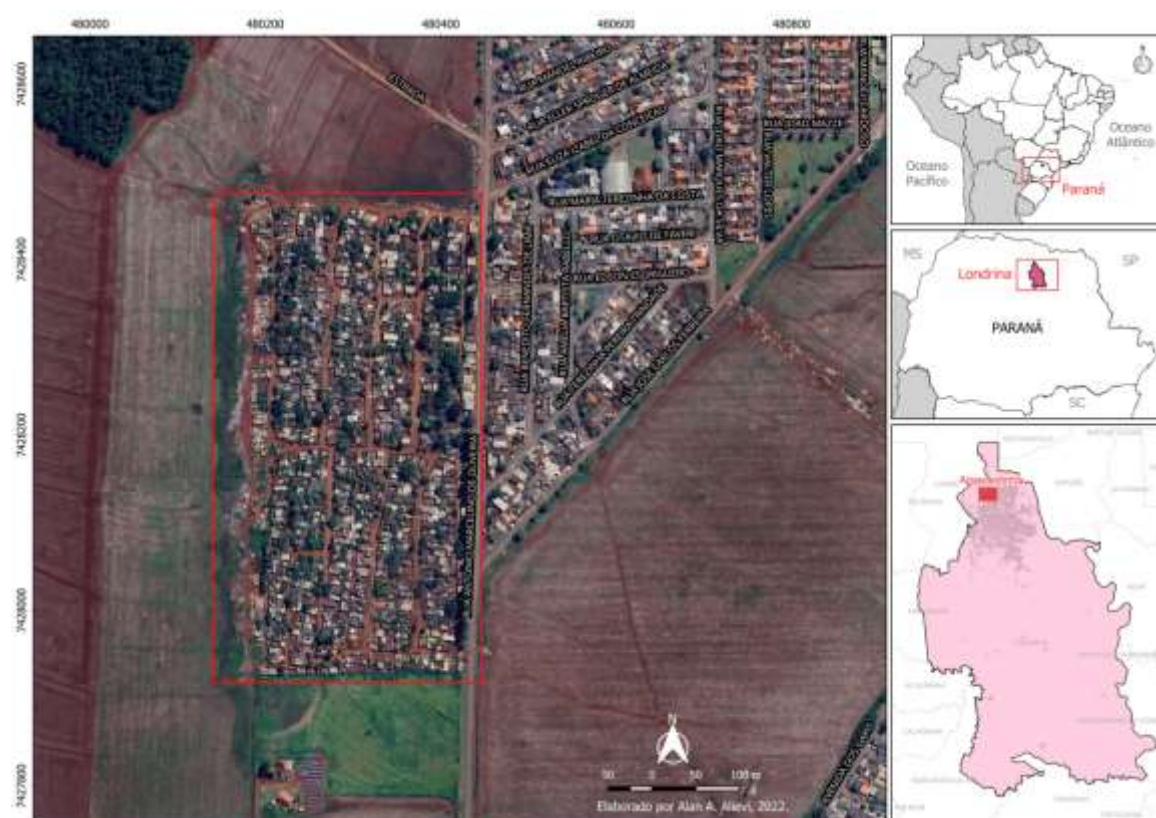


Figura 1. Localização geográfica da favela Nossa Senhora Aparecida em Londrina/PR

Elaborado por: Alan Alves Alievi, 2023.

As famílias londrinenses sem a oferta - via poder público - de alternativas de moradia social, passaram a viver em condições precárias de sobrevivência. A área na qual a favela Aparecidinha encontra-se é um terreno particular ocupado

inicialmente em 2009 por 250 famílias que foram realocadas para o Jardim Horizonte II em 2012, entretanto, como o proprietário do terreno não cumpriu a função social da terra a partir deste período, no ano de 2014 voltou a ser ocupado por cerca de 250 famílias.

Em 2022 a mesma apresentava cerca de 600 famílias, abrigando aproximadamente 2.000 pessoas, tendo também pouco mais de 10 estabelecimentos comerciais (do tipo bar, mercadinho, venda de produtos eletrônicos) e prestadores de serviços (oficina) na entrada da favela e duas igrejas evangélicas.

Por se tratar da maior favela de Londrina em quantidades de famílias até o ano de 2023, segundo dados da COHAB-LD, Aparecidinha acabava tendo visibilidade frente a outras áreas menores, justamente pelo trabalho desenvolvido pelos/as sujeitos/as que ali vivem que acabam por mostrar ao restante da cidade a realidade do seu cotidiano. Isso porque, alguns projetos sociais realizam ações dentro da favela em datas comemorativas como atividades de recreação no dia das crianças e em períodos de frio intenso, têm-se campanhas de sopa e agasalhos, além de doações de roupas, cestas básicas e materiais de construção.

Pode-se dizer que uma parte dessas ações ocorre de forma pontual devido a ação de sujeitos diversos e, que outra parte tem ocorrido de maneira sistemática, a partir da organização de grupos compostos por moradores do bairro São Jorge e do Aparecidinha. Esse é o caso do grupo de mulheres denominadas Amigas do São Jorge.

O Projeto Social Amigas do São Jorge

O projeto social denominado 'Amigas do São Jorge' foi criado por membras¹ da própria favela e do bairro São Jorge (urbanizado em 2012) em Londrina/PR. Em 2024, formado por 10 mulheres, tem sido desenvolvidas ações voltadas às demandas dos moradores da favela, visto que, boa parte das pessoas

¹ Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa: Membro s.f. uma mulher que participa de um corpo social, político ou administrativo ou de um grupo que tem atividades.

que conseguiram casas regularizadas no São Jorge já foram moradoras do Aparecidinha também.

Dentre as atividades desenvolvidas pelas mulheres destacam-se a divulgação de pedidos de doação de roupas, alimentos, desenvolvimento de atividades específicas em datas comemorativas, fazendo com que a partir das divulgações que realizam e da força ativa delas consigam todo tipo de doações, chegando ao projeto e que redirecionados a população. Também são promovidos cursos para as mulheres pensando no complemento da renda familiar.

A principal ação desenvolvida pelo projeto é voltada a questão alimentícia, na qual as mulheres distribuem alimentos no mínimo duas vezes por semana no período noturno, essas ações contam com a presença de voluntários para seu desenvolvimento, desse o recebimento das doações até o processo de servir.



Figura 2. Distribuição de sopa aos moradores da favela, 2023.

Fonte: Acervo de fotos da Autora, 2023.

O projeto social mantém seu funcionamento com apoio de parceiros, dentre eles, está o Movimento Sem Terra – MST, no qual as mulheres do projeto e demais moradores do bairro que queiram participar, são convidados a irem a um assentamento do MST para fazer o plantio de frutas, legumes e verduras, e após 2 ou 3 meses, dependendo do tipo de planta cultivada, são convidadas para retornarem fazerem a colheita, levando para suas casas os alimentos que foram colhidos, além disso, o MST também leva para o projeto doações de arroz, feijão, leite em pó e outros alimentos básicos.



Figura 3. Entrega de alimentos pelo MST, 2023.

Fonte: Acervo de fotos da Autora, 2023.

O maior problema enfrentado pelos moradores da favela é justamente a insegurança alimentar. Esse fato faz com que as mulheres do projeto estejam atentas a todas as formas de conseguirem doações e parcerias para contribuir com os moradores.

A Central de Abastecimento do Paraná – CEASA, localizada em Londrina, fornece a doação de verduras e legumes duas vezes por semana ao projeto, desta forma, regularmente ao menos duas mulheres do projeto vão até a CEASA coletar as doações para utilizarem nas marmitas que são distribuídas semanalmente para os moradores do Aparecidinha.



Figura 4. Coleta de Alimentos no Ceasa de Londrina, 2023.

Fonte: Projeto social amigas do São Jorge, 2023.

Todas as doações recebidas, seja em forma de alimentos seja de ajuda presencial no desenvolvimento dessas ações, contribuem muito para o projeto

e, principalmente, para garantir a sobrevivência alimentar das pessoas da favela que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Para além das questões alimentares, um fato importante que o projeto também aborda é a questão da segurança das mulheres e crianças. O projeto recebe pessoas da favela que sofrem diversos tipos de abuso e recorrem em busca de casa, alimento e segurança. A fim de entender e lutar contra essa violência de gênero e infantil, o projeto busca ajuda de órgãos públicos para conscientização sobre o assunto e apoio.

O projeto já contou com o apoio de órgãos públicos para realização de palestras sobre temas de violência doméstica e sexual, relacionamentos abusivos, câncer de mama e demais assuntos específicos para mulheres, assim como ações do dia da mulher com atividades de saúde e beleza. Outra ação realizada é a presença da polícia militar do Paraná, que adentram a favela e tentam conversar sobre o uso e tráfico de drogas, consumo de bebidas alcoólicas e melhorar a comunicação da polícia com a comunidade local. Conforme coloca a representante da rede de solidariedade,

[...] Nós sempre falamos que não temos uma ação específica aqui no projeto, a gente faz conforme as necessidades apareçam, já colocamos duas mulheres pra morar aqui na sede porque foram violentadas em casa, já acolhemos crianças que os pais usam drogas e somem, ai eles ficam sozinhos e acabam vindo aqui no projeto pedir ajuda, a gente faz de tudo, de tudo que precisa, nem sabemos como, mas nosso objetivo é ajudar, se precisar nós arregaçamos as mangas e vamos ajudar (A, entrevista, 10 de março de 2023).

Pensando no desenvolvimento humano e profissional, o projeto busca ofertar cursos profissionalizantes às pessoas da favela e também divulga ofertas de emprego que chegam até ela e são direcionadas aos moradores (Figura 5).

As mulheres do programa buscam divulgar e ofertar ações/atividades para homens e mulheres, porém, o que se tem notado é que a participação nas atividades ocorre majoritariamente por mulheres, o que evidencia o papel da mulher na busca por melhorar a qualidade de vida da sua família.

A questão de gênero precisa ser inserida nas políticas públicas urbanas para que o desenvolvimento das ações territoriais e o direito a cidade seja

garantido e realizado com as mulheres, independente de raça, classe, sexualidade e outras características individuais específicas de cada uma.



Figura 5. Curso profissionalizante de pintura ofertado aos moradores.

Fonte: Projeto social amigas do São Jorge, 2023.

A transformação na economia política no final do século XX gerando um novo modo de acumulação de capital flexível fez com que a fragmentação, a insegurança e o desenvolvimento da desigualdade social tomassem conta da sociedade atual, além disso, esse modo de produção não atingiu as cidades de formas igualitárias, é um processo que separa ou agrupa as cidades e as pessoas, de acordo com os interesses do capital (Harvey, 1992).

Diante dessa economia neoliberal, do Estado mínimo, da desregulamentação e da privatização do meio público, fez com que empregos fossem diminuídos e com isso a condição de pobreza chegou a muitas famílias brasileiras. Neste contexto, por outro lado, no cotidiano tem-se a lógica da auto cooperação, auto organização, a lógica da participação e da responsabilidade civil ganha força colocando a questão social como um problema de todos, visto que, as situações de extrema problema, vulnerabilidade social e a exclusão

socioespacial é algo que devem incomodar a toda a sociedade e, portanto, ser papel de todos combatê-las (Cobos, 2014).

Neste sentido, as redes de solidariedade entre as pessoas, na escala do cotidiano, ou seja, um cotidiano como lugar capaz de envolver os aspectos mais profundos da existência social e individual, que engloba os projetos de vida, desejos, necessidades, enquanto experiências que carregam a vida diariamente (Lefebvre, 1958), aparecem como um sinônimo de cidadania desenvolvido majoritariamente pelos grupos que convivem com algum tipo de vulnerabilidade ou vários tipos, essas redes se tornaram uma saída para muitos casos de exclusão social engendrados na nossa sociedade. A pobreza, para além de um estado de carência ou necessidade, é também um espaço de luta, um estado vivo de vida ativa, em que os sujeitos que compõe essa situação criam e recriam dia após dias formas de viver e sobreviver.

As pessoas periféricas prontas para enfrentar seu tempo a partir de seu espaço, criam e recriam uma cultura com a cara de seu tempo e de seu espaço e de acordo ou em oposição aos donos de seu tempo, que são também os donos do espaço. É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. Esta última se funda na ideologia do crescimento, da globalização etc., e é conduzida pelo cálculo dos partidos e das empresas. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo (Santos, 2003, p. 132).

As redes de solidariedade são estratégias de sobrevivência criadas para obter diferentes recursos que possam contribuir para ajudar no combate a fome, miséria, insegurança e demais vulnerabilidades sociais. Elas podem ser caracterizadas em sua forma primária como as relações tradicionais com a família, igreja, comunidades locais, associações corporativas e por outro lado, a forma moderna, composta pelas associações de bairro, comunitárias, ONG's, todas buscando a distribuição e controle de bens e serviços sociais (Draibe, 1989).

Essas estratégias de sobrevivência desenvolvidas especialmente pelas redes de solidariedade nada mais são do que a expressão concreta da

desigualdade social, ou seja, são essas patologias sociais que dão origem a mecanismos que buscam, através deste tipo de economia, a inclusão social (Durkheim, 1983), deixando claro como a corporeidade faz parte e é processo da produção espacial.

Pode-se dizer que o corpo, com a sua capacidade de ação e as suas várias energias, cria espaço? Seguramente. Mas não no sentido da favela dita como uma espacialidade fabricada; em vez disso há uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua favela do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de produzir-se para se alimentar daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: ele se reproduz no espaço e também produz seu espaço (Lefebvre, 2006, 170).

Dentre um dos aspectos que mais destacam a desigualdade social e a segregação socioespacial, as moradias tem papel central nesta situação, visto que, ela garante não somente o direito de morar, mas é requisito básico para se conseguir diversos outros direitos, como vagas em escolas e creches, trabalho, saúde, benefícios sociais, entre outros.

Enquanto sujeita ativa nesta pesquisa-ação busca-se vivenciar o cotidiano dessas mulheres e contribuir no desenvolvimento do projeto, seja ajudando com doações, apresentando o projeto e a favela para demais moradores da cidade, aproximando a universidade da favela e participando das ações desenvolvidas pelo projeto e apoiando nas burocracias em busca de melhorias.

Considerações finais

Espera-se com esta pesquisa contribuir nas ações realizadas através do projeto social Amigas do São Jorge, a fim de que a universidade se aproxime dessas mulheres que ajudam outras pessoas que também vivem nessa condição de vulnerabilidade social, fazendo com que a teoria consiga caminhar indissociada à prática.

As mulheres têm assumido uma liderança frente as necessidades das famílias da favela Aparecidinha, realizando ações que buscam combater a fome,

a violência, o abandono infantil, o abuso sexual e psicológico e demais questões que possam surgir relacionados a estes sujeitos, especialmente as mulheres e crianças. Essas táticas cotidianas de resistência mantém o movimento vivo, mesmo com as dificuldades externas e internas.

Sabe-se que o processo intensificado de urbanização intensificou a segregação socioespacial presente no 'cotidiano' (Lefebvre, 2001), ou seja, no espaço que se explodem os conflitos das contradições vividas e ganham visibilidade nos espaços públicos, onde acontecem as manifestações dos movimentos sociais frente a alienação atual, que afasta os sujeitos da cidade vivida. Frente a isto, chama-se a atenção para o planejamento urbano e a gestão do uso e favela do solo na perspectiva democrática, pois quando não se é levado em consideração as demandas e urgências de quem vive a cidade, especialmente nas áreas de moradias irregulares, acaba-se produzindo e reproduzindo de forma sistemática e com a validação da ciência as relações de exclusão e negação do direito a cidade e a moradia, além de se constituir uma cidade voltada a atender as lógicas do capital.

Do ponto de vista teórico metodológico, um resultado significativo que espera-se atingir chegar é a abertura de um diálogo possível entre a Geografia Urbana e as questões de gênero. Indo assim ao encontro da ideia que a produção cotidiana do espaço urbano é feita pelas múltiplas corporeidades e interfaces das pessoas que não são iguais em suas várias dimensões e isso funciona como um condicionar em como as pessoas vivenciam a cidade e as lutas diárias entre os/as mais vulneráveis.

Referências bibliográficas

COBOS, E. P. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. In: *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v.16, n. 31, junho, 2014.

CORREA, R. L. *O espaço urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1989.

DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais brasileiras; Diagnósticos e Perspectivas. In: *Para a década de 90. Prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989.

DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

FALS BORDA, Orlando. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (InvestigaciónAcción Participativa), *Peripecias*, n. 110, 2008.

FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. *Geografia Londrina*, Revista do Departamento de Geociências, Londrina, v. 11, n. 2, jul./dez. 2002

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2012.

GHERARDI, S. *Organizational knowledge: the texture of workplace learning* Oxford: Blackwell Publishing. 2006

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche, 1958, v. 1.

LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Humanitas, 2004.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Editora Ática. 2001.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Centauro, 2006.

MARICATO, E. *A terra é um nó, na sociedade brasileira...* também nas cidades. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1999.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2006.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2013.

SAQUET, M. A. *Saber Popular, Práxis Territorial e Contra-Hegemonia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, 144 p.

SCRIBANO, A.; SENA, A. De. A entrevista: um olhar sobre a escuta a partir de duas experiências. *NORUS*. vol. 8, nº 13, p. 122-145, Jan/Jul/2020.

VEIGA, L. A. *Gênese e Dinâmica das fábricas de mesas para bilhar no Centro-Sul brasileiro*. 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

VILLAÇA, F. *Espaço intraurbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Caroline Berger de Paula

Doutoranda em Geografia no Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – PPGE/Uel. Graduada na modalidade de bacharelado e licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Londrina e mestrado também pela mesma instituição. Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade São Braz. Realiza pesquisa nas áreas de produção do espaço urbano, habitação, questões de gênero e projetos sociais em favelas.

E-mail: caroline.berger@uel.br

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/3740634604793000>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0813-1633>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

Cartilha Popular: uma Proposta de Gênero Discursivo a Partir da Ciência Popular

*Popular booklet: a proposal for a discursive genre
based on popular science*

*La cartilla popular: una propuesta de género
discursivo basado en la ciencia popular*

Melissa Salinas Ruiz

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Bolsista PDJ do NAPI Alimento e Território - Fundação Araucária
Melissa.salinas.ruiz@gmail.com

César Andrés Alzate Hoyos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Bolsista PDJ do NAPI Alimento e Território - Fundação Araucária
csalzate@gmail.com

Daniela Celuppi

UNICAFES Paraná
daniela-celuppi@hotmail.com

Resumo: Objetiva-se apresentar a possibilidade de se pensar em uma nova proposta de gênero discursivo: a cartilha popular, a partir de reflexões decorrentes do processo de elaboração da cartilha *Cooperativismo: questões fundamentais*. Este material é resultado da pesquisa-ação-participativa praticada na interface universidade-território, estabelecendo uma cooperação entre o programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação – NAPI Alimento e Território, e a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES-PR. Para dita construção, o texto foi dividido em três momentos: a) entender a cartilha popular como gênero discursivo, o

que significou pensar seu conteúdo temático; b) ressignificar o *popular* como categoria de transformação, e não como uma condição comunitária inferiorizada ou negligenciada; c) refletir sobre o estilo e conteúdo na produção discursiva da cartilha popular. Resultando numa proposta de (co)criação de interlocução muito mais horizontal e dialógica com as necessidades dos sujeitos e os objetivos de (in)formação aqui propostos.

Palavras-chave: Cartilha popular. Gênero discursivo. Ciência popular. Pesquisa-ação-participativa.

Abstract: The objective is to present the possibility of reflecting on a new proposal of discursive genre: the popular booklet, based on considerations made during the elaboration process of the booklet “Cooperativism: fundamental issues”. This material results of participatory action-research practiced at the university-territory interface, establishing a cooperation between the *Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação* – NAPI Alimento e Território, and the *União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária* – UNICAFES-PR. For this construction, the text is structured in three moments: a) understanding the popular booklet as a discursive genre, therefore reflecting on its thematic content; b) re-signify the popular as a category of transformation, and not as an inferiorized or neglected community condition; c) reflect on the style and content in the discursive production of the popular booklet. Resulting in a proposal for the (co)creation of a much more horizontal dialogue with the needs of the subjects and the objectives of (in)formation proposed here.

Keywords: Popular booklet. Discursive genre. Popular science. Participatory-action-research.

Resumen: Se presenta aquí la posibilidad de pensar en una propuesta de nuevo género discursivo: la cartilla popular, a partir de las reflexiones derivadas del proceso de elaboración de la cartilla “Cooperativismo: cuestiones fundamentales”. Este material es el resultado de una investigación-acción participativa practicada en la interfaz universidad-territorio, estableciendo una cooperación entre

el programa *Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação* – NAPI Alimento y Territorio – y la *União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária* – UNICAFES-PR. Para ello, el texto se dividió en tres partes: a) entender la cartilla popular como género discursivo, lo que significó pensar en su contenido temático; b) resignificar lo popular como categoría de transformación, y no como una condición comunitaria de inferioridad o siendo simplemente ignorada; c) reflexionar sobre el estilo y el contenido empleado en la producción discursiva de la cartilla popular. Esto resultó en una propuesta de (co)creación de interlocución mucho más horizontal y dialógica con las necesidades de los sujetos y los objetivos de (in)formación aquí propuestos.

Palabras clave: Cartilla popular. Género discursivo. Ciencia popular. Investigación-ação participativa.

Introdução

Os Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI) são uma iniciativa financiada pela agência de fomento Fundação Araucária no Paraná, dos quais o NAPI – Alimento e Território se destaca como iniciativa interinstitucional, interinstitucional e intergeracional que congrega instituições de ensino, organizações da sociedade civil e demais atores sociais para promover desenvolvimento territorial com base no incentivo à produção e comercialização de alimentos agroecológicos, pelo viés da ciência popular praticada na interface universidade-território (Saquet, 2022).

Uma das cooperações realizadas pelo NAPI supracitado, no Sudoeste do Paraná, é com a UNICAFES – Paraná, pois esta é uma Organização Não Governamental que realiza ações em favor do fortalecimento do cooperativismo solidário, com ênfase em ações pensadas e estruturadas a partir do território, para fortalecimento de iniciativas locais.

Um dos âmbitos de cooperação entre o NAPI e a UNICAFES Paraná se deu durante a elaboração da cartilha “Cooperativismo: questões fundamentais” (2023), construção orientada desde a ciência popular e que, por razões que serão expostas adiante, levam-nos a identificá-la como uma proposta distinta ao convencional gênero de cartilha. Nesse sentido, este trabalho apresenta o que seria o gênero *cartilha popular* a partir da análise da cartilha coproduzida por NAPI e UNICAFES-PR, evidenciando a importância que percebemos neste gênero específico.

Materiais e métodos

Por se tratar de uma iniciativa voltada à promoção do desenvolvimento territorial de base popular, a construção da cartilha “Cooperativismo: questões fundamentais” (2023) se orientou na pesquisa-ação-participativa (IAP), metodologia que orienta a atuação do NAPI e que encontra profunda sinergia com as ações de inserção local para o desenvolvimento territorial da UNICAFES Paraná.

Cichoski *et al.* (2023) identificam seis fases na metodologia IAP, quais sejam: autenticidade e compromisso (fase 1), antidogmatismo (fase 2), devolução sistêmica (fase 3), retorno aos intelectuais orgânicos (fase 4), ritmo de reflexão-ação (fase 5) e ciência modesta e popular (fase 6). A seguir aprofundaremos em cada um destes, a fim de evidenciar como nossa atuação convergiu em cada uma das fases.

Inicialmente, as “Interações respeitosas e disciplinadas com o objetivo de auxiliar os movimentos de base” presentes na fase 1 da IAP (Cichoski *et al.* 2023, p. 6) se fazem evidentes pela trajetória tanto do NAPI quanto da UNICAFES Paraná, cujas ações se orientam através do diálogo horizontal com os sujeitos na promoção de desenvolvimento territorial socialmente justo, apto a valorizar a agricultura familiar e o cooperativismo no Paraná. Na mesma seara, a “construção de uma ciência que parta das bases a partir de relações humildes, inclusivas” (*id.*) da fase 2 resulta do modo como NAPI e UNICAFES Paraná buscam a valorização de camponeses e camponesas na construção de soluções para seus problemas reais.

Nota-se na criação da cartilha o “movimento de desalienação e formação de conhecimentos para os diferentes níveis de alfabetização e condição social” (Cichoski *et al.* 2023, p. 6) – pertencente à fase 3 da metodologia IAP –, através do cuidado em transmitir ao público leitor as ferramentas necessárias para acessar os materiais referenciados no texto. Exemplo disto são as orientações para ler a letra da lei, com explicações sobre o que é o caput de um artigo, incisos e parágrafos, conhecimento que usualmente não se encontra ao alcance da população campesina, por exemplo, a qual não costuma acessar espaços de letramento jurídico.

Sobre a fase 4, as “interações em campo identificando os problemas reais que envolvem as bases populares” decorreram do constante trabalho de campo realizado pelo NAPI e pela UNICAFES Paraná. Através dele, foi possível dialogar diretamente com agricultores e agricultoras familiares, conhecendo suas principais dificuldades, e adquirindo ciência do quão importante é para eles ter um material orientativo sucinto e de leitura facilitada. O tema da cartilha também é fruto dessas interações, já que estudos realizados por integrantes da UNICAFES Paraná e do NAPI Alimento e Território constataram que “a cooperação tem proporcionado aos agricultores familiares melhores condições para inserção na sociedade e nos mercados, superando as inseguranças” (Zanco; Corbari; Alves, 2019, p. 52).

Na fase 5 da metodologia IAP, Cichoski et al. (2023, p.6) mencionam “a construção do conhecimento em espiral (do simples ao complexo)”, o qual se percebe na cartilha através do uso da linguagem adaptada à realidade de quem lê – evitando-se o uso de jargões, por exemplo –, e direta para abordar temas complexos, como o Direito Societário (que trata da formação de cooperativas).

Por fim, a “postura do investigador, humilde para ouvir os diferentes discursos construídos nos diversos contextos culturais” (Cichoski et al. 2023, p. 6) perpassa todos os momentos de colaboração entre NAPI e UNICAFES Paraná. Afirma-se nesse sentido pois há consciência da importância de produzir materiais aptos a minimizar a desigualdade social sofrida por camponeses e camponesas, resultado de inúmeros fatores, sendo o pouco acesso a diferentes tipos de letramentos (conforme explicaremos no seguinte tópico) um deles.

A cartilha foi elaborada em conjunto por pesquisadora bolsista de pós-doutorado júnior (financiada pela Fundação Araucária/SETI) do NAPI e pela assessora de formação da UNICAFES Paraná, a partir de experiências em campo com agricultores e agricultoras familiares, bem como visitas a cooperativas da agricultura familiar integrantes do Sistema UNICAFES/FECAFES. Muito embora não tenha sido possível criar um grupo focal para a criação da cartilha, acredita-se que o constante diálogo de NAPI e UNICAFES Paraná com os sujeitos populares permitiu criar um material de base popular, orientado a partir de problemas percebidos no contato direto com os sujeitos, levando em consideração também seus relatos e opiniões sobre como deve ser uma cartilha e, claro, dentro das propostas previstas de retroalimentação do material editado.

Resultados e discussões

A cartilha popular como gênero discursivo

Antes de caracterizar o que seria o gênero cartilha popular, parece-nos relevante situar o contexto que nos motiva a apresentar esta proposta de gênero discursivo, contexto este que é teórico, mas também prático, focado na práxis transformadora. Para tanto, levamos em consideração o papel da escola – formativo e informativo, onde valores são incorporados ao

mesmo tempo em que se adquire o saber formal –, e uma problemática questão: o que pode ser feito para sanar as consequências que o pouco – ou nenhum – acesso à educação formal gera para as classes populares?

Considerando como pilares da ciência popular o compromisso com a transformação cultural, social e política, calcada no desenvolvimento solidário e justo realizado com respeito às particularidades dos territórios, indagamos: quais práticas letradas contribuem para a transformação social? Indo além, como podemos possibilitar práticas de letramento fora da sala de aula?

Como mencionamos ao localizar de onde falamos, tanto a academia como organizações da sociedade civil podem estar à serviço do povo – agindo para combater/mitigar suas dificuldades –, e com o povo – recorrendo primeiro a este ao construir as estratégias de enfrentamento (Saquet, 2022). Nesse sentido, promover práticas letradas emancipadoras com classes populares implica na seleção do que se pretende transmitir, para quem, como fazê-lo e com qual finalidade.

Tendo em vista o interesse em produzir conhecimento profundamente calcado no que é palpável, concreto, recorremos à Bakhtin – cuja compreensão de língua se sustenta na dialogia, isto é, no uso concreto que sempre ocorre na interação –, para trabalhar a transmissão do saber através de elaborações linguísticas que, por sua regularidade, permitem trabalhar o conhecimento de forma contextualizada. São os chamados gêneros do discurso (Bakhtin, 1997).

Segundo o autor, mais do que recorrer à lexicografia ao elaborar um enunciado, os sujeitos recorrem aos enunciados contidos em gêneros discursivos ao se comunicar. Portanto, discorrer sobre gêneros discursivos – e ponderar sobre o surgimento de novos, como aqui fazemos – dá-se a partir da crença no potencial criativo e transformativo da linguagem, já que toda atividade humana se efetiva através dela (Faraco, 2009).

No que tange ao surgimento de novos gêneros, Pizzani e Riolo comentam que “considerando que a sociedade muda no decorrer do tempo, é necessário que a língua acompanhe essas transformações [...] consequentemente, novos gêneros vão aparecer [...]” (2013, p. 104).

Passamos à discussão de nossa proposta do gênero discursivo cartilha popular, levando em consideração os elementos constituintes de sua

dimensão verbal - conteúdo temático, estilo e construção composicional -, e extraverbal - o horizonte espacial comum dos interlocutores; o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores; e sua avaliação comum da situação (Bakhtin, 2003). Essa problematização será feita a partir da análise da cartilha popular Cooperativismo: questões fundamentais (Celuppi; Ruiz, 2023), construída em cooperação entre UNICAFES - Paraná e o NAPI - Alimento e Território, comentando especificamente sobre os elementos constituintes desse enunciado.

A fim de facilitar a exposição sobre o conteúdo temático dessa cartilha popular, elaboramos o seguinte quadro:

Conteúdo temático	
Qual é o conteúdo temático presente no enunciado?	No enunciado cartilha popular encontramos uma exposição sucinta sobre cooperativismo, abrangendo seu surgimento, as principais legislações que o regulamentam no Brasil, seus princípios e o vínculo da UNICAFES-Paraná e do grupo de pesquisa NAPI - Alimento e Território com o tema.
Que interdiscursos são possíveis identificar? Como eles se revelam no texto?	O enunciado entremeia distintos discursos. O discurso legislativo aparece através da menção às leis que regulam o cooperativismo no Brasil. Por sua vez, os discursos acadêmicos se encontram na explicação sobre ciência popular e também na trajetória histórica do cooperativismo. Também se encontra o metadiscurso, quando o(a) leitor(a) é convidado(a) a se aprofundar nos conteúdos acessando links da web.
Como os interdiscursos se colocam diante do tema?	Os interdiscursos se organizam de maneira a que o(a) leitor(a) perceba o vínculo entre o enunciado e a sua realidade, fornecendo as bases para que consiga visualizar a importância do cooperativismo e compreender como funciona na prática.
Há marcas de intertextualidade? Quais? Por que se recorre a outros textos?	A intertextualidade é feita com textos acadêmicos, legislações, páginas web e produções da UNICAFES. Ela acontece para demonstrar que o conteúdo da cartilha surge a partir da pesquisa e/ou prática.

Quadro 1 - Conteúdo temático

Fonte: Autores (2024)

Sucintamente, podemos resumir afirmando que o tema da cartilha popular será algum conteúdo informativo voltado à resolução de problemáticas profundamente vinculadas às necessidades concretas dos sujeitos, com acentuado viés emancipatório. Assim, à diferença do gênero cartilha convencionalmente produzido para que o leitor reflita sobre um tema e mude seu comportamento (Bacelar, 2009), na *cartilha popular* as

soluções são construídas co-participativamente para transformar a realidade social, minimizando desigualdades. Nesse sentido, indo além da “equipe multidisciplinar” designada para elaboração das cartilhas convencionais (Pizzani; Riolo, 2013), na cartilha popular não se hierarquizam saberes, recorrendo-se ao povo para sua elaboração, seja diretamente – através de rodas de conversa – ou indiretamente – quando quem produz a cartilha o faz a partir de diálogo com o povo realizado previamente.

O popular como uma categoria com potencial de transformação

Para esta abordagem teórico-conceitual, uma práxis adjetivada como territorial e popular, requer centralizar o povo enquanto categoria analítica para entender o popular como uma potência de transformação, que se, por um lado, sintetiza subjetivações histórico-ancestrais e culturais desenvolvidas no plano cotidiano, por outro lado, é um produto histórico. Este resultado contém, para autores como Dussel (1988), as categorias de classe e raça, porém, a importância da categoria povo como sujeito histórico-coletivo está na configuração da classe explorada num dado sistema, e, ao mesmo tempo, é uma categoria de exterioridade porque “[...] o oprimido, como pessoa, como homem (não como assalariado), como trabalho vivo não objetivado, pode ser ‘pobre’ (singularmente) e ‘povo’ (comunitariamente)”, assim como a classe é o subsumido (no capital), “[...] o povo é a condição comunitária do oprimido como exterioridade” (Dussel, 1988, p. 61-63; grifos do original).

Nossa abordagem é diametralmente oposta às abordagens tradicionalmente europeias e anglo-saxônicas sobre a linguagem popular, como foi analisado por Achard-Bayle e Paveau (2019), em que o popular na literatura francesa¹ relaciona-se mais com a epistemologia do senso comum, com saberes “ainda” não legitimados pela ciência, sem verificação lógica, presumidamente espontâneos, ingênuos, ordinários e profanos (ou *folk* nas denominações anglo-saxônicas). É como se a linguística popular, junto com a ciência popular entrassem num “buraco” do senso comum, onde imperam as experiências, as interpretações, as crenças e os desejos, do mito e da cosmologia, primitivo e inferiorizado, fundado (colonizado) pela

¹ Estudo Baseado na revista francesa *Pratiques: linguistique, littérature e didactique*, número 139/140, em dezembro de 2008

modernidade e sua legitimidade como ciência ocidental e sua interpretação unívoca: a verdade.

E claro, a concepção do popular aqui alavancada não subordina a linguagem popular num papel, que, se reconhecido como importante, só ocupa um lugar tributário de uma linguagem dos *experts*, ou eruditos. Como sublinham Achard-Bayle e Paveau (2019, p. 4260), esta linguagem diferencia-se da linguagem acadêmica ou científica por ser um saber espontâneo sobre o mundo, “é constituído de saberes empíricos, não suscetíveis de verificação lógica”.

Como frisam Salcido e Sandoval (2016), resgatando e refletindo sobre o legado de Hugo Zemelman, a construção epistêmica do sujeito parte de uma potencialidade e não de uma determinação, pois este é “[...] irredutível à condição de objeto de estudo”, pelo contrário, o sujeito o entendemos como “[...] um projeto realizado por pessoas e coletivos [...]” (Salcido; Sandoval, 2016, p.13-14).

Este ponto é muito importante porque, quando pensamos numa “linguagem popular”, estamos partindo de uma epistemologia e práxis popular, e o “popular” aqui é uma categoria potencial de transformação da realidade, e não uma subordinação pragmática ou conceptualização residual do conhecimento “científico-moderno”, que posiciona o popular num lugar marginalizado, profano, desprovido de cientificidade e verdade. Longe disso, “o conhecimento certo tem que ser um conhecimento pertinente para os sujeitos sociais” (Salcido; Sandoval, 2016, p.15).

Desta maneira, e desde um ponto de partida metódico e metodológico, o problema epistemológico não pode ocultar ao sujeito atuante da relação de *o que* e do *como* da pesquisa, sendo assim, abordamos o popular/povo como categoria e não só como conceito, já que, o primeiro parte da necessidade situada do sujeito e a segunda da necessidade formalizada do conhecimento, do *logos* pelo próprio *logos*, o conhecimento *per se*. Acreditamos que esta escolha teórico-metodológica permitirá abrir uma porta para o inédito, inusitado e emergente.

Estilo e conteúdo na produção discursiva da cartilha popular

No que se refere ao *estilo*, a cartilha popular se caracteriza pela linguagem objetiva e orientativa, com ênfase no potencial de aprofundamento, como se apresenta na Figura 1.

Além dos elementos estilísticos que usualmente caracterizam o gênero cartilha - “vários recursos visuais, como desenhos e cores, com variadas formas” (Pizzani; Riolo, 2013, p. 107) -, a cartilha popular se destaca pelas orientações com viés emancipatório, compreendidas como as que não se limitam a indicar a fonte, explicando como realizar o percurso que leva ao conteúdo original citado. Parte-se, portanto, do entendimento de que o sujeito popular tem potencial de acessar o conteúdo na íntegra se assim o desejar, sendo-lhe fornecidas orientações porque cientes de que possivelmente acessou menos espaços de letramento jurídico (no caso específico).

ORIENTAÇÕES PARA LEITURA DA CARTILHA

Para melhorar sua leitura desta cartilha, é importante saber:

Tudo o que consta aqui é fruto de estudo, pesquisa e/ou prática! As fontes estarão indicadas entre parênteses e/ou aspas (podendo ser livros, legislação, cartilhas da Unicafe, etc.) e estarão detalhadas ao final da cartilha;

As principais legislações que falam sobre o cooperativismo são a Constituição Federal (CF/88), o Novo Código Civil (2002) e a Lei do Cooperativismo (Lei nº 5.764/1971). Elas podem ser lidas na íntegra acessando o Portal da Legislação do Governo Federal!

?

Ao ler as leis, você verá que elas se dividem em uma estrutura com parágrafos, incisos e alíneas. Os parágrafos são indicados pelo símbolo § e, quando existe mais de um, algarismos arábicos (1,2,3...). Eles trazem partes importantes de um artigo.

Os incisos apresentam detalhamentos da lei, sendo divididos em algarismos romanos (I, II, III...).

Por fim, as alíneas são classificadas por letras minúsculas (a,b,c...) e trazem ainda mais pormenores que são importantes (Glassman, 2017).

?

Várias legislações regem o cooperativismo porque algumas trazem aspectos mais gerais e outras mais específicos. A CF/88 traz - entre outros pontos -, princípios e regras que não podem ser desrespeitados por nenhuma das leis brasileiras. A Lei do Cooperativismo detalhará os aspectos relevantes sobre o tema que não estão em outras legislações mais gerais;

Figura 1 - Orientações para leitura da cartilha

Fonte: CELUPPI; RUIZ (2023).

Na cartilha analisada, conforme Figura 1, os elementos estilísticos que se encarregam de explicitar as orientações são: figura de interrogação, uso de fontes distintas negritadas e/ou em itálico. Consequentemente, a construção composicional da cartilha popular dispõe o conteúdo verbovisual e os elementos estilísticos com atenção ao caráter orientativo enfatizado dentro da própria cartilha, através do tópico Orientações para leitura da cartilha (Figura 1). Neste, além do conhecimento necessário para uma leitura eficaz da cartilha, encontram-se orientações que promovem práticas de letramento com finalidade emancipatória, já que servirão de base para os sujeitos populares em outras práticas letradas de seu cotidiano (na cartilha em análise, é o que ocorre quando se explica como ler um texto legislativo).

No que se refere à exterioridade do gênero popular cartilha, observe-se o diagrama:

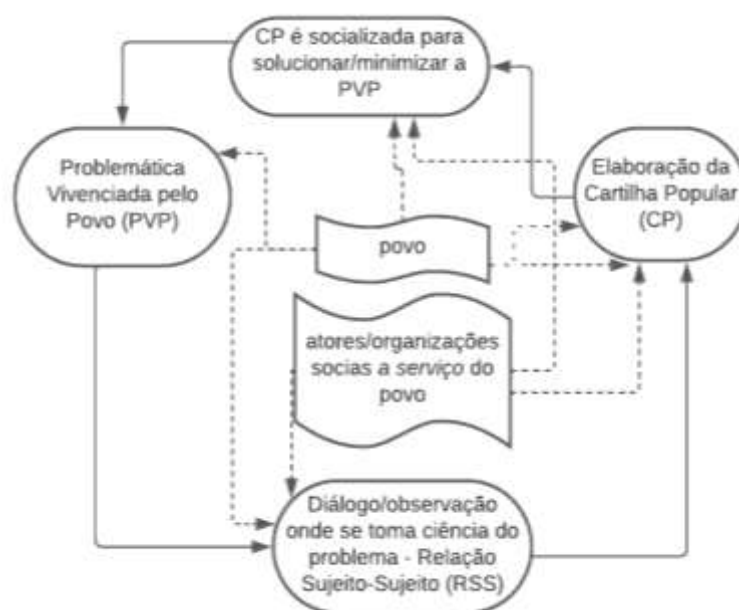


Figura 2 - Contexto de produção da cartilha popular

Fonte: CELUPPI; RUIZ (2023).

A síntese exposta explicita as dimensões sociais da cartilha popular, considerando-se o povo como “ponto de partida” já que é apenas através do contato com os sujeitos populares que se apreendem as reais dificuldades que vivenciam. Diante disso, temos um ciclo de retroalimentação, no qual o povo é o único ator social que está em todas as etapas da elaboração, seja contribuindo diretamente – através de rodadas de conversa concomitantes

à produção da cartilha –, ou indiretamente – quando a cartilha é criada por grupos de pesquisa ou organizações que trabalham com o povo.

Assim, o horizonte de expectativa da cartilha popular corresponde ao saber apropriado, incorporado na prática cotidiana e *que atendeu a uma demanda popular*. Neste ponto, a distinção é sutil, porém, necessária. A criação da cartilha popular surge de questionamentos práticos conforme *percebidos e elaborados pelo povo*, incorporando os conhecimentos *resultantes da cooperação entre academia e povo* para, então, *retornar ao povo, sanando ou minimizando* suas necessidades e indagações, a partir das suas demandas.

Considerações finais

No presente artigo partimos do resultado de uma experiência de cooperação entre a UNICAFES Paraná e o NAPI - Alimento e Território para discutir acerca do que identificamos como uma nova proposta de gênero discursivo, a cartilha popular. A importância dessa discussão se dá diante da relevância que a linguagem possui na sociedade, tanto por intermediar toda ação humana, quanto por ser fundamental para o exercício da cidadania e a reivindicação de direitos, o que só ocorre quando os sujeitos têm oportunidade de estabelecer um diálogo com os diversos tipos de letramentos existentes na contemporaneidade. Diante disso, a ênfase nos gêneros discursivos se dá pois é através destes que a linguagem se materializa nas práticas cotidianas de cada indivíduo (Brait, 2005).

Desse modo, a análise da cartilha Cooperativismo: questões fundamentais (Celuppi; Ruiz, 2023) pretendeu elucidar alguns pontos que consideramos fundamentais para definir o que é uma cartilha popular, destacando também porque é relevante recorrer ao estudo e (co)criação de gêneros discursivos na interface universidade-território solidária e popular. Concluímos que a solução dos problemas do povo começa somente a partir da cooperação entre atores verdadeiramente comprometidos com este (aqui representados pelo NAPI e pela UNICAFES-PR) e, tendo em vista a recorrente exclusão do povo do ambiente educacional, negligenciado frequentemente como sujeito (individual e coletivo) atuante de coprodução do próprio horizonte teleológico e teórico-metodológico de pesquisa, compartilhar

conhecimento por meio da (co)produção de cartilhas populares é uma alternativa bastante coerente e necessária a minimizar a desigualdade social resultante da pouca familiaridade com práticas letradas.

Referências bibliográficas

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M-A. *Linguística popular-a linguística 'fora do templo'*: Definição, geografia e dimensões. Fórum Linguístico, v. 16, n. 4, p. 4257-4270. 2019.

BACELAR, B. M. F.; PINHEIRO, T. S. M.; LEAL, M. F.; PAZ, Y. M.; LIMA, A. S. T.; ALBUQUERQUE, C. G.; EL-DEIR, S. *Metodologia para elaboração de cartilhas em projetos de educação ambiental em micro e pequenas empresas*. Recife (PE): Jepex, 2009.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10.ed. São Paulo: Huditec, 1997.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

CAPELLI, C. ; NUNES, V.; OLIVEIRA, R. Transparência e transformação digital: o uso da técnica da linguagem simples. *Sociedade Brasileira de Computação*, 2021.

CELUPPI, D.; RUIZ, M. S. *Cooperativismo: questões fundamentais*. 2023. (Em publicação)

CICHOSKI, P.; RUBIM-OLIVEIRA, M.; CORONA, H. M. P. IAP e diálogos de saberes: sentipensando experiências socioambientais no Lugar. *Geographia Opportuno Tempore*, v.9, n.2, Dossiê Metodologias Qualitativas de Pesquisa e/ou Ação, 2023.

DUSSEL, E. *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los Manuscritos del 61-63. Ciudad de México: Siglo XXI, 1988.

FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PIZZANI, A.; RIOLO, V. A multimodalidade contribuindo e influenciando no processo de letramento do gênero cartilha. *Cadernos do Círculo*

Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, v. XVII, n. 01, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

SALCIDO, R; SANDOVAL, R. *El problema y el sujeto en la investigación: Metodología y epistemología crítica*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades, 2016.

SAQUET, M. A. *Singularidades - um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

ZANCO, A.; CORBARI, F.; ALVES, A. F. Conexão entre agricultura familiar e cooperativismo. In: *Revista Orbis Latina*, v.9, n.1, Foz do Iguaçu/PR, jan./jun. 2019.

Melissa Salinas Ruiz

Possui graduação em Direito (2013) pela UNIOESTE, em Letras (2022) pela UNINTER, além de mestrado e doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela UNIOESTE. Atualmente é pesquisadora bolsista PDJ financiada pela Fundação Araucária/SETI do Estado do Paraná, atuando no projeto NAPI - Alimento e Território.

E-mail: melissa.salinas.ruiz@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2278057839277779>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7093-3215>

César Andrés Alzate Hoyos

Formado na Universidad Tecnológica de Pereira-Colômbia (2010) no programa de Gestão Ambiental. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho campus de Presidente Prudente, onde desenvolveu a pesquisa no tema de "Circuito econômico solidário através de práticas de inovação social numa abordagem territorial". Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho campus de Presidente Prudente, na linha de pesquisa Produção do Espaço Urbano. Pós-doutor pela UNIOESTE (2023) atuando junto ao NAPI Alimento e Território, financiado pela Fundação Araucária/SERI. Atualmente é bolsista pós-doutorado junior - PDJ_CNPQ no programa Sociedade, Cultura e Fronteiras - Unioeste, desenvolvendo atividades dentro do projeto NAPI Alimento e Território.

E-mail: csalzate@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9896048080635417>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3731-018X>

Daniela Celuppi

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS (2006), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR campus Pato Branco. Atualmente, assessora de formação da Unicafes - Paraná, possuindo experiência nos seguintes temas: movimentos sociais, cooperativismo, juventude da agricultura familiar.

E-mail: daniela-celuppi@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6584435872182667>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6103-7980>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

Repensando as Políticas Públicas e suas Territorialidades

Rethinking Public Policies and their Territorialities

Repensando las Políticas Públicas y sus Territorialidades

Caio Cezar Cunha

Universidade Estadual de Londrina - UEL
caiocezar.cunha@uel.br

Resumo: O texto aborda a necessidade de transcender a visão tradicional do território como uma simples demarcação administrativa, destacando sua dinamicidade e complexidade enraizadas em histórias, relações sociais e culturais. Aponta que as estruturas administrativas muitas vezes são inadequadas para lidar com as demandas das populações locais, enquanto uma abordagem excessivamente subjetiva pode negligenciar aspectos essenciais da realidade local. Destaca o potencial dos estudos de desenvolvimento territorial para superar essa dicotomia, enfocando a cooperação e a práxis territorial. A integração das concepções de desenvolvimento e território revela a amplitude das características sociais que produzem vínculos e redes de cooperação. Finalmente, propõe uma reflexão sobre esses conceitos visando políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às realidades locais, reconhecendo a complexidade das interações entre sociedade, espaço e tempo na construção de comunidades sustentáveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Práxis territorial. Gestão territorial. Política Social.

Abstract: The text addresses the need to transcend the traditional view of territory as a mere administrative demarcation, highlighting its dynamism and complexity rooted in histories, social, and cultural relations. It points out that administrative structures often prove inadequate in addressing the demands of local populations, while an excessively subjective approach may overlook essential aspects of local reality. It underscores the potential of territorial development studies to overcome this dichotomy, focusing on cooperation and territorial praxis. The integration of development and territory concepts reveals the breadth of social characteristics that produce bonds and networks of cooperation. Finally, it proposes a reflection on these concepts aiming for more inclusive and sensitive public policies towards local realities, recognizing the complexity of interactions between society, space, and time in the construction of sustainable communities.

Keywords: Territorial development. Territorial praxis. Territorial management. Social policy.

Resumén. El texto aborda la necesidad de trascender la visión tradicional del territorio como una simple demarcación administrativa, destacando su dinamicidad y complejidad arraigadas en historias, relaciones sociales y culturales. Señala que las estructuras administrativas, a menudo, son inadecuadas para hacer frente a las demandas de las poblaciones locales, mientras que un enfoque excesivamente subjetivo puede descuidar aspectos esenciales de la realidad local. Destaca el potencial de los estudios de desarrollo territorial para superar esta dicotomía, centrándose en la cooperación y la praxis territorial. La integración de las concepciones de desarrollo y territorio revela la amplitud de las características sociales que producen vínculos y redes de cooperación. Finalmente, propone una reflexión sobre estos conceptos con el objetivo de desarrollar políticas públicas más

inclusivas y sensibles a las realidades locales, reconociendo la complejidad de las interacciones entre sociedad, espacio y tiempo en la construcción de comunidades sostenibles.

Palabras clave: Desarrollo territorial. Praxis territorial. Gestión territorial. Política social.

Introdução

Ao adentrar o campo das políticas públicas, é fundamental transcender a visão convencional do território como mera demarcação administrativa. O território, longe de ser apenas um espaço delimitado para a implementação de ações governamentais, é uma entidade viva, enraizada em histórias, relações sociais e dinâmicas culturais que transcendem suas fronteiras físicas. Por esse motivo, emerge a necessidade premente de uma abordagem mais sensível, capaz de compreender as complexas interações entre as comunidades locais e o ambiente ao seu redor.

A rigidez das estruturas administrativas, embora ofereça certa organização, muitas vezes se revela inadequada para lidar com as demandas multifacetadas das populações. As políticas públicas, quando baseadas exclusivamente nesses modelos predefinidos, tendem a falhar em atender às necessidades individuais e coletivas de maneira eficaz. Por outro lado, uma abordagem excessivamente subjetiva pode perder de vista a concretude do território, deixando de lado aspectos essenciais da realidade local.

Nesse contexto, os estudos de desenvolvimento territorial oferecem uma via promissora para superar essa dicotomia aparente. Ao focar a cooperação e a práxis territorial, esses estudos buscam não apenas entender as especificidades de cada contexto, mas também, capacitar as comunidades locais a se tornarem agentes ativos de mudança em seus territórios.

No entanto, para efetivamente envolver essa abordagem, é crucial aprofundar a compreensão das *territorialidades* e *temporalidades* que moldam os territórios. Somente ao reconhecer e valorizar esses elementos é que poderemos verdadeiramente interpretar e promover o desenvolvimento territorial de maneira significativa e sustentável. Tendo isso em vista, o texto busca trabalhar uma reflexão sobre estes conceitos dialogando com autores dedicados na discussão de desenvolvimento territorial objetivando abrir novos horizontes e propor outros caminhos para políticas públicas mais inclusivas, sensíveis e alinhadas com a realidade dos contextos locais.

O dilema do território na política pública

Para discutir o desenvolvimento territorial de forma eficaz, é fundamental partir do conceito de território como um elemento central nesse diálogo. Nas políticas públicas, compreender o conceito de território é essencial para analisar as dinâmicas presentes em sua estrutura. Nesse sentido, é importante perceber o território não apenas como um espaço físico delimitado administrativamente para a implementação de ações de gestão. O território apresenta uma complexidade que vai além de suas fronteiras definidas, pois sua territorialidade já está estabelecida mesmo antes da criação de uma delimitação formal e quantitativa na esfera pública.

Embora a padronização do território seja necessária em muitos contextos, ela muitas vezes é insuficiente para atender às demandas e implementar políticas sociais eficazes. Na prática, observa-se que o enfoque estrito no território administrativo mostra-se limitado em sua capacidade técnica e metodológica para compreender as realidades específicas e subjetivas das pessoas que necessitam do apoio do Estado em suas vidas cotidianas. Além disso, há uma carência de métodos eficazes para identificar as potencialidades locais e fornecer os recursos necessários para estimular novas oportunidades e promover a autonomia.

Por outro lado, ao adotar uma abordagem mais subjetiva e reflexiva do território, podemos compreender melhor os fenômenos observados no campo. No entanto, essa abordagem também pode ser excessivamente abstrata e teórica, perdendo de vista a concretude do lugar e as identidades locais. É essencial encontrar um equilíbrio entre essas perspectivas, de forma a integrar tanto as dimensões objetivas quanto subjetivas do território, a fim de promover um desenvolvimento territorial mais inclusivo e sustentável.

Do conceito território ao desenvolvimento territorial

Encontra-se nos estudos de desenvolvimento territorial voltados a cooperação e *práxis* territorial, um caminho que auxilie a problemática do conceito de território e promova novos rumos metodológicos para interpretar e compreender as especificidades. Quando é discutido políticas

públicas, defende-se a possibilidade de gerar uma interpretação mais tangível da vivência dos indivíduos, promovendo formulações mais efetivas e simétricas com a realidade dos contextos. Para entrar nesta discussão, julga-se necessário compreender mais a fundo as *territorialidades* e as *temporalidades*, pois, é por meio destes conceitos que se acredita apreender a infinidade de processos e fenômenos que substantivam (i)materialmente o território, para desta forma, poder interpretar os processos de desenvolvimento territorial de modo mais efetivo.

Saquet (2015, p. 107) coloca que tanto as *territorialidades* como as *temporalidades* são históricas e relacionais/coexistentes, elas acontecem ao mesmo tempo e possuem caráter econômico, político, cultural e ambiental. Com isso, será detalhado estes dois fenômenos segundo apontamentos do autor, em que os separa de modo a simplificar seu entendimento. Saquet (2015, p. 108) divide as *territorialidades* em quatro níveis correlatos:

- a. Como relações sociais, identidades, diferenças redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades;
- b. Como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não;
- c. Como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades;
- d. Como práticas espacio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza [...].

Todos os quatro níveis de *territorialidade* que apresenta, estão intrínsecos a noção de apropriação do território pelos sujeitos desenvolvendo as relações entre si (de poder) e as relações com a natureza exterior, por meio de mediadores materiais (técnicas, tecnologias, máquinas etc.) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias etc.). O motivo de apresentar o conceito de territorialidade ganha um elemento que contribui para o objetivo de avançar além da compreensão de território como “abordagem pluridimensional, relacional, reticular e histórica” (Saquet, 2015, p. 108). Para assumir também “uma conduta crítica e operativa de ação, que passa a envolver situações de conflitualidades, apropriações, domínios, contradições, lutas de classe, disputas e estratégias territoriais” (Saquet, 2017, p. 70). A territorialidade passa a incorporar a característica de mobilização, organização e luta política a favor de um desenvolvimento

mais justo. Nesse sentido, ressalta-se mais dois nomes que passam a integrar a noção do conceito e que direcionam à particularidade do presente objeto: a *territorialidade como cooperação* e *territorialidade como solidariedade*. Como cooperação, entende-se:

[...] um sentido de *ação* e um sentido de *movimento* [...] enquanto *ação*, significa a disposição, o empenho, o compromisso de apoiar, de fazer com, de empreender com [...]. Enquanto *movimento*, nos remete a história da humanidade cujas primeiras civilizações se caracterizam pela vida em coletividade (Jesus; Tiriba, 2003, p. 49). O Esforço precisa acontecer em favor da coletividade do caráter dialógico, da realização dos objetivos comuns e da conquista de autonomia decisória. (Saquet, 2017, p. 70)

Saquet (2017) desmembra a territorialidade para detalhar a dimensão do conceito, trazendo a noção de cooperação encontrada em Kropotkin (2012 [1902]) como uma *tendência do homem*. Dessa forma, entende-se a *territorialidade como cooperação* como perspectiva de uma *práxis* dialógica e reflexiva. A investigação necessita estar voltada PARA e COM os sujeitos em determinado território buscando o desenvolvimento territorial de base local, ou seja, a partir dos sujeitos e para os sujeitos.

Da mesma forma que Saquet (2017) se utiliza da concepção de natureza e do evolucionismo do homem de Kropotkin (2012 [1902]) para expor e exemplificar a *territorialidade como cooperação*, utiliza para apresentar a *territorialidade como solidariedade*. Nesta sequência, aplica-se uma passagem de “Ajuda Mútua: um fator de evolução” de Kropotkin, na qual coloca que:

[...] nem os poderes esmagadores do Estado centralizado, nem os ensinamentos de ódio e de luta impiedosa, disfarçados de atributos de ciência, vindos de filósofos e sociólogos serviais, conseguiram eliminar o sentimento de solidariedade profundamente enraizado no coração e na mente dos seres humanos, já que ele foi alimentado por toda a evolução precedente. O resultado da evolução, desde seus estágios mais primitivos, não pode ser superado por um dos aspectos dessa mesma evolução. E a necessidade de ajuda e

apoio mútuos, que nos últimos tempos se refugiou no estreito círculo da família, de vizinhos de favelas, da aldeia ou da associação secreta de trabalhadores, reafirma-se novamente, mesmo em nossa sociedade moderna, e reclama seu direito de ser, como sempre foi, o principal motor do progresso. (Kropotkin, 2009, p. 225).

Kropotkin (2009) é direto sobre a questão de autonomia e organização dos indivíduos, o autor defende a sociabilidade, ajuda mútua e o retorno ao conceito de “aldeias” ou “comunidades” como o maior instrumento de luta pela vida e equidade. Faz menção a sociedades antigas que sempre trabalharam em cooperação em pequenos grupos para garantir a sobrevivência. Preocupava-se com a adequação de seu discurso de acordo com as concepções de espaço e de tempo ou como podemos afirmar: de territorialidades e temporalidades, o que não deixava suas proposições utópicas.

Atentava-se para a concentração dos sujeitos na cidade e a expansão do capitalismo, defendendo que o homem necessita de cooperação ao trabalhar em pequenas comunidades, não excluindo a necessidade de utilização da tecnologia a favor destes pequenos grupos. “Naturalmente seria um grande erro imaginar que a produção industrial deve voltar ao seu estado de trabalho manual [...]. Sempre que uma economia de trabalho humano puder ser obtida por meio de uma máquina, a máquina é bem-vinda” (Kropotkin, 2002, p.32). Com esta passagem de Kropotkin é possível identificar e utilizar como um dos exemplos as *temporalidades* e as mudanças visíveis nas concepções de cooperação, organização social e autonomia no *território* com o passar do *tempo* de maneira mútua.

É certo que processos territoriais e temporais são vividos ao mesmo tempo. Segundo Saquet, “[...] as *temporalidades*, significam ritmos lentos e mais rápidos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, distintas percepções dos processos e fenômenos, ou seja, leituras que fazemos dos ritmos da natureza e sociedade” (Saquet, 2015, p. 110).

Ao trabalhar com território de gestão das políticas sociais, nota-se a necessidade de se empregar esses fundamentos, pois dão autenticidade às particularidades evidenciadas nos territórios que são trabalhadas as

políticas de amparo. Particularidades com ampla diversidade e que são geradas a todo o momento por meio das relações dos indivíduos, com ele próprio, com os outros e com a natureza exterior. As diferentes fases/períodos que constroem e desconstróem os lugares, territorializam, desterritorializam e reterritorializam, concretizam processos que criam identidades e apropriações (i)materiais em diversos níveis de dominação e mostram, ao ser analisados, as particularidades mais intrínsecas de seus atores.

Assim podemos considerar as *temporalidades* manifestadas nos territórios a partir dos sujeitos/atores que o criam e recriam. Sujeitos que também estão em constante relação “[...] o território só se efetiva quando os indivíduos estão em relação com outros indivíduos, significando interação plural, multiforme e unidade na diversidade” (Saquet, 2015, p. 111), significando interação material e imaterial entre sujeitos-atores e as *territorialidades* e *temporalidades*.

É indispensável reconhecer as identidades, bem como as desigualdades – dentro do contexto de gestão – por meio de abordagens que identifique o movimento histórico, “plural, trans-multiescalar e transtemporal” (Saquet, 2017, p. 124), com o intuito de auxiliar as demandas e objetivos nas políticas sociais, adequar metodologias, elaborar propostas e realizar ações para um desenvolvimento territorial mais efetivo e com justiça social. Utilizar meios para que possibilitem as iniciativas de construção de identidades com participação de sujeitos-atores em conjunto com universidades, prefeituras e órgãos responsáveis para materializar uma gestão mais participativa e geradora de emancipação e autonomia.

Nesse contexto, há necessidade de apresentar a discussão de desenvolvimento territorial, juntamente com o desenvolvimento social que, alinhado a temática, é uma problemática territorial e que deve ser analisado e interpretado de modo a apresentar direcionamentos pertinentes que amparam tomadas de decisão inteligentes e condizentes com as distintas realidades.

Se quisermos distinguir certas das erradas – as ‘verdadeiras’ das ‘falsas’ – a maneira mais simples é perguntar-nos onde

nos levam as decisões individuais e coletivas, privadas e públicas que tomamos em relação a tais interpretações. Se considerarmos que estas melhoram consideravelmente o nosso ambiente de vida, sem piorar o de que mora em outras partes do planeta, podemos afirmar que são geografias ‘verdadeiras’. Com a palavra ‘verdadeiro’ queremos dizer, então uma ‘justa’ e eficaz performativa. E ‘justo’ não é só o que chega de uma demonstração teórica, mas também, sobretudo, o que, através de conhecimentos cientificamente fundados, revela-se sustentável, considerando todas as declinações da sustentabilidade: ambiental, econômica, social, cultural. [...] (Dematteis, 2008, p. 12-13).

É neste sentido que se considera necessário apropriar da discussão de cooperação, desenvolvimento territorial e da *práxis* como abordagens significativas na viabilização das políticas territoriais. A *práxis* é ativa e evidencia a dimensão inerente entre teoria e prática humana. Nas palavras Karel Kosik:

A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade) A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (Kosik, 2002 [1976], p. 202).

É por meio das manifestações de vida, do desenvolvimento e da atividade prática do homem, que se procura dar sequência em busca de bases teóricas que auxiliem a compreensão prática e real do apresentado, bem como apresentar percepções e metodologias aplicáveis à vida dos indivíduos que estão em constante movimento.

Estas bases são válidas para alcançar a compreensão de um conceito que examine e esclareça as necessidades nossas e de outros, que vivem e estão nos territórios – que podem ser considerados como barreiras espaciais (i)materiais – mas também podem ser o caminho para conquista de autonomia e sustentabilidade. E o conhecimento produzido em nível de sociedade local vinculado às relações existentes, é o foco da abordagem que se ocupa. Saquet coloca que: “[...] o pesquisador precisa ser um sujeito

consciente e ativo nos processos que estuda, reflexivo, trabalhando em redes de cooperação com outros pesquisadores e especialmente com os sujeitos estudados” (Saquet, 2015, p. 126).

A partir de leituras, é possível elencar alguns pontos fundamentais (Quadro 1 - Pontos fundamentais para o desenvolvimento territorial e autonomia

Fonte: Elaboração dos autores

) que estão espontaneamente incluídos no debate de desenvolvimento territorial que se preocupa com a viabilização da autonomia.

Social	Erradicação da pobreza
Cooperação/participação	Protagonismo dos atores envolvidos e sua participação nas tomadas de decisão
Referência conceitual	O território como referência para execução das ações
Natureza/ambiental	A preocupação com práticas mais sustentáveis

Quadro 1 - Pontos fundamentais para o desenvolvimento territorial e autonomia

Fonte: Elaboração dos autores

Em base dos quatro pontos elencados, e, em função do foco entre desenvolvimento e território, é trabalhado alguns apontamentos com o intuito de esclarecer a utilidade do conceito que está embutida nos processos metodológicos de pesquisa e sua efetividade na transformação social. O Quadro 2 - Síntese da compreensão de desenvolvimento territorial.

Fonte: Saquet (2019, p. 28)

esclarece e sintetiza de modo preciso esta compreensão.

Desenvolvimento	Território	Desenvolvimento territorial
------------------------	-------------------	------------------------------------

Tem distintos significados, de acordo com cada projeto e/ou programa, grupo e classe social, em cada relação espaço-tempo; é qualitativo, pluridimensional, popular, participativo, ecológico, dialógico e reflexivo, auto organizativo e público; é singular em cada relação espaço-tempo.	É formado histórica, social e naturalmente; contém redes de distintas escalas, identidades e diferenças, relações de poder (dominação, hegemonia, resistência, luta e contra-hegemonia), territorialidades e temporalidades.	Contém vínculos sociais e territoriais, tradição e inovação, confiança e identidade político-cultural, dispersão e articulação produtiva, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e sinergia, potencialização das características endógenas de cada comunidade, pertencimento, proximidade e enraizamento; significa, necessariamente, conteúdos públicos e populares, participativos e dialógicos, reflexivos e ecológicos, numa práxis contra hegemônica efetivada de acordo com as singularidades de cada espaço-tempo-território, com suas gentes, necessidades, desejos e ecossistemas.
---	--	---

Quadro 2 - Síntese da compreensão de desenvolvimento territorial.*Fonte: Saquet (2019, p. 28)*

Com essa sistematização, é possível compreender de modo desmembrado a relevância das concepções de desenvolvimento e território, os quais, trabalhados em diversas noções e particularidades, em que o desenvolvimento tem a flexibilidade de acordo com cada processo em que é submetido, e o território com suas infinidades de formações, histórico, social, cultural, nas escalas, identidades e diferenciações. Quando unidos, entende-se a amplitude que assume ao integrar características sociais produtora de vínculos, criando noção de comunidade com identidade político-cultural, redes de cooperação dialógica, participativa e que se concretiza na prática de acordo com cada particularidade das ações que são desenvolvidas.

Segundo Dematteis:

O desenvolvimento tem uma natureza dialética, contraditória e conflitual; é caracterizado por processos econômicos, políticos e culturais em certos ecossistemas naturais e locais; os sujeitos são capazes de se organizar autônoma e coletivamente por meio das relações e redes internas e externas ao local tentando garantir a autorreprodução dos

processos de desenvolvimento articulados territorialmente em nós de redes locais e extralocais (Dematteis, 1994, 1995, s.p.)

O desenvolvimento é resultado da auto-organização social e consciente, *multidimensional* e contínuo no tempo, vinculado à *autoconfiança* coletiva à atuação cooperativa e solidária (Boiser, 2004 p. 28) no nível de cada território e de acordo com cada grupo e classes sociais.

Para o francês Bernard Pecqueur, o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico (Pecqueur, 2005, p. 12). O desenvolvimento territorial não pode ser implantado ou instituído, é necessária uma construção dos atores, mesmo que políticas públicas direcionadas estimulem esses atores, são os sujeitos que viabilizam o processo de desenvolvimento, e essa construção só pode ser concebida como uma dinâmica que está inserida no tempo. O espaço e o tempo, são fundamentais no mecanismo de territorialização que permitirá a busca por recursos próprios ao território, com base em suas singularidades e, conseqüentemente, a elaboração de estratégias de organização de economia local face a se diferenciar – em termos de qualidade – em relação a serviços ou produtos já padronizados em escala global.

Considerações finais

Ao explorar as complexidades das políticas públicas e do desenvolvimento territorial, é evidente a necessidade de transcender a visão convencional do território como uma simples demarcação administrativa. O território é muito mais do que isso; é uma entidade dinâmica, enraizada em histórias, relações sociais e culturais que se estendem para além de suas fronteiras físicas. Portanto, requer uma abordagem mais sensível, capaz de compreender suas complexas interações com as comunidades locais e o ambiente.

Embora as estruturas administrativas possam oferecer certa organização, sua rigidez muitas vezes é inadequada para lidar com as demandas das

populações locais. As políticas públicas, quando baseadas exclusivamente nessas estruturas predefinidas, tendem a falhar em atender às necessidades individuais e coletivas de forma eficaz. Por outro lado, uma abordagem excessivamente subjetiva pode ignorar aspectos essenciais da realidade local.

Nesse contexto, é possível notar que os estudos de desenvolvimento territorial oferecem uma oportunidade promissora para superar essa dicotomia. Ao focar a cooperação e a práxis territorial, esses estudos buscam subsidiar comunidades locais a se tornarem agentes ativos de mudança em seus territórios, reconhecendo e valorizando suas territorialidades e temporalidades. É crucial aprofundar a compreensão desses elementos para interpretar e promover o desenvolvimento territorial de maneira significativa e sustentável. A integração das concepções de desenvolvimento e território revela a amplitude das características sociais que produzem vínculos, criando noções de comunidade com identidade político-cultural e redes de cooperação dialógica e participativa.

Por fim, o texto buscou provocar uma reflexão sobre os conceitos de desenvolvimento e território, com o intuito de abrir novos horizontes e propor caminhos mais inclusivos e sensíveis para políticas públicas alinhadas com as realidades locais. A compreensão desses conceitos de forma desmembrada revela não apenas sua relevância, mas também a complexidade das interações entre sociedade, espaço e tempo na construção e/ou manutenção de comunidades mais dialógicas, sustentáveis e independentes.

Referências bibliográficas

BOISIER, S. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. *Revista EURE*, v. XXX, n. 90, p. 27-40, set. 2004.

DEMATTEIS, Giuseppe. Possibilità e limiti dello sviluppo locale, *Sviluppo locale*, I, I, Firenze, 1994, p. 10 -30.

DEMATTEIS, Giuseppe. *Progetto implicito*. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: Angeli, 1995.

DEMATTEIS, Giuseppe. Zeus, le ossa del bue e la verità degli aranci. Biforcazioni geografiche, *Rivista dell'Associazione Italiana Insegnanti di Geografia*, anno LIII, serie VIII, n. 3-4, 2008.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. 250 p. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KROPOTKIN, P. *Ajuda mútua: um fator de evolução*. Tradução Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KROPOTKIN, P. *Fields, factories and workshops*. 2002.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, 2005.

SAQUET, Marcos. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SAQUET, Marcos. *O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento*. IGepec: Toledo v.23, p. 25-39, 2019

SAQUET, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2.Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Caio Cezar Cunha

Realiza pós-doutoramento em Geografia na Universidade Estadual de Londrina. Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Possui mestrado em Geografia e graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Estadual de Londrina. Tem

experiência na área de cartografia, território e políticas públicas com ênfase em participação popular e práxis territorial.

E-mail: caiocezar.cunha@uel.br

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/6067197662297453>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4277-0199>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

Desenho Universal para a aprendizagem: metodologias inclusivas para pessoas com deficiência visual no ensino de geografia

*Universal design for learning: inclusive
methodologies for people with visual impairments
in geography teaching*

*Diseño universal para el aprendizaje:
metodologias inclusivas para personas con
discapacidad visual en la enseñanza de geografía*

Karoline Oliveira Santos

Universidade Estadual de Londrina – UEL
okaroline22@gmail.com

Eloiza Cristiane Torres

Universidade Estadual de Londrina – UEL
elotorres@hotmail.com

Resumo: O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) se constitui como uma ferramenta teórica, de planejamento e implementação de práticas que almejam a inclusão de todos os estudantes, com ênfase em suas potencialidades e singularidades. Nesse sentido, este trabalho apresenta as possibilidades do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) no ensino de Geografia, com ênfase na diversidade dos recursos utilizados no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência visual. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico com abordagem qualitativa e de caráter exploratório, norteadas pela perspectiva histórico-cultural e campo dos estudos sobre a deficiência e educação. A utilização dos princípios do DUA nos currículos e nas práticas educativas representa uma articulação

entre as diversas possibilidades metodológicas e diferentes modos e condições para aprender, os recursos elaborados para atender as necessidades dos estudantes com deficiência visual, podem ser utilizados por todos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pessoas com deficiência visual. Prática docente. Processo de ensino-aprendizagem. Ensino de Geografia.

Abstract: Universal Design for Learning (UDL) is a theoretical tool for planning and implementing practices that aim to include all students, with an emphasis on their potential and uniqueness. In this sense, this paper presents the possibilities of Universal Design for Learning (UDL) in the teaching of geography, with an emphasis on the diversity of resources used in the teaching-learning process of students with visual impairments. This is bibliographic research with a qualitative approach and exploratory character, guided by the historical-cultural perspective and field of studies on disability and education. The use of UDL principles in curricula and educational practices represents an articulation between diverse methodological possibilities and different modes and conditions for learning. The resources developed to meet the needs of students with visual impairments can be used by everyone.

Keywords: Inclusive Education. People with visual impairment. Teaching practice. Teaching-learning process. Teaching Geography.

Resumén. El Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) es una herramienta teórica para planificar e implementar prácticas que buscan incluir a todos los estudiantes, con énfasis en sus potencialidades y singularidades. En este sentido, este trabajo presenta las posibilidades del Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) en la enseñanza de la Geografía, con énfasis en la diversidad de recursos utilizados en el proceso de enseñanza-aprendizaje de estudiantes con discapacidad visual. Se trata de una investigación bibliográfica con un enfoque cualitativo y exploratorio, guiada por la perspectiva histórico-cultural y el campo de estudios sobre

discapacidad y educación. El uso de los principios del DUA en los planes de estudio y las prácticas educativas representa una articulación entre diferentes posibilidades metodológicas y diferentes formas y condiciones de aprendizaje. Los recursos diseñados para satisfacer las necesidades de los estudiantes con discapacidad visual pueden ser utilizados por todos.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Personas con discapacidad visual. Práctica docente. Proceso de enseñanza-aprendizaje. Enseñanza de Geografía.

Introdução

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surgiu na década de 1999 proposto por David Rose e Anne Meyer, e outros estudiosos do *Center for Applied Special Technology*, apoiado pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos em Massachusetts. O modelo foi inspirado no Desenho Universal (DU) criado pelo arquiteto Ronald Mace em 1985, para se referir a projeção de edifícios e espaços públicos acessíveis para todas as pessoas (Cast, 2018). O DUA surgiu pelas reivindicações de dois grupos sociais: pessoas com deficiência, arquitetos, engenheiros e urbanistas que almejavam a democratização do uso dos espaços, visando a inclusão e pleno acesso de todas as pessoas (Zerbato, 2018).

Anteriormente, tal conceito já era empregado em países do Canadá, porém foi a partir da década de 1990 que o termo passou a ser mais utilizado (Roosmalen; Ohnabe, 2006). Em linhas gerais, o DUA pode ser definido como uma ferramenta teórica cujo objetivo é promover a inclusão e a autonomia de todas as pessoas no que diz respeito ao acesso ao conhecimento e à educação, consolidando suas bases teóricas com o modelo social da deficiência (Zerbato, 2018).

O DUA não foi elaborado para as pessoas com deficiência, mas almejando o ensino de todos os estudantes. Esse conceito está fundamentado na neurociência, tendo em vista que cada indivíduo aprende de maneira diferente, ou seja, o que pode ser uma experiência significativa para determinada pessoa pode não ser para outra (Nelson, 2014). De acordo com suas perspectivas, visa contribuir no processo de inclusão, tornando o ensino acessível a todos. Para isso, é preciso pensar no currículo, no ambiente, na comunidade escolar e nas possibilidades de tornar o conhecimento inclusivo e significativo.

A concepção do DUA surgiu da necessidade de pensar e colocar em prática ações de equidade para todas as pessoas, independentemente de suas condições ou deficiências, baseando-se em um ensino elaborado para atender as necessidades subjetivas dos estudantes, pois além das barreiras físicas, existem as barreiras pedagógicas e atitudinais (Zerbato, 2018).

As singularidades dos estudantes que devem subsidiar a escolha de metodologias e recursos, que devem ser utilizados por todos (Mazzotta, 1982). Trata-se de uma concepção inclusiva, pois cada sujeito aprende a seu tempo, sendo necessário o rompimento com as comparações e hierarquização de níveis de conhecimento (Mantoan; Lima, 2022).

Os princípios do DUA estão diretamente articulados com a educação inclusiva, partindo do pressuposto de que todas as pessoas têm direito à educação (Brasil, 1988). Sob essa ótica, o ensino deve ser construído a partir das potencialidades dos estudantes contemplando a variação humana, ao invés de conceber a deficiência como um critério de diferenciação ou incapacidade.

A construção de práticas inclusivas deve considerar as subjetividades dos estudantes, e se tratando do DUA como ferramenta educacional, é preciso refletir sobre a construção de aulas significativas, o ponto de partida são os sujeitos constituídos na diferença, onde nada é previsto e mensurado (Deleuze, 2009), exige ainda, diálogo direto com os estudantes e com a comunidade escolar.

A utilização dos princípios do DUA nos currículos e nas práticas educativas representa uma articulação entre diversas possibilidades metodológicas e diferentes modos e condições para aprender, os recursos elaborados para atender as necessidades dos estudantes com deficiência visual, por exemplo, podem ser utilizados por todos. Essa prática é intencional, almeja a equidade e consequentemente a autonomia.

As especificidades e potencialidades devem ser valorizadas, ao invés de dar foco para a deficiência (Vigotski, 2021). A prática docente requer intencionalidade, é preciso analisar as relações e contextos dos estudantes e quais conteúdos terão de fato contribuições, por meio da dialética entre indivíduo-sociedade e reflexões-ações concretas da mediação entre o saber escolar e as condições de vida dos estudantes (Libâneo, 2014).

Sob essa ótica, o trabalho apresenta uma contextualização sobre as metodologias e recursos didáticos inclusivos utilizados com pessoas com deficiência visual e que não possuem deficiência, articulando-se com os princípios do DUA no que diz respeito a construção do conhecimento, e aprendizagem significativa.

O trabalho está dividido em duas partes: 1) os paradigmas da educação especial: do modelo médico a prática educativa dialógica-inclusiva e 2) Desenho Universal para a Aprendizagem e o ensino de geografia: recursos para estudantes com deficiência visual e para todos.

Materiais e métodos

Para compreender as nuances da Educação especial na Perspectiva Inclusiva e a construção de um ensino de Geografia inclusivo para pessoas com deficiência visual, optou-se pela metodologia qualitativa de caráter bibliográfico e exploratório. A pesquisa qualitativa envolve condições filosóficas e metodológicas complexas e dinâmicas, sendo norteadas pelo objetivo de contextualização e compreensão de determinados acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes (Yin, 2016). Os pesquisadores qualitativos interessam-se mais pelo processo e delineamentos do que simplesmente pelos resultados (Ludke; André, 1986; Gil, 2008).

A utilização da metodologia qualitativa em pesquisas educacionais proporciona ressignificações sobre a aprendizagem, compreensão histórico-cultural da prática educacional, tramas da escola e importância da educação para autonomia e humanização (Devechi; Trevisan, 2010; Freire, 2014; Zanette, 2017).

Alguns caminhos foram realizados, com ênfase na tríade: Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), ensino de Geografia inclusivo e processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiências visual, a pesquisa bibliográfica foi a primeira técnica utilizada, a busca pelo referencial bibliográfico foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Periódicos CAPES e Ministério da Educação (MEC).

As discussões sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem são fundamentadas por: Alves e Ribeiro (2013), Nelson (2014), Zerbato (2018) entre outros. A respeito do ensino de Geografia para estudantes com deficiência visual: Almeida e Passini (2022), Carlos et al. (2021), Cavalcanti (2013), Custódio e Nogueira (2014), Loch (2008), Valle e Connor (2014), Ventrini (2012) e Vigotski (2021). Com relação à educação especial na

perspectiva inclusiva e prática docente dialógica: Arroyo (2013), Freire (2014), Hooks (2017), Libâneo (2014), Mantoan (2015), Mantoan e Lima (2017) entre outros.

O referencial teórico foi sendo construído com as vivências e participação em formações presenciais ofertadas pelo Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com deficiência visual (CAP) da cidade de Londrina – PR; Instituto Benjamin Constant (IBC)¹ de forma síncrona, via Google Meet durante os anos de 2021 a 2024 e discussões do grupo de pesquisa: Estudos para educação especial no ensino superior: apoios para estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos - Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (NAC/UEL).

Esses espaços dialógicos e o contato direto com pessoas com deficiência visual, suscitaram novas reflexões sobre a necessidade de construir uma geografia múltipla, fundamentada em uma perspectiva plural e dialógica. A inclusão é construída por diversos atores sociais, e exige uma ruptura com o modelo adotado na sociedade e conseqüentemente, nos sistemas de ensino, diante disso, as reflexões e proposições foram elaboradas com base na dissertação Santos (2021) realizada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGEO – UEL), com a atual pesquisa de doutorado em andamento, que perpassa pelo chão da escola e dialoga diretamente com alguns atores envolvidos na trama da educação especial, educação inclusiva, ensino de Geografia, docentes e estudantes com deficiência visual.

Os paradigmas da educação especial: do modelo médico a prática educativa dialógica-inclusiva

O processo educacional das pessoas com deficiência visual perpassou por diversas mudanças, principalmente no que diz respeito aos critérios relacionados à aprendizagem, subjetividade e o próprio conceito de deficiência

¹ O IBC é um centro de referência nacional na área da deficiência visual, foi a instituição pioneira no atendimento a crianças e adolescentes cegos, surdocegos, com baixa visão e deficiência múltipla, da América Latina (IBC, 2024).

em si. Até a década de 1970, a educação das pessoas com deficiência tinha como embasamento o modelo médico, articulando-se aos preceitos da “anormalidade” em comparação a “normalidade” concebidos pela medicina, ou seja, os critérios de ensino-aprendizagem eram estabelecidos por aspectos fisiológicos e neurológicos em comparação ao estudante sem deficiência, fixando identidades.

Em linhas gerais, sob a ótica do modelo médico, as deficiências são conceituadas como uma condição intrínseca ao indivíduo, o estudante é concebido como uma unidade de análise, aspectos socioculturais não são considerados. Além dessa perspectiva, o caráter de funcionalidade intrinsecamente fundamentado com a lógica capitalista norteava a educação das pessoas com deficiência, almejando mão de obra e a produtividade do indivíduo (Jannuzzi, 2012).

As concepções vinculadas ao modelo médico na educação especial estão diretamente articuladas com a descrição da patologia das pessoas com deficiência, as subjetividades são concebidas como “déficits” no qual a deficiência define os sujeitos. Nesse cenário, os conceitos delineadores foram “normal” “anormal” em uma perspectiva reducionista, onde os corpos são demarcados pela deficiência em curvas de anormalidades (Valle; Connor, 2014).

A exclusão foi o primeiro paradigma da educação especial, ocorre quando as pessoas com deficiência não têm acesso a instituições de ensino, ou seja, são isoladas socialmente. As formas de exclusão estão presentes desde o período colonial, diversas práticas eram utilizadas, por exemplo, a eliminação das pessoas com deficiência, superproteção em instituições de caridade e ausência de direitos. A falta de conhecimento sobre a deficiência contribuiu para que as pessoas com deficiência fossem marginalizadas e ignoradas por muito tempo (Jannuzzi, 2012).

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações para reivindicar questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência. No entanto, a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular; outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, caracterizadas pelo paradigma da segregação; há surgimento de formas

diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e centros de reabilitação em sua maioria particulares a partir de 1950 principalmente. Esse contexto ocorreu no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização do Brasil, intitulada de substituição de importações, diante das crescentes modificações capitalistas mundiais (Jannuzzi, 2012).

No modelo de integração escolar, que surgiu em escala mundial na década de 1970, ocorre uma seleção prévia para analisar estudantes aptos para inserção, em suma, os estudantes que têm que se adaptar à escola. Desde a década de 1990, os questionamentos em torno do processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência aumentaram de forma significativa, com ênfase para as concepções da educação inclusiva, que tem sido caracterizada como um novo paradigma, que se constrói com princípios de valorização em benefício da escolarização de todas as pessoas, levando em consideração as especificidades dos estudantes (Mantoan, 2015).

A partir de 1990, com o aumento de estudos científicos sobre o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência e movimentos sociais, surgiu o paradigma da inclusão, evidenciando a necessidade do reconhecimento e valorização das especificidades e subjetividades dos estudantes, suas histórias de vida e práticas sociais. Nessa perspectiva, os sujeitos são concebidos em totalidade de acordo com suas singularidades e, a partir dos contextos, as aulas são elaboradas, considerando a igualdade das inteligências como ponto de partida (Rancière, 2002).

Atualmente, os estudantes com deficiência são integrados no ensino regular e participam no contraturno das Salas de Recursos Multifuncionais (que devem dispor de materiais e recursos para atender suas necessidades) e docente especialista (Brasil, 2007). A Sala de Recursos Multifuncionais tem por finalidade atender pedagogicamente estudantes com deficiência ou com necessidades específicas, suplementando e flexionando o currículo do ensino regular, bem como propiciar apoio complementar aos docentes e a família, em síntese é o lugar em que o Atendimento Educacional Especializado é realizado (Mantoan, 2015).

A proposta da inclusão escolar na perspectiva da Educação Inclusiva implica o reconhecimento das especificidades e subjetividades dos estudantes.

No caso dos estudantes com deficiência visual, o sistema de comunicação Braille e os recursos táteis são essenciais no processo de construção do conhecimento. Para conhecer essas características, é imprescindível manter o diálogo, o docente não pode impor suas escolhas e adaptar os materiais segundo o que considera inclusivo, as escolhas devem partir dos estudantes, tendo em vista que o estudante da escola inclusiva não tem uma identidade determinada e fixada por modelos ideais (Mantoan, 2015).

A escuta atenta e renovada faz parte da prática docente, assim como a sensibilidade e novas ressignificações da prática educativa. A escola deve proporcionar vivências dialógicas, deve estar aberta à pluralidade de saberes e formas de aprendizagens. A multiculturalidade têm sido inviabilizada e silenciadas desde a origem da escola pública brasileira (Mantoan; Lima, 2017). O processo de ensino-aprendizagem deve ser humanizador e inclusivo, consolidado por uma relação horizontal que viabilize as múltiplas vozes (Arroyo, 2013; Freire, 2014, Hooks, 2017).

Desenho Universal para a Aprendizagem e o ensino de geografia: recursos para estudantes com deficiência visual e para todos!

Para utilização do DUA, algumas questões são imprescindíveis: quais as características dos estudantes? Qual o contexto? De que forma o conteúdo pode contribuir e proporcionar um processo de ensino-aprendizagem significativo? Como posso ministrar essa temática, almejando a inclusão de todos? Diante disso, toda prática deve ser norteadas pelos princípios do DUA, desde a apresentação do tema à avaliação, aqui concebida para além de notas, com foco na aprendizagem significativa e construção do pensamento crítico.

O DUA possui três princípios fundamentais, a saber: engajamento (redes afetivas), representação (redes de reconhecimento), ação-expressão (redes estratégicas). O engajamento é essencial no processo de ensino-aprendizagem, sendo necessário refletir, selecionar e planejar formas de estimular o interesse dos estudantes no processo de construção do conhecimento. Os conteúdos podem ser apresentados de diferentes formatos: textos digitais, músicas,

materiais concretos, recursos tecnológicos, audiolivros, mapas conceituais, entre outros. Devido à pluralidade e subjetividade dos estudantes, a avaliação deve contemplar as expressões de todos, pessoas com ou sem deficiência, para demonstração dos conhecimentos aprendidos (Zerbato, 2018; Capellini; Zerbato, 2022).

Nesse sentido, ao invés de planejar uma adaptação específica para determinado estudante de acordo com sua deficiência ou necessidade, pensa-se em formas de ensinar e ministrar os conteúdos curriculares para todos os estudantes (Alves, et al. 2013). Algumas questões norteadoras contribuem para a reflexão-construção de aulas que contemplem todos os estudantes. No processo de elaboração e transposição de conteúdos do ensino de Geografia para estudantes com deficiência visual, por exemplo, o docente deve partir da perspectiva de que o recurso tátil elaborado pode beneficiar todos.

A partir desse contexto, faz-se necessário desenvolver práticas teórico-metodológicas que auxiliem os estudantes na construção do conhecimento. A prática educativa é um processo artesanal moldado cotidianamente pela relação docente-discente, ou seja, a prática social vivida na escola, um espaço plural e complexo. Exige ainda, constituir novos conhecimentos e saberes sobre aprendizagem e desenvolvimento, para qualquer pessoa, com deficiência ou não (Vigotski, 2021).

Existem recursos amplamente utilizados por pessoas com deficiência visual, como, por exemplo: mapas, maquetes, gráficos, e painéis táteis. Os materiais são elaborados segundo as necessidades: cores contrastantes, letras ampliadas, para pessoas com baixa visão ou braile, para pessoas com cegueira, e para ambos, materiais sensíveis ao toque, além de recursos de Tecnologia Assistiva que proporcionam a autonomia (Loch, 2008; Carmo, 2009; Custódio; Nogueira, 2014; Ventorini, 2014), podem tornar as aulas de Geografia, inclusivas e dinâmicas e auxiliar na construção do conhecimento dos discentes com ou sem deficiência.

Nessa perspectiva, o ensino de Geografia é indispensável na formação dos indivíduos. A ciência geográfica é complexa, à medida que as relações mudam, novos conceitos e temáticas se transformam, surgem novas reflexões, contribuindo para a compreensão do próprio estudante como cidadão no mundo, ao apresentar discussões sobre a espacialização dos fenômenos

articulando-os com os conhecimentos prévios e realidade dos estudantes, com sua vida e com a realidade vivenciada (Cavalcanti, 2013).

Deste modo, a aprendizagem pode se tornar significativa, pela interação cognitiva entre os conhecimentos prévios dos estudantes com conhecimentos novos. Em linhas gerais, os novos conhecimentos adquirem novos significados e os prévios tornam-se detalhados, com novas atribuições e significados, e consequentemente podem facilitar a aprendizagem de outros conhecimentos (Moreira, 2011). O conceito de cidade por exemplo, de forma simplista, pode estar associado a casas, aglomeração de pessoas, trânsito intenso, mas com a mediação docente novos elementos e questionamentos podem ser atribuídos, almejando a criticidade.

Para construir práticas inclusivas no ensino de Geografia com estudantes com deficiência visual, é preciso conhecer as especificidades dos estudantes. Os

estudantes cegos não possuem resíduos visuais, e as pessoas com baixa visão possuem visão residual, podendo utilizar recursos de tecnologia assistiva para ampliação de textos e imagens. Essa classificação é feita conforme os resultados da acuidade visual, mas é importante considerar a funcionalidade e as interações das pessoas com deficiência visual no cotidiano, tendo em vista que a deficiência visual é uma reorganização orgânica e psicológica, com amplas potencialidades e possibilidades (Vigotski, 2021).

Os conhecimentos prévios e experiências que os estudantes possuem devem apresentar articulações com os saberes científicos do ensino de Geografia, visando o desenvolvimento. No ensino de Geografia, os estudantes devem compreender os elementos de representações geográficas e cartográficas, bem como identificar as inter-relações entre as diferentes escalas, com ênfase para as transformações socioespaciais (Almeida; Passini, 2022).

Ocorre o desconhecimento de metodologias inclusivas, que podem auxiliar os estudantes público-alvo da educação especial, como os demais, devido à formação inicial precária, que não possibilitou o aprendizado teórico-prático sobre a inclusão escolar ou ainda, a ausência e efetivação de uma política de formação continuada (Capellin; Zerbato, 2022).

As propostas de inclusão consideram a presença de todos os estudantes, é necessário pensar para além da presença do estudante com deficiência visual na sala de aula regular, a articulação do DUA com o ensino de Geografia, pode ser realizada por meio de uma prática educativa direcionada pela diversidade, pautada no diálogo direto com os estudantes, e com a comunidade escolar “as salas de aula inclusivas reconhecem, respeitam e se apoiam nos pontos fortes que todos os tipos de diversidade” (Valle; Connor, 2014, p.84).

No ensino de Geografia, é preciso identificar quais os obstáculos existentes para tornar as aulas e a prática educativa inclusiva, partindo do pressuposto de que o currículo geral é para todos, da mesma forma que o acesso aos conteúdos. Essa proposta inclusiva é construída por muitas vozes, para a Geografia ser pensada com vistas à aprendizagem de todos os estudantes, sejam eles pessoas com deficiência ou não. Esse processo exige ressignificações sobre a própria prática docente e sobre o emaranhado da escola.

Considerações finais

A educação especial é marcada por nuances e contradições, apresentando entraves para a consolidação da inclusão dos estudantes com deficiência na escola e na sociedade. Existe uma dicotomia entre a teoria sugerida nos planos de governo com a prática que muitas vezes não ocorre de forma significativa na rede regular de ensino. Os principais elementos que podem explicar tal contexto estão diretamente articulados com a conjuntura política e educacional, no qual ocorre uma crescente desvalorização dos docentes, despreparo estrutural e práticas tecnicistas.

A utilização do DUA no processo de ensino-aprendizagem contribui na construção de práticas educativas inclusivas na sala de aula, partindo da concepção de equidade e valorização das subjetividades de todos os estudantes. A educação inclusiva exige ressignificações, quebra de paradigmas e eliminação de concepções capacitistas. Faz-se necessário conceber as variações humanas como ponto de partida, para a consolidação de aulas potencializadoras e com significado.

Uma sala de aula inclusiva, é originada por concepções teórico-práticas fundamentadas na perspectiva histórico-cultural, valorizando as subjetividades de todos, sem rotulações e análises externas. Os docentes precisam compreender que as práticas inclusivas não são realizadas apenas no Atendimento Educacional Especializado, e acima de tudo, entender os preceitos da educação inclusiva, e o princípio transformador da prática educativa e da escola na formação da sociedade.

A prática docente deve ser inclusiva, deve contemplar todos os saberes, as experiências podem contribuir na construção do pensamento crítico e dialético. O ensino de Geografia inclusivo considera primordial os conhecimentos prévios, e se tratando de estudantes com deficiência visual, os recursos utilizados precisam ser acessíveis para todos. A inclusão dos estudantes com deficiência visual concentra-se nas potencialidades, nos interesses e nas necessidades e subjetividades dos estudantes, todas as práticas estão consolidadas na diversidade, diálogo, reflexão e transformação social. Os conteúdos são construídos com objetivos claros e precisos, visando um processo de ensino-aprendizagem significativo, para além do visível, contemplando todos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. *O espaço Geográfico ensino e representação*. 15ª edição, 8ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2022.

ALVES, Maria Manuela; RIBEIRO, Jaime; SIMÕES, Fátima. Universal Design for Learning (UDL): Contributos para uma escola de todos. In: *Indagatio Didactica*, v.5 (4), dezembro de 2013.

ARROYO, Miguel González. *Ofício de Mestre: imagens e autoimagens*. 15ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Portaria normativa nº 13, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília, 2007.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. *O que é ensino colaborativo?*. 2ª edição. São Paulo: Edicon, 2022, 96p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; FONSECA, Fernanda Padovesi, et al. *A Geografia na sala de aula*. 9ª Edição, 5ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2021.

CARMO, Waldirene Ribeiro do. *A cartografia tátil na formação de professores de geografia: da teoria à prática*. 2016. 193f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CAST. *Universal Design for Learning Guidelines version 2.0*. Wakefield, MA: Author, 2018. Disponível em:< <https://udlguidelines.cast.org/>>. Acesso em: 17 de jun de 2024.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 18ªed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

CUSTÓDIO, Gabriela Alexandre Custódio; NOGUEIRA, Ruth Emilia. O aporte da cartografia tátil no ensino de conceitos cartográficos para alunos com deficiência visual. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, nº 63/4, p. 757-772, 2014.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. 2.ed.rev.atual. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2009.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo Luiz. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência?. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.15, n.43, p. 148-201, jan./abr.2010.

FREIRE. Paulo. *A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. *Apresentação institucional*. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibc/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/institucional-1>> Acesso em: 15 de jun de 2024.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 3ª Edição Revista Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

LIBÂNEO, Carlos José. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 28ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOCH, Ruth Emilia Nogueira. Cartografia Tátil: Mapas para Deficientes Visuais. In: Portal da Cartografia. *Londrina*, volume 1, n°.1, maio/ago. p. 35-58, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli.E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: Summus, 2015. 96p

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LIMA, Norma Silvia Trindade de. *Notas sobre inclusão, escola e diferença*. Educação Temática Digital Campinas, SP v.19 n.4 p. 824-832 out./dez.2017.

MAZZOTTA, Marcos José da Silva. *Fundamentos da educação especial*. Livraria Pioneira Editora, 1982.

MOREIRA, Antonio Marco. *Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

NELSON, Loui Lord. *Design and deliver: planning and teaching using universal design for learning*. Brookes Publishing, 2014. 115 p.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ROOSMALEN, Linda Van; OHNABE, Hisaichi. Universal Design. Series in Medical Physics and Biomedical Engineering. In: *An Introduction to Rehabilitation Engineering*. University of Wisconsin- Madison, USA, p.47-65, 2006.

SANTOS, Karoline Oliveira. *Contribuições da Geografia para além do visível: o significado do conceito de cidade para as pessoas com deficiência visual de Londrina (PR)*. 2021. 304 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

VALLE, Jan W; CONNOR, David J. *Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola*. Tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues; revisão técnica Enicéia Gonçalves Mendes; Maria Amélia Almeida. Porto Alegre: AMGH, 2014. 240p.

VENTORINI, Silvia Elena. *Representação gráfica e linguagem cartográfica tátil: estudo de casos*. 2012. 169 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP. 2012.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Problemas da defectologia*. Org: PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth. Expressão popular: 1ª Edição, São Paulo, 2021. 237p.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. *Educar em Revista*, n. 65, p. 149-166, 2017.

ZERBATO, Ana Paula. *Desenho universal para aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa*. 298 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Tradução: Daniel Bueno. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2014.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Karoline Oliveira Santos

Doutoranda do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGEO-UEL). Mestre em Geografia pelo Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Ensino de Geografia pela UEL. Tem realizado pesquisas nas áreas de educação inclusiva, ensino de geografia, produção de materiais didáticos táteis, políticas públicas e educação inclusiva.

E-mail: okaroline22@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8458374795003331>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4826-557X>

Eloiza Cristiane Torres

Docente no curso de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em geografia (mestrado/doutorado) da Universidade Estadual de Londrina/UEL. Licenciada, bacharel, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente/UNESP. Realizou estágio de Pós-doutoramento em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. É Especialista em contação de histórias pela Faveni. Tem realizado pesquisas no campo da Geografia Física e Ensino de Geografia, com pesquisas em: Processos Erosivos, Educação Ambiental, Ensino de Geografia, Educação inclusiva, Produção de materiais táteis, Produção de recursos didáticos para geografia escolar, Contação de histórias, Linguagens e Educação Geográfica.

E-mail: elotorres@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3365827939623583>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2526-470X>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

Impactos da Pandemia no uso de Álcool e Drogas - CAPS ADIII de Janaúba, Minas Gerais

*Impacts of the Pandemic on the use of Alcohol
and Drugs - CAPS ADIII of Janaúba, Minas Gerais*

*Impactos de la Pandemia en el uso de Alcohol y
Drogas - CAPS ADIII de Janaúba, Minas Gerais*

Ana Paula Ferreira Santos Mota

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.
anap-psico@hotmail.com

Cássio Alexandre da Silva

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.
cassio.silva@unimontes.br

Resumo: Este estudo explora a interseção entre geografia e saúde, analisando os impactos da pandemia de 2020 a 2023, segundo dados coletados no CAPS ADIII da cidade de Janaúba, Município da Serra Geral, focando nos padrões de uso de álcool e drogas. Examina fatores geográficos, socioeconômicos e de saúde mental, destacando as desigualdades regionais. Utilizando metodologia qualitativa estruturalista e análise espacial, a pesquisa compara tendências de uso de álcool e drogas antes e depois da pandemia. Os resultados visam informar intervenções e políticas públicas, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de saúde pós-pandemia.

Palavras-chave: Geografia. Saúde. Qualitativa. Pandemia. Álcool e Drogas.

Abstract: This study explores the intersection between geography and health, analyzing the impacts of the pandemic from 2020 to 2023, according to data collected at CAPS ADIII in the city of Janaúba, Municipality of Serra Geral, focusing on patterns of alcohol and drug use. Examines geographic, socioeconomic and mental health factors, highlighting regional inequalities. Using structuralist qualitative methodology and spatial analysis, the research compares trends in alcohol and drug use before and after the pandemic. The results aim to inform interventions and public policies, contributing to the understanding of post-pandemic health dynamics.

Keywords: Geography. Health. Qualitative. Pandemic. Alcohol and drugs

Resumén: Este estudio explora la intersección entre geografía y salud, analizando los impactos de la pandemia de 2020 a 2023, según datos recopilados en el CAPS ADIII de la ciudad de Janaúba, municipio de Serra General, centrándose en los patrones de consumo de alcohol y drogas. Examina factores geográficos, socioeconómicos y de salud mental, destacando las desigualdades regionales. Utilizando metodología cualitativa estructuralista y análisis espacial, la investigación compara las tendencias en el consumo de alcohol y drogas antes y después de la pandemia. Los resultados tienen como objetivo informar intervenciones y políticas públicas, contribuyendo a la comprensión de la dinámica de salud pospandémica.

Palabras clave: Geografía. Salud cualitativa. Pandemia. Alcohol y drogas.

Introdução

A pandemia de COVID-19, além de seu impacto direto na saúde física, trouxe consigo um conjunto significativo de desafios psicossociais para a população mundial. Entre esses desafios, destacam-se as mudanças nos padrões de consumo de álcool e drogas.

Dentro desse contexto, o objetivo desta pesquisa é, analisar de forma qualitativa, os padrões de comportamento, especialmente no que diz respeito ao consumo de substâncias psicoativas, como álcool e drogas.

Como metodologia de pesquisa realizou-se uma análise documental, com aplicação dos elementos de análise qualitativa no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS ADIII) de Janaúba, Minas Gerais, para compreender os efeitos da pandemia nesses padrões de uso e tratamento entre seus pacientes.

O Recorte socioespacial, compreende os municípios atendidos pelo CAPS ADIII de Janaúba, a saber: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia. Como recorte temporal, esta pesquisa analisou dados do período de Janeiro de 2020 a Agosto de 2023.

Ademais, a peculiaridade desse estudo está na abordagem qualitativa, que se propõe a captar não apenas os dados estatísticos, mas também os aspectos subjetivos e contextuais que cercam a dependência química. Entender como a pandemia afetou a dinâmica de consumo e os recursos terapêuticos disponíveis para os indivíduos que lutam contra o vício é crucial para direcionar políticas públicas e estratégias de intervenção mais eficazes.

Ao mergulhar nesse tema, busca-se não apenas quantificar os números de pacientes atendidos ou identificar mudanças no padrão de consumo, mas também compreender as motivações, os desafios enfrentados, os recursos de apoio disponíveis e a eficácia dos tratamentos oferecidos pelo CAPS ADIII.

Este estudo visa, assim, fornecer bases sobre como a pandemia influenciou a vida dos indivíduos que buscam ajuda para enfrentar problemas relacionados ao uso de substâncias.

Portanto, essa abordagem qualitativa tem o intuito de oferecer uma visão mais abrangente e rica sobre os impactos da pandemia no uso de álcool e drogas, o que permitirá uma compreensão mais completa das necessidades e desafios enfrentados por esses indivíduos e suas comunidades.

Materiais e métodos

Para sustentar teoricamente os aspectos abordados, realizou-se uma pesquisa bibliográfica abrangente. Esta etapa envolveu a revisão de literatura acadêmica, artigos científicos, livros e outros documentos relevantes que abordam o uso de drogas, dependência química e os impactos psicossociais da pandemia de COVID-19. A pesquisa bibliográfica proporcionou uma base sólida para entender as dinâmicas e os fatores que influenciam o consumo de substâncias psicoativas, o que permitiu a construção de um referencial teórico robusto que embasou as análises subsequentes.

Além da pesquisa bibliográfica, conduziu-se uma investigação de campo centrada na análise de documentos oficiais. Esta investigação focou na coleta de dados sobre o uso de drogas e álcool na região da Serra Geral, em Minas Gerais, especificamente nos municípios atendidos pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS ADIII) de Janaúba.

A análise documental incluiu registros de admissão, relatórios de atendimento e outros documentos oficiais do CAPS ADIII de Janaúba, que fornecem informações detalhadas sobre os pacientes atendidos, os padrões de consumo de substâncias e as mudanças observadas durante a pandemia.

Para interpretar os dados coletados, adotou-se o método qualitativo estruturalista. Esta abordagem permitiu uma análise aprofundada das dinâmicas socioespaciais do uso de drogas na região. O método qualitativo estruturalista foca na compreensão das relações complexas entre os indivíduos e o espaço que ocupam, visto que explora como fatores socioeconômicos, demográficos e ambientais influenciam os padrões de consumo de drogas.

No que tange aos aspectos quantitativos, incluíram-se aqui a prevalência do uso de drogas em determinadas áreas e as variações nos padrões de consumo durante o período pandêmico. Dados quantitativos, como a

distribuição dos pacientes por sexo, faixa etária e local de origem foram sistematicamente registrados e analisados para identificar tendências e padrões.

Em relação aos aspectos qualitativos, as motivações para a busca de tratamento pelo uso de substâncias, desafios enfrentados pelos pacientes e a eficácia dos recursos terapêuticos disponíveis foram explorados detalhadamente.

A pesquisa abrangeu um recorte temporal de janeiro de 2020 a agosto de 2023, e contemplou o período da pandemia de COVID-19 e seus efeitos subsequentes. O estudo focou nos municípios atendidos pelo CAPS ADIII de Janaúba, incluindo Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia (Figura 1).



Figura 1: Localização dos municípios da área de estudo.

Fonte: MOTA, A.P.F (2024)

Segundo Bertrand et al. (2007), a abordagem qualitativa vai além da simples seleção de ferramentas para coleta e análise de dados. É essencial conectar essas ferramentas a questões específicas e conceitos, formando um conjunto adaptado ao objeto de estudo.

Na visão de Demo (1998, p.92) a essência da pesquisa qualitativa reside na compreensão da relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, na interdependência vívida entre sujeito e objeto, e na postura interpretativa que a caracteriza. Esse campo de atividade revela-se como um território permeado por conflitos e tensões internas.

A etimologia da palavra "qualidade", originária de "qualitas", remete à ideia de essência. Dessa forma, qualidade refere-se à parte essencial, àquilo que é mais crucial e determinante. Ela aponta para o horizonte da intensidade, transcende a mera extensão, representa uma dimensão fundamental dos fenômenos qualitativos, que buscam profundidade e plenitude.

Neste seguimento, menciona-se que a Geografia da Saúde se concentra não apenas nos fatores geográficos que influenciam as doenças, mas também na gestão dos recursos de saúde. É considerada, portanto, "uma antiga perspectiva e uma nova especialização, distinguindo-se por situar-se na intersecção da geografia, medicina, biologia, ciências sociais, físicas e biológicas, sendo essencialmente transdisciplinar" (Rojas, 2003).

Entre os principais propósitos desse domínio de estudo está a geração de novos conhecimentos e o desenvolvimento de uma estrutura teórico-metodológica para a análise das relações espaciais no processo de saúde e doença das populações. Além de compreender globalmente o processo de saúde e doença humanas, a geografia da saúde busca gerar resultados práticos relevantes para pesquisas epidemiológicas, administração de saúde e, de modo geral, para a eficácia das ações que visam aprimorar o bem-estar da população (Peiter, 2007).

Ademais, na geografia *pós-tournant* cultural, houve mudanças significativas no conceito central do espaço geográfico para orientar as pesquisas socioespaciais. A visão do espaço geográfico, em uma geografia focada nas interações entre sociedade e espaço, resulta da interposição entre processos naturais, formas físicas, práticas sociais e representações (Bertrand et al., 2007). O *tournant* cultural, que colocou as representações socioespaciais

como elemento central nas pesquisas geográficas, exigiu a adoção de métodos qualitativos com ferramentas e técnicas já utilizadas em outras disciplinas das ciências sociais, tais como sociologia, psicologia, semiótica e linguística (Bertrand et al., 2007).

Dentre os métodos comuns de pesquisa qualitativa na geografia estão: entrevistas semiestruturadas, observação direta, fotografia e mapas mentais.

No tocante ao estudo, por meio de observação direta de documento de admissão no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS ADIII) de Janaúba, Minas Gerais, proporcionou uma visão aprofundada dos efeitos da pandemia nos padrões de uso de substâncias entre seus pacientes.

Cumprir destacar que a utilização da pesquisa documental emerge como uma ferramenta capaz de oferecer contribuições significativas para a investigação, pois tem o potencial de auxiliar na compreensão dos eventos. Portanto, os documentos demandam uma atenção particular em pesquisas de natureza qualitativa. (Godoy, 1995).

A análise detalhada dos dados, combinada com a interpretação qualitativa, forneceu uma visão abrangente dos impactos da pandemia nos indivíduos que buscam ajuda no CAPS ADIII de Janaúba.

Resultados e discussões

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma análise documental qualitativa. Os dados foram coletados no CAPS ADIII de Janaúba, que atende uma região específica composta pelos municípios de Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia. A análise abrangeu o período de janeiro de 2020 a agosto de 2023.

A abordagem qualitativa foi escolhida por sua capacidade de captar não apenas dados estatísticos, mas também aspectos subjetivos e contextuais que cercam a dependência química. Essa metodologia permite uma compreensão mais profunda das motivações, desafios enfrentados, recursos de apoio disponíveis e eficácia dos tratamentos oferecidos pelo CAPS ADIII.

Os dados foram coletados por meio de documentos de admissão e registros de tratamento dos pacientes atendidos pelo CAPS ADIII. Essa coleta visou proporcionar uma visão detalhada dos padrões de uso de substâncias antes e durante a pandemia.

Foi realizada uma análise socioespacial para compreender a distribuição geográfica dos pacientes atendidos e identificar variações entre os municípios. Além disso, a análise temporal buscou observar mudanças nos padrões de uso de substâncias ao longo do período pandêmico.

Os dados foram segmentados por faixa etária e gênero para identificar padrões específicos nessas categorias. Isso incluiu a análise da predominância de casos em diferentes faixas etárias e a desigualdade na distribuição entre os sexos.

Foram investigados os motivos que levaram os pacientes a buscar tratamento, incluindo os fatores que motivaram a procura de ajuda, seja por iniciativa própria ou com o auxílio de terceiros.

A eficácia do tratamento oferecido pelo CAPS ADIII foi avaliada com base nas percepções dos pacientes sobre os benefícios recebidos. A importância do suporte familiar também foi analisada como um fator crucial para a recuperação dos pacientes.

Distribuição Desigual entre os Sexos no tratamento

Ao analisar os dados coletados, observou-se uma distribuição desigual entre os sexos atendidos, com 19 pacientes do sexo feminino e 31 do sexo masculino. Essa disparidade pode sugerir variações nas dinâmicas de enfrentamento da dependência química entre homens e mulheres, requerer uma abordagem diferenciada no tratamento.

Este dado pode ser influenciado por diversos fatores, como a prevalência de determinados transtornos relacionados ao uso de álcool e drogas em cada grupo, as barreiras sociais ou culturais que influenciam a busca por tratamento que pode ser mais acessível ou atrativa para homens.

Quanto à distribuição geográfica das mulheres atendidas, além de Janaúba, o CAPS ADIII recebe pacientes de apenas três cidades da região (Figura 2):

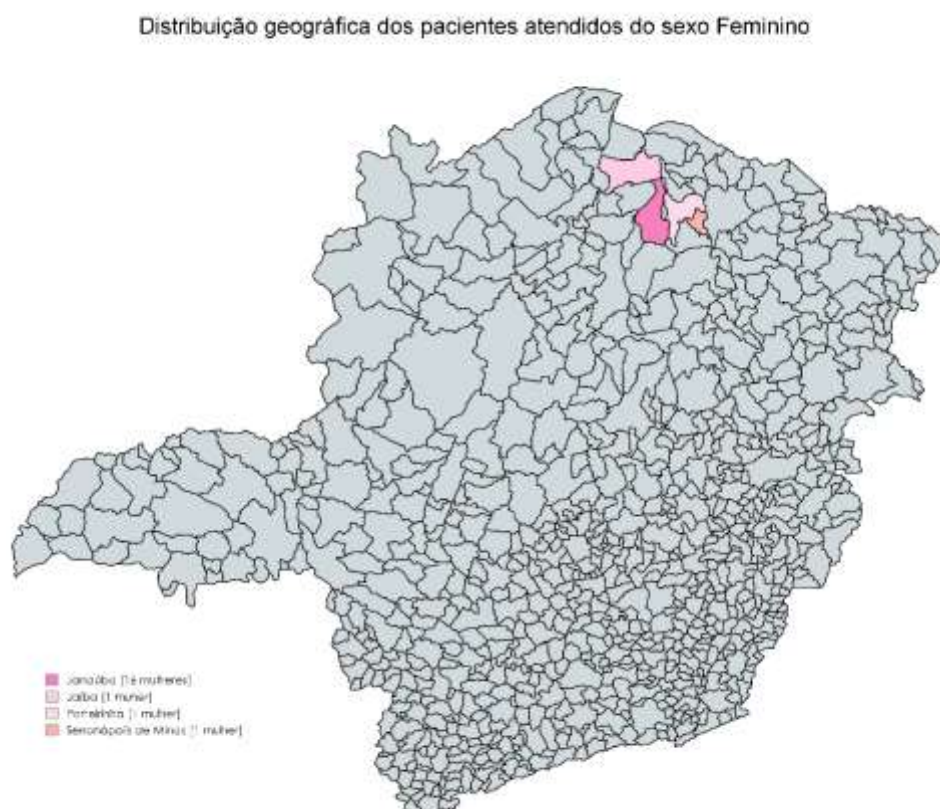


Figura 2: Distribuição Geográfica dos pacientes atendidos do sexo feminino.

Fonte: MOTA, A.P.F (2024)

Este alcance limitado sugere uma estratégia de descentralização do atendimento, que visa atender às necessidades das pacientes em diferentes localidades. Por outro lado, o CAPS ADIII de Janaúba expande sua área de atendimento para homens, abrange mais seis cidades além de Janaúba, conforme explicitado no mapa a seguir (Figura 3).

Esses dados evidenciam a complexidade da prestação de serviços de saúde mental e tratamento para transtornos relacionados ao uso de substâncias. Cada paciente tem suas particularidades e necessidades únicas, e os CAPS desempenham um papel fundamental ao adaptar suas estratégias para garantir o acesso equitativo e eficaz ao tratamento em diferentes contextos e para diferentes grupos de pacientes.

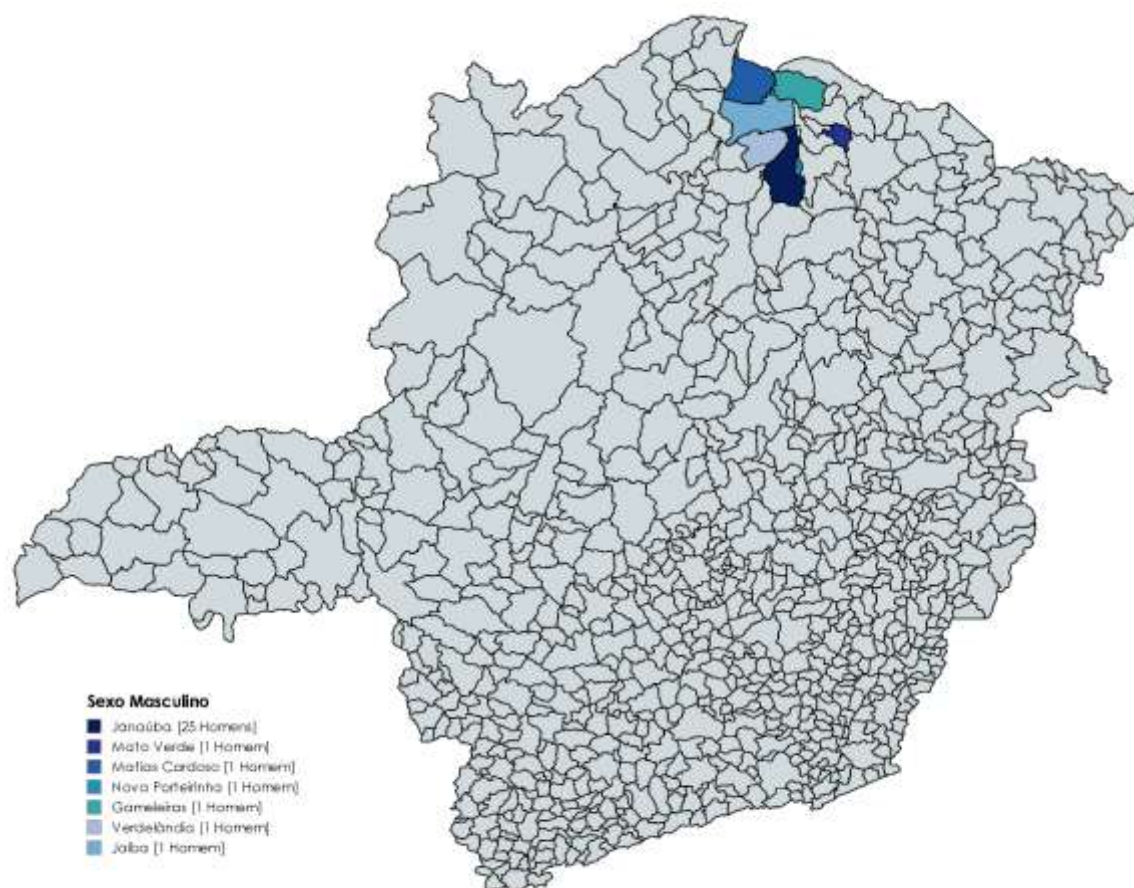


Figura 3: O CAPS ADIII de Janaúba e a área de atendimento para homens.

Fonte: MOTA, A.P.F (2024)

A predominância de homens nos serviços de saúde mental pode ser atribuída a diversos fatores, dentre os quais se inclui estereótipos de gênero que dificultam a expressão emocional e a busca por ajuda, além de diferenças na exposição a fatores de risco, como acesso a substâncias psicoativas e contextos socioeconômicos desfavoráveis. Portanto, essa distribuição desigual entre os sexos nos atendimentos do CAPS ADIII pode refletir não apenas as diferenças na prevalência da dependência química, mas também os padrões de acesso aos serviços de saúde mental na região.

Para os homens, a luta contra o alcoolismo frequentemente ocorre em um contexto onde as expectativas sociais são menos restritivas. Embora o estigma ainda exista, os homens tendem a ter mais facilidade para buscar ajuda e admitir problemas com o álcool. A masculinidade tradicional muitas vezes permite que

os homens deleguem responsabilidades domésticas e familiares, o que lhes dá mais tempo e oportunidade para procurar tratamento e suporte.

Por outro lado, as mulheres alcoólatras, especialmente mães, enfrentam desafios únicos e mais intensos. As mulheres são frequentemente as principais cuidadoras do lar, responsáveis por tarefas domésticas e cuidados dos filhos, o que cria barreiras significativas para buscar ajuda. A mãe alcoólatra enfrenta o duplo estigma de lutar contra a dependência enquanto tenta manter as aparências de uma vida doméstica funcional, muitas vezes sem suporte adequado.

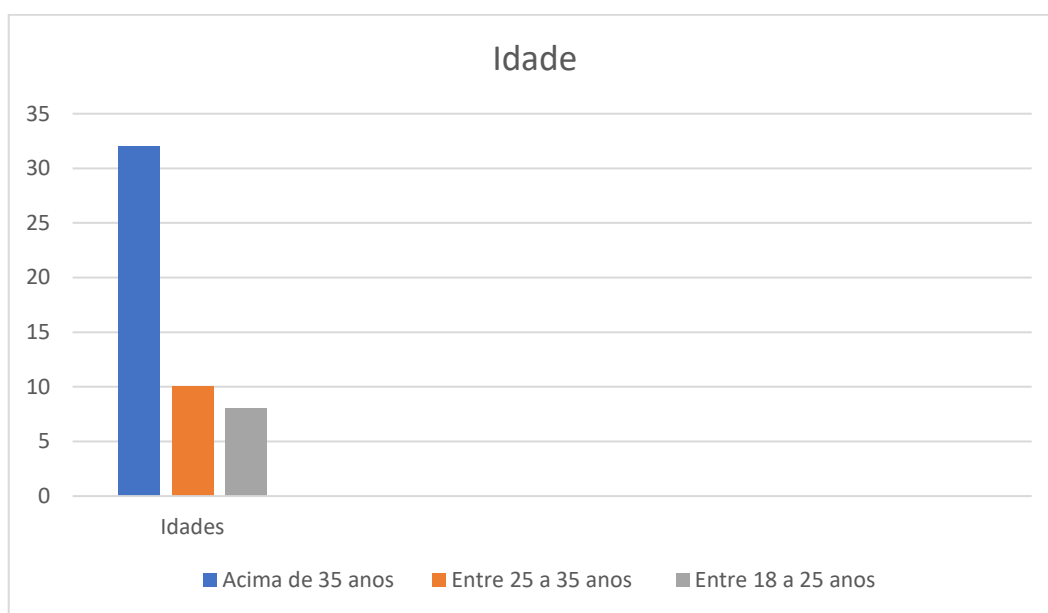
Além disso, as mulheres enfrentam julgamentos mais severos da sociedade quando se trata de problemas com álcool e outras drogas. O estigma associado ao alcoolismo feminino pode ser um impedimento adicional para buscar ajuda, pois o medo de ser julgada como uma "má mãe" ou uma mulher "indigna" pode ser paralisante. Este medo muitas vezes força as mulheres a esconderem seu problema, agravando a situação e dificultando a recuperação.

Essa disparidade se reflete na capacidade das mulheres de acessar serviços de apoio. Muitas vezes, as mulheres não dispõem de quem assuma o papel de cuidador do lar, o que torna a busca por tratamento uma tarefa monumental. Sem um sistema de suporte robusto, as mulheres podem se sentir isoladas e sem opções viáveis para lidar com a dependência química.

Em suma, a diferença de gênero na dependência química é complexa e multifacetada. Enquanto os homens encontram menos barreiras sociais para buscar tratamento, as mulheres, especialmente aquelas com responsabilidades familiares, enfrentam um conjunto de desafios que exigem uma abordagem mais sensível e abrangente.

Segmentação por Faixa etária

Na análise por faixa etária dos pacientes atendidos pelo CAPS ADIII de Janaúba, observou-se uma predominância significativa de indivíduos com idade acima de 35 anos, o que totalizam 32 pessoas. Seguidos por este grupo, há 10 pacientes na faixa etária de 25 a 35 anos e 8 pacientes entre 18 e 25 anos (Gráfico 1).

**Gráfico 1: Pacientes por Idade**

Fonte: MOTA, A.P.F (2024)

Esses dados levantam hipóteses intrigantes que, embora não possam ser totalmente esclarecidas sem um estudo mais aprofundado, sugerem uma questão multifacetada que merece atenção.

Uma explicação possível para a predominância de casos de dependência de álcool e drogas em indivíduos acima de 35 anos é a demora na busca por tratamento. Pessoas mais velhas podem ter convivido com a dependência por um período prolongado antes de procurar ajuda, ao que resulta em acumulação de anos de uso e dependência. Essa tendência de adiar a busca por tratamento pode resultar em um número maior de casos concentrados nessa faixa etária.

Outra hipótese relevante é que a estabilidade financeira, que tende a ser maior após os 35 anos, pode permitir um consumo mais constante ou elevado de substâncias, levando ao desenvolvimento de dependência. A estabilidade financeira pode também significar que essas pessoas têm mais recursos para buscar tratamento, mas somente quando o problema se torna insustentável. Estudos indicam que indivíduos com maior estabilidade econômica possuem maior acesso a substâncias psicoativas, o que pode contribuir para a manutenção e agravamento da dependência.

Adicionalmente, a expectativa de vida e a busca por melhorias na qualidade de vida podem ser fatores significativos. À medida que envelhecem,

as pessoas se tornam mais conscientes dos impactos negativos da dependência em sua saúde e bem-estar, motivando a busca por tratamento. Este aumento na conscientização pode estar relacionado a mudanças nas prioridades pessoais e ao reconhecimento dos efeitos de longo prazo do uso de substâncias.

Essas hipóteses destacam a complexidade do fenômeno e a necessidade de considerar as especificidades de cada faixa etária no desenvolvimento de estratégias terapêuticas. Diferentes grupos etários enfrentam desafios distintos no tratamento da dependência, e entender essas nuances é crucial para criar abordagens eficazes e personalizadas.

Embora esses dados apontem tendências importantes, eles também enfatizam a necessidade de estudos mais profundos e contínuos para compreender completamente as dinâmicas envolvidas. Somente com uma análise detalhada ao longo do tempo possibilitará esclarecer as razões por trás dessa predominância etária e desenvolver intervenções mais eficazes para todos os grupos.

Origem geográfica dos pacientes atendidos

No que se refere à origem geográfica, a maioria dos pacientes (38) provinha da cidade de Janaúba-MG, enquanto 12 eram provenientes de cidades vizinhas. Durante o período de estudo, estavam sendo atendidos pacientes das cidades de Jaíba, Mato Verde, Verdelândia, Porteirinha, Nova Porteirinha, Matias Cardoso, Serranópolis de Minas e Gameleiras. Essa diferenciação pode implicar em variações nos recursos de suporte disponíveis para os pacientes, levando em conta as diferenças de estrutura social, familiar e de acesso a serviços de saúde entre diferentes localidades.

A origem geográfica dos pacientes sugere uma análise mais detalhada das condições de cada localidade. Por exemplo, Janaúba, sendo a cidade com maior número de pacientes atendidos, pode ter uma rede de apoio mais estruturada ou uma maior conscientização sobre a disponibilidade dos serviços do CAPS ADIII.

Em contraste, as cidades vizinhas, embora representadas, têm um número significativamente menor de pacientes, o que pode refletir uma série de fatores. A proximidade geográfica de Janaúba facilita o acesso aos serviços de

saúde mental. Cidades mais distantes podem enfrentar desafios logísticos, tornando o deslocamento para o tratamento mais difícil.

A estrutura econômica de cada cidade pode influenciar a capacidade dos indivíduos de buscar tratamento. Cidades com menor índice de desenvolvimento humano (IDH) podem ter menos recursos para investir em saúde mental, além de uma população com menos meios financeiros para buscar tratamento fora de sua localidade. Estes dados são expressos a seguir na comparação dos IDHs das cidades atendidas, onde constata-se que Janaúba, possui o maior IDH, dentre elas (Gráfico 2).

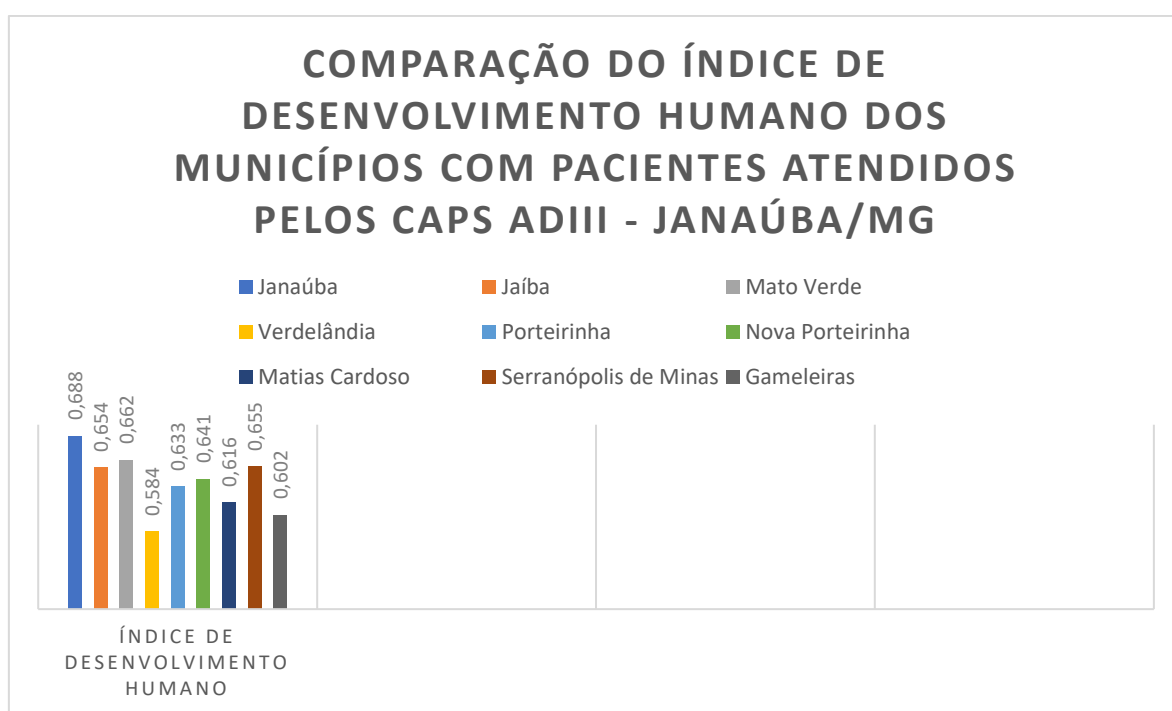


Gráfico 2: Desenvolvimento Humano dos municípios com pacientes atendidos pelos CAPS ADIII - Janaúba/MG

Fonte: MOTA, A.P.F (2024)

Algumas cidades podem ter recursos limitados em termos de profissionais de saúde mental e infraestruturas adequadas, levando os pacientes a buscar atendimento em Janaúba.

Essas variações nas condições de suporte podem afetar diretamente a eficácia do tratamento e a recuperação dos pacientes. Pacientes de cidades

menores ou com menor suporte social podem enfrentar mais dificuldades durante o tratamento devido à falta de um sistema de apoio robusto.

A disponibilidade de serviços de saúde, incluindo transporte e cuidados médicos contínuos, pode variar significativamente entre as cidades, afetando a continuidade do tratamento.

Programas de educação e conscientização sobre dependência de substâncias e saúde mental podem ser menos prevalentes em algumas localidades, resultando em menor procura por tratamento.

No momento do estudo, não havia pacientes de todos os municípios da Serra Geral, sendo apenas 9 cidades do total de 16 representadas. Isso levanta questões sobre a equidade no acesso aos serviços de saúde mental na região. Alguns municípios podem estar sub-representados devido a falta de informação sobre os serviços oferecidos pelo CAPS ADIII pode ser um fator significativo.

Em algumas comunidades, o estigma relacionado ao tratamento de saúde mental pode impedir os indivíduos de buscar ajuda. Variações culturais entre os municípios podem influenciar a percepção e a aceitação do tratamento para dependência de substâncias.

Essas observações sugerem a necessidade de um estudo mais aprofundado para entender melhor as dinâmicas regionais que influenciam o acesso e a eficácia do tratamento oferecido pelo CAPS ADIII. Desenvolver estratégias específicas para cada localidade, levando em conta suas particularidades, pode ser essencial para garantir que todos os indivíduos da região tenham acesso equitativo e eficaz aos serviços de saúde mental.

Motivos do tratamento e procura por ajuda

No CAPS ADIII de Janaúba, os motivos de tratamento variam significativamente entre os pacientes. Durante o período de estudo, observou-se que 29 pacientes buscavam tratamento por uso de álcool, 3 por uso de drogas e 18 por uso simultâneo de álcool e drogas. Essa diversidade nos motivos de busca por tratamento evidencia a complexidade dos problemas enfrentados pelos pacientes e a necessidade de abordagens terapêuticas multifacetadas (Figura 4).

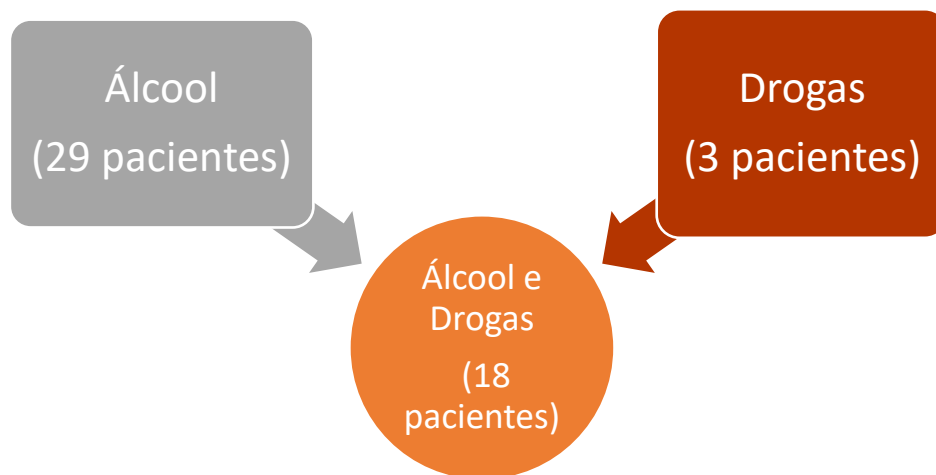


Figura 4: O CAPS ADIII de Janaúba e a área de atendimento para homens

Fonte: MOTA, A.P.F (2024)

A predominância de casos relacionados ao uso de álcool, seguida pelo uso simultâneo de álcool e drogas, sugere uma tendência que pode ser atribuída a diversos fatores.

O álcool é uma substância legal e amplamente disponível, o que pode contribuir para seu uso prevalente. A experimentação de bebida alcóolica cresceu de 52,9% em 2012 para 63,2% em 2019. Esse aumento foi mais intenso entre as meninas, que saíram de 55% em 2012 para 67,4% em 2019. Para os meninos, o indicador foi de 50,4% em 2012 para 58,8% em 2019. (IBGE, 2022).

A criminalização das drogas ilícitas e o estigma associado ao seu uso podem levar a uma menor busca por tratamento para dependência dessas substâncias. Além disso, o medo de repercussões legais pode dissuadir os usuários de drogas ilícitas de procurar ajuda.

O uso simultâneo de álcool e drogas pode agravar os problemas de saúde mental e física, tornando o tratamento mais complexo. Estudos mostram que a comorbidade entre álcool e outras drogas aumenta o risco de transtornos psiquiátricos e complicações médicas.

Quanto a procura por tratamento, apenas 10 pacientes procuraram ajuda por conta própria, enquanto a maioria (40) contou com o auxílio de terceiros para iniciar o tratamento. Essa variação nos caminhos para buscar ajuda pode indicar diferentes níveis de consciência sobre o problema e ressaltar a importância da rede de apoio social na busca por tratamento.

A importância da família e dos amigos no reconhecimento e encaminhamento para o tratamento é evidente. O suporte social desempenha um papel crucial no enfrentamento da dependência química, pois facilita a adesão ao tratamento e promove a recuperação.

A relutância de muitos pacientes em buscar ajuda por conta própria pode estar relacionada a fatores como estigma social, falta de informação sobre os serviços disponíveis e medo do julgamento por parte da sociedade. O estigma pode ser uma barreira significativa, visto que impede que os indivíduos admitam a necessidade de ajuda e procurem tratamento.

A análise dos motivos de tratamento e formas de busca por ajuda no CAPS ADIII de Janaúba revela a complexidade dos desafios enfrentados por indivíduos com dependência química e destaca a importância de uma abordagem integrada e holística. Considerar não apenas os aspectos clínicos da dependência, mas também os contextos sociais, familiares e comunitários, é crucial para o desenvolvimento de intervenções eficazes e personalizadas.

Análise temporal do vício

A análise temporal revelou que a grande maioria dos pacientes (46) iniciou o vício antes da pandemia, o que demonstra que a crise sanitária não foi o gatilho para a dependência na maioria dos casos. No entanto, 4 pacientes começaram a enfrentar problemas relacionados ao vício durante o período pandêmico, o que destaca a necessidade de avaliar os fatores desencadeantes desses novos casos.

Além disso, 16 pacientes relataram um aumento no consumo durante a pandemia, enquanto 34 afirmaram não ter experimentado mudanças significativas em seus padrões de uso de substâncias. Esse aumento no consumo sugere uma potencial relação entre o contexto pandêmico e a intensificação dos problemas de dependência.

A literatura científica oferece percepções importantes sobre os potenciais mecanismos pelos quais a pandemia pode influenciar a dependência química.

Estudos como o de Vanderbruggen et al. (2020) destacam que fatores como o aumento do estresse, ansiedade e isolamento social associados à

pandemia podem intensificar o consumo de substâncias psicoativas como uma forma de enfrentar esses desafios emocionais.

Faro et al. (2020) ressaltaram que crises sanitárias, como a provocada pela pandemia de Covid-19, têm um impacto significativo na saúde mental das pessoas. A saturação dos sistemas de saúde, o esgotamento dos profissionais da área, a crise econômica, o desemprego, o distanciamento social e o elevado número de óbitos são algumas das consequências dessa pandemia que podem prejudicar as estratégias de enfrentamento da população e resultar em problemas psicológicos.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas de 2021 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2021), a pandemia de Covid-19 não apenas afetou o mercado de substâncias, mas também mudou os padrões de consumo. Estudos realizados após a crise econômica de 2008 revelaram um aumento no uso de drogas sintéticas, devido à sua maior disponibilidade e facilidade de distribuição.

Uma pesquisa realizada por Malta (et al., 2020) destacou um aumento no consumo de álcool durante a pandemia, possivelmente relacionado aos seus efeitos relaxantes em meio ao estresse, como tristeza, ansiedade, preocupações com o futuro, instabilidade no emprego e medo de morte. O estudo envolveu 45.161 participantes maiores de 18 anos e relatou também uma redução na prática de atividade física, um aumento no tempo de exposição a telas, um consumo maior de alimentos ultraprocessados, mais cigarros fumados e um aumento no consumo de bebidas alcoólicas durante o período de restrições sociais (Malta et al., 2020).

Além disso, a restrição de acesso a tratamentos e serviços de saúde devido às medidas de distanciamento social pode dificultar o acesso dos pacientes a recursos de apoio e tratamento, exacerbando os problemas relacionados à dependência química.

Eficácia do tratamento oferecido pelo CAPS ADIII de Janaúba

A análise da eficácia do tratamento oferecido pelo CAPS ADIII de Janaúba revela resultados encorajadores, com a maioria dos pacientes que relatam benefícios significativos do tratamento.

Segundo os dados coletados, 49 pacientes sentiram-se beneficiados pelo tratamento, enquanto apenas 1 paciente expressou que o tratamento não se mostrou eficaz. Esses resultados refletem a eficácia dos serviços de saúde mental comunitários, como os CAPS, no tratamento de transtornos relacionados ao uso de substâncias.

Estudos demonstram que a abordagem multidisciplinar adotada pelos CAPS, que integra diferentes profissionais de saúde mental, como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, tem se mostrado eficaz na promoção da recuperação e na redução do uso de substâncias entre os pacientes. Dutra et al. (2008) corroboram essa eficácia, destacando que os programas que adotam essa abordagem conseguem reduzir significativamente os sintomas de dependência e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

A combinação de diversas especialidades permite um tratamento mais holístico e abrangente, abordando não apenas a dependência química, mas também os aspectos psicológicos, sociais e ocupacionais que podem contribuir para a manutenção do uso de substâncias.

A integração de terapias comportamentais, apoio psicossocial e intervenções médicas cria um ambiente terapêutico que favorece a recuperação.

A presença do suporte familiar emergiu como um fator crucial na recuperação dos pacientes. Dos pacientes atendidos no CAPS ADIII de Janaúba, 41 afirmaram contar com o apoio de suas famílias. Estudos, como o de Kelly et al. (2011), destacam a importância do suporte familiar na adesão ao tratamento, na manutenção da abstinência e na prevenção de recaídas entre os indivíduos em recuperação da dependência química.

O envolvimento da família no processo de tratamento pode fornecer suporte emocional, motivacional e prático, essenciais para a recuperação. Famílias engajadas podem ajudar a monitorar o progresso do paciente, oferecer suporte durante períodos de crise e incentivar a continuidade do tratamento.

Programas que incluem a educação e capacitação das famílias sobre a dependência química e as estratégias de apoio podem melhorar os resultados do tratamento. O conhecimento sobre a doença e as formas de apoio pode fortalecer a rede de suporte e reduzir o estigma associado à dependência.

A ausência de suporte familiar pode representar um desafio significativo para os pacientes, prejudicando a eficácia do tratamento e aumentando o risco de recaída. Portanto, é fundamental que os serviços de saúde mental, incluindo os CAPS, incorporem estratégias de engajamento e apoio familiar como parte integrante do processo terapêutico.

A análise da eficácia do tratamento e do suporte familiar oferecido pelo CAPS ADIII de Janaúba destaca a importância de abordagens integradas e holísticas no enfrentamento da dependência química. O fortalecimento dos serviços comunitários de saúde mental e o envolvimento ativo das famílias podem desempenhar um papel crucial na promoção da recuperação e na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos afetados pela dependência química.

Considerações finais

Os resultados obtidos através da análise qualitativa realizada pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS ADIII) de Janaúba, Minas Gerais, oferecem uma visão ampla e detalhada dos efeitos da pandemia nos padrões de uso de álcool e drogas, bem como nos tratamentos e recursos de apoio disponíveis para os pacientes.

Evidencia-se que a crise sanitária desencadeada pela pandemia de COVID-19 não apenas agravou os desafios existentes para os indivíduos com dependência química, mas também revelou novos casos de vício durante esse período. A constatação de que a grande maioria dos pacientes já lutava contra o vício antes da pandemia aponta para a complexidade e a persistência desses problemas, independentemente do contexto global.

Apesar dos desafios, o tratamento oferecido pelo CAPS ADIII foi percebido como eficaz pela maioria dos pacientes, refletindo a importância de estratégias terapêuticas adaptadas e de um ambiente de suporte para a recuperação e enfrentamento dos problemas de dependência. A presença do apoio familiar também emergiu como um fator crucial, influenciando positivamente a jornada de recuperação dos pacientes.

A variação nos padrões de busca por tratamento, com a maioria dos pacientes contando com a ajuda de terceiros para iniciar o processo de recuperação, ressalta a importância da rede de apoio social no enfrentamento da dependência química.

A constatação de um aumento no consumo de substâncias durante a pandemia sugere a necessidade de estratégias preventivas e de intervenção mais eficazes, especialmente em tempos de crises globais que impactam diretamente a saúde mental e emocional da população.

Portanto, esses resultados indicam a urgência de políticas públicas mais robustas e de intervenções específicas que considerem os desafios singulares enfrentados pelos indivíduos com dependência química, especialmente em contextos de crise sanitária. É crucial o desenvolvimento de estratégias flexíveis e adaptáveis, além do fortalecimento dos recursos terapêuticos e da rede de apoio social, para enfrentar os impactos da pandemia nos padrões de uso de álcool e drogas e para proporcionar o suporte necessário aos pacientes do CAPS ADIII de Janaúba, contribuindo assim para sua recuperação e qualidade de vida.

Referências bibliográficas

BERTRAND, M. et al. Géographie et représentations : De la nécessité des méthodes qualitatives. *Recherches Qualitatives, Hors Série, n. 3, Actes du colloque BILAN ET PROSPECTIVES DE LA RECHERCHE QUALITATIVE*. Association pour la Recherche Qualitative, p. 316-334, 2007.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: em busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, abr. 1998, v. 6, n. 2, pp. 89-104

DUTRA, L., Stathopoulou, G., Basden, S. L., Leyro, T. M., Powers, M. B., & Otto, M. W. A meta-analytic review of psychosocial interventions for substance use disorders. *American Journal of Psychiatry*, 165(2), 2008, 179-187. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.2007.06111851>

FARO, A., BAHIANO, M. d. A., NAKANO, T. d. C., Catiele Reis, da Silva, B. F. P. & Vitti, L. S. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estudos*

de psicologia (Campinas), 37, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF>> Acesso em 19 de jun.2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mai.-jun. 1995. v. 35, n. 3, pp. 20-9. Disponível em http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_5901995000300004.pdf. Acesso em: 11 de Jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Consumo de álcool aumenta, especialmente entre meninas*. 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34340-ibge-divulga-uma-decada-de-informacoes-sobre-a-saudedosescolares#:~:text=Consumo%20de%20%C3%A1lcool%20aumenta%2C%20principalmente,58%2C8%25%20em%202019>>. Acesso em 13 de jun.2024.

KELLY, PJ, DEANE, FP, McCarthy, Z. e CROWE, T. P. Usando a teoria do comportamento planejado e barreiras ao tratamento para prever a intenção de iniciar tratamento adicional após desintoxicação residencial de drogas e álcool: um estudo piloto. *Pesquisa e teoria do vício*, 19 (3), 2011, 276-282.

MALTA, D. C., SZWARCOWALD, C. L., BARROS, M. B. de A., GOMES, C. S., MACHADO, Í. E., SOUZA JÚNIOR, P. R. B. de, ROMERO, D. E., LIMA, M. G., DAMACENA, G. N., PINA, M. de F., FREITAS, M. I. de FÁTIMA, WERNECK, A. O., SILVA, D. R. P. da, AZEVEDO, L. O., GRACIE, R. A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde (RESS)*. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/VkvxmKYhw9djmrNBzHsvxrx/?lang=pt#>>. Acesso em 19 de jun.2024.

PEITER, P. C. *A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio*. 2007. Tese de Doutorado em Geografia, UFRJ, Brasil, inédito.

ROJAS, L. 2003. *Geografia y Salud. Entre historias, realidades y utopías*. Caderno Prudentino de Geografia, 25: 07- 28.

SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VANDERBRUGGEN N, MATTHYS F, VAN LAERE S, ZEEUWS D, SANTERMANS L, VAN DEN AMEELE S et al. *Self-reported alcohol, tobacco, and Cannabis use during COVID-19 lockdown measures: results from a web-based survey*. Eur Addict Res. 2020;26(6):309-15

Ana Paula Ferreira Santos Mota

Psicóloga pela FIP-MOC(2015). Especialista em Terapia Familiar, Sexóloga e Saúde Mental com ênfase em Dependência Química. Psicóloga do Trabalho, Neuropsicóloga e Perita do Trânsito. Atuante na clínica do Instituto MultMed. É professora dos cursos técnicos de Segurança do Trabalho, Radiologia e Saúde Bucal, na instituição de ensino Facitec. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Unimontes.

E-mail: anap-psico@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3071292315767122>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1973-3210>

Cássio Alexandre da Silva

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Possui mestrado em Desenvolvimento Social e Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e dos cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

E-mail: cassio.silva@unimontes.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1591842778780166>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1686-1457>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.

Comunidade do Salgado em Quirinópolis- GO: lugar de memórias e do saber/fazer

*Salgado Community in Quirinópolis - GO: site of
memories and know-how*

*Communauté Salgado à Quirinópolis – GO: lieu
de mémoire et de savoir/faire*

Gladis Cabral Martins

Universidade Estadual de Goiás/UEG
gladis.martins@seduc.go.gov.br

Edevaldo Aparecido Souza

Universidade Estadual de Goiás/UEG
edevaldo.souza@ueg.br

Lorranne Gomes da Silva

Universidade Estadual de Goiás/UEG
lorranne.silva@ueg.br

Resumo: O texto é parte da dissertação, em construção, a partir de uma pesquisa vinculada ao Programa de mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Salgado, é uma comunidade camponesa com alto índice de parentesco, no município de Quirinópolis–GO que, apesar dos processos de modernização no campo, sobretudo aplicada à atividade leiteira, preserva uma identidade cultural peculiar, representada pelas paisagens e modos de vida no Cerrado. O texto busca, em um primeiro momento, apresentar as diferentes acepções adotadas ao conceito de lugar e como estes se articulam no Salgado. Em seguida apresenta os lugares de encontro e de memória como fundamento para afirmação da identidade cultural e pertencimento com o lugar. Para tanto,

através de pesquisas bibliográficas, documentais e visitas em campo, realizada por meio de observações e entrevistas semiestruturadas, busca levantar respostas para o entendimento quanto às estratégias pelas quais os sujeitos têm conseguido (re)existir no lugar.

Palavras-chave: Lugar. Comunidade Salgado. Quirinópolis. Relações socioculturais. Modos de vida.

Abstract: This text is part of an ongoing thesis, based on a research from the Geography Master's Program at Goiás State University (UEG). Salgado is a peasant community with a high level of familyhood, in the town of Quirinópolis, GO, which, despite of modernization processes in the countryside, especially dairy-related activities, maintains a unique cultural identity, represented by landscapes and lifestyle in the Brazilian Cerrado. In the first place, our text seeks to introduce different meanings regarding the concept of site itself and how they are articulated in Salgado. Afterward, we introduce the sites meant for gathering and memory as a foundation for cultural identity affirmation and belonging to the place. In this context, through bibliographic and documental research and field visits, carried out through observations and semi-structured interviews, we seek to raise answers so as to understand the strategies that enable subjects to (re)exist in that place.

Keywords: Site. Salgado Community. Quirinópolis. Sociocultural relationships. Lifestyles.

Resumén: Le texte fait partie de la thèse, en construction, basée sur des recherches liées au programme de maîtrise en géographie de l'Université d'État de Goiás (UEG). Salgado est une communauté paysanne avec un haut niveau de parenté, dans la municipalité de Quirinópolis – Goiás qui, malgré les processus de modernisation du paysage, notamment appliqués à l'activité laitière, préserve une identité culturelle particulière, représentée par les paysages et les modes de vie dans le Cerrado. Le texte cherche, dans un premier temps, à présenter les différentes significations adoptées au concept

de lieu et comment celles-ci s'articulent chez Salgado. Il présente ensuite les lieux de rencontre et de mémoire comme argument d'affirmation de l'identité culturelle et de l'appartenance au lieu. Pour cela, à travers des recherches bibliographiques, documentaires et des visites sur le terrain, réalisées à travers des observations et des entretiens semi-directifs, l'étude cherche à apporter des réponses pour comprendre les stratégies par lesquelles les sujets ont réussi à (ré)exister dans le lieu.

Palabras clave: Lieu. Communauté Salgado. Quirinópolis. Relations socioculturelles. Mode de vie.

Introdução

A Geografia, assim como as demais ciências vale-se de categorias de análises para fundamentar os estudos de um objeto ou fenômeno. Desse modo, os principais conceitos que orientam o processo analítico de um determinado recorte espacial são: paisagem, região, lugar e território. Para tanto, na ciência Geográfica, esses conceitos são considerados basilares, logo, permitem ao pesquisador fazer a leitura do espaço e, a partir destes compreender a realidade estudada.

Dentre as categorias mencionadas, nos ocuparemos em discorrer, neste texto, sobre o conceito de “lugar”, no qual, em um primeiro momento, pretende-se elucidar as diferentes acepções adotadas por alguns pesquisadores para o entendimento da realidade espacial, em seguida, aplicar esse conceito à ideia de pertencimento de um determinado espaço chamado Salgado, a partir da leitura de lugar sob o viés fenomenológico, ou da Geografia Cultural. O texto é parte da dissertação que está sendo construído a partir de uma pesquisa vinculado ao Programa de mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina.

A comunidade do Salgado apresenta-se como um lugar que reflete nos lugares as especificidades de uma ruralidade presente na reprodução dos modos de vida em uma área inserida no município de Quirinópolis-GO. A economia de Quirinópolis é sustentada pelo agronegócio, com destaque ao mercado sucroalcooleiro implementado em 2005, no entanto, há um número considerável de pequenas propriedades que mantêm uma produção familiar com modos de vida camponesa.

Alguns pontos de referências que se destacam são a Escola Municipal Rural Custódio Antônio Cabral e a Igreja São Francisco de Assis, a venda Cinco Irmãos e o campo de futebol e ainda o cemitério. As atividades vinculam-se à produção leiteira; atividades culturais, modos de sociabilidades e religiosidades que se perduram no tempo e no espaço.

A maioria das famílias da comunidade por estarem ligadas por laços consanguíneos, que, de certa maneira, associam-se com a posse da terra e, por conseguinte, no estabelecimento dos modos de vida, definem contornos específicos que ultrapassam os limites visuais. Desse modo, é constituída

basicamente por famílias pertencentes ao mesmo tronco genealógico das famílias pioneiras da região. Por tanto, as experiências e a ancestralidades são mecanismos vitais que sustentam o devir, cuja contemporaneidade insiste em contestar.

Do conceito de lugar aos lugares na Comunidade do Salgado

Leite (1998, p. 9) afirma que "o conceito lugar tem sido alvo das diversas interpretações ao longo do tempo e entre os mais variados campos do conhecimento". Nessa mesma direção, Souza (2013) afirma que há inúmeras acepções do termo "lugar", sendo algumas delas mais vagas e outras mais consistentes.

Na abordagem Geográfica, o conceito de lugar ganha novos contornos e admite ultrapassar o espaço, isso significa acessar uma realidade não racional ou não objetiva, ou seja, abre possibilidades para interpretação de um recorte espacial sob o viés da perspectiva humana.

Sob o viés positivista o termo "lugar" é usado para definir uma porção do espaço, um ponto de localização de objetos, ou um lugar que alguém se encontra. Entretanto, para Relph (1979, p.16-17) o "[...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança".

Sob o viés da Geografia Crítica, conforme Carlos (2007) e Santos (1988; 2006). O lugar é visto como espaços de vivências e relações humanas. Carlos (2007) afirma ser,

[...] produto das relações humanas, entre homens e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida (Carlos, 2007, p. 22).

A autora, ao dar destaque ao lugar como produto de uma relação, admite considerar que este se constitui de simbolismos e representações fortes o suficiente para transcender a materialidade, entrando nos níveis do afeto e da percepção, que se constitui ao longo da construção da vida. Dito de outra forma, o lugar, “é o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo” (Carlos, 2007, p.17). Entretanto, afirma Carlos (2007), o lugar é visto também como reflexo do mundial, uma vez que é resultado da:

[...] articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (Carlos, 2007, p.14).

Segundo a autora, mesmo que sobrevenham influências do mundial no local, as particularidades ou as singularidades não são anuladas, os conteúdos são apenas redefinidos e novos sentidos atribuídos na prática da vida cotidiana como consequência da articulação entre o de fora e o de dentro. “É preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso” (Carlos, 2007, p.20). Portanto, podemos apontar a dimensão histórica como um elemento relevante, na medida que o tempo se faz presente no fluxo contínuo da vida.

As dimensões históricas estão presentes no discurso de Santos (2006) ao sinalizar que as técnicas sustentam o lugar, tendo em vista que neste há uma “[...] operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou marketing [...]” (Santos, 2006, p.32). Na visão do autor, o lugar atribui às técnicas um sentido histórico de uso, que é incorporada na vida da sociedade, que as manobram sobre um território. Nessa concepção, cada técnica possui uma história, seja ela mundial, regional ou local, ainda representa um elo entre o tempo e o espaço.

Ao considerar a mundialização, Santos (1988, p. 13) admite que “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”, porém interligados e interdependentes. O pesquisador condiciona o lugar à vida cotidiana e a dialética existente na relação entre o local e global,

onde “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (Santos, 2006, p.231). Para tanto, Santos (2006), define o lugar como um:

[...] quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (Santos, 2006, p.218).

O autor nos leva ao entendimento de que o lugar é expressão do global, portanto, um lugar imerso de significação produzidas no discurso da vida, e por vezes contraditórias. Nesse entendimento, a comunicação segundo Santos (2006), destaca-se, como um elemento relevante, haja vista que o diálogo entre as mais variadas instâncias, instituições e aspectos da vida social, oportunizam novas dimensões ou espaços, que localmente vivido garante o diálogo de todos os elementos, num plano maior, ou seja, mundialmente.

Na Comunidade do Salgado tais concepções ganham sentido, haja vista que apesar de ser um lugar culturalmente enraizado, adaptações e ressignificações são perceptíveis no plano vivido. Para continuar existindo e se reproduzindo naquela terra, os camponeses dialogam com elementos e instituições. Os camponeses vivem uma espécie de passado e presente, no bojo das dinâmicas produtivas e culturais. Ao mesmo tempo que preservam práticas e valores tradicionais, incorporam mudanças causadas pela modernização.

Segundo Ferreira (2000), a mundialização dos lugares é promovida pelos próprios lugares, por meio de estratégias que objetivam dar-lhes visibilidade, principalmente com a criação de imagens, tornando-o específico e/ou singular, de modo que possa atrair consumidores e investidores. Esse processo, de acordo com Ferreira (2000), envolve a acumulação de capital e ações que interligam os lugares, e como resultado do capitalismo contemporâneo, os lugares surgem como possibilidade de as pessoas se apegarem, mesmo que o tempo não proporcione intimidade e familiaridade.

O Salgado está embutido nesse processo, pois são as especificidades (física e social) que lhe confere visibilidade. Essa imagem, entretanto, atrai

instituições, projetos políticos e pessoas interessadas em lazer. Os camponeses ao mesmo tempo que participam desse processo, por meio da divulgação dos eventos (jogo e baile) por exemplo, criam lugares como a igreja, a escola, o campo de futebol, a venda e o cemitério, que permitem manter os costumes e tradições, uma forma de reafirmar os laços familiares e o pertencimento ao lugar “comunidade”.

Para uma reflexão que concentra esforços nos processos vividos, a Geografia Cultural tem uma leitura diferente para o conceito de lugar. A preocupação dos geógrafos humanistas que atuam sob os princípios fenomenológicos é buscar compreender o lugar a partir das vivências e experiências dos sujeitos, arraigados no campo dos sentimentos e dos simbolismos. Eis, textualmente, as ponderações de Suess e Ribeiro (2017):

[...] o lugar em Geografia, entre várias contribuições, é um reflexo da fenomenologia, pois é o principal conceito geográfico que parte do vivido das pessoas, que garimpa o significado real das coisas antes mesmo de qualquer formulação teórica. Trata-se de um conceito que não diz apenas do mundo concreto, ou por outro lado, do mundo subjetivo, ele é um meio termo entre esses dois polos, ele capta o mundo vivido que tem como base o mundo físico, mas também envolve a subjetividade e intersubjetividade dos seres atuantes nele (Suess; Ribeiro, 2017, p.10-11).

As ideias de Relph (1979) nos permitem inferir que o lugar analisado pela ótica da experiência pode ser caracterizado pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e o meio natural ao longo da história, tornando-o “lugar da existência”. Ou, de acordo com Tuan (2018, p.5) “[...] um centro de significado construído pela experiência”, e, por extensão, um forte elemento de comunicação e de linguagem, que por sua vez não deve ser reduzido a um símbolo (Holzer, 1999). Nessa linha de raciocínio, a obra de Yi-Fu Tuan, intitulada de “Topofilia” ganha destaque, sobretudo no contexto da Geografia Cultural. O autor aborda o conceito, a partir da percepção, das atitudes e dos valores envolvidos nas relações dos sujeitos com o meio ambiente.

Tuan dedica-se a explicar a natureza do sentimento e o papel do lugar como produtor de imagem no estabelecimento de laços afetivos. Segundo este pesquisador, “Topofilia” é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente

físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal [...]” (Tuan, 1980, p.5).

Desse modo, este conceito é profícuo à proposta que norteia a pesquisa de mestrado na comunidade rural do Salgado em Quirinópolis. Para discorrer sobre a comunidade do Salgado, é necessário recorrer-se também ao conceito de toponímia, buscando compreender o nome de batismo dessa comunidade, no qual Brandão (2009), Tavares e Velasco (2020), Claval (2007) e Seemann (2005), assinalam a importância dos nomes e os significados fundidos neles.

Isquerdo (2008), Corrêa (2003) e Silva (2020) demonstraram que pelo nome é possível recuperar aspectos históricos e culturais do grupo social que constitui um determinado espaço, configurando, como referencial importante para desvelar a origem da comunidade. Silva (2020), acrescenta ainda que a toponímia, remete:

[...] não apenas à identificação de uma história pretérita, mas sim, a um elo fundamental da interação dos homens com o meio, de suas formas de ocupação e uso do território, assim como do estabelecimento da própria relação em seus espaços de vivência e paisagens, configurando-se, nesse sentido, como um patrimônio cultural importante dessas populações (Silva, 2020, p.292).

Ademais, essa lógica pode ser justificada pelo fato de que “[...] a ação de atribuir um nome a um lugar cristaliza diversos fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo/comunidade que habita o espaço geográfico [...]” (Isquerdo, 2008, p.34). Neste sentido, a toponímia de um lugar carrega consigo uma história, que pode derivar de diferentes proveniências que resultam em determinantes como aspectos históricos, geográficos, características do lugar ou nome de pessoas entre outros.

Seemann (2005, p.209) entende que “pelo ato de nomear, o espaço é simbolicamente transformado em lugar, que, por sua vez, é um espaço com história”, acrescenta Tuan (1983), com significados, traduzidos pelas vivências, tradições, saberes e fazeres humanos. Desse modo, pensar a toponímia, é pensar a origem e trajetória do lugar.

Não foi diferente com a Comunidade do Salgado. Não se sabe ao certo, mas as famílias entrevistadas contam que o nome da região surge no início do século XIX, em razão de um acidente de percurso com um carro de boi, às margens de um córrego existente no local. Logo, é uma narrativa originada de uma história passada pela oralidade entre os moradores do espaço da vida e da experiência, que advém do período da sua colonização, do então denominado de Salgado.

Desse modo, a denominação do topônimo Salgado, remonta à época em que era comum a utilização dos carros de bois, que constituíam basicamente em um dos meios de transporte mais utilizado da época, principalmente para o transporte de alimentos e ferramentas de trabalho, mas também da família (Figura 1). Assim, os carros de bois ultrapassavam os arredores da comunidade para buscar mercadorias em Rio Verde, Quirinópolis e no estado de Minas Gerais, e precisavam realizar travessias pelos córregos. Naquela época não dispunham de pontes, sendo necessário atravessar no leito dos córregos, muitas vezes em condições ruins, dificultando a passagem, provocando atoleiros e pequenos acidentes.



Figura 1: Carro de boi dos anos de 1980 utilizado para o transporte da família e de cargas

Fonte: Acervo da família Cabral, 2023.

Em uma dessas viagens de retorno, o carro de boi, carregado com sal, tombou às margens de um córrego, derramando todo sal em seu leito. Sugestivamente, o fato ocorrido ocasionou a denominação do córrego de “Salgado” que nasce na serra da Cachoeira (conhecida pelas famílias como serra do Salgado) e desagua no Rio Preto, passando então a comunidade também receber o mesmo nome. “Inspirada neste fato, a denominação foi assim consagrada pela tradição local e pela aceitação popular” (Martins; Rossi, 2014).

Observamos que as motivações toponímicas da comunidade estão alinhadas às características naturais e fortemente aos elementos histórico-culturais da vida desse grupo social, pois remonta a memória de fatos e acontecimentos que subsidiam a história do passado da comunidade, que se encontram guardados na memória e na imaterialidade, que compõe as relações sociais estabelecidas no lugar. Geograficamente as propriedades estão concentradas em toda extensão do córrego Salgado e Guerreiro local onde o povoamento pode ter iniciado.

Os estudos de Claval (2007), permite-nos salientar que, no caso da Comunidade do Salgado, a toponímia expressa um conjunto de significados que escrevem a história do lugar, pois abriga em seu interior as memórias, as experiências e as vivências das famílias que, por sua vez, são evocadas pelo próprio nome.

Os modos de vida, deixaram, ao longo do processo de formação do lugar, registros singulares de sua presença na toponímia, tanto que pelo nome “Salgado” é possível perceber a relação simbólica desenvolvida na época da ocupação do lugar e como essas memórias e vivências continuam a influenciar as famílias que vivem no lugar. Por isso, “ao prestar mais atenção nos nomes, será possível adquirir mais conhecimentos sobre os lugares e suas culturas vigentes” (Seeamann, 2005, p.221).

Esses aspectos, fazem parte da vivência e deixam marcas na memória, cristalizando-se no tempo e no espaço por meio da identidade sociocultural dos sujeitos do lugar Salgado, logo é possível associá-lo ao meio físico e cultural, estes por sua vez refletem a toponímia.

Diante desses fatos, entendemos que o nome “Salgado” represa um signo, e como tal, carrega sentidos e significados históricos, socioculturais, econômicos e ecológicos daqueles que tecem a realidade. Por este motivo,

nosso olhar e discussões seguem, na rota de desvelar os símbolos e significados que se apresentam emaranhados às vivências no/do lugar.

Prosseguindo o construto teórico de lugar, no entendimento de Holzer (1997), o conceito está centrado na “essência” das significações produzidas pelos sujeitos, cujos veículos são: a percepção, o pensamento, memória e a imaginação. Buttimer (1985), atribui ao lugar o conceito de “mundo vivido” (*lifeworld*), ancorado na experiência pessoal, onde “cada pessoa está rodeada por ‘camadas’ concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação” (Buttimer, 1982, p. 178).

Ao considerar as palavras-chaves utilizadas por Tuan (1980), Holzer (1997) e Buttimer (1985) para definir o lugar, podemos inferir que ambos apresentam elementos semelhantes, de modo universal, intersubjetivo e incondicional para compreensão do lugar. As acepções dos pesquisadores, nos remete as indagações de Tuan (1980), ao trazer o “ser” para o contexto da análise, sob o argumento de que, apesar de possuir capacidades biológicas comuns, há variações individuais (bioquímicas e fisiológicas) e culturais que influenciam na forma como o sujeito responde ao ambiente.

O lugar vivido pelo indivíduo, está envolto de histórias, magias e simbioses, ou seja, representa uma densa trajetória, repleta de movimentos, muitas vezes não percebidas pelas pessoas, contudo, gera envolvimento, reconhecimento e forte sentido de pertencimento ao lugar (Seamon, 2013). A esse movimento, o autor chama de dança-do-lugar, que significa “[...] uma sinergia ambiental na qual homens e partes materiais involuntariamente promovem um todo maior, com seu próprio ritmo e caráter especiais” (Seamon, 2013, p.16).

Nessa concepção, “o lugar é construído, significado, recomposto e criado pelas pessoas que nele vivem” (Buttimer, 2015, p.4). Sendo assim, “o lugar é criado por seres humanos para propósitos humanos” (Tuan, 2018, p.14), de tal modo que podemos considerar as relações sociais existente no processo das relações e vivências, conferindo a ele um caráter singular, difícil de explicar (Buttimer, 2015).

A autora (2015) esclarece as dificuldades de entender o significado de lugar, enquanto espaço vivido, a partir de um ensaio próprio, e salienta que “a maioria destas experiências não é conscientemente processada na minha mente

– é por isso que é tão difícil encontrar palavras – porque este lugar viabiliza a mente e o coração, corpo e espírito, imaginação e vontade de ficar harmonizado e criativo” (Buttimer, 2015, p.10).

Nessa lógica, podemos entender a construção do lugar como um fluxo contínuo, mediado pelas relações estabelecidas, cujas respostas ou valores estão amarrados ao corpo (Tuan, 1980; Buttimer, 2015; Carlos, 2007). E não é só isso. Os sentimentos pelo lugar, por sua vez são permanentes e difíceis de explicar, “[...] por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (Tuan, 1980, p.107). Assim, os laços afetivos pelo lugar, ao longo do tempo, ou seja, através da história construída pelas experiências vividas, são alimentados pelos sistemas simbólicos, que, herdado, também é transmitido por gerações.

Nessa ótica, Tuan (2011), aponta o tempo como um fator importante no estabelecimento de laços afetivos pelo lugar, pois quanto mais tempo vivendo em um determinado local, mais interagimos, mais conhecemos e mais significativo ele o torna em nossas vidas. Isso implica segundo o pesquisador, sentir com o corpo, por meio dos sentidos, assim sendo, é processo que requer tempo. As ideias do pesquisador, nos remete destacar que, compreender o lugar, requer uma análise específica e profunda, e está amarrado ao subconsciente de cada sujeito.

Mello (2011), corrobora com as concepções de Tuan (1983), ao enfatizar que o sentido de lugar advém das experiências, símbolos, significados e permanência, contributos que despertam sentimento de pertencimento dos sujeitos ao lugar, que por sua vez, estão intrinsecamente imbricados no acervo íntimo do sujeito ou grupo social. Para o autor, o lugar é concebido através do mundo vivido, contemplado indissociavelmente aos pertences, espaços públicos, parentes, amigos e conhecidos. Contudo, destaca que o entendimento do conceito de lugar é múltiplo, divergente, pode conter diversas escalas, haja vista que o ser humano está sempre em busca do lar, *locus* de aconchego e segurança.

Para exemplificar, Mello (2011, p.12) cita os locais de encontros e vivências noturnas de boêmios, alcoólatras, prostitutas, pedintes, artistas entre outros, os quais podem ser considerados extensão do lar. As orações e os atos da santa missa, também revelam outra dimensão do lar, a “morada eterna”,

clamadas pelos fiéis ao fim da peregrinação terrestre. Nesse sentido, apresentaremos, mais à frente, algumas dessas extensões de lares das famílias do Salgado, sendo elas: a igreja, a escola, o bar, o campo de futebol e o cemitério.

Buttimer (2015), ao discutir o conceito, explica que o seu sentido está associado ao interesse e a perspectiva de cada sujeito. A autora aborda o termo *centramento*, para conduzir o raciocínio a partir da análise de dois pontos: *insider e outsider*. Isso implica em compreender que o lugar possui diferentes conotações a partir do ângulo que se observa. Ela continua a linha de raciocínio, inserindo mais dois elementos: *lar e horizonte de alcance*, dois movimentos que funcionam de forma recíproca. Para ela são esses horizontes de alcance ou perspectiva, que permite ir além do lar, ou melhor, do espaço íntimo qual se tem afinidade, e articular com outros espaços ou escalas maiores. Ela adverte ainda que, o horizonte de alcance depende de cada um.

O conceito se apresenta como relevante, na medida em que o diálogo abre caminhos para o entendimento dos modos de vida estabelecidos no lugar, com os seus significados e dinâmicas próprias, assim como o sentimento de pertencimento dos sujeitos com o lugar, no processo de constituição sociocultural das famílias que ali residem, representados pelo patrimônio cultural material e imaterial.

Faz-se mister sublinhar que “o lugar dispara a lembrança daquele que o vivenciaram, que compartilharam um passado comum, abrindo a possibilidade de sua compreensão para o *outsider*, através dos passados compartilhados e inscritos na paisagem cultural” (Ferreira, 2000, p.67-68). Desse modo, “o lugar é a melhor forma geográfica de conhecer os valores, os significados e os sentimentos edificadas pelo homem no espaço” (Suess; Leite, 2018, p.26).

Outrossim é que as singularidades da comunidade do Salgado, objeto de discussão desse texto, podem estar atravessadas por elementos de raízes culturais, representadas pelos saberes e fazeres cotidiano, mas também estar envolto de ressignificações, condicionadas pelos processos de modernização do capital do agronegócio e sucroalcooleiro do município, o qual faz parte. Desse modo, torna-se relevante desvelar a comunidade de forma geral sob o prisma da categoria “lugar”, assim como também ressaltar alguns lugares que se configuram como locais de encontro ou de memórias para as famílias do lugar.

Os lugares de encontro e de memórias na Comunidade do Salgado: escola, igreja, venda, campo de futebol e cemitério

Com o objetivo de ofertar a formação educacional às crianças ali mesmo na comunidade do Salgado, em 1972, por meio da doação de uma área feita pelo Sr. Sebastião Pereira Cabral, ergueu-se a atual escola (Figura 2), cujo nome é homenagem ao seu pai Custódio Antônio Cabral. Essa escola, representa não só comodidade para as famílias, tendo em vista as dificuldades em relação à distância da cidade, mas também porque possui um significado simbólico para a comunidade.



Figura 2: Escola Municipal Custódio Antônio Cabral.

Fonte: MARTINS, Gladis Cabral, 2023.

Além de ser um espaço educacional, a escola possui um significado simbólico para a comunidade. É o lugar em que os pais estudaram, os filhos estudaram e agora os netos estão iniciando a vida estudantil. Para além de um

local de estudo, a escola representa o trabalho de homens e mulheres da comunidade. Uns ainda em efetivo exercício outros já aposentados.

Adentrando na escola, percebe-se que todo o espaço está repleto de memórias e vivências das famílias da comunidade. Sejam elas, nas reuniões previstas no calendário escolar ou nos eventos culturais promovidos durante o ano letivo, com maior evidência para a festa junina. Os jogos semanais na quadra denominados de “rachas” também fazem parte não só das lembranças dos que um dia ali estudaram, mas também das vivências dos jovens que ainda estudam.

Desse modo, observa-se que a escola carrega a ancestralidade e parte da existência da própria família daquele lugar. São desejos, sonhos e lutas acumulados no tempo e materializados no espaço. Portanto, as recordações são marcas que não saem da memória, motivo pelo qual a comunidade se mantém unida para garantir o funcionamento da escola junto à Secretaria Municipal de Educação de Quirinópolis.

Em 11 de agosto de 1982, ao lado da escola, mais precisamente à sua esquerda, a comunidade ergueu uma capela em homenagem a São Francisco de Assis (Figura 3). A construção da igreja representa o desejo de promover e coordenar encontros religiosos, batizar os filhos, realizar os casamentos, celebrar missas e outras rezas na comunidade.

Contudo, é preciso considerar que nos primeiros tempos, as práticas religiosas tinham um caráter de rezas populares. Em diversas ocasiões as famílias faziam procissões até o cruzeiro, se encontravam nas casas para puxar as rezas de terço, novenas e outras. “Depois do terço a turma ia dançar e todo mundo farriar, e aí, tudo era farra né?” (Entrevista I, 2023).



Figura 3: Igreja São Francisco de Assis.

Fonte: MARTINS, Gladis Cabral, 2023.

Brandão (1979, p.33), ressalta que nas comunidades camponesas essa “[...] forma popular e relativamente autônoma de crença e de prática do religioso católico foi o sistema quase único de trocas entre a sociedade e o sagrado”. Os argumentos de Brandão (1979) permitem compreender que a existência de cruzeiros localizados em várias propriedades e em cima da serra do Salgado, justificada pela fé das famílias e a consciência que a penitência era necessária para alcançar a Graça. Também a sacralização desses lugares para a prática dos rituais religiosos da época, se deve ao caráter autônomo das práticas religiosas da cultura camponesa.

Nesses locais as famílias se reuniam para agradecer as benções recebidas, realizar os pedidos e pagar penitência. Em muitos casos, as rezas aconteciam para pedir chuva e assim garantir uma boa colheita e pastagens para os animais. A figura 4A apresenta o cruzeiro na porta de uma das casas e a entrevistada fala com o coração cheio de fé e alegria que “erguer um cruzeiro é a coisa mais linda”. Depois da reza, a chuva sempre caía.

Em um dos batizados realizados na comunidade, o Frei anunciou a todos que a partir daquele dia todos deveriam reunir-se aos domingos sob a orientação

do Diácono Ivando Custódio Cabral, que na época era professor na comunidade (Martins; Rossi, 2014). A comunidade, abraçou a ideia e, a partir desse momento, uniram esforços para erguer a capela. Sob a liderança e orientação do Sr. Ivando Custódio Cabral, construíram um barracão coberto com folhas de bacuri, depois com telhas, onde realizaram, por algum tempo, as reuniões, as celebrações, as missas e as festas para arrecadar fundos para a construção da capela.

As memórias daquele tempo revelaram os mutirões e as festas, práticas muito comuns na comunidade. A entrevista I conta que as festas eram “Boa demais! Tinha leilão, brincadeira, bingo, uns binguim que fazia também, pescaria [...]”. Eventos que reunia toda a comunidade. Também as procissões e colocação da imagem de São Francisco de Assis e a primeira missa na Igreja (Figura 4B) está registrada não só na memória coletiva das famílias.

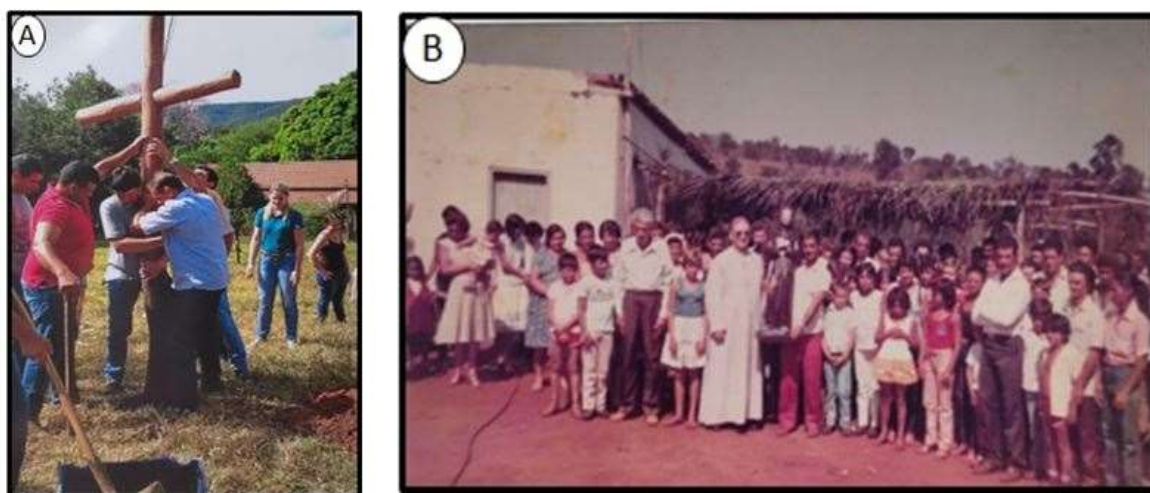


Figura 4: (A) Registro do momento em que se enguia o cruzeiro em uma das propriedades do Salgado; (B) Registro da procissão realizada no dia 04 de outubro de 1982 para inauguração da capela São Francisco de Assis.

Fonte: Acervo da família Cabral, 2023.

A construção da Igreja São Francisco de Assis representou para a comunidade um marco temporal e espacial, que influenciara tanto a dinâmica religiosa, como também a consciência política, econômica e social. A partir de então, a denominação de comunidade passa a ser reconhecida e utilizada pelos moradores. Desse modo, assim como os cruzeiros, a igreja, passa a ser um lugar

de encontro com o sagrado e de sociabilidade, e, por conseguinte, de acordo com Brandão (1979), o núcleo da comunidade.

Casas, grutas, cruzeiros, capelas, curvas de estrada – um deles tendia a ser o mais procurado, a exigir a festa anual mais concorrida, sob patrocínio dos moradores de mais posses e a se tornar, com o passar dos anos, o núcleo primitivo do lugar urbano da sociedade de fazendeiros capitalistas, assim como o espaço principal do culto católico, o da igreja matriz (Brandão, 1979, p.32).

A partir de Brandão (1979), podemos alocar o espaço ocupado pela venda “Cinco Irmãos” e o campo de futebol como um segundo núcleo da comunidade do Salgado, visto que é um lugar muito procurado pelos camponeses do Salgado. Tido como lugar de diversão e sociabilidade, onde além de ser um ponto de comércio, os camponeses se encontram nos finais de semana, para jogar bola, sinuca, ou tomar uma cerveja e comer um espetinho assado enquanto falam sobre os mais variados assuntos, desde o trabalho até os amores.

A constituição do segundo núcleo, no entanto, representa a continuação de uma tradição de família, que é igualmente uma tradição da comunidade, afirmada nas palavras do Sr. Ademar Vieira Cabral ao lembrar que “juntava muita gente na venda [do Sr. Rafaelim], tinha sete times de futebol. Tenho muita saudade daquele tempo [pausa] sinto não ter nenhuma fotografia daquela época” (Entrevista, 2023).

A venda de Rafaelim, fundada por volta de 1968, foi um local bastante frequentado pelos moradores do lugar e das regiões circunvizinhas, pois lá havia também um campo de futebol, sendo uma das únicas opções de diversão daquela época. A venda estava localizada nas proximidades de um pequeno afluente do Córrego Salgado denominado de Córrego da Canjica. Vendia quase de tudo, desde secos e molhados até roupas e remédios (Martins; Rossi, 2014, p.542).

Da antiga venda do Sr. Rafaelim, em 1990, os filhos do Sr. Orcalino e da Sra Flauzina e também sobrinhos do Sr. Rafaelim, constroem a venda “Cinco irmãos”, junto dela o campo de futebol (Figura 5). Localizado à margem direita

do córrego Salgado, nas proximidades do rio Preto, e se concretiza em um lugar onde congrega os jogos de futebol e os bailes, os quais, então, passam a fazer parte do calendário da comunidade.

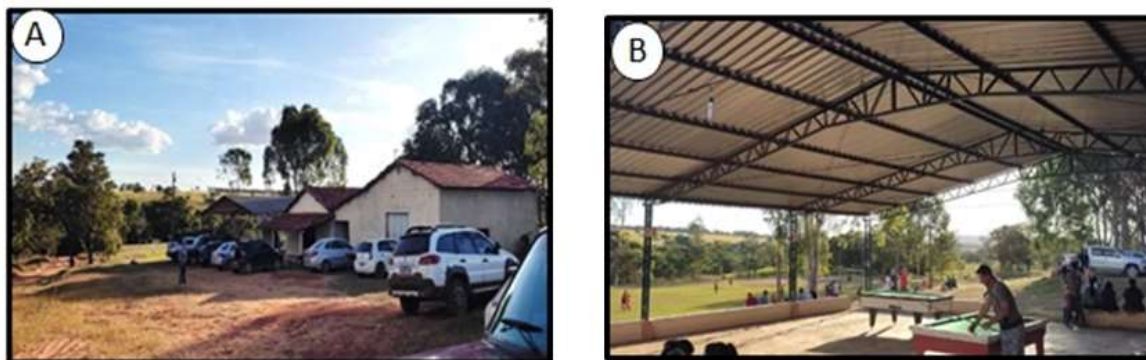


Figura 5: (A) Venda Cinco Irmãos” e barracão de festa à esquerda; (B) Vista parcial do Campo de futebol localizado na lateral esquerda da venda.

. Fonte: Martins, Gladis Cabral, 2023.

Um olhar sobre este espaço no tempo, permite considerar que a existência da venda “Cinco Irmãos”, está ligada ao esforço da família em dar continuidade às tradições familiares. Para isso, retornar-se no tempo das festas conhecidas como bailes, pagode ou forró, que na maioria das vezes eram motivadas pelo trabalho (mutirão para fazer estradas, plantar e colher), noivados, casamento, festas religiosas (Divino Pai Eterno, São João e Quarto de Santa Luzia) ou quando as famílias se juntavam sem um motivo determinado.

O fato das famílias nucleares serem extensas, de acordo com os entrevistados de mais idade, logo a festa estava arranjada. Não necessitava, nesse caso, de uma data especial, visto que surgiam em muitos casos como uma estratégia para acomodar a família, como evidencia o relato:

Pá agazaiá o povo né? [risos] porque num tinha cômodu [espaço na casa] né? Pra aquilo tudo que chegava, então vamo dança? Vamo! Já tinha a turma tudo quais certa tamém, ali. Lá tamém tinha uns parente qui morava no Rii Verdi [Rio Verde], es inchia um caminhão de gente, de veis inquando espantava praquelas banda. Agora, cumo que vai durmi aquele mundo de gente? Dançava, né? Dançava até o sol raiá. Quando tinha mais poca

gente, que aí o sono asveis dominava, a gente escorava num canto lá e cabava de manhecê (Entrevista, 2023].

A animação dos bailes era realizada por pessoas da própria comunidade, haja vista que haviam não só especialista na carpintaria ou na medicina popular, mais na arte da música usada nos momentos oportunos, mesmo tendo a consciência de não ser profissional. “Eu toquei baile só eu! Num tinha o to sanfoneiro não! Que dizê que só num aprendi assim, pra fala que, se é pra fala que aprendeu, é otro problema. Agora, ocê fazê um barui assim lá por acaso já é diferente” (Entrevista, 2023).

O jogo de futebol, também nasce no contexto do trabalho e do costume de passear na casa dos parentes. O Sr. Ademar (2023), conta que “o primeiro campo de futebol era no João Domingo, no meio do Cerrado, tinha muitos filhos, o time já tava pronto [...]”. Nota-se que a quantidade de filhos favorecia não só o trabalho, mas igualmente a diversão. Com o tempo essas práticas se consolidam como um costume das famílias, motivando a institucionalização de espaços para atender as necessidades no campo do lazer.

A localização geográfica da comunidade também é um elemento importante para pensar o contexto em que as vendas surgem, pois, um ponto de comércio dentro da comunidade era importante para os moradores. As primeiras vendas ofereciam acesso a produtos essenciais sem que os camponeses precisassem se deslocar à cidade, uma vez que a distância, a precariedade das estradas e a falta de transporte eram acentuadas. A venda neste contexto se concretiza como oportuno para produção da sociabilidade camponesa e também como possibilidade de aumentar a renda familiar.

A modernização do campo no Cerrado, ocorrida na segunda metade do século XX, provocou transformações significativas no modo de vida camponês. Fatores sociais, como o esvaziamento da vida familiar e religiosa, a diminuição das atividades comunitárias que oportunizavam os encontros de outrora, impacta no tempo dos encontros, sobretudo dos bailes.

Mesmo diante deste contexto, observamos que, a tradição, como componente principal da venda Cinco Irmãos, conhecida como venda do “Salgado”, alinhavadas ao senso político dos sujeitos/as continua sendo fatores

mobilizadores dos encontros no tempo e espaços extracotidiano, como mostra a figura 6.



Figura 6: Convite do forró e do jogo de futebol realizado na venda do Salgado.

Fonte: WhatsApp da família Cabral, 2024.

Os eventos promovidos pela venda são acontecimentos esperado pelos sujeitos do lugar. Mencionado nas memórias dos mais velhos e presente ainda nos dias atuais como parte das vivências das famílias, participar desses eventos significa trazer sentido à vida, pelo prazer do encontro, como expressa Regina Valdirene Cabral “eu mesma nunca fui de entender de bola né? Eu gostava de ir pra lá pra tá junto. E tamém, igual eu tô falano, o negócio não era o jogo não! Era só o movimento mesmo, eu pelo menos era” (Entrevista, 2023).

Isso significa compreender que os bailes ou os jogos de futebol, apesar de acontecerem no plano da vivência, são conduzidos pela subjetividade que envolve os sentidos, assentados em padrões culturais criados pela lógica do parentesco estruturada no processo de construção da comunidade.

O movimento gerado pela venda, admite ponderar ainda que os camponeses incorporam a dimensão da contemporaneidade, pois utilizam-se principalmente das tecnologias, sobretudo as redes sociais para dinamizar a organização e divulgação dos eventos, atingindo um público dentro e fora da comunidade, inserindo o Salgado em um contexto espacial mais amplo. Desse modo, pode-se afirmar que a venda, através dos eventos, liga as famílias à comunidade, e esta, às regiões e cidades vizinhas.

O tempo dos bailes e dos torneios, atinge outros momentos da vida do camponês. O movimento de carros, motos se intensificam, denunciando uma reconfiguração na dinâmica das famílias. O cardápio sofre algumas mudanças nas casas, para acolher os filhos que estudam ou moram na cidade ou em regiões vizinhas. Isso não significa introduzir novos pratos, mas reforçar a culinária típica do camponês, como galinhada, macarronada ou mesmo o frango com pequi. Casa cheia, portanto, não é sinônimo de serviço para os camponeses, mas de alegria e satisfação.

Os jovens, depois de cumprir as obrigações de ordenhar o leite (manual ou mecânico) e realizar o trato dos animais, se deslocam para a venda. Uns porque fazem parte do time da região, outros porque ali é um lugar de encontrar os amigos, que na maioria dos casos são tios e/ou primos. Nem todos retornam para o almoço, ficam na venda o dia todo. Os pais em geral participam à noite, pois é necessário cumprir com as demais obrigações que demanda a atividade leiteira. A evidência reside no fato de que é raro encontrar os jovens em suas casas nos dias de eventos na venda ou mesmo nos finais de semana em que há treino ou torneios na venda.

Já na boca noite, como dizem os camponeses, o movimento na venda é contraditório. Enquanto uns estão saindo para tomar banho (geralmente os jovens), outros estão chegando para o baile (adultos e idosos). Há também aquele que ficam por ali o tempo todo, envolvidos em conversas, futebol e com a sinuca. A noite chega, e com ela pessoas das regiões e cidades vizinhas. Logo, os homens se juntam e retiram as mesas de sinuca e as cadeiras que ocupam o centro do barracão, e rapidamente o espaço fica livre para a dança.

Ao primeiro toque da sanfona do músico “Mixaria”, os pares enchem o salão (Figura 7). As músicas seguem o mesmo estilo, numa mistura do sertanejo raiz com o universitário. No salão não existe gerações, idosos, adultos e até as

crianças em pares seguem o ritmo e o compasso da sanfona. Instrumento que também animou os casamentos e as festas de mutirões de outrora.



Figura 7: Registro do forró na venda Cinco Irmãos.

. Fonte: Martins, Gladis Cabral, 2023.

Na venda, percebe-se que a participação da comunidade ultrapassa os interesses políticos. Para os camponeses as festas e os jogos de futebol, funcionam como uma oportunidade de se reunirem e reforçar a tradição/costume. Por outro lado, fica evidente que a ausência das motivações aos poucos impacta nos costumes cerceando os encontros. Daí a falta das lideranças dentro da comunidade se mostram como um fator relevante para a manutenção do costume.

A presença das crianças dentro do campo ou no salão de dança, permite compreender que essa tradição na comunidade do Salgado pode ser explicada na “realização de uma herança no porvir”. Neste sentido, a venda e o campo de futebol se mantêm como lugares não somente de histórias, mas de memórias e vivências, como enfatiza Nora (1981). Assim, pode ser visto como um lugar que

alimenta os vínculos das famílias com o lugar “comunidade”, contribuindo para a existência de ambas.

O fato é, que, a venda e o campo de futebol, como apresentado, continuam a cumprir a função de manter a atividade de lazer por meio dos encontros, promover a sociabilidade e de reproduzir a tradição que se manifestam por meio do forró e do futebol. Este último, com o tempo, se dilata e abarca os gêneros masculino e feminino, e ainda oportuniza momentos de lazer para os camponeses de ontem com jogos de veteranos.

De difícil acesso, em uma área entre o Rio Preto e a ferrovia Norte-Sul, à Noroeste da comunidade do Salgado, próximo à um pequeno tributário do Rio Preto, o cemitério hoje encontra-se isolado da comunidade. Cercado com placas de muro, entre a vegetação do Cerrado, é o lugar onde repousa memórias de um passado ainda presente nas lembranças dos camponeses da comunidade, herdeiros dos seus ancestrais.

Os túmulos são distribuídos de forma desordenada e estão voltados para o córrego. A maior parte das sepulturas possui somente uma cruz como referência, já deterioradas pela ação do tempo, sendo possível detectar datações a partir de 1979. Nas sepulturas mais recentes, os túmulos são construídos de alvenaria, sendo que alguns possuem revestimento cerâmico.

Também não é possível precisar a quantidade de sepulturas, pois a localização deste no fundo do vale, promove escoamento superficial volumoso das águas das chuvas da meia vertente, cortada pela estrada de ferro, invade o seu interior e promove erosão laminar. Muitas sepulturas ficam sem identificação, nem mesmo de sua localização. Outras, a referência é somente a cruz, não sendo possível identificar qual o ente que ali está enterrado (Figura 8).



Figura 8: Vista parcial do cemitério rural da Comunidade do Salgado.

. Fonte: Martins, Gladis Cabral, 2023.

Fazer o sepultamento em área rural, conforme contam os entrevistados, era um costume dos mais antigos. A Sra. Maria Luiza Cabral (2023), buscando pela memória comentou: “sei que lá foi que começou uma cerquinha pequena no meio. [...] sei que o primeiro que foi lá [sepultado] parece que foi a mãe da minha avó, enterrada num lugarzinho, depois um irmão meu”. Conta que depois foi crescendo sepultando outros de várias famílias Cabral. (Entrevistada B).

A fala da depoente mostra uma tradição que a memória não consegue abarcar, mas Tönnies (1947, p.33), explica que nas comunidades de base familiar, há uma forte crença na ancestralidade e na continuidade da linhagem, o que faz com que “[...] os mortos sejam venerados como espíritos invisíveis, como se ainda fossem poderosos e estendessem sua ação tutelar sobre as cabeças dos seus”. Essa crença contribui para a manutenção da unidade familiar e da comunidade de parentesco, já que os mortos são considerados como parte integrante dessa comunidade.

A vontade e o espírito de parentesco não se limitam, evidentemente, aos limites da casa e da proximidade no espaço, antes, quando são fortes e vivos, e por isso nas relações mais próximas e íntimas, podem nutrir-se, a partir da mera lembrança, apesar de toda distância, como o sentimento e a imaginação de estar perto e agir junto” (Tönnies, 1947, p.33, tradução nossa).

O pensamento do autor, permite destacar que os laços afetivos transcendem as barreiras do espaço e do tempo, adentrando ao espaço da memória, graças à lembrança e à sensação de pertencer à mesma linhagem e à mesma tradição, fortalecendo os vínculos com a terra, lugar da existência. Estes vínculos são tão intensos, que a entrevistada fala com muita convicção que quer ser enterrada no cemitério da comunidade, porque o seu lugar é junto dos pais, mesmo que em outras vidas.

As entrevistas revelam que as memórias estão ligadas às ancestralidades, na figura dos pais ou dos avós. Em todas as lembranças eles estão presentes. O cemitério, representa um lugar onde a memória se ancora, conforme escreve Nora (1981). As entrevistas demonstram que esse lugar representa um encontro com o passado e suas origens, mas também simboliza o fim de uma caminhada e o repouso ao lado de quem um dia esteve nesse chão de sentido. Desse modo, conforme descreve Tönnies (1947), os mortos podem ser considerados partes integrantes da comunidade.

O cemitério ainda é revelador dos modos de vida e de como os sujeitos se relacionam com o Cerrado. Um dedo de prosa com os entrevistados, e logo é possível entender que as lembranças do cemitério narram as vivências e experiências que fizeram do Salgado um lugar da existência de uma linhagem. Importante sublinhar, que as lembranças estão amarradas às formas de trabalho e reflete o orgulho dos conhecimentos e habilidades adquiridas nos tempos difíceis, mas considerados pelos camponeses como “bom”, “melhor que hoje”

Considerações finais

As análises empreendidas neste texto, a partir do conceito de lugar, permitem inferir que os camponeses do Salgado têm demonstrado capacidade de resistir na sua terra, por meio de estratégias localizadas e assentadas em seus modos de vida, consolidadas em processos históricos, nos quais lugares como a capela, a escola, o cemitério, a venda e o campo de futebol se constituem como a extensão do lar. E como tal, lugares de familiaridade e compartilhamento de crenças e costumes.

Desse modo, os lugares funcionam como base das relações sociais, que sustentados pelas práticas sociais, culturais e religiosas, além de consolidar a formação de dois núcleos rural, institucionalizam os espaços sagrados e culturais. Estes espaços, entretanto, não são simples vazios, existem e sobrevivem pelas suas substâncias emanadas das práticas religiosas e de lazer como as missas, os terços, os jogos de futebol e os bailes.

Portanto, são espaços que congregam memórias, histórias, vivências; abrangem saberes e experiências; evoca, cheiros, sons; imagens, e pertencimento. Portanto, ao comportarem materialidades e subjetividades, esses lugares promovem um diálogo entre o passado e o presente no “encontro” de gerações e famílias que se cruzam no movimento da vida, operando significativamente na afirmação dos laços familiares e a identidade sociocultural fortalecendo a existência da comunidade.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo: um estudo sobre a Religião Popular*. Campinas, SP: EDUFU, 3ª ed. 1979.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *No Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural*. Uberlândia: EDUFU, 2009, 244 p.
- BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETI, Antônio. *Perspectiva da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido”. In: CHRISTOFOLETTI, A *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1985. p. 165-193.

BUTTIMER, Anne. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar / Place, reach, and the sense of place. *Geograficidade: revista do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural da UFF*, Niterói, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 4-19, Verão 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12915>. Acesso em: 20 set. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007. 85 p.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 2007

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R.L. e ROZENDHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n.9, p. 65-83, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20821724-Acepcoes-recentes-do-conceito-de-lugar-e-sua-importancia-para-o-mundo-contemporaneo-luiz-felipe-ferreira.html>. Acesso em: 09 dez. 20022.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Revista Território*, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997. Disponível em: https://pdfdocumento.com/uma-discussao-fenomenologica-sobre-os-conceitos-de-territorio_5a16b09d1723dd56b51d98e4.html. Acesso em: 03 de abr. 2024.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-

BR&user=hbdLHPMAAAAJ&citation_for_view=hbdLHPMAAAAJ:bEWYMUwI8FkC. Acesso em: 05 dez. 2022.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município, um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia Sul-Mato-Grossense. *Revista Prolíngua*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 34-52, jul./dez. 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/13403/7607>. Acesso em: 13 set. 2023.

LEITE, Adriana Filgueira. O Lugar: duas Acepções Geográficas. *Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 9-20, abr./maio. 1998.

MARTINS, Gladis Cabral; ROSSI, Reile Ferreira. Memória: subsídio na construção e conservação da identidade cultural da microrregião Salgado, Quirinópolis-GO. In: Urzedo, Maria da Felicidade Alves (org.). *Quirinópolis: Mãos e Olhares Diferentes (1832-2014)*. Goiânia: Kelps, 2014. p. 521- 546.

MELLO, João Batista Ferreira de. A humanística perspectiva do espaço e do lugar. *Revista ACTA Geográfica*, UFRR, Roraima, ano V, n.9, p. 07-14, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/429>. Acesso em: 27 nov. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v.10, p. 7-28, jul./dez., 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 12 set. 2023.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. *Revista Geografia*, UNESP, v. 4, n. 7, p.1-25, 1979. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14763/11395>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

SEAMON, David. Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar. *Geograficidade*: revista do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural da UFF, Niterói, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 4-18, Inverno 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Clara/Downloads/12861-Texto%20do%20Artigo-50564-1-10-20130909.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SEAMON, David. Lugarização vivida e a localidade do ser: um retorno à Geografia humanística? *Rev. Nufen*, Belém, v.9, n.2, p.147-168, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v9n2/a12.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SEEMANN, Jörn. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. *Revista Vivência*, Natal, Rio grande do Norte, v. 29, p. 207-224, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6879253-A-toponimia-como-construcao-historico-cultural-o-exemplo-dos-municipios-do-estado-do-ceara.html>. Acesso em: 22 fev.2023.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues. Geograficidades dos altos: toponímia e ruralidades dos Quilombos de Alto dos Bois (Minas Gerais) e Sítio Alto (Sergipe). In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de; DEUS, José Antônio Souza de. (org.). *Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências*: Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe. 1.ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2020. p. 289-312.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. *Patrimônio Imaterial*: relações socioculturais camponesas em Pedra Lisa. Uberlândia: Ed. do Autor, 2015. 216 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de, 1963. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 320 p.

SUESS, Rodrigo Capelle; RIBEIRO, Antônia da Silva Samir. O lugar na geografia humanista: uma reflexão sobre o seu percurso e questões contemporâneas – escala, críticas e cientificidade. *Revista Equador (UFPI)*, v. 6, n. 2, p.1-22, 2017. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SUESS, Rodrigo Capelle; LEITE, Cristina Maria Costa. Lugar e Geografia humanista: uma proposição para a Geografia escolar. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, UFSM, v. 22, p. 01-11, 2018.

TAVARES, M.; VELASCO, D.O.B. Nomes de mulheres na toponímia urbana de Dourados-MS. *Web Revista SOCIODIALETO*, v. 10, n. 30, SER. 1, p. 315-328, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/sociodialeto/article/view/8010/5773>. Acesso em: 03 abr. 2024.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidade y sociedad*. Tradução José Rovira Armengol. Buenos Aires: Losada, 1947. 321 p.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. *Geograficidade: revista do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural da UFF, Niterói, Rio de Janeiro*, v. 1, n.1, p. 4-5, Verão 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12804/pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

TUAN, Yi-fu. Lugar: uma perspectiva experiencial/Place: na experiential perspective. *Geograficidade: revista do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural da UFF, Niterói, Rio de Janeiro*, v. 8, n.1, p. 4-5, Verão 2018. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/27150/pdf>.

Acesso em: 21 set. 2022.

Gladis Cabral Martins

Professora da rede Estadual de Educação de Goiás. É mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, Câmpus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO); Especialista em Análises Ambientais pela Universidade Estadual de Goiás – UEG e Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: gladis.martins@seduc.go.gov.br

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/2187759997936602>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0394-7214>

Edevaldo Aparecido Souza

Docente da Universidade Estadual de Goiás - UEG, no Curso de Geografia do Câmpus Sudoeste e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/UEG) e da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEO/UNEMAT). É Pós-Doutor pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas; Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Santa Mônica (2013) e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Júlio de Mesquita Filho, Campus Presidente prudente.

E-mail: edevaldo.souza@ueg.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5454426936516958>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2307-6257>

Lorrane Gomes da Silva

Doutora em Geografia. Professora do curso de Geografia e mestrado em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás-UEG / Câmpus Cora Coralina. Pesquisadora e vice coordenadora do GIPAP.

E-mail: lorrannegomes@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3130563394184110>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3760-3705>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.